

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 17, Número 1, 2014

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 17, Número 1, 2014

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ e pela Capes.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 17, Número 1, 2014

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

Assentamentos Rurais, Quilombos e Desenvolvimento: bloqueios e perspectivas a partir de diversidades regionais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Coordenadora-geral do projeto.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola FEAGRI – Unicamp. Coordenadora local do projeto.

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

César Giordano Gêmero

Daniel Tadeu do Amaral

Henrique Carmona Duval

Danielly Oliveira Justino

Oswaldo Aly Júnior

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Dirce Charara Monteiro

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Alário Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 17, Número 1, 2014

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.17, n.1, 2014. 296p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	11
A "Pata do Boi" e a destruição dos ecossistemas locais: história social e memória ambiental de moradores de uma região do Sul do Pará	
<i>The "Pata do Boi" and the destruction of local ecosystems: social history and environmental memory of inhabitants of a region in South Pará, Brazil</i>	
Francisco Batista Durães	15
Dulce Consuelo A. Whitaker	
Os desafios da emergência no Brasil de um rural "esquecido": as comunidades quilombolas	
<i>The challenges of emergency in Brazil of a "forgotten" ruralism: the quilombolas' communities</i>	
Elis Cristina Fiamengue	67
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker	
Turismo rural comunitário: o protagonismo do movimento de mulheres da Ilha de Cotijuba – Pará	
<i>Community rural tourism: the protagonism of women's movement in Ilha de Cotijuba – Pará, Brazil</i>	
Silvaneide S. Q. Côrte Brilho	79
Maristela Simões do Carmo	
Os assentamentos de reforma agrária e a refuncionalização de estruturas arquitetônicas rurais: um estudo de caso no Pontal do Paranapanema	
<i>Agrarian reform settlements and the refunctionalization of rural architectonic structures: a case study in Pontal do Paranapanema</i>	
Luís Antonio Barone	93
Fernando Henrique Ferreira de Oliveira	

**Mercado e relações de trabalho na cana-de-açúcar brasileira:
para onde apontam as mudanças?**

*Market and brazilian sugarcane labor relationships:
where these changes point to?*

Gabriel da Silva Teixeira117

**Monocultura canavieira e produção local de alimentos em Pradópolis-
SP: projeto de assentamento como possibilidade de diversificação**

*Sugarcane monoculture and food local production in Pradópolis-SP: a
settlement project as a possibility for diversification*

Guilherme Cyrino Carvalho139

Zildo Gallo

Oriowaldo Queda

Pedro Ramos

**Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento
periurbano no Estado de São Paulo**

*Territorial development: a study about a peri-urban settlement in
São Paulo State*

Paulo Eduardo Moruzzi Marques161

Ademir de Lucas

Luciane Cristina de Gaspari

**O lote através de croquis: análise do ordenamento territorial de um
assentamento rural**

*The lot of land by means of croquis: analysis of the territorial planning of
a rural settlement*

Ana Lúcia Teixeira179

Luis Antonio Barone

**Fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Pronaf no
projeto de assentamento São Pedro, Paranaíta, MT**

*The strengthening of familiar agriculture: an analysis of Pronaf in São
Pedro settlement project, Paranaíta, MT*

Ana Luisa Araujo de Oliveira205

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Limites para o Desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP

Limits for the Development of the Food Acquisition Program (FAP) in the rural settlements in Araras/SP

Fernando Rabello Paes de Andrade225
Julieta Teresa Aier de Oliveira	
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo	

PAA em assentamentos rurais: novos modos de vida?

FAP (PAA) in rural settlements: new ways of life?

Priscila de Oliveira Maia245
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	

Sistemas agroflorestais e produção agroecológica de café na região do Pontal do Paranapanema

Agroforestry systems and agroecological coffee production in the region of Pontal do Paranapanema

Paulo Rogério Lopes261
Paulo Yoshio Kageyama	
Keila Cássia Santos Araújo Lopes	

Normas de publicação293
-----------------------------	----------

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que apresentamos mais esta Edição de Retratos de Assentamentos, um periódico que cresce e alarga sua abrangência, à medida que os estudos rurais avançam no país, procurando compreender diferentes formas de ruralidade e fazendo emergir, das nuvens do esquecimento, antigos modos de ser e de existir no campo brasileiro.

Na verdade, esta ampliação de perspectivas corresponde a tendências que já vínhamos anunciando em nossos últimos números.

Expandindo seu raio de influência, esta edição acolhe também pesquisadores de regiões cada vez mais distantes de nossa sede – o NUPEDOR – que nos trazem temas cada vez mais originais, baseados em pesquisas de ponta - alguns orientados por nossos pesquisadores – mas não só.

Assim, pesquisas sobre memória ambiental na histórica e heróica região de Araguaia e em espaços esquecidos até pela pesquisa em Sociologia Rural, mas agora por ela resgatados, nos fazem refletir sobre como este país resiste e como grande parte desses espaços apresenta resiliência, tanto do ponto de vista das culturas, quanto dos ecossistemas, face ao descaso e às ameaças de destruição.

Mas nem tudo é a resistência do já vivido. Emergem, nas novas ruralidades, fenômenos criativos que também sugerem resiliência: turismo rural e novas relações de gênero abrem espaço ao protagonismo de mulheres em locais considerados remotos, insulares, e que se tornam paradisíacos.

Textos que apontam para aspectos positivos na dolorida luta social que marca o drama da assim chamada "Reforma Agrária que temos" destacam criatividade. Ora é a luta para superar limites às políticas públicas (caso do PAA); ora o esforço na direção da agroecologia; ora a busca de recursos para reaproveitamento de estruturas arquitetônicas ligadas a um passado de dominação nada bucólico mas que podem e devem ser ressignificadas.

Não somos ingênuos, porém sabemos que os assentamentos de Reforma Agrária, bem como outros territórios da agricultura familiar, estão em geral rodeados por um entorno desfavorável à sua reprodução social. O agronegócio, seja ele da cana, da soja ou do gado, não só rodeia como seduz o pequeno produtor, sempre a braços com carências e insuficiências.

A necessidade de compreender as sempre renovadas estratégias do agronegócio para acompanhar a aceleração da acumulação do capital – aceleração esta que caracteriza cada vez mais nosso momento histórico – também foi aqui contemplada em rigorosos processos analíticos: estratégias

superexploradoras do agronegócio da cana, agora internacionalizado; seus embates para se estabelecer, invadindo territórios de reforma agrária com apoio do sistema de financiamento bancário; limites e dificuldades de toda ordem. Tais denúncias, que não são gratuitas, mas baseadas em pesquisas científicas, são importantes para neutralizar nosso entusiasmo e para que se leve sempre em consideração a força do capital. Mas igualmente, para abrir brechas nas quais diferentes formas de organização da produção co-existam.

Parece fora de dúvida, porém, que apesar dos limites e estratégias estabelecidas pelo agronegócio, políticas públicas têm incrementado e fortalecido a agricultura familiar.

Seriam essas políticas, responsáveis pela diminuição significativa do êxodo rural (ou seu estancamento) como apontam alguns dos nossos pesquisadores, baseadas na evolução demográfica do país? Afinal, o agronegócio tenderia a esvaziar o campo, além do que é produtor de *commodities*. Enquanto isso, da agricultura familiar recebemos comida.

Nesse sentido, o da nutrição básica e da segurança alimentar, encaminham-se muitas das nossas preocupações e artigos com esse foco nos chegam com frequência e são sempre valorizados.

Com efeito, é preciso desvendar possibilidades e limites, principalmente dos programas de alimentação escolar, uma vez que a tradicional "merenda" envolve interesses muitas vezes inconfessáveis e sempre difíceis de detectar.

Compreender o processo através do qual se operacionaliza essa política pública, anunciar e denunciar com base em dados de pesquisa, os desvios e desmandos de muitas prefeituras, é tarefa para pesquisa de ponta nos estudos rurais. Afinal, prejudicar a alimentação de crianças já implica séria ruptura no tecido social. Além do que a própria lei da merenda escolar deve fazer repercutir a possibilidade dos cidadãos, agricultores familiares, participarem dos processos de desenvolvimento local.

Não é só de críticas este número da Coleção de Retratos de Assentamentos. Há igualmente perspectivas que se abrem com as políticas públicas, indo ao encontro do desenvolvimento como expansão de liberdades: a perspectiva do Programa de Aquisição de Alimentos promover mudanças sociais em termos de enriquecimento da vida humana – a qual depende de arranjos institucionais que se fazem urgentes – reforça a convicção de nosso grupo – o Nupedor – de que o rural está vivo e merece ser analisado por abordagens críticas, mas comprometidas com visões alternativas aos modelos convencionais de agricultura.

Temos, pela frente, inúmeros desafios no plano do ensino, da pesquisa e da

extensão rural e tem sido um privilégio compartilhá-los com o grupo da FEAGRI/ UNICAMP, coordenado pela Profa. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, através do projeto Casadinho, uma feliz iniciativa do PROCAD, CAPES e CNPq para o incremento e a socialização do conhecimento.

Convidamos nossos leitores a compartilhar os dilemas apontados neste primeiro número de 2014, através do qual, prazerosamente, celebramos o Ano Internacional da Agricultura Familiar que, felizmente, apesar dos constrangimentos enfrentados, nunca saiu de cena da história política e econômica brasileira.

Os Editores

A "PATA DO BOI" E A DESTRUIÇÃO DOS ECOSSISTEMAS LOCAIS: HISTÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA AMBIENTAL DE MORADORES DE UMA REGIÃO DO SUL DO PARÁ

*Francisco Batista Durães¹
Dulce Consuelo A. Whitaker²*

Resumo: Este artigo reflete sobre as várias percepções e memória ambientais de um grupo de moradores do município de Xinguara/PA a partir de uma concepção crítica de desenvolvimento pautada nos ideais de progresso e desenvolvimento regional. Considera também a ocupação da fronteira sul-paraense e o resgate da história social local com foco nas questões ambientais observadas ao longo de três períodos: o primeiro, marcado pela catequização dos povos indígenas e a ocupação do território por camponeses nordestinos de tradição pastoril; o segundo período, caracterizado pela penetração de grandes projetos agropecuários e madeireiros beneficiados pelos incentivos fiscais do Governo Federal responsável pelas alterações radicais na estrutura fundiária culminando em conflitos sociais violentos na disputa pela terra e, finalmente, o período que se inicia na década de 1980, marcado pela pecuária e pequena agricultura diversificada. Para as análises dos referidos períodos recorreu-se a várias fontes bibliográficas, mas as narrativas foram uma das fontes primeiras para a apreensão das realidades histórica e socioambiental do espaço estudado. O artigo conclui que a pecuária foi a atividade responsável pelas alterações provocadas na paisagem local, tais como a degradação e os danos ambientais que atingiram os moradores da sub-bacia do rio Mariazinha no município de Xinguara, Pará.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara

²Pós-doutorado em Sociologia – Oxford

Palavras-chave: Grandes Projetos; Memória Ambiental; Rio Mariazinha; Produção Diversificada; Pecuária.

Abstract: *This study reflects on numerous environmental perceptions and memory of a local group from Xinguara/PA, starting from a critical approach of growth, based on the ideals of progress and regional development. It also considers the occupation of Pará's southern border region and the rescue of local social history, focusing on the environmental problems that were observed along three different periods: the first one is marked by natives' catechism and the occupation of this territory by farmers from Brazilian's northeastern region with a pastoral tradition; the second one is related to the establishment of major lumbering, farming and cattle-raising projects supported by the Federal Government's tax incentive responsible for radical changes in the agrarian structure, culminating in violent social conflicts for the ownership of this land; finally, the third one has its start in 1980, marked by animal husbandry and small mixed agriculture. The analyses of these different periods were based on various bibliographic sources, but the narratives were one of the central sources for the apprehension of the historical and socio-environmental realities in this specific place. One of its conclusions is that animal husbandry was the responsible activity for the changes provoked in the local landscape, such as the environmental degradation and damage that impacted the inhabitants of the sub-basin of "Mariazinha" River in the city of Xinguara, Pará.*

Keywords: *Major Projects; Environmental Memory; "Mariazinha" River; Mixed Farming; Animal Husbandry.*

1. Introdução

O presente artigo foca a necessidade de compreendermos as ações das quais se valeu o progresso na região sul do Estado do Pará, a partir do desastroso processo de ocupação de suas terras, responsável, dentre outros, pela destruição ambiental ocorrida nessa região e intimamente ligado à qualidade de vida de seus moradores, impondo-nos hoje grandes desafios para a viabilização de espaços economicamente sustentáveis no meio rural nos quais a população local tenha acesso a melhores condições sociais de vida.

A decisão por abordar questões relacionadas à degradação ambiental é devida, sobretudo, às vivências sociais, históricas e ambientais empreendidas pelo primeiro

autor deste artigo, a partir de sua chegada e instalação na região sul do Pará, em 1986 – experiências estas que lhe permitiram a observação destes fatores hodiernos, enquanto um sujeito-participante inscrito historicamente neste espaço. Justificasse, portanto, a importância das reflexões que partem, tanto de suas memórias em primeira pessoa, quanto das memórias expressas oralmente por todos os outros sujeitos entrevistados que, por meio de seus relatos, expõem suas percepções também sociais, históricas e ambientais sobre as terras que ocupam.

Movido em parte pelos conflitos que se pode observar entre as lembranças que se obteve dessa região e sua condição atual, este artigo surgiu também da intenção de compreender as tensões sociais, ambientais e, sobretudo, a maneira como os moradores da região constroem suas memórias, individual e coletivamente, assim como seus espaços de luta e resistência pela sobrevivência em um pedaço de terra já conquistado e ainda hoje alvo de litígios.

Apesar de todas as adversidades e da força do Capital, que insiste em impor às comunidades locais a ideologia de progresso e desenvolvimento pautada na "pata do boi", os moradores da sub-bacia do rio Mariazinha, no município de Xinguara, vêm construindo suas histórias e suas formas de enfrentamento ao modelo dominante.

Dado o nosso enfoque, a sub-bacia do rio Mariazinha na cidade de Xinguara, região sul do Pará que integra a região Amazônica, convém caracterizarmos brevemente o município. Com uma população de aproximadamente 42.000 habitantes, possui dezenas de assentamentos rurais, resultantes das intensas lutas e processos de conquista da terra, e conta, mais recentemente, com instalações de indústrias frigoríficas, de curtume e laticínios, que constituem motivo de preocupação ambiental, embora sejam elas a base da sustentação econômica da cidade ao gerarem empregos para atender à demanda de outras regiões do Brasil e de outros países pelo seu principal produto, a carne bovina.

Xinguara tem sua fundação datada em meados da década de 1970, quando foram instaladas indústrias madeireiras e projetos agropecuários na região, sempre marcada por intensas disputas e conflitos pela posse e uso da terra em um cenário de migração de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Os textos teóricos sobre História Oral e Fontes Oraís de pesquisa, tais como Menezes (2010), Whitaker (2010), e Parolin e Bellini (2010), foram expressivos para se pensar sobre a dinâmica que envolve o tratamento das fontes orais, tendo em vista que tais fontes foram construídas na presença do pesquisador, durante suas atividades de pesquisa em campo compostas, por um lado, pela realização dessas entrevistas.

Assim, este empreendimento mostra-se desafiador por si só ao almejar elucidar uma região da Amazônia por meio do foco na degradação socioambiental apreendida, por sua vez, a partir da Percepção e da Memória de um grupo de moradores fixados em uma região que apresenta elevados índices de devastação ambiental, exploração de trabalho e total desrespeito à legislação e ao meio ambiente.

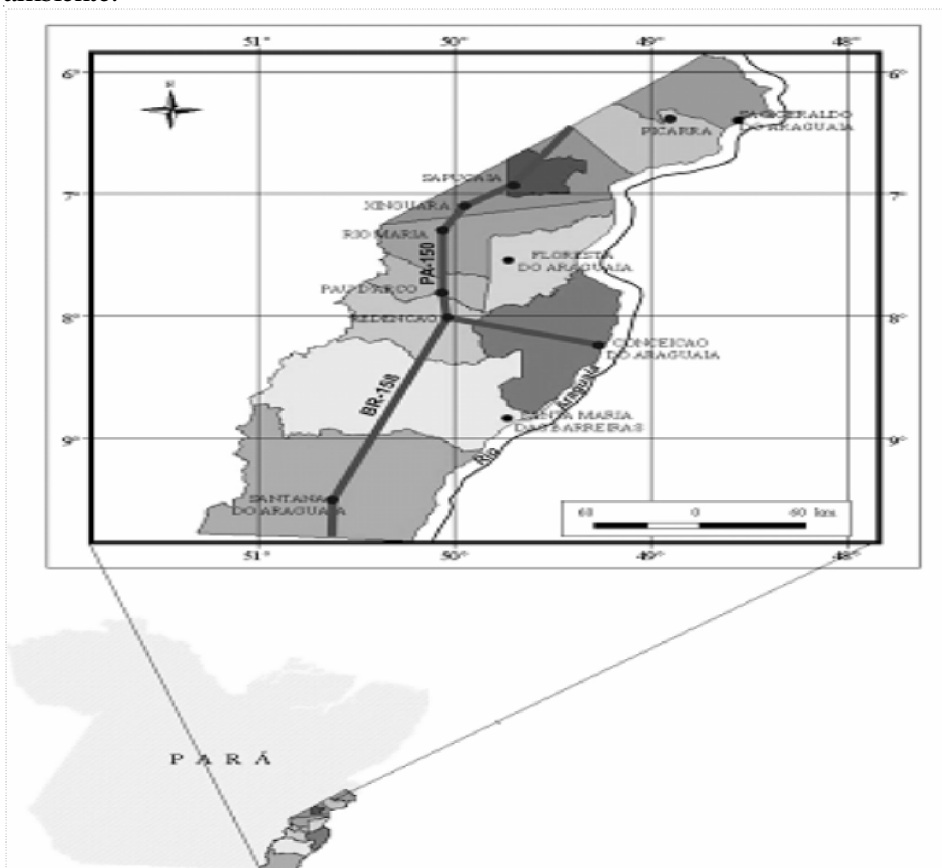


Figura 1 – Mapa de recorte geográfico da Região Sul do Estado do Pará.

Fonte: Feitosa, T. C. 2003. Adaptado pelo autor.

Por fim, considerando os pressupostos teórico-metodológicos que envolvem uma pesquisa sobre Percepção e Memória Ambientais, convidamos vinte e três moradores, utilizando como critério o reconhecimento social destes quanto ao conhecimento complexo que possuem sobre a região. Dentre os convidados

encontram-se, então, uma maioria que conviveu com as variadas experiências nos movimentos sociais e ambientais da região, mostrando-se sujeitos históricos imersos nas transformações sociais e ambientais na paisagem durante o processo de desenvolvimento local.

O objetivo deste artigo foi, portanto, estudar e problematizar os impactos socioambientais provocados no rio Mariazinha, localizado município de Xinguara/Pará, do ponto de vista da ideologia do progresso e do desenvolvimento regional, registrando e interpretando a memória socioambiental dos moradores mais antigos sobre as transformações ocorridas em sua região a partir, sobretudo, do processo de desenvolvimento local.

2. Pressupostos teóricos e metodológicos

Segundo Marx e Engels (1989), a *ideologia* expressa um conjunto de ideias dominantes existentes na sociedade capitalista e que está presente em todas as ações e compreensões do real empreendidas pela maioria das camadas da população. Em outras palavras, a ideologia fundamenta-se num conjunto de proposições elaboradas na sociedade capitalista e que têm por finalidade ocultar e/ou escamotear os interesses da classe dominante, transformando-os em interesses que passam a ser tidos como coletivos. Segundo estes autores,

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época (p. 78).

Para os autores, de maneira geral, a ideologia atua com o fim de criar uma *falsa consciência* na sociedade, que dificulta, por seu turno, as transformações radicais de que necessita para promover a distribuição igualitária das riquezas produzidas. Assim, tais transformações dependeriam então da superação da ideologia operada a partir da tomada de consciência por toda a sociedade. É essa tomada de consciência que permitiria às classes emergirem para a tomada de poder e, conseqüentemente, contribuir na construção de uma sociedade sem relações de exploração do homem pelo homem, proporcionando a distribuição das riquezas produzidas e gerando, assim, igualdade e melhores condições de vida.

Ao se pronunciar sobre a questão, Whitaker et al. (2010, p. 12-13) argumentam que a ideologia exercida pela classe dominante desempenha um papel crucial na sociedade no sentido de "impedir a tomada de consciência que derrubaria barreiras e colocaria reivindicações indesejáveis para as classes dominantes". Nesse sentido, a ideologia encontra-se presente em toda a compreensão do real por conta dos meios de comunicação de massa que, em todos os tempos da história, se encarregaram de *desinventar* vários momentos históricos da memória social, dos mitos e das tradições presentes na sociedade.

2.1 As Amazônias de diferentes Concepções

Segundo Porto-Gonçalves (2008), existem várias concepções de Amazônias, uma vez que a região é um complexo de diversidades sociais, culturais e ecológicas, de modo que nelas estão presentes vários biomas. Estão também presentes a floresta e o desmatamento, uma Amazônia de pastos tomada pelo latifúndio e uma ocupada por camponeses, a que mata e a que resiste. Uma Amazônia de rios, de várzeas, cerrados, manguezais e das florestas.

Ainda de acordo com esse autor, foi com o consentimento do governo no período do regime militar, valendo-se de um discurso nacionalista, que centenas de empresas investiram na região, com o *slogan* "Integrar para não entregar", ocorrendo a penetração de grandes capitais nacionais e estrangeiros.

Outro autor que colabora profundamente com essa questão, Torres (2011) menciona, em seu estudo sobre um banco de sementes nos roçados da Amazônia, a existência de um contraponto entre a agricultura capitalista e o modo de produção camponês: a convivência nas matas e com os povos indígenas de vastas tradições culturais e ecológicas milenares fizeram com que os camponeses adquirissem um aprendizado sobre o rio, a floresta, as plantas medicinais, os ciclos ecológicos, e outros conhecimentos vitais para garantia da sustentabilidade social e econômica.

Ainda de acordo com Torres, com a penetração das empresas de sementes modificadas geneticamente ocorreu à desqualificação do saber tradicional para a sua apropriação, desde a sabedoria adquirida na seleção natural de plantas e sementes, pela agricultura capitalista; esse dado provocou mudanças desastrosas do ponto de vista ambiental e econômico, uma vez que os frutos de longuíssimas seleções efetuadas pela Natureza e pelo Homem foram e são substituídos pelas sementes produzidas em laboratórios de biotecnologia do "primeiro mundo".

Segundo Leff (2001 apud TORRES, 2011), o monopólio das sementes praticado por grandes empresas multinacionais põe em risco a biodiversidade e compromete a sustentabilidade econômica de camponeses, uma vez que estes perdem o contato com as sementes, sendo obrigados a submeterem-se ao mercado de produtos e sementes modificadas geneticamente e "estéreis", ou seja, que não se reproduzem naturalmente, provocando completa dependência do mercado com sérios riscos de encerrar o ciclo de reprodução natural visto que,

O regime de propriedade intelectual promove a apropriação do saber e do conhecimento e, assim, constrói-se uma realidade que "extermina do campo ontológico a produtividade da vida na qual os fisiocratas fundaram uma economia e os povos sua fonte de subsistência, para recodificar e integrar a ordem da vida dentro da cadeia produtiva e da racionalidade econômica que domina o mundo globalizado" (idem, p. 131).

Em suma, o que está ocorrendo com as populações tradicionais é a completa descaracterização de suas formas de produção, de sua cultura. A agricultura capitalista moderna vem ocupando cada vez mais espaço no cenário agrário brasileiro, comprometendo sobremaneira as formas de produção tradicionais.

2.2 As contribuições do estudo de Memória: a História Oral e a utilidade do diário de campo

Afinal, o que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve (PASCAL, 1988, p. 52).

Parolin e Bellini (2010) argumentam que em estudos de Memória Social e Ambiental podemos capturar apenas uma abundância de imagens e cores representativas de algumas poucas frações, retalhos ou distorções que se descortinam diante de nossos olhos ante a impossibilidade de recompor um determinado passado por inteiro.

Segundo as autoras, apesar das dificuldades de se trabalhar com fontes orais, o estudo de memória tem se constituído em um importante meio para a recuperação do que vários autores denominam de "história vista de baixo". Essa concepção metodológica é reforçada por vários outros autores e permite-nos reconstruir a história de determinado grupo social,

(...) uma história que abarque os conflitos e a vida de pessoas até então excluídas dos grandes compêndios de História. É nesse sentido que ao pensarmos na memória como um instrumento para resgatar as relações entre homens e natureza, a dimensão do esquecimento pode nos revelar o nível de exclusão da natureza pelo homem. (PAROLIN, BELLINI, 2010, p. 139).

No ensaio *A desinvenção da tradição: esquecimento e memória na história oral*, Whitaker (2010, p. 47-67) argumenta que esquecer a história da memória social brasileira é negar a sua própria existência, uma vez que a memória social é compreendida como a perda de contato com os grupos sociais. Em outras palavras, quando se nega a possibilidade de reconstruir a história de grupos sociais, ocorre o desaparecimento da memória coletiva, o que é denominado pela autora como esquecimento.

No artigo *O diário de campo e a memória do pesquisador*, Lopes et al. (2002, p. 131-134) mencionam a necessidade e o esforço que se deve ter na descrição dos dados da pesquisa a partir das contribuições teóricas etnográficas de Geertz (1978). Em outras palavras, argumentam que a utilização dos dados do diário de campo não possui uma metodologia específica para a sua apropriação e que tais dados também não são homogêneos, uma vez que cada pesquisador utiliza diferentes estratégias na confecção e no registro dos dados que advêm de suas observações.

Esse instrumento de observação, no entanto, tem se destacado de maneira eficiente no registro e na coleta de dados, mostrando-nos o quão tal técnica vem contribuindo à reflexão, com destaque para uma profundidade nos estudos da realidade de moradores de áreas rurais:

(...) O movimento de compreensão da realidade através do Diário de Campo não se esgota na relação de complemento, triangulação e explicação dos dados. Avança em direção ao movimento dialético entre um olhar mais aprofundado e o olhar atento do pesquisador sobre a realidade. Passa pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada. E por fim, culmina auxiliando a realização do processo interpretativo (ou análise) do pesquisador (LOPES *et al.*, 2002, p. 134).

De acordo com Menezes (2010), a partir da contribuição do pensamento de Geertz (1997) e seus estudos de Etnografia, as interpretações sobre a realidade pesquisada são leituras de segunda ou terceira mão, uma vez que a primeira mão queda com o sujeito pesquisado, existindo ainda a necessidade de se fazerem constantemente aprendizados metodológicos para melhor compreender os desafios da arte de ouvir considerando que "(...) o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral" (PORTELLI, 1997 apud MENEZES, 2010, p. 17).

Ao entrevistar pessoas estamos, portanto, lidando com seres humanos dotados de conhecimentos histórico-culturais, de valores e sentimentos que se fazem presentes nesse diálogo. Apesar de toda a aproximação que podemos ter com o nosso entrevistado, ele sempre observará as pessoas fora de seu mundo como *estranhas* ao seu modo de vida, daí porque a entrevista é geralmente um momento de tensão e expectativas, o que torna o ambiente rico, aumentando a experiência e a reflexão do pesquisador e, também, do pesquisando.

Citando as contribuições de Berger (1973) em seus estudos sobre a realidade da vida cotidiana dos indivíduos, Menezes (2010) afirma que esse conhecimento oferece-nos perspectivas metodológicas sobre a análise das interações entre pesquisador e pesquisando considerando, por exemplo, a necessidade do encontro face a face que, segundo a autora, proporciona a reciprocidade contínua dos atos de fala, favorecendo o acesso à subjetividade dos atores envolvidos (postura corporal, silêncio, tom de voz, etc.).

Por não existir uma fórmula própria para se construir e interpretar narrativas, o que se impõe é a necessidade da compreensão do "outro" em sua profundidade, discussão esta longe de ser um consenso em meio aos debates nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia e na História Oral. Menezes (2010, p. 43), entretanto, afirma que,

(...) o respeito do pesquisador ao entrevistando exige sensibilidade, perspicácia e sensatez no encontro face a face, mas essas sensibilidades não são inatas ao pesquisador e nem aos seres humanos, mas são constituídas no próprio fazer-se dos pesquisadores e suas diferentes fases de formação acadêmica, humana e política.

Por meio de uma reflexão sobre a postura ética entre o entrevistador e o entrevistado, entre a ansiedade do pesquisador e a busca por dados, a autora nos alerta, assim, para o risco ou os equívocos metodológicos que podem ser cometidos diante dos sujeitos que se colocam para o pesquisador. Com essas preocupações em mente, construímos nossa postura em relação ao tema e apresentamos nossos resultados.

3. Sul do Pará: indígenas religiosos e sertanejos

De acordo com José Audrin (1946), Santos (1996) e Vaz (2013), as vastas áreas de terras do sul do Pará foram, no passado, territórios dos povos indígenas Kayapós e Carajás que, desde meados do século XIX, já haviam estabelecido contato com os sertanejos, navegadores e aventureiros do rio Araguaia ainda no Estado de Goiás. Tais povos indígenas estabeleceram os primeiros contatos com os dominicanos na região de Conceição do Araguaia, no final do século XIX, quando estes fundaram o Centro Catequético Indígena ao lado esquerdo do rio Araguaia, em 1896.

Audrin (1963) e Vaz (2013) demonstram que os primeiros habitantes a ocuparem a região do Araguaia paraense foram grupos de sertanejos de origem nordestina, os quais penetraram pelos sertões em busca de áreas de pastagens para o gado. Ainda segundo esses autores, tais grupos de famílias sertanejas pastoris, em sua maioria de origem baiana provenientes do vale do rio São Francisco, estabeleceram-se inicialmente na região de Pastos Bons, no Maranhão. À medida que surgiram novas gerações, as novas famílias avançaram para territórios vizinhos até atingir o norte de Goiás.

Sublinhamos também que, no final do século XIX e início da primeira década do século XX, ocorreram violentas disputas por terras entre as oligarquias do antigo norte de Goiano na região de Bela Vista. Esses conflitos influenciaram os sertanejos, pequenos produtores de gado e camponeses – que não estavam interessados nessas disputas entre famílias oligárquicas locais – a migrarem para o sul do Pará em busca de novas terras. Assim, vários grupos de famílias "levando algumas cabeças de gado em pequenas embarcações" (VAZ, 2013, p. 30)

cruzaram o rio Araguaia e penetraram em terras paraenses no sul do Estado.

Para Audrin (1963), Ianni (1978) e Santos (1996), até a década de 1950 predominava em toda a região de Conceição do Araguaia uma economia pastoril e extrativista, praticada por pequenos, médios e grandes criadores de gado nos campos nativos de cerrados.

Prado Júnior (1994) salienta que a colonização do Brasil pelo interior se deu por duas frentes distintas, uma baiana e outra pernambucana. De acordo com esse autor, foi a frente baiana que atingiu o São Francisco, avançou pelos campos do Piauí e do Maranhão, até alcançar o norte de Goiás. Assim, os camponeses provenientes ou descendentes de nordestinos, com experiência de séculos de pecuária pastoril, atravessaram o Araguaia no final do século XIX e estabeleceram-se na região em período anterior à chegada dos religiosos Dominicanos.

Segundo Frei Audrin (1946), a Ordem Dominicana instalou-se no Brasil em junho de 1881, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. Por volta de 1896 essa Ordem recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de ensaios da catequese dos povos indígenas Carajás e Kayapós presentes na região do rio Araguaia. Os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainartz, que iniciaram o percurso do rio Araguaia de Goiás até o Estado do Pará em busca dos povos indígenas no ano de 1888, fundam em 1897 a cidade de Conceição do Araguaia.

Em fins de Janeiro de 1888 frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do Centro Catequético Indígena, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro nasceria, um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia. (SANTOS, 1996, p. 101).

De acordo com Vaz (2013), os indígenas Irá-Amráire Kayapó já estavam habituados com a presença de alguns religiosos, sobretudo os Capuchinhos, que já haviam entrado em contato com "os brancos" desde as missões de exploração geográfica realizadas na região principalmente pelo General Couto Magalhães, em um período no qual se tentou viabilizar a navegação entre os

Estados do Pará e Goiás. Os registros de Couto Magalhães mostram que já havia algum contato entre os Kayapós e Carajás e os aventureiros e exploradores que navegavam pelo Araguaia (MAGALHÃES, 1934).

Vaz (2013) considera ainda que os registros oficiais que se tem sobre os moradores remetem à vila pastoril de Santana da Barreira, no território de Conceição do Araguaia, e datam de 1896. Esses registros foram feitos pelo explorador francês Henrique Coudreau, contratado pelo governo do Estado do Pará para explorar possíveis áreas de caucho e traçar os limites do Estado com o vizinho Goiás.

Mais de um século nos separa da chegada de Frei Gil Villanova que, em 1897, desembarcou nas barrancas do rio Araguaia e, repetindo o gesto dos portugueses descobridores do Brasil, celebrou a primeira missa debaixo de um enorme pequizeiro, um marco na abertura da fronteira da Amazônia sul paraense efetivada na fundação da cidade de Conceição do Araguaia (IANNI, 1978).

Se pudéssemos apreender a percepção ambiental de Frei Gil na sua chegada à região, imaginaríamos que este presenciou uma paisagem pouco habitada por extrativistas de seringa de caucho, de "drogas do sertão" (salsaparrilha, cravo, canela, cacau, guaraná, urucum, raízes, essências, erva medicinais, óleos geralmente extraídos da natureza por meio da exploração da mão de obra indígena) e exploradores de peles. Naquele período era possível contemplar toda a região praticamente intocável: a vastidão dos campos e cerrados, as florestas, as praias de águas doces, o rio Araguaia e suas dunas de areias e vazantes.

Por séculos esta vasta região territorial da Amazônia, com mais de 205.000 km² e habitada pelos povos indígenas Carajás e Kayapós, permaneceu coberta por imensas áreas de cerrado, florestas de castanhais, cauchos, seringueiras, mognos, jatobás e ipês que, em uma harmonia perfeita e equilibrada, se estendiam sobre a região mudando a paisagem apenas de acordo com as estações do ano e entre verde escuro no inverno e verde cinza no período de verão.

Frei Gil e os poucos habitantes que se dedicavam ao pastoreio e ao extrativismo de formas diversas tiveram, então, a oportunidade de presenciar um ecossistema completo formado por rios, córregos e igarapés límpidos; eram habitados por várias espécies de animais, peixes e pássaros que conviviam em uma harmoniosa e equilibrada relação. A geografia local e a vegetação dos campos de transição do sul do Pará surgem também com bastante evidência na descrição da paisagem local, conforme ilustra Audrin (1946, p. 83):

(...) abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados "capins". Manadas

de veados pastavam por aí sem medo; grupos de emas e seriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos "barreiros" ricos de salitre (...)

Pouco mais de um século depois da primeira missa de Frei Gil, o território que antes pertencia aos povos indígenas Carajás e Kayapós encontra ocupado por migrantes das mais diversas regiões do Brasil. A ocupação do "vazio demográfico" e da penetração do capital na região atraiu migrantes para a nova fronteira em busca de terra, trabalho e melhores condições de vida.

3.1 Extrativismo e ocupação a partir do município de Conceição do Araguaia

Segundo o IBGE (2010), atualmente o sul do Pará possui 16 municípios com população estimada em 420.000 habitantes, a maioria migrantes que em apenas três décadas transformaram milhões de hectares de vegetação natural em áreas de pastagens para a criação extensiva de gado.

A região tornou-se, então, vítima dos desastres ambientais em função do modelo de desenvolvimento implantado à época dos Governos Militares e que não considerou neste cenário o planejamento para a ocupação do território ou o respeito às populações locais que já ocupavam a região, permitindo que o "progresso" conduzisse a esse quadro atual de destruição, pautado na pecuária que tem se mostrado cada vez mais alheia à distribuição de riquezas e à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Dentro deste contexto, o sul do Pará não é uma exceção. Para recuperar a trajetória da ocupação de sua fronteira com maior enfoque para a questão ambiental, trataremos neste trabalho do processo de degradação ambiental partindo de Conceição do Araguaia, uma das primeiras cidades desta região.

De acordo com Ianni (1978), a ocupação do território inicialmente se deu por coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos e viajantes que habitavam as margens do rio Araguaia desde a segunda metade do século XIX. Do ponto de vista ambiental, as práticas agrícolas de subsistência e de criação de gado em pastagens naturais de campo cerrado de então não proporcionaram grandes alterações na paisagem local.

No final do século XIX, os produtos extrativistas encontrados na região – como o caucho (*Castilloa elástica*), a seringa (*Hevea brasiliensis*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) – começam a ganhar

importância econômica no mercado amazônico, e com isso a região atrai cada vez mais um grande número de migrantes (IANNI, 1978).

Ao contribuir com essa questão, Loureiro (1992a; 1992b), argumenta que o extrativismo se desenvolveu por meio de uma prática comercial conhecida em toda a Amazônia como *sistema de aviação*. Este sistema econômico consistia em trocas de mercadorias por produtos a serem explorados, onde o comerciante (conhecido como *aviador* por ser proprietário das casas aviadoras) adiantava as mercadorias necessárias aos trabalhadores do seringal ou de áreas de castanhais, recebendo em troca toda a produção em castanhas e outros produtos. Este sistema de trocas comerciais de mercadorias gerava, então, uma completa dependência econômica entre os trabalhadores do seringal e os proprietários das casas aviadoras.

Em 1904, foram descobertas zonas riquíssimas de exploração de caucho na região de Conceição, se estendendo nas florestas entre os rios Araguaia e Xingu para formar o que os aventureiros descreveram na ocasião como a "mesopotâmia paraense", local com grande concentração de árvores que se tornou atrativo para populações de extrativistas no período em que se deu uma corrida desenfreada a esses campos:

Não somente a cidade crescerá, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam-se multiplicar-se os sítios e fazendas. As matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada "cabeceira", em cada "campestre" fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros. Era a verdadeira "marcha para o oeste", cujo resultado foi o encontro dos araguaianos com os caucheiros do Xingu, nas florestas amazônicas. (AUDRIN, 1946, p. 95).

As atividades mercantis da exploração da borracha de caucho e da castanha mudaram a lógica da região que, antes agropastoril, passa a ser superada por atividades econômicas do modo de produção capitalista que, embora incipiente, não respeita nem mesmo os povos indígenas que recebiam a proteção dos missionários dominicanos então instalados nos arredores: "a mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa, gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos" (IANNI, 1978, p. 28), uma vez que esses religiosos perderam o "controle" sobre o poder político, administrativo e espiritual da nova cidade; ou seja, nem a proteção

religiosa foi suficiente para impedir os desmandos dos donos de seringais.

Criou-se, então, uma espécie de oligarquia local na região, onde as instituições públicas do Estado praticamente não existiam, uma região sem lei e sem ordem em que proprietários das casas aviadoras simplesmente dirigiam sua atenção para a obtenção do maior lucro possível a custo da exploração, das doenças e da dizimação dos povos indígenas.

De acordo com Silva (1959), nas margens do rio Araguaia no Estado do Pará encontravam-se "palhoças provisórias", coletoras extrativistas, pescadores e pequenos criadores que se dedicavam à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado nos campos naturais de cerrado.

3.2 Os Grandes Projetos e as mudanças no cenário regional a partir de 1950

As grandes transformações nas estruturas fundiária, social e econômica do sul do Pará começaram a ocorrer a partir de 1950, quando o Governo Federal criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), órgão que tinha a missão de planejar as ações de desenvolvimento para a região através de uma política de integração à nação.

De acordo com Silva (2008), a partir da década de 1960 os governos do Estado e posteriormente os militares concederam grandes extensões de terras que atingiram a região do Araguaia paraense na década de 1960. Essas concessões ocorreram a partir da constituição de várias empresas e agências do centro-sul, sobretudo as formadas por empresários paulistas interessados na especulação e venda de grandes fazendas para a implantação de lavouras de café em áreas de florestas, em função da queda de produtividade na região de Bragança Paulista.

Os corretores de terras João Lanari do Val, Nicolau Lunardelli e Carlos Ribeiro chegaram a adquirir junto ao governo do Pará a concessão de quase um milhão de hectares de floresta na região de Conceição do Araguaia. João Ramalho, morador da região do Araguaia paraense, narra a respeito de seu conhecimento sobre o contexto desse período:

(1) O Aurélio do Carmo era o governador na época e o Aurélio foi para São Paulo com o estafê dele, os secretários e fez uma reunião com o setor industrial em São Paulo, oferecendo investimentos no Pará, sobretudo terras, grandes quantidades de terras. (...) para fazer a expulsão daqueles moradores que foram para lá no século XIX ainda com Frei Gil Villanova, famílias que foram para a região em 1897 e

estavam lá em 1960, pequenos coletores, criadores que abasteciam de carne inclusive de gado currealeiro a própria cidade, né? Resultado: para expulsar esse povo, expulsar da forma mais cruel que você pode imaginar, por exemplo, o caboclo estava no seu cavalinho pangaré tocando o seu gado, eles entravam na região onde podiam andar de jipe açoitando aquele proprietário daquela terra que quando chegou lá só tinha os índios e eles viviam harmoniosamente sem nenhum problema (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21 de abril de 2013).

Ao contrário das grandes empresas e corretoras, os pequenos criadores agropastoris, posseiros e pequenos produtores que ocuparam essa região desde o final do século XIX não se preocupavam com titulações. Não restam dúvidas de que os conflitos que ocorreram a partir de 1960 estão associados à ocupação do território por empresas que passaram a disputar o espaço com antigos posseiros.

As famílias descendentes dos criadores de gado e os camponeses que habitavam os campos naturais do sul do Pará, desde o final do século XIX, por não possuírem títulos de propriedade, das terras em que viviam apesar da ameaça decorrente do capitalismo nessa região da Amazônia, ainda manteriam suas posses por alguns anos. Isso porque no início desse movimento as corporações imobiliárias, agências e corretores estavam, na verdade, mais interessados na apropriação, especulação e comercialização nas regiões cobertas pela floresta tropical, porque nelas é que se encontravam os solos agricultáveis. (SILVA, 2008, p. 10).

De acordo com Figueira (1986), Loureiro (1992a; 1992b) e Vaz (2013), até a década de 1950 não havia interesse econômico por essa região no que diz respeito à ocupação da terra, pois "(...) nesse tempo não havia preocupação quanto aos limites das terras, às demarcações ou aos papéis de domínio", ou seja, a população agropastoril e extrativista pouco se preocupava com demarcação, documentação e beneficiamento da terra.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses junto ao governo do Estado. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação

de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam (VAZ, 2013, p. 57).

Em outra abordagem, Audrin (1963) argumenta que a documentação não despertava a ambição dos habitantes camponeses e extrativistas. Em síntese, nos primeiros cinquenta anos de ocupação dos campos e florestas no século XX, praticamente não ocorreram mudanças profundas no que diz respeito à forma de produção agrícola e às atividades pastoris em todo o sul do Pará.

Sem dúvida, a chegada dos grandes projetos outorgados pelo Governo Federal por meio de incentivos fiscais teve início a partir de 1960, quando os governos Federal e Estadual concederam grandes extensões de terras para grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil. Estas concessões marcaram o início de uma nova realidade social, econômica e ambiental, uma vez que juntamente com a chegada das grandes empresas tiveram início as grandes devastações, como narra o morador abaixo:

(2) (...) a bolsa de negociação nem era em Belém, era em São Paulo. A bolsa de negociação das glebas eram de 900 alqueires, você sabe o que é isso? 900 alqueires goianos? São 48.400 metros quadrados por cada alqueire, pega 900 e multiplique por 5, são 45.000 hectares, meu amigo. Aqui, a Fazenda Mata Verde, Mata Geral, que hoje é uma vila, foi desapropriada e conseguiu naquela época 91.000 mil alqueires. Olha só, para se ter uma ideia a Mata Geral, que era do Grupo Lunardelli de São Paulo, grupo Lunardelli de família tradicional de São Paulo e rica. Agora você imagina o despropósito que era isso de 91.000 alqueires, eles tinham 91.000 cabeças de gado, era uma cabeça por alqueire, imagine! Isso é um absurdo! Hoje, do ponto de vista do rendimento, isso era zero e a forma como foi derrubado isso, olha só os atores que entraram (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21 de abril de 2013).

Por outro lado, Vaz (2013) observa que os criadores tradicionais de gado da região do Araguaia tiveram seu sistema de produção afetado com a instalação das empresas agropecuárias, uma vez que anteriormente as relações entre o proprietário criador e o vaqueiro funcionavam em um sistema de partilha

conhecido como "sorte", onde no final do ano dividiam-se os animais que nasciam durante a prestação dos serviços do vaqueiro. A chegada da empresa agropecuária nos moldes capitalistas de produção provocou várias mudanças nessas relações tradicionais.

Outra mudança drástica no sistema pecuário foi nas relações de trabalho, principalmente na forma de pagamento pelos serviços. Moreira Neto (1960) aponta que a frente pastoril mantinha a tradição de pagar os vaqueiros, os quais cuidavam diretamente do rebanho, oferecendo uma parte dos novos animais que nasciam sob sua responsabilidade. Esta nova frente de empresários e corretores passou a incorporar estes trabalhadores em suas fazendas, como funcionários. A primeira grande ruptura nas relações de trabalho, quando o vaqueiro passou a ser um trabalhador assalariado e não mais um "parceiro" de produção do fazendeiro, modificou definitivamente as possibilidades que até aquele momento uma família comum tinha: dedicar-se a uma pecuária familiar, com um rebanho formado pelas novilhas dos "pagamentos" e, dependendo da situação, podiam ampliar a quantidade de bovinos (VAZ, 2013, p. 57-58).

Segundo Hébette (1992), com os governos militares no poder a concessão de grandes extensões de florestas por grandes grupos econômicos, por meio da apropriação ilegal no sul do Pará conhecida como "grilagem", deu margem aos conflitos fundiários. Fatores sociais e econômicos como a abertura das rodovias, os incentivos fiscais e o discurso ideológico do governo contribuíram para atrair milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida.

Outro autor que discute essa questão, Pinto (2012), enfatiza que a migração dos nordestinos foi acompanhada por uma forte propaganda ideológica. O argumento serviria para justificar as verdadeiras intenções dos militares de se apropriarem das imensas riquezas naturais da região por meio do incentivo e penetração de grandes capitais nacionais e internacionais. Nesse sentido, o incentivo para trazer os nordestinos serviria para aliviar as tensões sociais sobre as terras das elites nordestinas localizadas na Zona da Mata.

Era preciso atender as levas de sertanejos tocados do interior pela fome e a miséria, que se projetavam ameaçadoramente como vagas incontroláveis sobre as cidades do litoral e as ricas propriedades rurais da Zona da Mata. Guardando o papel do discurso, Médici ofereceu uma solução em 1970. A

Transamazônica. Os nordestinos seriam recrutados para construí-la como peões e também seriam assentados às suas margens como colonos. Teriam trabalho, terra e renda. O governo de direita do Brasil lhes atenderia com aquilo que seria a bandeira das massas russas revoltadas contra o czarismo milenar, que, seis décadas antes, provocaram o surgimento do primeiro governo socialista no mundo. O nordestino abandonado e maltratado finalmente se transformaria em dono e de seu pedaço de terra, livrando-se do proprietário explorador. Não na sua terra natal. Na distante desconhecida e misteriosa Amazônia. (PINTO, 2012, p. 72).

De acordo com Pinto (2012), a partir de 1970, e ao mesmo tempo em que os governos militares desenvolveram os Programas de Desenvolvimento Agrícola, também se priorizou a penetração de grandes capitais, incentivando a ocupação de terras por grandes empresas agropecuárias nacionais e estrangeiras. Assim, grandes grupos econômicos estimulados por incentivos fiscais instalaram-se na Amazônia.

No caso específico do sul do Pará, na década de 1960 instalam-se dezenas de projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais em um curto período de tempo. Esses projetos de grandes empreendimentos ocuparam imensas extensões de terras, as quais já habitadas por populações locais há décadas, conferindo uma nova dinâmica de ocupação onde "(...) vê-se então todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados tornarem-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantas outras (...)" (HÉBETTE, 1992, p. 121-122).

Ressalta-se ainda que a questão fundiária da região também foi marcada pela omissão e pela morosidade dos poderes públicos do Estado representados nas esferas federal e estadual (PINTO, 1980), o que reforça o argumento de que o Estado, por meio de suas agências financiadoras e de gestão, privilegiou os grandes investimentos, beneficiando apenas grupos econômicos.

3.3 Fronteira e Frente de Expansão

Buscamos discutir o conceito de *fronteira* na Amazônia que se enquadra no contexto do sul do Pará, sobretudo a partir das mudanças que nela ocorreram a partir da segunda metade do século XX e a partir da compreensão de autores da Geografia e da Sociologia, dentre eles Velho (1976), Martins (2006 e 2012) e Becker (2009). As definições apontadas por esses autores demonstram que as análises sobre a Amazônia devem levar em consideração a atualidade desse

conceito, de modo que a *fronteira* não se restringe às questões geográficas por constituir-se *fronteira* de diferentes coisas:

(...) É também lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento, do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos, já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão "do outro lado", e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 10).

Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Amaral (2010), utilizando-se da concepção de Velho (1976), argumenta que a ideia de *fronteira* não pode ser compreendida apenas como uma fundamentação econômica e geográfica, pois se funda em uma inter-relação entre os diferentes momentos da história.

Em uma tentativa de avançar ainda mais nessa discussão, Velho (1976) substitui o conceito pelo debate sobre *fronteira em movimento* uma vez que, segundo ele, a região Amazônica deixa de ser apenas extrativista/mineral para ser alcançada pela frente agropecuária, recebendo novos atores como os camponeses. Vale ressaltar, ainda, que o autor alerta-nos para o detalhe de que isso ocorreu com a presença de contradições e conflitos diversos:

(...) Deve ser dito que essa ocupação camponesa não foi inteiramente pacífica. Devido a choques anteriores com coletores de borracha e castanha, os grupos indígenas já estavam muito reduzidos numericamente nessa área a ser alcançada pela fronteira (nessa época, talvez uma frente de expansão) camponesa nos anos 50 e nenhum problema significativo surgiu da parte deles (Laraia e Matta, 1967); pelo menos do ponto de vista dos camponeses. Mas houve problemas com grandes "donos" de castanhais e criadores de gado. Toda espécie de conflito surgiram. Em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação. Por vezes era empregada a violência aberta com a destruição de plantações pelo gado e a queima das casas. Mortes também ocorriam. (VELHO, 1976 *apud* AMARAL, 2010, p. 113).

Por outro lado, Vaz (2013), interpretando a obra de Martins, chama-nos a

atenção para a compreensão do termo *fronteira* ao afirmar que esse conceito vai muito além das *frentes de ocupação*. No seu sentido amplo, "navega" para algo "desejado" e/ou "inatingível", o que reforça a ideia de migração permanente. No caso particular do sul do Pará, a *fronteira* já se expandiu para outras regiões distantes como São Félix do Xingu, Anapú e Novo Repartimento. De acordo essa autora:

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (VAZ, 2013, p. 62).

Em síntese, Amaral (2010) e Vaz (2013), pautados nas concepções de Martins, esclarecem que há diferenças entre o que esses autores consideram como os conceitos de *Fronteira*, *Frente de Expansão* e *Frente Pioneira*. Enquanto que para os geógrafos a *Frente de Expansão* é vista como uma das fases da reprodução ampliada do capital, os antropólogos, ao contrário, entendem que a *Frente de Expansão* é vista como uma face da fronteira, não devendo ser entendida caracteristicamente como capitalista, mas sim como redes de trocas e relações comerciais. Os antropólogos referem a *Frente de Expansão* como fronteira demográfica. Assim, entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica é que se encontra e se apreende o que seria a Frente de Expansão.

3.4 O município de Xingua/PA

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Xingua faz parte da micro-região de Redenção, sendo localizado na latitude 07°05'45" sul e na longitude 49°56'45" oeste. Limita-se ao norte com os municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis; ao sul com o município de Rio Maria; a leste com o Município de Piçarra e o Rio Araguaia (Estado do Tocantins) e a oeste com os municípios de Água Azul do Norte e Ourilândia do Norte. Situa-se a 629 km ao sul de Belém,

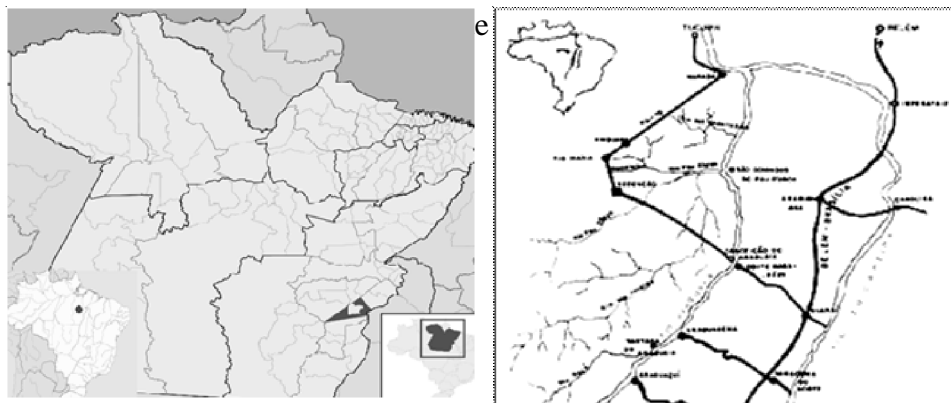


Figura 2 – Localização do município de Xinguara no Estado do Pará e região.
Fonte: IBGE, 2012.

Ainda segundo dados do IBGE, o município integra a área da Amazônia Legal e possui uma densidade demográfica de 10,74 hab./km² em uma área de aproximadamente 3.779 km², onde encontramos uma população de 40.573 habitantes, sendo 77,6% fixados na zona urbana e 22,4% na zona rural.

O município está inserido na bacia do Tocantins-Araguaia, cujo eixo drenante constitui limite com o Estado do Tocantins. A sub-bacia do Mariazinha localiza-se, por sua vez, na mesorregião Araguaia Paraense, cobrindo uma área de aproximadamente 5.825 km² e inserindo-se nos municípios de Xinguara e Rio Maria.

A evolução histórica do município pode ser caracterizada por ciclos econômicos ancorados, cronologicamente, em produtos como a madeira, os garimpos e a pecuária extensiva. Assim, a partir de 1976, Xinguara recebe grandes madeireiras do Centro-Sul instaladas através dos incentivos fiscais financiados pela SUDAM. Na década de oitenta, com a descoberta de garimpos de ouro no município, atraem-se muitos migrantes para a região e, posteriormente, destaca-se a pecuária extensiva praticada por pequenos, médios e grandes proprietários rurais.

Segundo relatos de moradores, a floresta da região era algo temeroso e desafiador devido à sua grande diversidade de plantas e animais. Sua densidade era composta por árvores que atingiam de 20 a 40 metros de altura tornando-se um obstáculo natural à ocupação. Os primeiros exploradores que chegaram nessa região em busca de ouro e madeiras eram também conhecidos

popularmente pelos moradores mais antigos como "mariscadores", caçadores de peles de animais como o *Gato-do-mato* e famosos pelas habilidades em lidar com bestas ferozes; partiam em busca desses produtos desde Conceição do Araguaia até São Félix do Xingu, a cerca de 600 km das zonas habitadas, em extensas jornadas de penetrações pelas selvas amazônicas, relatadas em detalhes e longas páginas por Frei José Audrin (1963).

Esses exploradores aventureiros penetravam pela mata geralmente no início do mês de abril, quando começava o verão amazônico, e chegavam a passar seis meses pesquisando garimpos, demarcando áreas de madeiras nobres como o mogno e caçando animais. Nesse período, a pele tinha um grande valor no comércio local, sobretudo o *Gato Maracajá*, a *Onça Pintada* e o *Veado Mateiro*. Esses mariscadores tiveram um papel importante na ocupação da região porque foram os primeiros a fornecer informações para a penetração de extrativistas e garimpeiros, servindo de guias para a entrada de madeireiros na busca por caminhos melhores para a abertura de estradas.

O nome Xinguará é uma homenagem aos dois grandes rios Xingu e Araguaia, e está inserido na região denominado pelo aventureiro e pesquisador paulista Hermano Ribeiro da Silva que, em 1932, quando de passagem por Conceição do Araguaia, denominou a região de *mesopotâmia paraense*.

3.5 A Guerrilha do Araguaia e suas repercussões

De acordo com Sader (1990) e Peixoto (2011), a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado liderado por membros do Partido Comunista do Brasil, PC do B, que teve como líder Osvaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão". Esse movimento, ocorrido entre os anos de 1969-1973, se opôs às forças de repressão dos governos militares no distrito de São Geraldo do Araguaia nos Estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, na região conhecida como *Bico do Papagaio*, uma das regiões de maiores conflitos pela terra no Brasil.

Em síntese, o movimento pretendia organizar os camponeses, indígenas e castanheiros locais com o objetivo de formar uma força de resistência para enfrentar as Forças Armadas que se encontravam no poder político no Brasil desde 1964:

(...) segundo o general Viana Moog, citado por jornalistas da revista História Imediata (nº1), "foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB" na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. A área de atuação da guerrilha estendia-se pela margem esquerda do Rio

Araguaia, portanto no Pará, desde São Geraldo (abrangendo Xambioá em Goiás, na margem direita) até Marabá. A região do Bico do Papagaio – nessa época pertencendo ao Extremo Norte de Goiás, hoje fazendo parte do Estado de Tocantins – recebeu a visita das duas partes em conflito: militares e guerrilheiros (SADER, 1990, p. 3).

Para Peixoto (2011), o movimento armado da guerrilha serviu de inspiração para as organizações camponesas que nela encontraram a possibilidade de permanecer na terra, uma vez que a partir da instalação de grandes empresas agropecuárias foram expulsos e/ou despejados pela justiça dos jagunços armados a mando de latifundiários. Com o fim da guerrilha, os camponeses enfrentaram uma "segunda guerra", a guerra contra os latifúndios, que se apoderaram das imensas áreas de terras do baixo Araguaia:

Os crimes da chamada 'segunda guerra' continuam impunes e quase esquecidos, não fossem os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo. Logo após a guerrilha, já em 1976, intensificaram-se muito as ocupações de terra na região. E os conflitos e assassinatos também. Quase mil trabalhadores foram assassinados desde 1975. Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. Há apenas um mandante preso, o Bida, envolvido no assassinato da irmã Dorothy. (PEIXOTO, 2011, p. 486).

Do ponto de vista da terra, a Guerrilha do Araguaia (assim como as orientações religiosas ligadas à Teologia da Libertação) representou um marco importante na resistência camponesa contra a dura repressão dos latifundiários e militares. Muitas organizações de trabalhadores da região encontraram na guerrilha as estratégias necessárias para fortalecer suas formas de organização e resistência no enfrentamento direto com os latifundiários e os grileiros da região (SADER, 1990; PEIXOTO, 2011).

Segundo esses autores, apesar da intensa repressão do Exército e a execução dos guerrilheiros, os trabalhadores rurais adquiriram uma larga experiência na luta pela terra, aprendizado que culminou, posteriormente, na conquista de várias glebas de terras desapropriadas para o assentamento de milhares de famílias de modo que as lições da guerrilha, fortemente presente no imaginário das populações rurais locais, deixaram como legado um forte movimento de resistência e luta

pela Reforma Agrária presentes ainda nos dias atuais.

No município de Xinguara, por exemplo, o *Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins* (GETAT), criado em 1980 pelo Decreto-lei nº. 1767, manteve um escritório durante décadas, para coordenar a demarcação e a distribuição de terras e títulos de propriedades, assentando milhares de famílias em áreas oficiais como os assentamentos Tupã, Gleba 10, Vermelho e Preto, Araguaxim, Araguari, entre outros.

3.6 A Ocupação do Baixo Araguaia

Para entendermos o contexto ambiental da sub-bacia do rio Mariazinha, torna-se fundamental compreendermos a ocupação do baixo do Araguaia descrita em várias literaturas regionais. Segundo a denominação histórica e geográfica utilizada por diversos autores, define-se por Baixo Araguaia a grande faixa de terras que corresponde à margem esquerda paraense do rio Araguaia e alonga-se de Conceição do Araguaia a São Geraldo, estendendo-se por aproximadamente 200 km.

Segundo Amaral (2010), ao longo das duas margens do Araguaia presenciavam-se vegetação e mudança de biomas. A geografia da região apresenta ainda relevo acidentado onde se encontra vasta região de Cerrado que varia desde campos nativos e savanas até a zona de transição com a floresta densa nas imediações entre Xinguara e São Geraldo do Araguaia, sobretudo ao sul e em áreas altas.

Os principais biomas encontrados são o bioma Amazônico e o Cerrado, além de zonas de tensão ecológica (espaços geográficos situados nas interfaces entre diversos ecossistemas) Cerrado-Amazônia. De acordo com Amaral (idem), o Cerrado é praticamente dominante do lado paraense da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, principalmente às margens do rio.

4. Memória e degradação ambiental: como o desenvolvimento local "na Pata do Boi" destruiu um bioma

A área analisada neste artigo corresponde a aproximadamente 5.825 km² inseridos nos municípios de Xinguara e Rio Maria. Como mencionamos anteriormente, as análises apresentadas a seguir foram realizadas por meio da utilização de fontes orais obtidas em entrevistas com os moradores locais. Os questionários foram estruturados obedecendo a um roteiro semiaberto para, em seguida, efetuarem-se as gravações e suas transcrições.

Constituíram também documentos relevantes às diversas anotações registradas em Diário de Campo, ferramenta que se configurou como um instrumento precioso

para o empreendimento de investigações, descobertas e reflexões às quais sucederam uma vez adotados tais procedimentos, a efetuação das análises e a interpretação de seus conteúdos.

4.1 As trajetórias familiares e a ocupação da terra

Os entrevistados, atentamente ouvidos e analisados neste artigo são moradores dos espaços urbano e rural que chegaram à região em meados das décadas de 1970 e 1980, advindos das diversas regiões do Brasil e incentivados a migrarem tanto pelos religiosos do Nordeste, já mencionados anteriormente, como pelas propagandas dos governos que, à época, ofereciam uma série de oportunidades que iam desde a oferta de terra para trabalhar até a possibilidade de emprego e crescimento econômico por meio de uma pequena empresa ou de cargos bem remunerados no serviço público. Neste contexto, portanto, a chance de uma vida nova e cheia de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida soava como certa àqueles que possuíam pouco ou nada em seus lugares de origem.

Podemos caracterizar os moradores da sub-bacia como pioneiros, pequenos proprietários e latifundiários. Os primeiros chegaram com pouco ou nenhum capital em busca de novas terras e, por não se cumprir a propaganda dos militares quanto à "terra próspera", não encontraram outra alternativa para a sua sobrevivência senão por meio da ocupação, sujeitando-se ao grau de violência extrema dos conflitos pela conquista destes espaços, sobre o qual dão conta os relatos dos antigos moradores, encontrados nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O segundo grupo de moradores diz respeito àqueles que adquiriram o direito à terra por meio da compra de pequenos lotes em áreas de assentados ou de propriedades privadas. Finalmente, o terceiro grupo diz respeito aos fazendeiros que adquiriram grandes extensões de terras por meio de concessões e doações do Governo ou mesmo pela compra particular de lotes em áreas de assentamento incorrendo na reconcentração destas terras.

Ressalta-se que uma parcela dos entrevistados ligados às atividades no campo já possuía ligações anteriores com a terra em seus lugares de origem, pois uma boa parte deles outrora possuiu uma pequena propriedade, enxergando na *Frente Pioneira* a oportunidade para expandir seus negócios, comprar um lote maior e/ou adquirir novas áreas por meio do processo de ocupação/doação de terras empreitado por programas de reforma agrária do Governo Federal.

Nas narrativas dos moradores, tornou-se comum registrar relatos de quem

ouviu "alguém" dizer que havia muita terra na Amazônia e que o Governo as estava distribuindo a quem as quisesse. O caso do morador Antônio Neto é exemplar, pois ele narra que seu pai assistia à televisão e ouviu a propaganda de que o Governo distribuía terras na Amazônia, motivo pelo qual seu genitor vendeu a pequena propriedade que possuía no interior do Ceará, fretou um caminhão e viajou com a família para a cidade de Araguaína, onde o dinheiro acabou. Para chegar à Xinguara, seu pai contou com a "ajuda" de um fazendeiro que trouxe a família para trabalhar em suas terras sem garantias de qualquer direito. Passados seis meses trabalhando para pagar as contas, mudou-se para Xinguara, onde trabalhou arrendando terras, em atividades de garimpos e serrarias até conquistar o seu "prometido" pedaço de terra.

As informações fornecidas pelos moradores dão conta de que a maior parte das áreas territoriais, onde atualmente está concentrada a população do Mariazinha, pertencia a empresas madeireiras e latifundiárias do Centro Sul, como a Madeireira Marajoara e o grupo agropecuário conhecido como COMIND, pertencente ao banqueiro paulista Flávio Pinto de Almeida, além de Manoel de Sá Junior de Brasília que, na década de 1970, fez a exploração seletiva de madeiras como o mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrela odorata*) e o ipê (*Tabebuia* sp).

As ocupações por posseiros têm início em 1978, prolongando-se por cerca de dez anos, período em que todas as áreas foram totalmente conquistadas, desapropriadas e distribuídas para a reforma agrária. Esse processo foi gradual e, inicialmente, abarcou as regiões de Tupã, Marajoara e Vermelho e Preto perfazendo um total de 49.546 hectares. Outras ocupações ocorreram mais recentemente ampliando as extensões de terras conquistadas até as margens do rio Araguaia, distante 120 km de Xinguara.

Em relatos emocionantes de suas próprias trajetórias, os moradores narram com orgulho que vieram para Xinguara em uma leva de migrantes oriunda de vários Estados em busca de melhores condições de vida. Algumas famílias dessa "leva", as que se estabeleceram na região do Mariazinha, conseguiram comprar pequenos lotes de 50 hectares, extensão maior do que a que detinham em seu local de origem. A maioria desses moradores, no entanto, não possuía terra alguma e enxergava na ocupação a esperança de conquistar seu próprio lote.

Em linhas gerais, a maioria dos moradores, sobretudo os pioneiros, é proveniente do meio rural em seus Estados de origem onde, desde o século XVIII, partiram do vale do São Francisco e penetraram pelo interior, ocupando inicialmente regiões do Maranhão. As gerações desses migrantes *pastoris* é que

adentraram, então, pelo norte de Goiás até alcançarem, no final do século XIX, os campos naturais de cerrados de Conceição do Araguaia no sul do Pará. Existe uma vasta bibliografia, como as obras de frei José Audrin publicadas em 1946 e 1963, e a publicação de Hermano Ribeiro da Silva, datada de 1934, ambas relatando com profundidade a trajetória e a vida cotidiana de nordestinos pastores, extrativistas e pequenos agricultores pela região.

Outros moradores de migração recente chegaram a partir da implantação dos projetos de desenvolvimento, após 1960, e passaram inicialmente pelo Estado de Goiás, onde trabalharam em pequenas propriedades, em roças de "meia" ou como agregados. Os que possuíam pequenas terras venderam seus lotes e trouxeram pequeno capital na perspectiva de aumentar sua propriedade na Amazônia e, até lá, passaram por diversos lotes de onde eram constantemente expulsos por fazendeiros, quando não abandonados por motivos de doenças como a malária e a febre amarela.

A maior parte dos moradores das margens do Mariazinha configura-se como pequenos e médios proprietários. É o caso do senhor José Constantino, conhecido como José da Penha, que antes de mudar-se para a região havia trabalhado em outras, plantando roça com seus pais em diversos lugares para depois trabalhar em garimpos e chácaras, até conseguir um lote de terra para trabalhar por conta.

A partir de 1980, atenuadas as disputas sangrentas pela terra, os posseiros começaram a derrubar as matas e a efetuar as primeiras plantações. Esse período, que vai de 1980 a 1988, é marcado por grande produção de feijão, milho e arroz e, à medida que as aberturas nas matas iam-se estendendo, começaram a aparecer às primeiras pastagens e a chegar à região as primeiras centenas de gado.

O morador Antônio Vieira Gomes, conhecido como Gauchinho, narra que naquele período as condições de acesso à cidade eram muito difíceis. Até 1989 a área do Mariazinha tinha dificuldade de integração com a cidade por conta de algumas fazendas possuírem proprietários que impediam o acesso por um caminho mais curto, impasse resolvido apenas quando uma comissão de posseiros conseguiu negociar com um fazendeiro vizinho a abertura de uma estrada ligando a região à cidade de Xinguara.

Neste mesmo período começam, então, a surgir instalações de casas comerciais, máquinas para o beneficiamento de arroz, a criação da associação de produtores e a constituição de uma comunidade religiosa onde os moradores passaram a reunir-se e discutir os problemas locais.

Gauchinho relembra que foram os financiamentos que fizeram com que a

maioria adquirisse as primeiras cabeças de gado, o que indica que, com a conquista de crédito junto às agências de fomentos como o Banco da Amazônia e Banco do Brasil, foi dado um grande impulso às atividades agropecuárias, sobretudo a partir da aquisição de rebanhos bovinos para a produção de leite. As lavouras de feijão, milho e mandioca começaram, então, a ser reduzidas para dar espaço às áreas de pastagem.

A partir de 1993, as casas comerciais e as máquinas de arroz foram desativadas devido à abertura de estradas e à implantação de uma linha de caminhão que facilitou o deslocamento até a cidade. Segundo este morador, nesse período já se registrava pequena quantidade de gado em alguns estabelecimentos e as famílias se reuniam constantemente para celebrações, comemorações, festejos e para trabalhos comunitários como a cobertura de casas (barracos), a broca de mata (roçado), a capina de roça e a colheita. Estas práticas começaram a ficar escassas a partir do avanço da pastagem na localidade sem deixarem, contudo, de mostrar relevantes durante o período de instalação das famílias no lote, assumindo-se agora enquanto práticas secundárias.

Como se vê, à medida que as áreas de pastagem foram se desenvolvendo a maioria dos agricultores reduziu suas áreas de cultivo. Atualmente, os agricultores que se dedicam ao plantio de mandioca estão cada vez mais reduzidos, restringindo-se a apenas 50 produtores que continuam realizando-o principalmente para o abastecimento do mercado local.

Observa-se que, assim como os antigos moradores *pastoris* da região de Conceição do Araguaia, a maioria dos posseiros do Mariazinha optou por criar gado em função das tradições de décadas trazidas dos seus descendentes em suas longas trajetórias pelo interior do Brasil até chegar à região, ou mesmo pela influência de fazendeiros locais.

No entanto, cabe ressaltar que existe uma diferença entre os *pastoris* de Conceição do Araguaia que criavam o gado solto, em pastos naturais de cerrado, e os criadores resultantes dos processos de ocupação recente na região. Os criadores do Mariazinha precisaram conquistar a terra, "jogar a floresta abaixo", queimar, semear capim, cercar de arame para em seguida se beneficiarem do financiamento do gado, causando impactos ambientais bem mais expressivos do que nos campos naturais de cerrado.

O Quadro 1 sintetiza bem a evolução das principais transformações socioambientais ocorridas na região do Mariazinha, bem como os fatores ecológicos e elementos do meio e da paisagem desenvolvidos desde o início da ocupação até aos dias atuais.

	ATIVIDADES PRODUTIVAS	ELEMENTOS DO MEIO	PAISAGEM
1979 – 1988	Arroz, milho, feijão e mandioca.	Ocupação e disputa pela terra; organização dos moradores.	Venda da madeira, derrubada da mata, queimadas e roças.
1989 – 1992	Arroz, milho, feijão, mandioca, banana, aves, porcos e aquisição de gado.	Fundação da associação; comunidades religiosas.	Ampliação das derrubadas, queimadas e pastagens.
1993 – 1996	Redução da venda de feijão, arroz e milho; venda de leite, queijo e bezeros.	Conquista do crédito; abertura de estradas; regularização dos lotes.	
1997 – 1999	Redução da venda de milho e arroz; ampliação da venda de leite, queijo e bezeros; venda de frutas e verduras.	Comercialização do leite; reivindicações por melhores estradas e pontes.	Ampliação das pastagens e abertura de represas nos córregos.
2000 – 2013	Venda de bezeros, leite, queijo, verduras, mandioca, abacaxi e farinha.	Resfriadores de leite; Lutas contra as empresas poluidoras.	Pastagens, represas, mecanização, poluição do rio e degradação de pastagem.

Quadro 1 – Síntese das transformações socioambientais desenvolvidas na região do rio Mariazinha ao longo das décadas.

Fonte: Dados de campo, abril de 2013.

4.2 As transformações no bioma local e a diversificação da produção

"Aqui era tudo mata": esta é a expressão que melhor representa a sub-bacia do rio Mariazinha quando da chegada dos primeiros moradores. Árvores grandes e mata fechada com muita madeira de valor comercial, a exuberância da floresta amazônica, a beleza dos rios, córregos e igarapés e a riqueza da fauna com dezenas de espécies de animais e pássaros.

Percebe-se nas narrativas dos moradores que há, nesse período, traços muito fortes na relação com a floresta. O senhor João Ramalho, nascido nas margens do rio Araguaia e hoje com 68 anos, conta que conviveu com os últimos remanescentes da etnia indígena Carajás e carrega a recordação de um período de riqueza da fauna e da flora, a biodiversidade da região sul do Pará:

(3) (...) o que mais me impressionou é que, primeiro o tamanho e exuberância do rio, a beleza do rio Araguaia que era uma coisa! Até hoje ainda é muito bonito, mas antes era muito mais... Você imagina as margens do Araguaia toda ela com a cobertura vegetal de plantas frutíferas nativas que alimentava toda aquela imensa quantidade de aves e de peixes, as frutas amadureciam na margem... Dentro das minhas memórias, assim, é o seguinte, a floresta era algo temeroso, desafiador

porque ela era muito densa, muito grande e as histórias que a gente ouvia - não tinha televisão, não tinha rádio -, então o resultado a gente tinha as histórias que passava de pai pra filho, memória oral apenas, e aí as histórias dos caçadores que contavam matando a onça, aquela coisa toda: o barulho dos ventos, você imagina o barulho dos ventos naquelas florestas de vários andares, desde árvores de 20 metros de altura, 30 metros até vegetação rasteira e densa, então aquilo tudo era meio... A gente ficava um pouco com medo contando as histórias dos caçadores famosos, os famosos mariscadores que saíam de Conceição do Araguaia e vinham até aqui, iam até São Félix do Xingu porque essa região era completamente deserta (...) (João Ramalho, morador. Depoimento realizado em 21/04/2013).

À medida que as propriedades iam sendo devastadas, começavam a ocorrer às primeiras mudanças na paisagem. De uma maneira geral, os pequenos agricultores que ocuparam as terras seguiram a seguinte dinâmica: derruba-se a mata, atea-se fogo e planta-se capim. As pequenas roças aparecem apenas no primeiro ano e, em seguida, forma-se a pastagem em uma dinâmica encontrada em praticamente toda a região.

As características dessa pequena agricultura praticada na sub-bacia do Mariazinha são, portanto, semelhantes às que se desenvolveram inicialmente na região de Conceição do Araguaia no período pastoril em que se consorciava a criação com as pequenas roças; ou seja, praticava-se se uma agricultura incipiente, de subsistência, conhecida como "lavoura sobre queimada" ou "roças de toco", de acordo com a denominação dos moradores locais. Os relatos orais indicam que estas formas tradicionais de produção agrícolas se perpetuam apenas por algumas décadas.

Percebeu-se também que uma parcela significativa de moradores que ocuparam as terras de Xinguara detinha um aprendizado, adquirido em seus lugares de origem, que se acumulou na convivência com os povos indígenas da região com os quais conviveram na região do baixo Araguaia. Frei José Audrin (1946 e 1963) descreve com profundidade a convivência entre os "sertanejos" e os povos indígenas na região de campos naturais do Araguaia e, de acordo com o autor, a agricultura daquele período consistia em um processo de separar um pequeno pedaço de mata (às vezes um hectare), derrubar a vegetação original e atear fogo. Dias depois, limpava-se a área com a retirada dos garranchos, preparando-a para o plantio e, após a colheita, abandonava-se o local por alguns

anos até a mata se regenerar. Em outro local começava-se, então, o mesmo procedimento, uma espécie de ciclo de rotação do uso da terra (AUDRIN, 1963, p. 44).

Os relatos orais dos moradores de Xinguara nos revelam que as plantações tinham as características de uma associação de pequenas lavouras de arroz, milho, feijão, batata-doce e verduras. Desse modo, praticavam também a pequena criação de porcos e frangos, garantindo, assim, a sustentabilidade das famílias dos pequenos produtores. Senhor José da Penha, morador local, argumenta que naquele período raramente se vendia o excedente da produção que era guardada em paióis construídos de madeira, locais onde se fazia também a seleção das sementes para o plantio no ano seguinte.

4.3 Cruzamentos entre o passado e o presente

As narrativas dos moradores demonstram que a região da sub-bacia do rio Mariazinha era coberta por uma vegetação de floresta densa, típica da região amazônica, com a presença de árvores de grande porte de interesse comercial, como as popularmente conhecidas como jatobá, mogno, angelim, cedro e ipê. A região constituía-se como o habitat de dezenas de espécies de animais, dentre eles pássaros, mamíferos como a paca, a anta, o porco do mato, o tatu, a capivara entre outros.

Segundo a descrição fornecida pelos moradores, o rio Mariazinha (hoje em estágio acelerado de degradação) possuía águas límpidas através das quais era possível ver a areia no fundo ou mesmo "ouvir o estalo de dente dos peixes quebrando os cocos que caiam dentro d'água", como descreveu um morador. Tal paisagem descrita pelos moradores mais antigos apresenta-se hoje como aparentemente desconhecida da memória das populações locais recentes.

Por meio dos relatos, percebe-se o quão rico em detalhes são a fauna, a flora e a ocupação do espaço cheio de dificuldades e que proporciona aprendizados. São as histórias narradas por moradores como o senhor Gauchinho, sujeito que se sentiu bastante valorizado ao ser convidado para a entrevista, dada a importância de poder descrever a história de sua chegada, a situação atual do rio Mariazinha e o seu enfrentamento contra as empresas poluidoras.

No local da entrevista, Seu Gauchinho nos chamou para a cobertura de um velho barracão abandonado onde se sentia melhor para contar sua história que seria gravada em comum acordo entre as partes. Ali, encontrava-se um antigo pilão abandonado onde sua esposa garantiu a alimentação da família nos primeiros anos: "pilamos o arroz para criar os filhos", afirmou introspectivo.

Quando na estadia do sítio, denominado Sítio do Gaiteiro, para a entrevista e o levantamento fotográfico das plantações, durante uma escaldante tarde do dia 19 de abril de 2013, o senhor Gauchinho resumiu em poucas palavras os primeiros anos de sua chegada à região quando encontrou grandes plantações de banana-maçã, atividade econômica que marcou os primeiros anos da paisagem do campo em Xinguara:

(4) Aquilo não sai do meu pensamento, aquele tanto de banana-maçã, certo, nós aquele tanto de rapaz que nós não conseguíamos carregar mais do que dois cachos de banana-maçã. O caminhão entrava trancado com a balança em cima pra pegar aquele tanto de banana, sabe? Depois foi acabando. Depois, com o passar do tempo, as bananas-maçã, hoje nem se você fizer alguma tecnologia não está adiantando, né?, para banana-maçã... Mas mesmo assim muita mata, eu me casei naquela época. Antes era assim: nós agrupado lá, meus falecidos pais em frente ao Projeto Casulo naquela terra que nós acabamos de vender, a herança dos meus falecidos pais. Perdi pai, perdi mãe, mas daquela época a gente entrou pra cá só dava imagem bonita sobre a natureza, eu entrei mais essa mulher, quase que ela morre afogada travessando sem estrada nesse rio Mariazinha (...) (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013).

São cerca de trinta e quatro anos desde que seu Gauchinho migrou do Mato Grosso com seus pais para o município de Xinguara, mantendo ainda fortemente na sua memória as dificuldades encontradas quando da chegada ao local onde fica hoje sua propriedade. Ele narra até com certo saudosismo as dificuldades advindas da falta de infraestrutura de estradas, as enchentes e relembra as pescarias em abundância:

(5) *A gente pegava nesse Mariazinha, nós pegávamos surubim, boca larga, jurupoca, piau da melhor quantidade, várias qualidades de peixe, certo? Pra você ter uma ideia, quando nós entramos ali nós tivemos que passar pela mata, depois abriu essa estrada aqui, que hoje aqui é uma estrada, é uma grota abandonado causado pelo sistema político, tudo bem, mais tá, nós ai arrumamos essa estrada por aqui, né? Mas quando passava, era tudo mata, rapaz, desde o frigorífico até aqui (...)* (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013).

Quando o procuramos para a entrevista, seu Gauchinho fez questão de mostrar sua nova casa e levar-nos com muito orgulho para conhecer as conquistas de todos esses anos de trabalho no seu sítio repleto de plantações de café, cacau, cupuaçu, tangerina, cajá e várias outras espécies nativas muito bem cuidadas. À medida que seguíamos andando pelo sítio, mostrava como era a propriedade na época de sua chegada à região, quando ainda morava na casinha coberta de palha de "paxiba" (espécie de palmeira cuja palha é utilizada para a cobertura de casas), o antigo pilão – que ele considera o responsável por "criar todos os filhos" –, e ainda o local onde ficava o antigo curral, o chiqueiro de porcos e galinhas.

4.4 Os impactos da pecuária

A criação extensiva de gado na região provoca grandes impactos ambientais. Em Xinguara, praticamente não existem mais áreas de florestas e, uma vez instaladas as fazendas, dá-se também a redução de mão de obra.

Presenciamos casos em que apenas cinco empregados são capazes de fazer os cuidados permanentes de cinco a dez mil cabeças de gado. Além disso, as grandes empresas rurais aplicam poucos investimentos na região, preferindo transferir seus lucros para os seus Estados de origem. Portanto, em vez de promoverem o desenvolvimento local, na maioria das vezes atuam apenas como exploradoras dos recursos naturais nos moldes extrativistas. A narrativa crítica a essa concepção, do morador Geraldo Teixeira, ilustra bem esta situação:

(6) (...) não há desenvolvimento local baseado "na pata do boi". O que há é um forte apelo midiático, inclusive no "aspecto cultural", para que as pessoas considerem como bem sucedido aquele que dispuser de pastagens e de bovinos para venda. Para ilustrar essa afirmação de que não há desenvolvimento através da criação extensiva de bovinos para corte podemos comparar com outras regiões subdesenvolvidas: o sertão nordestino, apesar da seca que o assola, vive fase de maior desenvolvimento; os estados vizinhos de Goiás e Tocantins, apesar da degradação ocasionada pelo cultivo de grãos, vivem fase de maior desenvolvimento. Portanto, o tal "progresso na pata do boi" é discurso e mídia, mas não é realidade no Sul do Pará, exceto para as poucas famílias que aqui ergueram seus impérios de latifúndio ou de empresas ligadas ao mesmo (Geraldo Teixeira, morador. Depoimento realizado em 25/03/2013).

4.5 A ideologia "na pata do boi" e o presente em construção

A partir da instalação das empresas agropecuárias na região, o modelo inverteu-se. Em vez de campos e cerrados, as ocupações de terras adentraram em áreas de florestas, provocando alterações radicais nas estruturas sociais e econômicas locais, além de interferir nas formas de o homem relacionar-se com a natureza. Se antes os camponeses pastores viviam livres, no sentido de que não havia a necessidade da cerca e do arame, com essas mudanças os criadores viram-se ameaçados pelas empresas agropecuárias, passando a utilizar da "estratégia em ocupar a área de maneira oficial por meio da obtenção de títulos chancelados pelo Governo do Estado do Pará, [o que] causou imensa ruptura no modo de vida dos sertanejos locais, os quais criavam o gado de forma livre nas áreas de pastos naturais" (VAZ, 2013, p. 131).

Nas viagens a campo, percebeu-se que os moradores possuem um julgamento crítico a respeito das agências de fomentos. Eles descrevem que essas agências utilizam critérios diferentes para financiar grandes e pequenos produtores. Quando se trata de financiar pequenos produtores rurais, identificam um direcionamento para o crédito da pecuária devido às políticas desses órgãos serem orientadas a financiar atividades econômicas consideradas de baixo risco financeiro; é justamente por isso que todos os esforços direcionaram-se apenas para a pecuária.

Os moradores argumentam também sobre o papel da assistência técnica oferecida pelos órgãos estaduais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI). Para os moradores, elas são consideradas inadequadas e inoperantes, uma vez que, quando esses órgãos oferecem algum serviço como os de elaboração de projetos "não respeitam a vontade do produtor" e ainda direcionam o projeto para a pecuária, desestimulando os interessados em outras atividades econômicas que não a criação de gado.

Há também um discurso local, que é reforçado pelos dirigentes políticos, de que a criação de gado representa uma "poupança viva" e é, assim, sinal de "segurança" para o pequeno criador. Essa ideia que permeia a visão de que o progresso e o desenvolvimento locais estão fundamentados no gado é fortemente difundida por meio de grandes negócios firmados nas Feiras Agropecuárias das cidades da região. Não bastasse, são difundidas ainda em leilões e grandes feiras de negócios voltadas, por exemplo, ao lançamento de produtos e maquinários de alta tecnologia para o agronegócio, como menciona o morador em sinal de contestação a esse modelo dominante:

(7) (...) *é equivocado você pensar que um camarada, uma família que tenha 10 alqueires, ou seja, 50 hectares redondos de terra, possa sobreviver dignamente criando gado, não dá, meu amigo, gado é uma prática para você criar em escala, mais o que é que ele tem? Ele só tem o incentivo do banco para isso, se ele disser não, eu quero plantar cupuaçu, então o açai ou pupunha, não sabe o que, vai ser logo desestimulado. Isso é perigoso, não tem mercado, não tem dinheiro para isso, para boi tem, então o que o cara passa a ser? Passa a ser simplesmente escravo do Banco do Brasil e do Basa, dos agentes financeiros, porque não dá. Ele vai ter que vender a matriz para pagar o bezerro, então que diabo é isso? Não sei porque falta uma política de estado para rever isso, bota os técnicos para pensar, a EMATER, a Sagre, esses órgãos todos aí que o Estado tem, porque órgãos têm demais. [...] eu avalio da seguinte maneira: Eu acho que a "pata do boi" reflete a lógica da dominação da região e do ponto de vista deles a lógica está até correta, né? Ou seja, nós vamos desmatar, vamos criar boi e boi gera carne e carne gera dinheiro e nós queremos é dinheiro. Então, essa é a lógica capitalista, e agora dizer que isso é sinônimo de desenvolvimento ou a única opção de desenvolvimento da região é que está o equívoco no meu entendimento (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).*

Todos esses instrumentos ideológicos dificultam o verdadeiro desenvolvimento local, uma vez que os pequenos produtores rurais, bem como a população pobre do espaço urbano, enfrentam dificuldades de sobrevivência em uma região de grandes riquezas naturais e minerais concentradas nas mãos de uma minoria de grandes proprietários e grupos econômicos. O depoimento abaixo narra essa situação em uma concepção crítica de desenvolvimento:

(8) *É uma lógica de desenvolvimento que não desenvolve a economia local, que não distribui a riqueza em nível local, que não fortalece o fluxo de renda e trabalho em nível do território porque nem os impostos são recolhidos devidamente. Onde o Estado é insuficiente na fiscalização e na arrecadação dos impostos que deveriam ser gerados desta produção. É também uma lógica de produção irracional do ponto de vista espacial e territorial, com as exageradas extensões de terras, os grandes latifúndios concentrados em mãos do grande capital. Enquanto que a população trabalhadora local, que*

necessita do pedaço de terra para sua produção e manutenção da economia local, não consegue acesso à terra, pois está concentrada nas mãos do latifúndio. Portanto, este desenvolvimento na lógica da "pata do boi" se torna para esta região do Sul e Sudeste do Pará insustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico, cultural e político (Cláudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

Dentro de tal contexto, cabe ressaltar ainda que os diversos movimentos sociais ligados à Teologia da Libertação, assim como as correntes políticas progressistas, enfrentam dificuldades em apresentar uma proposta alternativa que possa conduzir o processo de desenvolvimento local em outra direção, sobretudo porque as elites locais cooptam, para os seus interesses, pessoas simples, de origem camponesa que, no decorrer dos anos, apegam-se ao forte discurso ideológico e são convencidas pelas propostas fantasiosas de grandes lucros proporcionados pela pecuária, opondo-se muitas vezes às organizações e sindicatos de sua classe.

Esse cenário econômico construído há décadas pelos dirigentes políticos e elites locais pautadas na pecuária reforça a visão de desenvolvimento de "cima para baixo" que despreza a pequena produção e desestimula as práticas alternativas da pequena economia local.

As transformações sociais e econômicas e os projetos agropecuários mudaram a paisagem local. O passado, marcado pela derrubada e queima da mata, as pequenas roças feitas a golpes de foice e machado e os plantios de milho, arroz e feijão cultivados para o consumo próprio, assim como a pequena fornalha para torrar a farinha e as crenças nas simpatias para eliminar doenças e cuidar da proteção das sementes para a próxima safra sofreram duros golpes do modelo modernizante, estando hoje bastante reduzidas, sendo lembradas pela maioria dos moradores apenas por meio de marcações temporais como "naquele tempo".

Desse modo, a agroindústria e a "modernização" contribuíram para "converter" as tradições em "modernas" técnicas que utilizam, desde a pulverização. Aérea dos agrotóxicos para a limpeza de pastagem até as técnicas de inseminação artificial para a obtenção das melhores descendências bovinas. Nesta nova realidade, os moradores na região do Mariazinha viram-se forçados a modificar radicalmente suas relações com a terra.

No artigo de Parolin e Bellini (2010), denominado *O silêncio das Araucárias: Memória e Esquecimento da natureza em um grupo de moradores da sub-bacia hidrográfica do Rio do Campo*, no estado do Paraná, as autoras

argumentam que a sub-bacia sofreu com o processo de rompimento dos valores tradicionais pela modernização da agricultura, ocorrendo ruptura consequente das técnicas arcaicas de produção substituídas pela mecanização. Citando Graziano Neto (1982), afirmam que essa modernização do campo se espalhou por todo o Brasil devido à

(...) "ideologia modernizadora" que se implantou no Brasil à porta da década de 1970, [e que] tende a menosprezar o modelo de produção que não se utiliza das "facilidades" tecnológicas produzidas pela indústria moderna. O arado de tração animal, as sementes obtidas do paiol, animais que não se alimentam com ração produzida por indústria são sinônimos de "atraso". (NETO, 1982 *apud* PAROLIN e BELLINI, 2010, p. 146).

Assim como no Paraná, a ideologia modernizadora do campo tem reforçado, então, a visão de progresso e desenvolvimento predominante na sociedade moderna que descaracteriza as culturas tradicionais. No caso do Mariazinha, a pecuária extensiva que alimentou nas pessoas a fantasia de abandonar as técnicas tradicionais de subsistência, agora sinônimos de atraso, como se a história dos moradores construída na região não tivesse nenhum sentido, fez com que as sociedades capitalistas modernas de nosso século passassem a ser vistas sempre em um patamar evolutivo superior às tecnologias tradicionais praticadas pelos antepassados.

O resultado da modernização tem sido a desagregação de muitas famílias que viviam de pequenas produções de farinha, milho e arroz. Nesse sentido, a substituição por pastagem enfraqueceu as relações de vizinhança que são fundamentais na permanência dos moradores na terra uma vez que

(...) Ao substituir as antigas formas de organização da produção na agricultura pelo modelo industrial capitalista, iluminando os campos brasileiros com as "luzes do progresso", a modernização revelaria ainda o seu traço desagregador: aos que resistiram ao êxodo rural restou não somente o isolamento, mas também a desintegração de laços afetivos e da solidariedade que marcavam muitas das relações entre os vizinhos (PAROLIN, BELLINI, 2010, p. 146).

Em Xinguara, em algumas comunidades do Mariazinha extremamente afetadas pela degradação ambiental, os agricultores vêm enfrentando esse mesmo processo

de transformação cultural muito parecido com o descrito por Parolin e Bellini (2010) no caso de Campo Mourão, Paraná.

Segundo o morador José da Penha, o assentamento Vermelho e Preto, localizado na área mais afetada pela degradação ambiental do rio Mariazinha, viveu um passado cheio de mutirões entre os moradores, de casas de farinha para as "farinhadas", as colheitas coletivas do arroz, festejos da comunidade e a solidariedade que se praticava diariamente uns com os outros na troca de mão de obra nos festejos de casamento e homenagens à padroeira.

Ele ainda descreve que, no passado, quando um vizinho não colhia uma safra de arroz na sua propriedade, emprestava de quem tinha para passar o ano e, quando plantava e conseguia colher, devolvia os alimentos com muito contentamento. Seu José da Penha argumenta que hoje muitas vezes recebe críticas de seus vizinhos por preservar 50% de área florestal, pois essa floresta é vista por eles como prejuízo econômico porque não gera pastagem para colocar mais cabeças de gado onde, atualmente, ele é um dos raros moradores que possui uma área florestal preservada visível na figura abaixo:

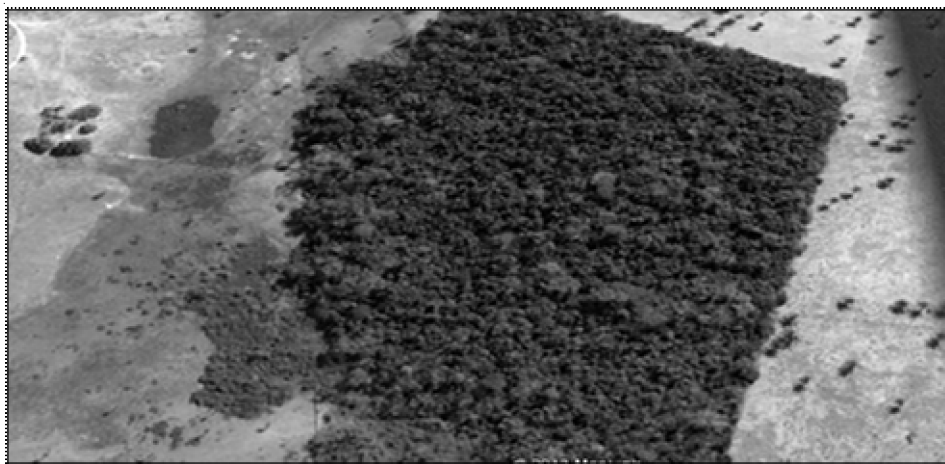


Figura 3 – Área particular de preservação de floresta nativa no assentamento Vermelho e Preto. Xinguará/PA.

Fonte: Google, 2013.

O morador Cláudio Marques, que migrou com sua família ainda adolescente, descreve com emoção as belezas da paisagem local, da natureza intacta na convivência com a floresta, os pássaros e rios da região. Sua narrativa recorre a

um passado que não existe mais, que foi transformado pelas práticas modernizadoras de desenvolvimento.

(9) (...) O perfume da floresta em pé era marcante, um cheiro gostoso de sentir, as sombras e a umidade dentro da floresta muito agradável. Outra lembrança forte era o andar sobre a vegetação morta, em decomposição, que afundávamos no caminhar com tanta matéria decomposta. As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas. O que mais nos encantavam eram os animais da floresta, diversidades de pássaros com lindos cantos e cores, diversidades de macacos, pequenos animais andarilhos, cutias, pacas, jabutis, cobras, jaguatiricas, raposas, porco do mato, entre tantos outros animais (...) (Cláudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

4.6 As experiências de plantio diversificado e a resistência ao modelo de desenvolvimento local

Atualmente, as experiências com a pequena agricultura são encontradas nas proximidades de Xinguara. Nos relatos dos moradores e por meio das visitas de campo percebemos que, da margem direita do Mariazinha, é possível observar grande quantidade de pequenos sítios e chácaras de pequenos produtores que trabalham com produção diversificada. A esse respeito, observamos o caso que conhecemos nas visitas que fizemos na propriedade do senhor Geraldo Rosa, que fez questão de nos levar para mostrar seu pomar. O morador narra com orgulho a farta produção no seu sítio e faz questão de citar as plantas frutíferas que possui no seu quintal:

(10) (...) tem umas laranjas ali que era do laranjal velho, tenho a lavoura de maracujá, mandioca, mandioccal, tem cupuaçu, tem muito coco, tangerina poncã, os galhos estão baixo, olhe aqui o tanto de cupu que ainda tem no pé, é do grande, esse é do grande, do grandão, isso porque já foi tirado mais de 30 aqui (Geraldo Rosa, morador. Entrevista realizada em 7 de março de 2013).

Desse modo, os produtores que optaram pela diversificação vêm mostrando resultados satisfatórios de produção e venda. A polpa do cupuaçu, por exemplo, é bastante aceita no mercado local e registramos no diário de campo dois casos

de pequenos agricultores empolgados com suas plantações de cupuaçu.

Assim, a região do Mariazinha ocupada por pequenos lotes e chácaras de cinco a dez hectares, onde os agricultores não optaram pela pecuária por entender que ela não é suficiente para garantir a sobrevivência, tem se mostrado bastante promissora como espaço de produção diversificada.

Ao optarem pelo cultivo de plantações de milho, mandioca, batata-doce, verduras e frutas os pequenos produtores vêm demonstrando que é possível sobreviver em pequeno espaço de terra obtendo rendas de outras formas que não seja exclusivamente por meio da pecuária. A localização estratégica desses arranjos produtivos, com riqueza de água para irrigar e solos de boa qualidade para o plantio, também foram apontadas pelos agricultores como fator principal para a tomada dessa decisão.

Se analisarmos a cadeia produtiva local, de uma maneira geral podemos perceber que mesmo dentro da própria economia do gado ocorre a diversificação da produção. Em pequenas propriedades próximas da cidade, onde os produtores encontram dificuldade de sobrevivência econômica na pecuária, é possível perceber pequenas mudanças advindas, sobretudo, de certa preocupação em procurar meios de melhorar a renda associando o gado leiteiro à venda de queijo, leite refrigerado e plantações de pequenas culturas anuais como o milho verde, a mandioca e o mamão, facilmente comercializados na cidade. Apesar das perspectivas e da boa aceitação, os agricultores se deparam com uma série de obstáculos como os custos elevados de mecanização, de adubos e sementes.

(11) É um grande desafio porque nós perdemos toda essa cultura de geração em geração de plantio. Hoje você tem que comprar a semente para você plantar porque já vem tudo produzido, modificada. Você compra uma semente de milho tem que ter adubo químico, ela já vem programada para produzir com o adubo químico, é uma situação que essa propriedade de você conhecer a lua, do plantio de selecionar as sementes, guardar as sementes, agora acabou. O próprio pequeno produtor ele está sendo escravo das grandes indústrias, do monopólio de produção de sementes, é o caso do milho, né? (Davi Passos, morador. Entrevistado em 19 de abril de 2013).

Um fator relevante é que em função das grandes conquistas da terra no final da década de 1970-80, seja por posseiros ou pela aquisição de médios produtores

que chegaram depois, formou-se uma economia mesclada que se configura em pecuária com tecnologia de ponta, como é o caso das fazendas dos irmãos Quagliato e Santa Bárbara, do grupo Opportunity, somada aos médios proprietários de áreas emancipadas e aos colonos, como são chamados regionalmente os assentados de reforma agrária que apesar de residirem há mais de 30 anos na terra não possuem sua titulação.

Nos pequenos lotes, sobretudo nas redondezas de Xinguara, presenciamos uma quantidade expressiva de culturas diversificadas. À margem direita do Mariazinha verifica-se uma ocupação praticamente de pequenos agricultores familiares que sobrevivem da agricultura de milho, mandioca, verduras e frutas vendidas diretamente na cidade. No Projeto Casulo, formado por pequenos lotes de 2 hectares, não se cria gado e a produção se restringe às criações de porcos, galinhas, pomares de frutos como o cupuaçu, banana, cacau, abacaxi e o cultivo de pequenas lavouras de milho verde, abóboras, mandioca e vagem.

Registramos no diário de campo o caso de um pequeno criador de peixe que vende sua produção e alevinos para toda a região do Araguaia. Segundo nos informou o morador, a atividade de piscicultura vem crescendo na região de modo que durante a última feira instalada pela associação de criadores foi registrada a venda de 6 toneladas de produtos. Em depoimento que pudemos tomar, é evidente a sabedoria do morador ao reforçar a produção de peixe ao narrar que:

(12) (...) se você inverter, desestimular a pequena criação de gado, de nelore que é a nossa grande coisa aqui e pensar dizer o seguinte: olha, peixe dá mais dinheiro do que gado. Para você ter uma piscicultura rentável, é claro, usando toda uma técnica, você com um hectare você tem uma piscicultura capaz de lhe dar carne saudável melhor que a carne vermelha, a carne de peixe, entendeu? Numa proporção extraordinária. Vou dar só um exemplo. Um filhote, um surubim que é um peixe aqui da nossa região e muito gostoso, ele tem 65% de carne e 35% de carcaça de osso só, qual é a proporção do boi? 50%. Você tem hoje uma tendência mundial na alimentação saudável que aí entra o peixe com a carne branca, agora você pensa agora como é que o cara agora vai produzir o peixe? Vai vender para quem? Aí entra o Estado com a capacidade logística, com a capacitação, tem que saber criar de maneira adequada, que não dê prejuízo, mas que tem mercado, tem (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).

Nesta mesma linha de raciocínio, outro morador reforça a diversificação da produção ao argumentar que na pequena propriedade a pecuária exclusiva dificulta sua sobrevivência. Assim, ele reforça que é preciso complementar a renda com outras atividades produtivas:

(13) (...) essa atividade aparece como alternativa porque a mentalidade da monocultura é que só mesmo a criação do gado é lucrativa, foi essa mentalidade que levou o colono com 10 alqueires de terra a derrubar toda a mata e agora tem que comprar tudo, que não vai mais arar o pasto que gastou tanto com pasto para plantar feijão, plantar fava e plantar mandioca... Então, hoje começa a ter a percepção do colono de que com um alqueire de mandioca plantada tem a mesma renda dos outros 9 alqueires de terra ou mais, né, e isso vai trazendo uma consciência nova, uma consciência que você tem que diversificar a produção para sobreviver, para criar os filhos (Davi Passos, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).

De acordo com os moradores, a dedicação exclusiva ao gado vem provocando dificuldades financeiras devido aos altos custos dos produtos veterinários e ao baixo custo pago pelos preços do leite e da carne. Segundo o morador senhor Leomarques Fernandes, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os preços da carne, do leite e do bezerro estão baixo em relação ao aumento dos produtos veterinários e insumos como vacina, sal mineral e medicamentos:

(14) (...) vejo assim: minha família toda mora na região, muitos estão bem, conseguiu reconcentrar um pouquinho e tal, ficar maiorzinho um pouco, um médio produtor rural. Mas muitos não conseguem e outros não conseguem acompanhar o desenvolvimento, que não é fácil você ser um criador de gado, não é fácil você sobreviver só do gado, do leite, né? Viver de 1.500,00 reais por mês, manter uma família, porque os filhos tem que estudar, tem que reproduzir, casar, né? Aí casa, a terra é pequena. Talvez se tivesse outro subsídio, outra ideia, porque já descaracteriza a família de ser produtor rural com essa ideia, porque já não dá pra viver ali se fosse outra ideia, talvez pudesse viver num pequeno espaço com a família junta e por ali ia ficando, ia trabalhando, mas essa ideia não foi plantada. Eu acho, é no meu

pensamento, cada um tem uma ideia que teve muito prejuízo que deveria ter sido muito melhor se tivéssemos trabalhado a questão ambiental, mais a preservação, mais a diversificação da produção, produzir mais alimento... Na verdade é a realidade, não adianta a gente tapar o sol com a peneira que nós produzimos muito pouco alimento aqui no município de Xinguara, muito pouco alimento, planta pouco, planta muito capim (Leomarques Fernandes, morador. Depoimento realizado em 16/04/2013).

As alternativas experimentadas pelos pequenos agricultores oscilam entre o sucesso e as incertezas. Encontramos casos de experiências bem sucedidas de agricultores que estão mecanizando terras e plantando milho, outros com criatórios de peixes e plantações de frutos e hortaliças. Isso tem demonstrado que, apesar do forte discurso ideológico da pecuária como solução econômica da região, a pequena agricultura vem ganhando cada vez mais simpatizantes e muitos já começam a acenar no sentido de questionarem o atual modelo econômico e produtivo da região. Acenam, inclusive, para a possibilidade de encontrar alternativas que sejam capazes de conciliar a pecuária com outras atividades produtivas mais sustentáveis, como as já encontradas em algumas pequenas propriedades.

(15) (...) Nesta concepção produtiva alternativa, de convivência inclusive da própria produção pecuarista, a produção hortifrutigranjeira, os Sistemas Agroflorestais, SAFs, a produção Agroecológica, a Agricultura Familiar são modos produtivos, são ideologias e concepções alternativas que desenham possibilidades de desenvolver a economia, o social, o político e culturais perfeitamente combinados e sustentáveis com os recursos naturais e ambientais (Claudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

Registramos aqui dois casos que consideramos exemplares de atividade econômica relacionada à diversificação da produção: o caso das propriedades dos moradores Gauchinho e Geraldo Rosa, na região do Assentamento Vermelho e Preto. Estes dois agricultores possuem verdadeiros arranjos produtivos onde conciliam gado, roça e pomar com variedade de frutas como maracujá, coco, cupuaçu, tangerina e cacau. Desenvolvem, ainda, produção de polpas e criações de galinhas e porcos, produtos escoados facilmente para a cidade e vendidos

nos comércios locais, mostrando-se bastante vantajosos na complementação da renda e na sustentação econômica dessas famílias.

Se a pecuária é um reflexo do dilema da maioria dos moradores de como sobreviver na condição de pequenos criadores, com áreas menores e poucos recursos financeiros, a diversificação da produção tem demonstrado que existe saída viável para os pequenos produtores que não encontram condições de criar ou manter suas atividades pecuárias.



Figura 4 – Diversificação da produção na região do rio Mariazinha.

Fonte: Acervo pessoal do autor, abril de 2013.

A reconstrução da sub-bacia pelo estudo da memória dos moradores transporta-nos a um passado de florestas virgens, rios e nascentes de águas limpas e, ao mesmo tempo, contrapõe-se tragicamente a um presente de convivência dos moradores em embate constante com um cenário de devastação da vegetação, de rios de águas poluídas e de nascentes degradadas. Se durante séculos o homem amazônico aprendeu a retirar sua sobrevivência da floresta, a reconstrução da história dos moradores remete-nos à memória e à necessidade de ampliarmos nossa relação com o meio ambiente para que dele seja possível a sobrevivência de modo sustentável.

Para não nos esquecermos das belezas naturais das florestas do Mariazinha, talvez seja necessário lembrarmos não apenas da água limpa dos córregos, como afirma Claudio Elias, "As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas", ou da expressão do morador Antônio Neto onde "dava pra ouvir a caranha quebrando o coco no dente embaixo d'água", mas devemos lembrar também das imensas e frondosas árvores de castanheiras, mogno e jatobás que se erguiam por todo o vale do rio Mariazinha que escorria

majestosamente até a confluência com o rio Marião.

Nesse sentido, lembrar o nosso passado contribui para alimentar as nossas utopias no sentido de podermos refletir sobre as oportunidades que poderão despertar a partir do estreitamento de nossa relação com o meio ambiente, pois a reflexão sobre essa realidade poderá criar nos homens mecanismos de reação contra a atual situação de degradação em que se encontra o rio Mariazinha.

Finalmente, lembramos que outro desenvolvimento é possível de ser construído na região. No entanto, este deve necessariamente levar em consideração os pilares da sustentabilidade, sendo eles: o cuidado ambiental que inclui o uso sustentável dos recursos naturais, reconhecendo sua condição finita que prescreve a necessidade de sua preservação e conservação para as gerações presentes e futuras; o dado econômico, no sentido de que a riqueza produzida seja distribuída prioritariamente em função do fluxo local, da distribuição e demandas locais; o pilar social que garante os direitos a dignidade humana, sendo o maior deles a garantia à cidadania plena e aos direitos básicos; o pilar da cultura que respeita os valores, as tradições e as diversidades dos povos que se expressam nas artes, nos costumes e nas tradições locais e regionais e, por fim, o pilar político com o sentido de proporcionar o protagonismo dos sujeitos locais na construção do desenvolvimento do local que habitam.

5. Considerações finais

Constatamos neste trabalho que os problemas ambientais que afetam a região da sub-bacia do Mariazinha não são problemas provocados por todo um processo de transformação, mas mais pontualmente se devem ao modelo capitalista de produção que instalou na região a indústria madeireira, a pastagem e, atualmente, as agroindústrias.

Esses problemas começaram ainda no início do processo de ocupação da região, quando ocorreram os desmatamentos, as queimadas e a expansão das atividades pecuárias. Ao aderir ao modelo econômico pautado na pecuária, os moradores seguiram os passos do desenvolvimento excludente pregado pelos interessados na defesa da pecuária extensiva.

As narrativas dos moradores possibilitam afirmar, então, que na região do Mariazinha prevaleceram duas dinâmicas econômicas distintas: uma relacionada à reconcentração de parcelas da terra por aqueles que sobrevivem da criação extensiva de gado e outra dinâmica relacionada ao domínio das técnicas de diversificação da produção verificada em pequenas propriedades próximas da cidade.

A criação extensiva de gado em pequenas propriedades vem enfrentando dificuldades em toda a região. A forma como está sendo conduzida atualmente requer uma mudança de concepção a partir da seleção genética especializada e de um melhor aproveitamento das pastagens, das divisões de cercas e rotação dos animais, o que requer investimentos por parte dos produtores.

Quanto à diversificação da produção presenciada em alguns locais, os exemplos bem sucedidos tentam associar a criação de gado leiteiro a outras atividades econômicas como o cultivo de milho, mandioca, hortaliças e variedades frutíferas como cupuaçu, tangerina, coco, limão e melancia.

A pecuária se consolidou e, infelizmente, essa realidade é confirmada pelos moradores do Mariazinha que há mais de trinta anos conviviam com caminhões que transportavam produtos alimentícios e retornavam com os produtos industrializados. Em muitas comunidades rurais o fluxo encontra-se hoje bastante invertido. Os caminhões, ônibus e carros particulares trazem pessoas para receber o dinheiro do leite, do queijo, do bezerro e da aposentadoria, levando para a propriedade os produtos da alimentação básica.

A Diocese de Conceição do Araguaia, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), é pioneira quando se trata da resistência ao modelo de desenvolvimento local. Primeiramente, porque vem combatendo há décadas a violação dos direitos humanos e apoiando as lutas camponesas pela conquista de seus direitos; em segundo lugar, porque atua como incentivadora dessas novas atitudes por meio de cooperação e apoio aos vários movimentos sociais e entidades que vêm experimentando outros "modelos" como proposta de mudança.

Finalmente, faz-se necessário articular meios que fortaleçam e viabilizem a organização e as ações coletivas locais a partir dos sujeitos políticos, sociais, culturais e econômicos constituídos localmente para a construção de perspectivas de recuperação do quadro caótico em que se encontra a micro bacia do Mariazinha. Os poderes públicos locais, as agroindústrias e a sociedade organizada possuem papel importante no sentido de desenvolver ações conjuntas encarregando-se de promover a recuperação ambiental do rio para garantir a sobrevivência dos moradores e das gerações futuras.

Referências

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental.** Marabá (PA) e Macapá (AP), 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AUDRIN, J. M. **Entre sertanejos e índios do norte**: O Bispo missionário Dom Domingos Carrerot. Rio de Janeiro: Ed. Púgil Ltda., 1946.

_____. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. (Col. Documentos Brasileiros)

BECKER, B. K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. A. **Construção Social da Realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos do Campo** – Brasil 2012. Goiânia: CPT, 2012. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 5 de jun. 2013.

FIGUEIRA, R. R. **A Justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

HÉBETTE, J. A questão da terra. In: **Estudos e problemas amazônicos**: História Social e Política e temas especiais.. Belém: CEJUP, 1992. p. 115-127.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades** – Censo demográfico. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>>. Acesso em 14 mai. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, D. L.; HELTON, S. L.; SIDINEY, A. C.; RIBEIRO. O Diário de Campo e a Memória do Pesquisador. In: WHITAKER D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado – Homem – Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

_____. A história social e econômica da Amazônia. In: **Estudos e problemas amazônicos: História Social e Política e temas especiais**, Belém, CEJUP, p.9-55, 1992.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya**. Companhia Editora Nacional, 1934.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, p. 25-70, 2006. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/imagens/stories/edições>>. Acesso em 5 dez. 2013.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENEZES, M. A. Ética e história oral. In: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; GRISI, T. M. V. **Ideologia e esquecimento – aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010. p.19-44.

PAROLIN, E. S. P.; BELLINI, L. M. O silêncio das araucárias: Memória e esquecimento da natureza em um grupo de moradores da microbacia hidrográfica do Rio do Campo. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 28, n. 2, 2010. p. 137-156.

PASCAL, B. **Pensamentos**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em 6 dez. 2013.

PINTO, L. F. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Amazônia em Questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Circulo do Livro, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SADER, R. Lutas e Imaginário Camponês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-125, 1. sem. 1990. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v021/lutas_e_imaginario.pdf>. Acesso em 4 dez. 2013.

SANTOS, E. A. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SILVA, F. C. Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 225, dez. 2008.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Saraiva, 1959.

THOMPSON, P. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: Ferreira M. M. et. al. **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz (Casa de Osvaldo Cruz)/FGV/CPDOC, 2000. p. 47-65.

TORRES, M. A despensa viva: Um banco de germoplasma nos roçados da

floresta. **Revista Geografia em Questão**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, p. 118-138, 2011.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. 167 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2013.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura Agrária**: Estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

_____. A desinvenção da Tradição: esquecimento e memória na história do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. In: _____. **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

OS DESAFIOS DA EMERGÊNCIA NO BRASIL DE UM RURAL "ESQUECIDO": AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Elis Cristina Fiamengue¹

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²

Resumo: Este texto é uma reflexão com base nos resultados de pesquisa em andamento sobre os diferentes tipos de espaços rurais que se desenvolvem e resistem ao avanço do agronegócio, atestando a força do campesinato ao longo da história. Consideram-se aqui três tipos de espaços camponeses na configuração rural do Brasil, seguindo-se a tipologia em elaboração por Whitaker (2009): um "rural tradicional" reconhecido historicamente como camponês; um "rural contemporâneo" como fruto da luta pela terra; e um "rural esquecido" em processo de recuperação pelos agentes do movimento social na passagem do milênio. Sobre este último tipo giram aqui nossas considerações. Tais considerações, fruto de estudo comparativo entre os três tipos apontados, trazem elementos sobre memória e esquecimento baseados em dados colhidos em comunidades quilombolas do sul da Bahia, sobre os quais, ensaiamos algumas reflexões paradoxais.

Palavras-chave: Ruralidades; Comunidades Tradicionais; Territórios Negros.

Abstract: *This text is a reflection based on the results of an ongoing research on the different types of rural areas that develop and resist to the advance of agribusiness, attesting the strength of peasantry throughout history. Here are considered three types of peasant spaces in rural areas configuration in*

¹Doutora em Sociologia, professora adjunta da Univ. Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA – eliscf@gmail.com.

²Doutora em Sociologia, pesquisadora do CNPq junto ao Programa de pós-graduação em Educação Escolar na UNESP Araraquara e no programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA em Araraquara.

Brazil, following the typology under development by Whitaker (2009): a "traditional ruralism" historically recognized as peasantry; a "contemporary ruralism" as a result of the struggle for land; and a "forgotten ruralism" in the recovery process by agents of social movement in the turn of the millennium. Our considerations revolve on the latter type. These considerations, which are the result of a comparative study among the three pointed types, bring memory and forgetting elements based on data collected in quilombolas' communities of southern Bahia, about which we rehearsed some paradoxical reflections.

Keywords: *Ruralities; Traditional Communities; Black Territories.*

Introdução

Grosso modo, o povo, quando aparece na história oficial, ocupa uma condição subalterna, uma vez que aparece sempre como perdedor. Ou melhor, por ser visto sempre como perdedor, não tem espaço na memória oficial para contar a sua visão dos acontecimentos.

Dessa forma, os negros eram apresentados, na história da escravidão brasileira, como indivíduos passivos que aceitaram a dominação sem se rebelar. E no período pós escravidão, foram mostrados como indivíduos que não quiseram se incorporar ao mercado de trabalho, uma vez que "preferiam a liberdade".

É claro que muitos estudos já desconstruíram tais explicações, elaboradas ideologicamente e/ou contaminadas pela ideologia dominante. Um bom exemplo dessa desconstrução é a tese de doutorado de Maria Lúcia Rodrigues Muller que mostra através de fotografias, como os negros já frequentavam a escola no final do século XIX e nos primórdios do século XX, ocupando também cargos como professores e diretores (Müller, 2008).

Contudo, ainda hoje, nas escolas de ensino fundamental e médio, ao se falar da escravidão, o máximo que se discute em termos de resistência negra no Brasil é o quilombo de Palmares. E Palmares aparece no contexto educacional como experiência isolada e distante, que sucumbiu às forças da ordem.

Existe uma História social dialética que privilegia as estruturas sociais. Não enfocando, contudo, as subjetividades que compõem tais estruturas, deixa pouco espaço aos aspectos muito específicos dos processos sócio-históricos e aos sujeitos que promovem tais processos.

Atualmente, com a expansão da História Oral, apresenta-se a possibilidade, para os movimentos sociais, e para aqueles "esquecidos" e/ou "excluídos" da

História oficial, de reivindicar e disputar espaço na memória social do país. A ideia de que existe uma disputa pela memória, ou melhor, uma disputa por um lugar na memória social, nos ocorreu a partir de duas situações distintas, mas que guardam um eixo comum. A primeira delas ocorreu durante o I Encontro Quilombola do Sul da Bahia, realizado em Ilhéus em agosto de 2006. Neste evento, o Sr. Antonio - quilombola de Santo Antonio do Paraguaçu, durante mesa redonda com outras lideranças, fez a seguinte afirmação:

A história do Brasil foi contada da metade para o fim, mas precisa ser contada agora da metade para o começo (Sr. Antonio - quilombola de São Francisco do Paraguaçu).

Esta afirmação sugere e ilustra a necessidade que as populações quilombolas demandam pelo reconhecimento de sua história, ou melhor, de suas histórias, dada a multiplicidade de formas pelas quais se organizou e efetivou a resistência negra no Brasil.

A segunda situação aconteceu a partir de uma visita ao museu do castelo dos Duques da Bretanha, na cidade de Nantes, na França. Nantes é uma cidade portuária, porta do Atlântico através do rio Loire. Segundo informações do referido museu, Nantes foi o maior porto da França nos séculos XVIII e XIX e, portanto, cidade muito rica – riqueza esta baseada também no intenso comércio de escravos que a cidade tentou esquecer. Atualmente a cidade é muito desenvolvida tecnologicamente e possui mais de duzentos institutos de pesquisa, com cerca de cinquenta mil estudantes universitários.

Apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, a cidade nega a história do comércio de escravos. Nos anos de 1980, um grupo de Historiadores, Sociólogos e Antropólogos publicou um livro no qual apresentava dados e análises sobre a riqueza de Nantes, baseada no comércio de escravos. Nesse mesmo período, um grupo de artistas preparou uma escultura simbolizando o sofrimento dos negros durante a escravidão. Pretendiam colocá-la na área portuária, mas não obtiveram sucesso, uma vez que foram impedidos pelas autoridades locais. Atualmente a escultura encontra-se em uma sala secundária do museu.

Essa história e essa disputa por contar uma parte, ou uma outra versão da história da cidade, assim como a afirmação do quilombola Antonio, revelam a importância que os grupos excluídos têm reivindicado para as suas versões da história, e o seu espaço na memória social do país. Nesse sentido, entendemos que a memória social é um espaço em crescente disputa e a história oral pode se

constituir em uma poderosa ferramenta para as populações quilombolas, no sentido de registrar, organizar e auxiliar na reconstrução de processos culturais e identitários que permanecem desconhecidos por grande parte da sociedade brasileira.

Os quilombolas no Brasil

A emergência, em todo o Brasil, de comunidades que reivindicam a regularização fundiária das áreas em que vivem ou viveram em passado recente, com base no artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT) da Constituição Federal, abre espaço para discussões importantes, entre as quais coloca-se a questão do esquecimento.

Para alguns estudiosos da história oral, o esquecimento é fator fundamental no processo de construção e consolidação da memória social. Portelli (2008) enfatiza que:

Estamos, então, diante do que se poderia descrever como memória paradoxal: uma recordação na qual o que é lembrado e o que é esquecido não se situam em textos separados, porém, na qual o ato de lembrar e o ato de esquecer são mutuamente função e apoio um do outro, dentro do mesmo texto. Lembrar pode ser uma forma de esquecer e no ato de esquecer pode subsistir uma lembrança inesquecível (Portelli, 2008, p.72).

Esse processo de "lembrar para esquecer" parece marcar a memória oficial sobre as comunidades negras rurais no Brasil. Assim é que, na memória social brasileira, o espaço reservado para a resistência negra no período da escravidão, faz referência apenas ao quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas. Desta forma, a luta dos negros no interior da escravidão fica restrita a um episódio em local distante. Ou seja, reduzida. Todas as outras formas de resistência cultural, social e política ficam esquecidas, e só hoje estão sendo resgatadas.

É importante ressaltar que não estamos, de forma nenhuma, desconsiderando a experiência importantíssima do quilombo de Palmares. O que estamos tentando demonstrar é que ao lembrar apenas do quilombo de Palmares, a memória oficial brasileira, "esqueceu" inúmeras outras experiências de resistência e de luta durante e após a escravidão, que permaneceram até os dias atuais.

Nesse sentido é que diferentes trabalhos revelam as dificuldades de construção de uma identidade negra perante os processos ideológicos de "branqueamento"

tão presentes no imaginário brasileiro (GUSMÃO, 1996; SILVA, 1987).

Tal como aponta SILVA, 1987;

Os negros de Limoeiro se sabem negros. No recinto da casa familiar, podem até se tratar de negros, mas fora se dizem e consentem ser tratados de morenos. A denominação moreno é aceita com constrangimento tanto pelo que diz como pelo que ouve, já que é ambígua e por isso mesmo preconceituosa, além de mostrar que os traços físicos são reveladores da identidade étnica que se quer escamotear.

A reivindicação e luta por um direito que respeite e por uma justiça que se cumpra não é nova nos movimentos sociais de luta pela terra. É histórico, no Brasil, o processo de negação do acesso à terra, – e conseqüentemente de cidadania – ao pobres, especialmente àqueles provenientes dos espaços rurais.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, pode-se pensar que essa exclusão histórica passa também por um processo de negação baseado no esquecimento que legitimou a exclusão social a que essas populações foram relegadas.

Assim, a partir da promulgação da Constituição de 1988 e de seu artigo 68 que estabelece que "aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos". As populações quilombolas têm a possibilidade de reconstruir a sua história, ou melhor, reivindicar não somente a titulação de suas terras, mas também o espaço de sua memória e história, na memória social brasileira.

O decreto de 2003, ao reconhecer o direito de auto-reconhecimento dessas populações, permite incorporar, ao conceito de remanescentes de quilombos, as outras formas de acesso à terra no período da escravidão, ou seja, as chamadas terras de preto, as terras de santo, terras devolutas ocupadas no período pós-abolição, as terras oriundas de doações, bem como aquelas adquiridas por escravos.

Amorin e Germani apontam que o conceito comunidades negras rurais quilombolas "se torna funcional por ter a especificidade de incorporar comunidades negras rurais e articular-se com o conceito referendado na Constituição de 1988, que denomina-as de comunidades remanescentes de quilombo" (AMORIN, GERMANI, 2003).

Assim como as diferentes formas de acesso à terra, outro atributo essencial

dessas comunidades são os territórios – lugar de produção e reprodução da vida material e simbólica. Nesse sentido, a terra é reconhecida a partir de um conjunto de significados incorporados à cultura dessas populações, significados esses que existem somente a partir da maneira como essas populações vivem a terra.

Pode-se perceber que existe uma diversidade de formas no processo de aquisição de terras pelos grupos negros em diferentes momentos. Alguns autores consideram que essa diversidade revela um conhecimento, por parte dos mesmos, da sua realidade, bem como uma atuação eficiente na conquista da liberdade, através de estratégias originais para as situações colocadas.

Conforme assinala Gusmão, em trabalho pioneiro sobre essa temática,

Seguramente, mais que as lutas de resistências organizadas no interior da escravidão, é a própria escravidão que os conduz a ser o que são. Chama atenção a especificidade que os envolve: são grupos negros de origem escrava e que se fizeram camponeses e, portanto, possuidores de terras, até mesmo no interior da escravidão. São grupos que, desafiando o movimento do sistema, cogitaram uma forma própria de vida e nela engendraram a condição de grupo e, em particular, de grupo negro (GUSMÃO, 1996).

Apesar dos avanços constantes no decreto presidencial de 2003, a instrução normativa 20 de setembro de 2005, estabelecida pelo INCRA com o objetivo de proceder à regularização das terras, coloca algumas questões polêmicas. Entre elas é importante destacar:

1. a necessidade de laudo antropológico no Relatório Técnico de Identificação;
2. a notificação ao "proprietário" para a identificação e delimitação do território.

Esses dois quesitos, na visão do movimento negro, tornam o processo ainda mais lento. O primeiro – relativo ao laudo antropológico – na verdade acaba por questionar o direito ao auto reconhecimento dessas populações, além de atrasar o processo, uma vez que o INCRA não possui antropólogos suficientes para a demanda que tem sido apresentada. Já o segundo parte do pressuposto que os ditos "proprietários" são os legítimos donos das terras.

A diversidade nas formas de ocupação das terras, bem como pela limitação da categoria "remanescentes de quilombos" expressa na Constituição coloca a questão étnica, que pode ser definida como um tipo organizacional que confere

pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão, cuja territorialidade é caracterizada pelo uso comum, pela sazonalidade das atividades agrícolas, extrativistas e outras, e por uma ocupação do espaço que teria por base os laços de parentesco e vizinhança assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

A luta pelo reconhecimento e titulação das terras das comunidades negras rurais quilombolas emerge em um contexto no qual tais terras estão sendo disputadas por fazendeiros, empresários, mineradoras e em algumas situações até pelo Estado, como no caso das Unidades de Conservação que desconsideram a existência dessas populações, entendendo que devem ser retiradas e transferidas para outros locais, quando do estabelecimento dessas unidades.

Silva demonstra como a sociedade brasileira tem negado cidadania aos quilombolas já que:

hoje se requer destas comunidades provas de sua ancianidade da ocupação, como condição para o reconhecimento legal da propriedade e o consequente direito de serem enquadradas no artigo 68 do ADCT, e permanecerem nas terras que ocupam imemorialmente. Ao imputar aos quilombolas o ônus da prova, subverte-se o princípio elementar do direito segundo o qual o ônus caberia a quem questiona o direito da comunidade (SILVA apud AMORIN, GERMANI, 2003).

O Panorama atual da questão quilombola no Brasil: os desafios e alguns paradoxos

Os dados referentes à quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil são bastante dinâmicos e contraditórios. Existe, na realidade uma eclosão de comunidades solicitando reconhecimento, conforme esclarece a Fundação Cultural Palmares. Tal fenômeno tem se dado por vários motivos, entre os quais é importante destacar o processo de politização efetuado pelo movimento negro. Além disso, a vontade política do Governo Federal expressa em diferentes atitudes, tais como, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a implementação, através desta, do Programa Brasil Quilombola integrando ações de 24 Ministérios, no qual a regularização fundiária é o ponto central. Assim é que, no ano 2002, o número de comunidades de que se tinha notícia era de 743, espalhadas por 19 Estados da Federação.

Conforme pesquisa de dos Anjos, publicada em agosto de 2006, o número registrado é 2.842 comunidades espalhadas por todo o país. Cabe ressaltar que

esses números têm crescido a cada ano. De 2005 para 2006 houve um crescimento de 27% de quilombos cadastrados e em 2006 foram registradas 614 novas comunidades (ANJOS, 2006).

No encontro de Comunidades Quilombolas promovido pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais em Ilhéus em de novembro de 2006, o secretário da SEPIR (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL) informou que já foram identificadas 3.250 comunidades em todo o país e que a previsão é que esse número cresça ainda mais.

A importância do trabalho do movimento negro e de diferentes setores dos movimentos sociais na mobilização dessas populações para que se reconheçam enquanto quilombolas merece destaque.

Tal como esclarece João – quilombola da comunidade Mangal – Bahia,

Antes a gente negava nossa religião e tinha vergonha de ser negro. Hoje não. Depois do reconhecimento da nossa comunidade isso mudou.

Pode-se considerar esse momento como histórico na sociedade brasileira, visto que é a primeira vez que políticas públicas são implementadas objetivando atingir essas populações. Isso faz com que ocorra a conscientização dessas populações para o fato de que, conforme expressa claramente um jovem da comunidade Laranjeira – Bahia "ser quilombola pode ser uma vantagem".

O movimento social decorrente dessa vantagem concede a esses atores sociais o status de camponeses, o que no Brasil costumava ser negado até pela Ciência Oficial. Temos, portanto, a possibilidade de comparar hoje três ou mais espaços camponeses, tal como observado por Whitaker (2009): além do rural "tradicional" reconhecido por todos; e do rural "contemporâneo" fruto da luta pela terra, temos agora o rural "esquecido" a ser incorporado pelos conceitos sociológicos. Para quem afirma que o rural vai desaparecer há realmente uma questão a ser re-pensada, já que crescem no país os espaços rurais camponeses.

Considerações Finais

Assim, os quilombolas têm ganhado a cena política a partir de sua organização, bem como pela necessidade de lutarem para que as suas terras não sejam expropriadas. Contudo, os quilombolas não são novos atores sociais no cenário da luta pela terra no Brasil. São, na verdade, velhos atores, uma vez que se tornaram camponeses desde antes da abolição, em grande parte dos casos. Foram esquecidos socialmente e negados historicamente, bem como tiveram

sua história e práticas culturais ignoradas na construção da memória social brasileira.

Ressurgem agora politicamente, tal como na música de Chico Buarque, "levantados do chão", com suas histórias de vida, sua memória e sua tradição oral, buscando alternativas de sobrevivência física, mas acima de tudo cultural, uma vez que a terra que ocupam permitiu, a partir do reconhecimento de sua territorialização, que essas populações mantivessem suas práticas culturais e a sua memória, resistindo ao esquecimento e à exclusão que lhes foram impostos.

Assim, contra o esquecimento oficial³, a memória das comunidades e dos seus sujeitos históricos se fez arma e se transformou em estratégia de permanência e forma de resistência, num processo que inverteu as desvantagens em força.

Tais considerações são fundamentais para se compreenda a necessidade urgente do resgate histórico em andamento e que tantas forças políticas tentam impedir. Na realidade, a infâmia da escravidão (re)criada pelo capitalismo em tempos de formação da sociedade de classes, coloca para os controladores da memória oficial uma tarefa ideológica cada vez mais difícil de realizar. A força do movimento social vai desvanecendo as nevas do esquecimento e o rural emerge-se diferentes regiões do país, sob novos contornos: as marcas da resistência africana a uma escravidão inventada pelo ocidente como mecanismo de acumulação do capital⁴.

Assim, para escapar à voracidade deletéria da burguesia em ascensão na Europa, milhares de africanos e seus descendentes se refugiaram nos sertões generosos de infinitas matas e se tornaram camponeses. Ou seja, adotaram a velha "forma" social de existir que na natureza nos permite desde tempos imemoriais.

Vejam agora como isso deve repercutir nas pesquisas científicas que procuram construir a memória dessa resistência.

Há um rural específico a ser resgatado pelos sociólogos e pelos pesquisadores que se debruçam sobre questões agrárias do ponto de vista ambiental.

³Sobre o esquecimento como produção ideológica, ver Whitaker, Veloso e Fiamengue, 2010.

⁴Importante esta observação para contrapor ao velho argumento de que os africanos aceitaram a escravidão porque a praticavam no seu continente – argumento falacioso uma vez que escravizar em tempos de guerra tem causas e principalmente objetivos completamente diferentes daqueles estabelecidos pela colonização sob o capitalismo.

Comunidades tradicionais – já territorializadas – lutaram para não perder as conquistas que realizaram, tornando-se camponeses à sombra da escravidão e à revelia das leis formuladas exatamente para evitar que isso acontecesse. Desenvolveram, portanto, modos de vida, os mais adequados a cada situação encontrada em suas trajetórias. Excluídos da História Oficial, criaram sua própria História.

Este é o desafio que se apresenta hoje aos Estudos Rurais. É preciso resgatar modos de vida, histórias e respeito por tais territórios, para evitar que essas comunidades sejam desterritorializadas pelo avanço do agronegócio, da mineração ou de qualquer forma de produção ligada ao modelo hegemônico.

Grupos humanos que se formaram em íntima ligação com a natureza que os acolhia, certamente construíram culturas específicas, com soluções e padrões diversificados que deverão enriquecer a nossa diversidade. É preciso pensar de forma "ambiental" ao interpretar modos de vida, padrões diferenciados, estratégias histórica. Políticas públicas ligadas principalmente à saúde e educação deverão ser orientadas por antropólogos e educadores com formação "paulofreiriana" e as pesquisas deverão caminhar à luz dessas orientações.

A História do nosso país foi durante quatro séculos (e ainda é) uma história de rupturas culturais (WHITAKER, 1980). E de devastação ambiental. Se a visão na aplicação das políticas públicas e os técnicos em Educação continuarem afirmando que a cultura ensinada em nossas escolas é "universal", estamos diante do perigo d desvanescimento desse rural esquecido, que pode se desterritorializar e tornar tais grupos humanos ainda mais excluídos. É preciso cuidado para que eles não se sintam saudades do tempo em que estavam esquecidos.

Referências

ANJOS, R.S.A. dos. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

AMORIM, I. G.; GERMANI, G.I. Os Quilombos na Bahia: Cidadania e Resgate Histórico. VI SEMOC – Semana de Mobilização Científica, Universidade Católica de Salvador – UCSAL, 2003, Salvador/ BA; BRASIL; Vários; SC-18: Desenvolvimento Humano e Social. In: **Anais...**, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 4/dez. 2007.

GUSMÃO, N. M. M. **Terra de Pretos, Terra de Mulheres**. Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro. Brasília: Biblioteca Palmares, 1996.

MÜLLER, M.L.R. **A cor da escola**: imagens da Primeira República. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

PORTELLI, A. A bomba de Turin: a formação da memória no pós-guerra. **História Oral**, Rio de Janeiro, v.09, n.01, Associação Brasileira de História Oral, Jan./Jun. de 2006.

SILVA, P. B. G. Formação da Identidade e Socialização no Limoeiro. **Cadernos de Pesquisa**, n.63, p. 141-147, 1987.

WHITAKER, D.C.A. Memória social, meio ambiente e envelhecimento no Brasil rural. Três olhares (estudo comparativo). Projeto de pesquisa CNPq (mimeo). 2009.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; VELLOSO, T. M. G. (Orgs.). **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social no Brasil. Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2010.

WHITAKER, D. C. A. **A seleção dos privilegiados**. São Paulo: Editora Semente, 1980.

TURISMO RURAL COMUNITÁRIO: O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE MULHERES DA ILHA DE COTIJUBA – PARÁ

Silvaneide S. Q. Côrte Brilho¹
Maristela Simões do Carmo²

Resumo: A partir dos anos 1990 observam-se traços visíveis de uma nova ruralidade que vem alterando concretamente as condições de vida das famílias, em especial das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e no mundo. Na Amazônia, foi possível identificar traços dessa nova ruralidade nas estratégias de produção desenvolvidas pelas famílias em sistemas agrários e florestais nos diferentes territórios. Este artigo, com base em revisão de literatura e dados preliminares do trabalho de tese de doutorado intitulado "Dinâmica Socioeconômica na Amazônia Rural: o protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (PA)", do Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola da Unicamp, teve por objetivo geral apresentar aspectos importantes do protagonismo das mulheres no desenvolvimento das comunidades rurais. Pesquisou-se o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB na realização de atividades de turismo rural na ilha de Cotijuba – Belém – Pará, o que permitiu, como resultado, apontar traços de uma ruralidade não presenciada, até pouco tempo, neste rural belenense.

Palavras-chave: Mulheres; Turismo Rural; Amazônia; Nova Ruralidade.

***Abstract:** Since the 1990s we have observed visible traces of a new rurality that has been specifically changing the living conditions of families, especially of women rural workers in Brazil and worldwide. In Amazon, it was possible*

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Unicamp. silvaneideq@gmail.com.br

²Profa Adjunta da FCA/UNESP/Botucatu e colaboradora da FEAGRI/UNICAMP. stella@feagri.unesp.br

to identify traces of this new rurality in production strategies developed by households in agrarian and forest systems in different territories. This article, based on literature review and preliminary data from the doctoral thesis entitled "Socioeconomic Dynamics in Rural Amazonia: the role of the Women's Movement of Belém Islands (MMIB)", in the Postgraduate Program on Agricultural Engineering at UNICAMP, had as its main objective to present important aspects of the role of women in the development of rural communities. We have researched the Women's Movement of "Belém" Islands (MMIB) in the implementation of rural tourism activities on the island of Cotijuba – Belém – Pará, which allowed us, as a result, to point features of a rurality not witnessed until recently, in this rural region of Belém.

Keywords: *Women; Rural Tourism; Amazon; New Rurality.*

Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB

A partir dos anos 1990 observam-se traços visíveis de uma nova ruralidade que vem alterando concretamente as condições de vida das famílias e das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. Nos territórios da Amazônia é possível identificar traços dessa nova ruralidade, cuja estratégia de reprodução social se desenvolve em sistemas agroextrativistas. A esse respeito, a realidade da produção na ilha de Cotijuba³ em Belém-PA, vem passando por profundas transformações,

³Os primeiros habitantes da ilha de Cotijuba foram os índios Tupinambás, batizando o local de Cotijuba que em Tupi-guarani significa "caminho dourado" ("Coti" = trilha, caminho; "juba" = amarelo dourado) uma vez que os reflexos da lua nos caminhos arenosos produziam uma coloração dourada, (SANTANA, 2002, apud CRESPI, 2009). A partir da Constituição de 1988, a ilha passa a integrar definitivamente Belém como parte insular da capital. A ilha de Cotijuba em 1990, através da Lei Orgânica do Município, foi transformada em Área de Proteção Ambiental. Em 1994 passa a fazer parte do município e vinculada administrativamente ao 2º Distrito de Outeiro, um dos oitos (8) distritos administrativos da Capital (SANTANA, 2002). A ilha de Cotijuba, onde esta localizada a sede do MMIB pertence a 69,42% do território insular da cidade de Belém. O município situado em região tropical úmida, à margem do rio Pará, possui um território continental e outro insular. Para Silva (2010), este rio trata-se na verdade de um conjunto hidrográfico, que sem nascente própria é formado por muitos rios, cujas águas nele desembocam originando uma sucessão de baías e enseadas que se estendem da costa sul da ilha do Marajó costa sul da cidade de Belém até desaguar no oceano. Particularidade que favorece a diversidade de praias, rios e lagos para visitação em praticamente toda extensão deste território.

desde a implantação da linha fluvial⁴ pela prefeitura, o que favoreceu a abertura da ilha para o modelo de turismo massificado. O território segundo Ivaldo Silva (2001), citado em Bello (2012), apresenta desde então ocupação desordenada, ausência de planejamento público, invasão de áreas protegidas, especulação imobiliária e crescimento demográfico, provocando, por sua vez, alterações no modo de vida dos ilhéus e, sobretudo no acesso aos recursos naturais.

Esta realidade passa a contribuir para o surgimento de novas atividades produtivas e de serviços ligados ao turismo (SILVA, 2003; JANAÚ, PINHO, 2010) na ilha de Cotijuba, assim como, para a inserção e a visibilidade de novos sujeitos, neste caso em particular, as mulheres. Foi assim, que em 1998, 25 mulheres que participavam da Associação de Produtores Rurais da Ilha – APIC, fundaram o Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais da Ilha de Cotijuba – GA/MAPIC, para trabalhar na produção de gêneros agrícolas além de produzir e comercializar doces, compotas e licores. Posteriormente passaram a reivindicar voz nas instâncias decisórias, uma vez que não tinham tal direito, e isso despertou o sentimento de questionar suas representatividades, na medida em que estavam envolvidas nas atividades de produção (SHELTON, 2008; SANTOS E SILVA, 2010; GOMES, 2011a).

Com a criação do GM/APIC foi possível a fundação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB⁵ em 2002 que passa a atuar nas ilhas de

⁴A Prefeitura Municipal de Belém passou a contratar embarcação para transporte de passageiros com capacidade para 400 pessoas. Esta embarcação sai diariamente do porto de Icoaraci (distrito de Belém) para Ilha de Cotijuba, as 9:00 e 18:30 horas e retorna as 6:00 e 17:00 horas. Até a década de 90, apenas as embarcações de pequeno porte com capacidade de lotação para 60 a 80 pessoas por viagem realizavam a travessia de moradores e visitantes da ilha.

⁵O MMIB foi formalmente constituído em setembro de 2002 como uma organização sem fins lucrativos, e o seu Estatuto Social revisado em Março de 2007, com objetivo de adequá-lo ao novo Código Civil (Lei 9.790 de 30 de junho de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos), e de revisão dos objetivos institucionais, incluindo a defesa e promoção do meio ambiente. Uma das características importantes do MMIB é que o movimento incentiva a participação dos jovens, formalizada no seu Estatuto Social. Outro aspecto é que somente as associadas fundadoras e efetivas podem exercer cargos nos órgãos do MMIB, em que os "colaboradores homens" "terão direito a voz nas deliberações das assembléias, porém, não poderão votar, ser votado, nem exercer cargos nos órgãos do MMIB" (ESTATUTO DO MMIB, 2007; SHELTON, 2008). O MMIB, uma associação sem fins lucrativos, é composta por três coordenações: Administrativa, Financeira e Social e um Conselho Fiscal que para Gomes, (2012B) possui



Cotijuba, Nova, Paquetá, Jutuba e Urubuôca que compõem o arquipélago das ilhas de Belém. A sede na ilha de Cotijuba desenvolve projetos voltados para questões de gênero, educação e geração de trabalho e renda (SHELTON, 2008). O número atual de associados é de aproximadamente 69 e desses 24 são homens que desenvolvem estratégias de produção, comercialização e consumo, individuais, familiares e coletivas.

Nesta perspectiva, nos últimos dez anos vêm se desenvolvendo neste território, particularmente, pelas mulheres do MMIB e suas famílias, estratégias produtivas e de serviços voltadas para a valorização sociocultural e natural da ilha. Neste período houve a implantação de projetos sociais, ambientais e de geração de trabalho e renda por instituições públicas de ensino e pesquisa, pela iniciativa privada e Organizações Não Governamentais – ONG. Assim como, mudanças de cunho pessoal, profissional e familiar, e também na estrutura física do espaço, a sede do MMIB, onde realizam suas atividades sociais, produtivas, de serviços, políticas e culturais.

A busca do grupo pela inclusão social provocou, como mencionado anteriormente, a fundação do MMIB que possui a "missão de contribuir para o desenvolvimento humano igualitário e social das mulheres e dos homens das ilhas de Belém". Assim como, para o empoderamento das mulheres, o desenvolvimento social e econômico das comunidades, para cursos de educação profissional, para produção eco-sustentável, entre outros, promovendo o desenvolvimento socioeconômico das ilhas de Belém (JANAÚ, PINHO, 2010).

O MMIB, uma associação sem fins lucrativos, é composta por três coordenações: Administrativa, Financeira e Social e um Conselho Fiscal. O MMIB, para Gomes, (2012b) possui como principais objetivos promover a organização comunitária, atividades de geração de renda, a elevação do nível de escolaridade das mulheres, a preservação e defesa do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico e estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outros visando a proteção de direitos e interesses de suas associadas.

Desde 2004 possuem contrato de produção da priprioca⁶ (*Cyperus articulatus*

⁵(cont.) como principais objetivos promover a organização comunitária, atividades de geração de renda, a elevação do nível de escolaridade das mulheres, a preservação e defesa do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico e estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outros visando a proteção de direitos e interesses de suas associadas.

⁶A priprioca é matéria-prima para perfumes artesanais, fabricados por artesãos paraenses e,



L) orgânica com certificação do IBD⁷ voltado para contrato com empresa de cosmético nacional que utiliza o óleo para perfumaria. Atividade que contribui para a visibilidade do trabalho destas mulheres na ilha e no entorno. Outra atividade também de destaque é o recente "Projeto Vida e Companhia" que se iniciou em 2013 e atende aproximadamente 70 idosos. E desenvolve atividades lúdicas, recreativas, de inserção e revalorização dos idosos na família e na comunidade.

Metodologia e área de estudo

O território ao qual a pesquisa se circunscreve tem como abrangência a área de ilhas da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Esta, a mais populosa cidade da região Norte, possui 1.408,847 habitantes segundo dados do IBGE (2010) e abriga quase 30% da população deste Estado. Isto porque a cidade é constituída de uma parte continental em forma de península e também uma insular que corresponde a dois terços do seu território, onde está localizada a zona rural da cidade formada por 43 ilhas, 39 delas nomeadas e habitadas (SEGEP, 2009).

Cotijuba encontra-se entre as poucas ilhas da cidade de Belém que possui áreas de terra firme. Segundo Guerra (2007), a ilha apresenta uma área de vegetação secundária em grande parte substituída por plantas úteis desde o século XVIII, quando um moinho de branqueamento de arroz (*Oryza sativa*) indicava a existência de atividade agrícola nesta área. Afirmação constatada em Acevedo Marin (2004), quando afirma que neste território, na segunda metade do século XVIII, Portugal ensaiou transformar o delta amazônico em um celeiro agrícola⁸

⁶(cont.) mais recentemente, explorada pela indústria de cosméticos nacional, essa planta é estudada pelo Museu Goeldi em parceria com outras instituições de pesquisas da Amazônia há quase uma década. Descobertas foram compiladas em livro por pesquisadores do Goeldi. Esta planta constitui o principal ingrediente dos encantados "banhos de cheiro" usados pelos paraenses nas festas de São João e nas comemorações de final de ano. A pripioca representa uma importante fonte de renda para famílias de produtores rurais e feirantes do estado do Pará, como os que trabalham no mercado do Ver-o-Peso, em Belém.

⁷O Certificado Orgânico opera em diferentes sistemas, variam inclusive as normas, dependendo do país e sua legislação, a certificação orgânica avalia questões sócio-ambientais, com ênfase para a produção livre de agrotóxicos e insumos químicos. O Certificado IBD atua em todo o Brasil e na América do Sul, tem seus fundamentos em princípios humanistas, segue a legislação trabalhista, incentivando o comprometimento social dos projetos certificados, e a legislação ambiental.

⁸Acevedo Marin (2004) ao se reportar a Carrera (1988, p. 234-236) aponta a importância do arroz no Pará para os anos de 1770-1784, quando ocupou o segundo lugar nas exportações.

levando a uma espécie de transição do extrativismo para a agricultura.

Por fazer parte do estuário Amazônico, é berço de grande diversidade biológica, social e cultural na região amazônica. Não apenas pela magnitude e complexidade dos sistemas agrários e florestais, mas também por ser constituído, em termos populacionais, por indígenas, ribeirinhos e urbanos, apresentando uma rica pluralidade social (PORTELA, ANDRADE, REIS, 2008).

Neste sentido, para elaboração deste material foi utilizada pesquisa documental, pois foi necessário pesquisar a história do MMIB. Segundo Oliveira (2008), a pesquisa documental é utilizada para estabelecer "associações, conexões e diferenças ao longo do tempo". Na pesquisa de campo foi utilizada a "Observação Participante" que, de acordo com Pessoa (2007), o pesquisador tem a possibilidade de "participar dos fatos a serem observados", ou seja, analisa os fatos na perspectiva de dentro para fora e vice-versa. Na ocasião, participamos de reuniões semanalmente, sempre nas terças ou quartas feiras, nos meses de janeiro a abril de 2012 na sede do MMIB, quando as mulheres do movimento estavam reestruturando suas ações de planejamento para o turismo de base comunitária.

Turismo de Base Comunitária – TBC

Entre os projetos desenvolvidos no MMIB destacamos então uma das estratégias voltada para o turismo comunitário, ou "turismo de base comunitária – TBC" que se contrapunha ao modelo de turismo de massa praticado desde 1990 na ilha Cotijuba. O primeiro contato com a temática se deu no ano de 2000, através de sistema de cooperação, com instituição de ensino superior pública no projeto "Mudanças do Estuário Amazônico pela ação Antrópica", que realizou a oficina "Desenvolvimento Comunitário para o Ecoturismo" com as mulheres, despertando assim, o interesse destas por uma proposta de turismo que gerasse renda e também pudesse promover o respeito pelo patrimônio natural, cultural e histórico da ilha.

O desdobramento desta oficina vem ocorrendo ao longo dos últimos dez anos com dezenas de atividades de formação e educação voltadas para o ecoturismo, turismo comunitário, planejamento e gestão. O GM/APIC, na busca de aperfeiçoamento sobre a temática, apresentou o projeto "Agência Comunitária de Ecoturismo" – ACE, a uma ONG com objetivo de oferecer suporte técnico na área de turismo aos participantes do projeto. Obteve como resultado a elaboração, divulgação e comercialização de dois pequenos roteiros turísticos denominados, "Quatro-bocas", hoje trilha do Engenho e o roteiro da "trilha das

Flores", ambos impossibilitados de serem oferecidos por motivos estruturais (DAMASCENO, 2012).

Além deste, outros projetos foram desenvolvidos na expectativa de se elaborar propostas de "ecoturismo" pelo grupo. Por outro lado, as condições sociais, políticas, econômicas e de infra-estrutura da ilha de Cotijuba não favoreciam que esta categoria de turismo fosse operacionalizada pelo MMIB, o que desmotivou a maior parte das mulheres que passaram a se dedicar a outros projetos de geração de trabalho e renda. A ACE voltou a fazer parte das pautas das reuniões do grupo em 2010/2011, quase 10 anos depois, motivadas por projetos de extensão universitária em sistema de cooperação com o departamento do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Em 2012, após as oficinas do projeto de extensão, houve também o curso de "formação de liderança", demandado pelas mulheres para a empresa de cosméticos que possui contrato comercial com o MMIB. Neste período, um grupo de sete (7) mulheres e quatro (4) homens do movimento elaboraram a proposta de Turismo de Base Comunitária para ser oferecido pelos seus associados e associadas na ilha de Cotijuba. Uma das razões, além das até aqui citadas, é o fato do MMIB já realizar informalmente atividades de turismo, tornando-se comum para as mulheres recepcionar pessoas com interesse em conhecer, de perto, suas experiências desenvolvidas na ilha.

Para Gomes (2012a) a Agência de Turismo de Base Comunitária – Trilhas do MMIB passou a se chamar "Trilhas do MMIB" e são assim apresentadas: "são roteiros turísticos que tem como ponto de partida a história das ilhas e luta do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, por alternativas e modelos de sustentabilidade e inclusão social para mulheres e homens das ilhas de Belém. O histórico, a trajetória e perspectiva do MMIB em relação ao meio ambiente e a inclusão social de gênero fazem parte dessa viagem de experiência".

O movimento de mulheres oferece este serviço para três grupos conforme o Quadro 1, cujo valor foi definido a partir das experiências já realizadas no MMIB com esta atividade e também após o levantamento dos custos operacionais em uma das reuniões de planejamento para retomada da atividade do turismo comunitário apresentado na sequência do texto.

Perfil do grupo	Número de visitantes	Valor unitário (R\$)
Pequeno	5/10	80,00
Médio	10/20	70,00
Grande	20/30	60,00

Quadro 1 – Tipos de grupos de turistas, ilha de Cotijuba, Pará, MMIB, 2013

Fonte: Elaboração própria (campo/2012).

Os grupos são aguardados por condutores locais homens ou mulheres, associados ao MMIB na chegada ao trapiche do distrito de Icoaraci. Neste momento são orientados a ocupar o barco de travessia regular conhecido regionalmente como "pô pô pô" da Cooperativa de Barqueiros da Ilha de Cotijuba – Cooperbic; no valor de R\$ 3,00, desde 2012. São 45 minutos até chegar ao Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard, em frente às ruínas históricas do antigo Educandário Nogueira de Farias onde os grupos realizam o primeiro contato com o TBC "Trilhas MMIB" recepcionados por uma das mulheres do movimento. Na ocasião é apresentado um resumo da história da ilha de Cotijuba.

Após esta apresentação são conduzidos no "bondinho" (vagão tracionado por trator com capacidade para 30 a 60 pessoas) por estrada de terra com destino ao MMIB, localizado a 2 km do terminal hidroviário. As charretes (tração animal com capacidade para 3 a 5 pessoas) também são usadas, assim como, o moto-táxi. Estes serviços de transporte terrestre são prestados diariamente para os moradores da ilha e visitantes por proprietários locais nos valores conforme o Quadro 2. O MMIB ao fechar contrato com os grupos e identificar o número de pessoas, solicita a prestação do serviço de um desses transportes. No entanto, até meados da década de 1990 o meio de transporte mais utilizado na ilha eram as bicicletas.

Tipo de transporte	Capacidade	Valor unitário (R\$)
Bondinho	30/60	5,00
Charrete	03/05	3,00/5,00
Moto	01	2,00/7,00

Quadro 2 – Transporte Terrestre, Ilha de Cotijuba, Pará, MMIB, 2013

Fonte: Elaboração própria (campo/2012).

No MMIB os grupos são recebidos por outra associada do movimento, responsável por apresentar os projetos sociais desenvolvidos pelas mulheres, sendo estes: beneficiamento de sementes para elaboração de acessórios femininos; Produção de papel vegetal com a folha da bananeira e priprioca; Biblioteca e Centro de inclusão digital. Na programação é realizada uma pausa para o lanche produzido na cozinha do movimento, onde são oferecidos café, sucos de frutas regionais, tapiocas, bolos e pães. Neste momento também são feitas a divulgação e comercialização dos produtos confeccionados no MMIB, e ainda produtos de mulheres que vivem em comunidades mais distantes do Centro de Cotijuba e não estão com frequência na sede do movimento.

Os associados e associadas que exercem atividades no TBC recebem diária sobre o dia de trabalho (Quadro 3). O número de trabalhadores envolvidos depende do tamanho do grupo, assim como, de outros elementos tais como disponibilidade e a facilidade em recepcionar os visitantes. Outro aspecto importante é que o valor da diária é igual para todas as funções desenvolvidas no TBC.

Atividades	Numero de associados (as)	Valor unitário (R\$)
Condutores locais	3	50,00
Palestra e recepção	3	50,00
Cozinheira e auxiliares	3	50,00

Quadro 3 – Pessoas ocupadas no TBC, Ilha de Cotijuba, Pará, MMIB, 2013

Fonte: Elaboração própria (campo/2012)

Após a visita na sede do movimento o grupo é conduzido de "bondinho", desta vez até uma das áreas de produção da priprioca (*Cyperus articulatus*), em sistema orgânico, mais próxima do MMIB. O cultivo da priprioca não é uma prática agrícola da ilha de Cotijuba, mas se tornou estratégia econômica a partir, de 2004, quando uma empresa nacional de cosméticos entrou em contato com agricultores familiares associados ao movimento para efetivar contrato de produção da espécie vegetal. O rizoma da priprioca é usado como matéria prima aromática de produtos cosméticos com forte apelo comercial para a diversidade biológica e sociocultural da Amazônia.

Após conhecer um pouco sobre a vida dos produtores e desta atividade agrícola o grupo segue de "bondinho", agora com destino a uma das praias que

compõe a Costa Oeste da ilha. A praia do Vai-Quem-Quer, juntamente com oito (8) comunidades, formam uma extensão de 20 km de praias e compõe um dos ambientes mais procurados pelo turismo de massa nos fins de semana. Neste momento do roteiro é oferecido almoço em restaurante de uma das associadas do movimento. O retorno ao Terminal Hidroviário de Cotijuba corre às 16:00 horas, com saída para Icoaraci no navio Companhia de Transporte de Belém (Ctbel) às 17:00 horas.

Através do roteiro "Trilhas do MMIB" as mulheres apresentam a história do movimento e da ilha de Cotijuba, com a finalidade de obter renda, promover a preservação ambiental e a inclusão social de mulheres, homens e jovens da ilha. Ademais, procura despertar o interesse dos visitantes pela história local e a conservação do patrimônio natural. Os dias de visita do roteiro são determinados pela dinâmica do território, que nos finais de semana recebe os visitantes em busca das praias e envolve associados e associadas do MMIB que possuem pequenas pousadas e restaurantes na ilha.

A dinâmica e a operacionalização do turismo comunitário, realizado em Cotijuba, é apresentada no Quadro 4, apontando para uma atividade econômica e social em construção. Esta envolve diferentes sujeitos empenhados em uma atuação comunitária de caráter político, sociocultural e econômico, ao interagir com a base dos recursos naturais em diferentes fases da cadeia do TBC na ilha de Cotijuba.

Dias disponíveis para prestação do serviço	Terças, quartas e quintas feiras
Objetivo do roteiro	Apresentar as potencialidades naturais e socioculturais da ilha despertando a conscientização ambiental, divulgar e comercializar os produtos criados pelas mulheres do MMIB além de inserir outros setores da economia local na atividade.
Perfil dos visitantes	Voltado para pessoas que buscam o contato com a natureza e com práticas sociais que se destacam por seu protagonismo no ambiente amazônico. Neste perfil, se enquadram pesquisadores, professores de graduação e pós-graduação, alunos de graduação e de curso técnico, além do público em geral, empresas privadas, terceiro setor, etc. Para uma faixa etária de 10 a 50 anos, com grupos compostos por no mínimo cinco e no máximo 30 pessoas.
Comercialização de produtos de artesanato	Acessórios femininos de sementes de espécies nativas locais; cadernetas e blocos de anotações de papel vegetal; utensílios domésticos e decorativos de argila queimada; panos de crochê e de prato. Estes produtos ficam expostos na sede do MMIB em espaço recém-construído para esse fim.
Visitas locais	Sede do MMIB (palestra sobre o movimento e contato com área de produção); plantio da pripioca orgânica (<i>Cyperus articulatus</i>); praia do Vai-Quem-Quer;
Transporte usado e disponível no local	(Hidroviário) Navio da Companhia de Transporte de Belém (Ctbel) ou pequenas embarcações (pô pô pô) da Cooperativa de barqueiros da Ilha de Cotijuba – Cooperbic; (Terrestre) Bondinho (vagão tracionado por trator), moto-táxis, charretes de tração animal. e pequenas caminhadas.
Alimentação local	Após recepção e palestra no MMIB é oferecido um lanche com sucos e frutas regionais, além de doces e salgadinhos típicos da região. Na praia é oferecido almoço por pequenos restaurantes onde as proprietárias são associadas do movimento.
Condutores locais, palestrante, cozinheira e auxiliar.	Mulheres e homens associados do MMIB (aproximadamente 8 pessoas diretamente)
Local de saída e chegada	Trapiche municipal de Icoaraci
Divulgação	Esta é realizada através do “boca a boca” e pelos contatos de e-mail e pelo blog do movimento.
Comercialização	A comercialização é realizada pela Agencia de Turismo de Base Comunitária – TBC-MMIB que utilizam os recursos de internet e telefones celulares para firmar contrato.
Preço	No preço está incluído o valor do transporte no interior da ilha, lanche e almoço na praia, além de um pequeno “presente” que as mulheres oferecem aos visitantes (produto artesanal confeccionado por elas).
Avaliação	Foi elaborado um pequeno formulário com perguntas abertas para saber o nível de satisfação dos visitantes no final da visita.

Quadro 4 – Dinâmica e operacionalização do TBC, "Trilha MMIB", Cotijuba, Pará, 2013

Fonte: Quadro adaptado pela autora com base em Gomes (2012a).

Assim, as mulheres do movimento tiveram a oportunidade de executar pela primeira vez o roteiro "Trilhas do MMIB" em maio de 2012, para um grupo de 30 estudantes da graduação do Curso de Turismo da UFPA. Outra experiência também no mês de maio foi com o grupo de estudantes do curso de Hospitalidade e Turismo, do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Pará –

IFPA, da cidade de Vigia de Nazaré, com 40 pessoas (4 professores e 36 alunos). Nas duas ocasiões foi possível operacionalizar todas as fases do roteiro e se iniciar um processo de avaliação sobre as dificuldades encontradas durante a execução do roteiro e de como melhorar as próximas experiências do TBC na ilha de Cotijuba.

Considerações finais

Na ilha de Cotijuba, o modo de vida das mulheres e das famílias quanto a sua reprodução social estiveram diretamente relacionados ao uso dos recursos fluviais e florestais, enquanto atividades extrativistas, constituindo-se como principal modelo da ilha em bases familiares de produção. No entanto, as novas ruralidades que passam a ocorrer neste rural amazônico, desde meados de 1990, principalmente sobre o uso dos recursos naturais, contribuem para o aparecimento de novos sujeitos e atividades produtivas e de serviços como o Turismo de Base Comunitária – TBC.

A elaboração de uma proposta alternativa de turismo para ilha de Cotijuba pelo MMIB perpassa por uma estratégia econômica de geração de trabalho e renda. Mas também, e principalmente, por uma possibilidade concreta de se estabelecer relações sociais, políticas, ambientais e culturais de resistência ao modelo de turismo de massa existente na ilha. Uma visão multidimensional, territorial, local, de um setor da economia com potencialidades de gerar trabalho, emprego e renda com inclusão social em áreas rurais e urbanas, mas inexpressivo no que se refere às políticas voltadas para o seu desenvolvimento no estado do Pará, e particularmente para a cidade de Belém cuja porção insular representa 69,42% de sua superfície.

Por esta razão, a operacionalização do TBC "Trilhas do MMIB" possui desafios importantes além dos que já foram superados, considerando as características deste território na região amazônica. Por outro lado, o movimento que se faz em torno das práticas produtivas e de serviços no interior da atividade do TBC, cujos princípios e valores extrapolam a lógica de mercado, sinaliza para o protagonismo, em especial, das mulheres, embora também haja uma participação importante dos homens.

Referências

ACEVEDO MARIN, R.E. Agricultura no delta do rio Amazonas; colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos cadernos**

NAEA, v.8, n.1, p.73-114, jun./2005.

CRESPI, B. Ocorrência, procedimentos de coleta, processamento primário e usos do Pracaxi (*Pentaclethra maculosa* (Willd.) Kuntze) pelos moradores da Ilha de Cotijuba, Belém – PA. Monografia (Bacharelado em Biologia). Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Piracicaba – SP. 2009.

DAMASCENO, J. M. Turismo de Base Comunitária e gênero: experiência do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, ilha de Cotijuba-Pará. 2012. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém 2012.

GOMES, E.L. et al. Trilhas do MMIB: roteiros de experiência do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém-Pará. Congresso Latino-Americano De Investigação Política, São Paulo, 2012. In: **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012a.

GOMES, E.L. et al. Turismo e gênero: A experiência da Organização de Mulheres na Amazônia. Universidade Federal do Pará. ICSA/UFGA, Belém, 2012b (no prelo).

GOMES, E. L. SILVA, Antônia Maria Gomes da – 1952. Mulher Mulheres na PAN – Amazônia. Enciclopédia cooperativa de biografias. Lígia T. Lopes Simonian. Belém: NAEA, 2011.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da ilha de Cotijuba. Belém: UNAMA, 2007.

JANAÚ, G. P.; PINHO, S. S. Capital social e turismo: a iniciativa do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na ilha de Cotijuba, Belém-Pará. 2010. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

ESTATUTO DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM. Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) – Maio de 2007.

PESSOA, V.L.S. **Fundamentos de Metodologia Científica para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Material para fins didáticos, Uberlândia, 2007.

OLIVEIRA, V. R. de. **Desmitificando a Pesquisa Científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

SANTOS, F. G.; SILVA, H. S. **Mulheres e mercado de trabalho: a inserção do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém na Economia Solidária**. 2010. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SANTANA, R. M. **Território e gênero de vida de uma população ribeirinha na Ilha de Cotijuba-Belém/PA**. Belém, 2002. Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da UFPA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEGEP). **Anuário estatístico do município de Belém**. Belém: SEGEP, 2009.

SHELTON, B. **Diagnóstico institucional**. Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) – Natura Logística e Serviços LTDA. Belém – março. 2008.

SILVA, L. C. M. **Lazer, turismo e agricultura entre populações tradicionais da ilha de Cotijuba – Belém – Pará**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE, Cidades@, Censo 2010**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150140>>.
Acesso em: 15 de Maio. 2010.

OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A REFUNCIONALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Luís Antonio Barone¹

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira²

Resumo: Na contramão da tendência de esvaziamento das áreas rurais, a implantação de centenas de projetos de assentamentos rurais no Estado de São Paulo aponta para uma nova situação de ocupação e organização territorial. Frutos de uma dinâmica conflitiva envolvendo o Poder Público e os movimentos sociais que atuam na luta pela reforma agrária, os assentamentos constituem-se em verdadeiros laboratórios de experiências sociais. Está em questão, neste trabalho, a reutilização das estruturas arquitetônicas de fazendas que tiveram como destino o assentamento de famílias de sem-terra na região do Pontal do Paranapanema (Oeste do Estado de São Paulo), conhecida por seu histórico de conflitos e irregularidades na ocupação das terras. Estuda-se o caso do Projeto de Assentamento Primavera, que conta com 125 famílias regularmente assentadas pela Fundação ITESP numa antiga fazenda dedicada à pecuária de corte. A instalação de equipamentos sociais vai determinar a reutilização dos prédios já existentes no assentamento, tendo como alvo principal as construções do núcleo residencial principal da antiga fazenda. A revitalização dessa área, há anos abandonada, constitui-se num exemplo interessante de refuncionalização das estruturas arquitetônicas ali montadas, redirecionadas, mesmo que de forma pouco planejada, para abrigar a escola de Ensino Fundamental do assentamento. Nessa área privilegiada da fazenda, no entanto, encontram-se os remanescentes da

¹Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP.

²Bacharelado do curso de Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

estrutura produtiva anteriormente instalada – um impressionante conjunto de instalações voltadas para o confinamento de gado, que ainda continua abandonado e depredado.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Ordenamento Territorial Rural; Arquitetura Rural.

***Abstract:** Against the trend of abandonment of rural areas, the implantation of hundreds of land reform settlements projects in São Paulo indicates a new situation of rural occupation and territorial organization. Expressions of a conflictive dynamic involving the government and the social movements engaged in the struggle for land reform, these settlements constitute real laboratories of social experiences. This paper is concerned with the reuse of architectural structures of large farms that were destined for the settlement of landless families in the region of "Pontal do Paranapanema" (São Paulo State western region), which is known for its history of conflict and irregularities in land occupation. This is the case study of the "Primavera" Settlement Project, which has 125 families regularly settled by ITESP Foundation in an old farmhouse dedicated to livestock. The installation of social equipment will determine the reuse of existing buildings in the settlement, aiming mainly at the old buildings of the main residential core of the old farm. The revitalization of this area, which has been abandoned for many years, constitutes a prominent example of refunctionalization of the architectural structures installed there, redirected, even without a planned way, to shelter the Elementary School of the settlement. In this privileged area of the settlement, however, are located the remainders of the previously installed productive structure – an impressive set of installations for confinement of livestock, that are still abandoned and depredated.*

Keywords: Rural Settlements; Rural Spatial Planning; Rural Architecture.

Introdução

Como um país de dimensões continentais e tendo a agropecuária como atividade extremamente dinâmica e valorizada, o Brasil tem desenvolvido, recentemente, uma dinâmica populacional que emite sinais de estancamento do êxodo rural – tão marcante nas décadas de industrialização acelerada. Pode-se

afirmar que, a partir da década de 1990, começa um processo de manutenção dos contingentes populacionais na zona rural, fenômeno que pode ser associado às atividades econômicas não-agrícolas (GROSSI, CAMPANHOLA, SILVA, 2000). Outro processo que impacta, sem dúvida, essa dinâmica é a execução de uma contínua política de assentamentos rurais, que tem se estendido de forma mais ou menos contínua desde o primeiro governo civil pós-64¹. Mesmo demonstrando sinais de drástica redução no número de novos assentados nesses últimos anos, essa "nova população rural" demanda políticas públicas específicas, assim como implica em novas configurações territoriais e de (re)apropriação do espaço. Sem avançar numa polêmica a respeito dos números dessa política, a chamada "reforma agrária" brasileira já garantiu o acesso à terra a um contingente que se aproxima de um milhão de famílias.

Embora a maior parte dessa população tenha sido assentada nos Estados da Região Norte, constituindo-se, mais rigorosamente, em beneficiários de uma política de colonização de novas áreas da Amazônia, centenas de milhares de famílias, geralmente organizadas em movimentos reivindicatórios, ganharam o acesso à terra em áreas desapropriadas de antigos estabelecimentos – e assim, mesmo levando-se em conta as diferenças regionais, tanto nos assentamentos da antiga zona canavieira do Nordeste quanto nos assentamentos das regiões Sul e Sudeste.

A situação de assentamento significa uma mudança de perspectiva para esses trabalhadores (muitos outrora assalariados), a partir da qual são exigidas habilidades e qualificações novas. As estratégias de gestão do território, desenvolvidas por esse segmento da população se somam com outras dimensões da vida social, compondo um singular modo de vida (BARONE, FERRANTE, 2007).

Neste contexto, essas famílias assentadas se deparam com inúmeros desafios. Além disso, em muitos casos, esses novos moradores encontram prédios e instalações, construídas em períodos anteriores e com funções que não são mais adequadas. A reutilização/refuncionalização dessas estruturas arquitetônicas passa a ser um desafio em particular, para cujo enfrentamento os assentados deverão, via de regra, contar com o apoio ativo dos Poderes Públicos. Os impasses e dilemas no desenvolvimento das experiências de assentamentos passam a ter, na

¹Prova desta continuidade é implementação, desde 1985, de dois "Planos Nacionais de Reforma Agrária" (lançados, respectivamente, no governo José Sarney em 1985 e no primeiro governo Lula, em 2003).

busca por uma refuncionalização dessas estruturas, um capítulo específico que, no mais das vezes, reproduz as contradições, as possibilidades e os limites da política pública de reforma agrária.

Neste trabalho, discutem-se as soluções e os obstáculos na busca por se reutilizar/refuncionalizar as estruturas construídas num Projeto de Assentamento localizado na região mais impactada pela reforma agrária no Estado de São Paulo (o Pontal do Paranapanema, extremo-oeste do Estado). Para o estudo deste caso, proceder-se-á a uma contextualização do panorama regional da política de assentamentos, a uma discussão sucinta dos critérios técnicos da implantação e planejamento desses assentamentos, bem como a uma apresentação sintética do desenvolvimento dessas experiências sociais, com vistas a uma avaliação das possibilidades efetivas de revitalização das áreas construídas, através da implementação da política de assentamentos.

O patrimônio edificado e arquitetura rural

Na busca por qualificar a análise dessa (re)apropriação de espaços previamente construídos nos assentamentos, mostram-se bastante úteis as perspectivas desenvolvidas pela arquitetura rural e pela geografia cultural. A arquitetura rural estuda o ambiente construído no espaço rural, levando em conta as contribuições de diversas áreas do conhecimento, apontando para a interdisciplinaridade promovida pela Arquitetura Rural. Nesse sentido, várias áreas propõem-se a estudar o espaço rural por vias alternativas, superando o privilegiamento dos aspectos meramente econômicos e abarcando outros elementos, como a dimensão do patrimônio cultural, e o turismo rural, entre outros. Nesse contexto, as engenharias preocupam-se com as áreas voltadas ao planejamento regional, além dos aspectos atrelados ao espaço não-urbano. O campo da arquitetura e urbanismo visa compreender a dimensão do patrimônio cultural, e os empreendimentos que permitem atingir a sustentabilidade e a valorização. A história, a geografia e o turismo buscam entender as ações dos empreendimentos ligados ao turismo no espaço rural.

A arquitetura rural propõe um enfoque transdisciplinar para os estudos de paisagem e ordenamento territorial, especificamente ao espaço não-urbano, concebido como espaço nu. A arquitetura rural é compreendida como uma área integradora e transdisciplinar, abrangendo todos os elementos arquitetônicos, estruturais e ambientais inseridos na paisagem rural. Ferrão (2008) escreve que,

Muito mais que os aspectos ligados à construção rural, a Arquitetura Rural

pode contribuir para uma nova visão sobre a ordenação territorial: respeitando as características intrínsecas ao ambiente urbano tanto quanto as do ambiente rural, de modo que o "espaço nu" possa assegurar-se como espaço para o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que assegura e viabiliza o desenvolvimento urbano de maneira equilibrada e responsável. A cidade e o campo devem co-evoluir num processo integrado e sustentável, de forma que um ambiente viabilize e alimente o outro (FERRÃO, 2008, p.4).

De modo geral, a arquitetura rural analisa a paisagem rural e as formas de patrimônio-histórico-arquitetônico nela inseridas, tais como as antigas sedes de fazenda, as senzalas e instalações do espaço de produção. Essa dimensão patrimonial é importante – até porque é geradora de dúvidas e impasses – já que existem leis específicas que regulam a gestão desses bens. No entanto, até que instalações preexistentes sejam identificadas formalmente como "patrimônio edificado" (GHIRALDELLO, SPISSO, 2008) – e, portanto, protegidas pelo Poder Público – elas podem desaparecer na paisagem, desmanchadas ou reformadas. Para além dessa polêmica legal, que trata da definição e gestão do patrimônio, resta uma paisagem que, mesmo estando no rural (em campo aberto), carrega um significado histórico e apresenta-se como um dado cultural para uma população.

O conceito de paisagem cultural, elaborado pela geografia, define-se a partir da inter-relação dinâmica entre a natureza e as ações do homem, formando a paisagem. Está atrelado à memória social e histórica, à identidade e diversidade cultural. Segundo a chamada Escola de Berkeley da Geografia Cultural, a paisagem é uma imagem composta de um território, um lugar concreto, caracterizado por uma cultura coerente e estável (BEL, 2008).

Tomando por base esse conceito, temos, no caso dos assentamentos, que essa paisagem está em transformação – sem, portanto, uma cultura "estável". Isso porque um novo grupo social, eventualmente estranho à cultura anterior e portador de intencionalidades distintas, chega a um espaço em reorganização – ação co-protagonizada por esse grupo (os sem-terra) em tensão permanente com os agentes e planejadores públicos, também pouco preocupados com as preexistências. Suas demandas e projetos – muitas vezes em conflito – têm prioridade no redesenho do lugar. A partir disso, a paisagem se altera e o patrimônio gera um impasse, podendo ser encarado como "resto" a ser desprezado (na visão do planejador) ou obstáculo (na visão do assentado).

A realidade mostra, no entanto, que essas populações buscam, quando

podem, apropriar-se desse patrimônio, geralmente de forma precária e com maior ou menor consciência de sua importância histórica e/ou cultural. São comuns as ocupações de antigas sedes, casas de colônias e galpões para moradia e outras funções. No entanto, na maioria das vezes, essas edificações encontram-se em péssimo estado de conservação e, até mesmo, impróprias para uso.

Nesse sentido, a refuncionalização dessas instalações (patrimônio edificado) passa a ser uma solução para o impasse. A concorrência do poder público, agindo na recuperação desses espaços, no entanto, é fundamental. Ganha evidência, então, a noção arquitetônica de refuncionalização: ideia que atrela a permanência das formas à mudança das antigas funções, no sentido de que uma forma pode realizar-se em diversos conteúdos. A refuncionalização é compreendida a partir da união entre o passado e o futuro, onde as formas são mantidas e as funções são renovadas ao longo do tempo, de acordo com a intencionalidade e o momento histórico (FERREIRA, 2011). A experiência vivida pelos sujeitos sociais que concorreram para a reorganização do espaço no assentamento Primavera pode ser lida sob a rubrica da refuncionalização – mesmo com seus limites e bloqueios.

O contexto agrário do Pontal do Paranapanema

No Estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema, região em estudo, destaca-se devido à sua questão fundiária. Ali, a irregularidade na ocupação da terra tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões que cercam as possibilidades de desenvolvimento local. A região, localizada no extremo oeste paulista é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo.

Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999). Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do Estado, sobretudo na primeira metade do século passado. Foi, porém, a região na qual houve um recuo mais antigo e acentuado da cafeicultura (MONBEIG, 1984). A partir dos anos 1960 e 1970, o desmatamento das florestas teve como finalidade a ocupação das terras para o desenvolvimento da pecuária, que tem sido a principal atividade econômica da região desde os últimos 50 anos – sendo igualada pela cultura canieira nessa última década.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. Esse histórico ganha contornos dramáticos e passa a exigir uma política do Estado para a regularização a partir dos anos 1960 (ANTONIO, 1990). Na segunda metade da década de 1970, as obras de três usinas hidrelétricas na região também levam a uma política de reassentamento das populações ribeirinhas, administrada pela CESP até os anos 1990. Com a desaceleração das obras das usinas na década de 1980 e a demissão em massa que a isso se seguiu, emerge um forte movimento de reivindicação por terras no Pontal (FERNANDES, 1996).

A partir de 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o que os estudiosos da região chamam de seu processo de territorialização (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região. Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias (FERRANTE, BARONE, CAMPOI, 2005). O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas².

A significativa mudança da forma de apropriação da terra nessa região certamente contribui para a inversão da tendência populacional de êxodo rural acima mencionada. Como exemplo, cita-se que o município de Mirante do Paranapanema, o que mais recebeu projetos de assentamentos rurais na região em questão (28 assentamentos, com mais de mil famílias assentadas). Nele, a população residente rural teve um grande incremento nos anos 1990, alcançando a magnitude de 40% da população total residente, segundo dados do Censo 2000 do IBGE. Ali, como em outros municípios da região, a implantação desses assentamentos vai impactar positivamente a economia local.

²Segundo a Fundação ITESP, existem na região 113 Projetos de Assentamentos, reunindo mais de seis mil famílias.

O Planejamento espacial e a ordenação territorial dos Projetos de Assentamentos em São Paulo

A análise dos processos de planejamento e gestão dos assentamentos rurais tem demonstrado uma grande dificuldade de se fazer cumprir as normativas oficiais e mesmo os objetivos mais gerais desse tipo de política pública. No Estado de São Paulo, dois órgãos públicos são responsáveis pela implantação dos assentamentos rurais: ITESP e INCRA, respectivamente organismo estadual e federal. O histórico da relação desses órgãos revela um dos aspectos mais negativos da reforma agrária. Desde o início da atual política de assentamento, verifica-se um desencontro administrativo e político entre ambos, prejudicando o encaminhamento de inúmeras iniciativas nos assentamentos (BARONE, 2000).

Mais recentemente, a rivalidade política entre os governos federal (capitaneado pelo PT) e o estadual (PSDB) tem refletido diretamente nas relações entre os órgãos. Porém, mesmo antes de uma dificuldade relativa a uma orientação político-partidária divergente, as dificuldades administrativas também impediam (e impedem ainda hoje) uma coordenação eficiente nas ações dessas agências fundamentais no desenvolvimento dos assentamentos. Mesmo quando o projeto de assentamento é de responsabilidade do governo estadual (jurisdição do ITESP, portanto), uma série de procedimento na regularização do assentado, bem como o acesso a um conjunto de políticas públicas (créditos de custeio e investimento) dependem do governo federal, quase sempre mediado pelo órgão técnico respectivo, o INCRA.

Desde os anos 1960, quando teve início um programa estadual de distribuição de terras – a Revisão Agrária, extinta com o Golpe de 1964 (BERGAMASCO, NORDER, 1999) – inúmeras orientações foram expedidas no tocante ao encaminhamento da implantação de assentamentos rurais. Porém, foi apenas sob a égide do Estatuto da Terra (instituído no primeiro ano do regime militar) e com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no início dos anos 1970, que um conjunto de procedimentos e critérios se consolidou, tendo sofrido pequenas alterações nos anos recentes.

Neste tocante, o mais importante critério diz respeito à área mínima para o assentamento de uma família candidata a um lote de reforma agrária. A gleba básica é calculada a partir do **Módulo Rural** – definido já no Estatuto da Terra (1964) como a área mínima necessária para que uma família de agricultores possa obter sustento e plena vida econômica num dado contexto regional. A partir de critérios definidos pelo INCRA no início dos anos 1970, o módulo

rural em São Paulo varia de pouco mais de 10 a cerca de 20 hectares. No caso do Pontal do Paranapanema, o módulo rural regional é de aproximadamente 20 hectares. Existem exceções no volume de área dos lotes dos assentamentos, para mais ou para menos: em alguns casos, famílias foram assentadas em lotes maiores que o módulo regional devido a uma avaliação da vocação produtiva³; nos casos em que os lotes são menores, tem-se o fato de que, muitas vezes, o próprio grupo de sem-terras propõe dividir lotes menores, por motivos de gestão coletiva ou para abrigar um número maior de famílias (geralmente, todo o grupo participou daquela "luta" específica)⁴.

Quando se analisa todo o processo de planejamento das experiências de assentamento, constata-se que, embora este possa ser apresentado oficialmente, geralmente no formato de documentos e relatórios técnicos, na realidade cotidiana dos assentamentos, o planejamento é mais virtual que real. Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs), são documentos oficiais que, embora demandem algum levantamento da realidade natural e sócio-econômica regional, acabam por prescrever medidas genéricas para o desenvolvimento dos P.A.s. Espécie de "plano diretor" do assentamento, o PDA sofre o mesmo tipo de desvalorização prática deste instrumento. Além do que, verifica-se uma grande carência de agentes técnicos e políticos para viabilizar os planos.

Dentre os quesitos constantes no planejamento dos assentamentos, a questão do ordenamento territorial dos P.A.s oferece uma perspectiva específica, que nos aproxima da temática deste trabalho. Em relação aos modelos de organização espacial dos assentamentos, ao longo dos anos, as agências oficiais se aprimoraram, garantindo uma tecnologia de implantação dos assentamentos relativamente eficiente. Pode-se dizer que paralelamente a estratégias de pressão pela distribuição de terras desenvolvida pelos movimentos sociais o Estado desenvolveu, em resposta, uma estratégia de assentamento, que tem, na instalação e ordenamento fundiário dos P.A.s, sua faceta mais eficiente.

³É o caso dos P.A.s Água Sumida e "Gleba XV de Novembro", implantados no Pontal nos anos 1980 e que contam com alguns lotes maiores (objetivando o desenvolvimento da pecuária). Essa possibilidade de lotes maiores que o módulo rural regional, porém, foi descartada durante os anos 1990, sobretudo devido ao excesso de demanda dos sem-terra.

⁴Isto acontece também quando os trabalhadores, induzidos pelos órgãos técnicos, concordam em serem assentados em áreas menores que um módulo. Nestes casos, esclarece-se, o interesse maior é do órgão responsável, que busca espaço para acomodar a demanda dos sem-terra.

No tocante esse ordenamento espacial dos P.A.s, pode-se constatar diferentes modelos de disposição dos assentamentos. No Estado de São Paulo, verificam-se três modelos principais, com algumas variações. O primeiro modelo é o de parcelamento do assentamento em lotes individuais, cujas moradias estão dispersas nesses lotes. Determina-se, no projeto, uma área comunitária que reuniria os equipamentos coletivos necessários (escolas, postos de saúde, salões de reunião etc.). No caso específico a ser discutido adiante (Assentamento Primavera), adota-se este modelo de parcelamento sem agrovila.

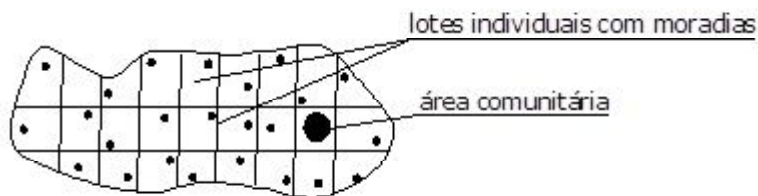


Figura 1 – MODELO I – Assentamento com lotes individuais sem agrovila
Fonte: BERTOLINI, CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

Um segundo modelo é o de assentamento com agrovila. Este modelo pode ser desenvolvido em situações de parcelamento de lotes familiares ou em situações de uso coletivo da área produtiva do P.A.. Observa-se que, no caso dos assentamentos implantados pelo ITESP (assentamentos sob responsabilidade do governo estadual), houve uma mudança no planejamento da organização espacial desde os anos 1980, partindo-se de uma preferência pelos assentamentos com agrovila (o Modelo II) – com ou sem parcelamento dos lotes produtivos – para o assentamento das famílias em lotes individuais (visto no Modelo I), apenas com a designação de uma área comunitária para os equipamentos sociais.

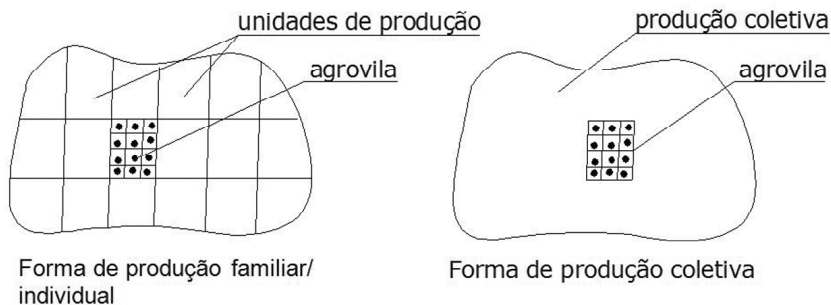


Figura 2 – MODELO II – Assentamento com agrovila (com variação coletiva e individual)

Fonte: BERTOLINI; CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

Esta mudança foi realizada a partir de 1995, sob a justificativa de que os trabalhadores assentados no modelo de agrovila tinham um estímulo negativo para o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes familiares, na medida em que as distâncias entre a agrovila (local de moradia) e os lotes produtivos (local de produção) poderiam ser de muitos quilômetros, ocasionando um longo percurso a ser feito diariamente pelo assentado. Foi vencida, portanto, uma concepção que primava pela "socialização" dos moradores – mais facilmente propiciada pela existência de uma agrovila – assim como pela economia de recursos na implantação da infraestrutura (água e luz), evidente quando os assentados estão todos reunidos numa única área do assentamento.

Mais recentemente, a discussão com relação ao planejamento de implantação dos assentamentos, envolvendo agentes oficiais, técnicos e movimentos sociais, desenvolveu um terceiro modelo de parcelamento. Trata-se de um modelo de assentamento parcelado com "núcleo de moradia", também conhecido como modelo de assentamento "margarida" (pelo formato que lembra a flor). O modelo radial (Modelo III) solucionaria as dificuldades relativas aos dois modelos acima descritos, garantindo, ao mesmo tempo, a proximidade dos lotes produtivos e a reunião das moradias numa área comum, possibilitando um impulso à sociabilidade das famílias⁵.

⁵Registra-se que poucos assentamentos no Estado de São Paulo adotam esse modelo de parcelamento.

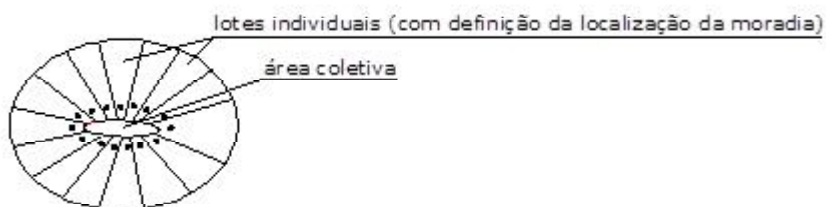


Figura 3 – MODELO III – Assentamento radial com núcleo de moradia ("margarida")

Fonte: BERTOLINI; CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

Os dilemas da gestão dos assentamentos de reforma agrária

O desenvolvimento de uma política pública para tais projetos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos P.A.s, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária – iniciativa governamental pressionada por forte mobilização popular e de organizações não governamentais.

No Estado de São Paulo, iniciativas do governo federal e do governo estadual promovem o assentamento de milhares de famílias. Em posições às vezes concorrentes, INCRA e ITESP não apresentam grande capacidade de gestão dos projetos. A colaboração de outros agentes institucionais – como as Prefeituras, as Universidades e organismos não-governamentais – é fundamental para um melhor acompanhamento dessas populações assentadas, tanto na chamada esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva.

A intervenção de agentes institucionais oficiais do Estado e da União é uma das características que diferencia um projeto de assentamento (P. A.). Tal intervenção é eficiente nos assentamentos novos, onde tais agentes dedicam-se ao processo de instalação das famílias assentadas no terreno a ser ocupado. Com a superação dessa etapa de pré-assentamento, fatores como gestão e organização - que certamente estão dentre os mais críticos para o desenvolvimento dos P.A.s - não são contemplados pelos órgãos oficiais.

Embora o MST, por exemplo, desenvolva uma metodologia para tais projetos – sem dúvida um importante manancial de experiências piloto nessa área – mesmo suas iniciativas no Estado têm encontrado enormes dificuldades de viabilização. A discussão metodológica no campo do planejamento e da gestão simplesmente

não existe no país, dada à situação sempre emergencial de assentamento, ficando por conta de experimentos ideológicos (do MST) e aplicação de pacotes (por parte dos órgãos técnicos governamentais). A principal diferença possível numa metodologia a ser desenvolvida é justamente a perda do controle inicial (algo que pode ser definido como um "*T zero*") dentro do cronograma de projetos já implantados. Alguns desses assentamentos contam com mais de quinze anos e nenhum conhecimento sistematizado metodologicamente orienta a gestão dos mesmos.

As administrações municipais, cuja responsabilidade recai mais na chamada esfera econômica reprodutiva, vêem os P.A.s como bolsões de pobreza – nas regiões mais ricas do Estado – ou clientela política a ser cativada – como na maioria dos municípios pequenos, onde o impacto fiscal da instalação dos P.A. aumenta significativamente a arrecadação da Prefeitura. Sua presença, no entanto é sempre importante: máquinas para a conservação de estradas e do solo, pequenas obras em lotes e micro-projetos que integram os assentados em programas desenvolvidos pela Prefeitura são iniciativas que ajudam na manutenção das famílias assentadas. Além disso, uma importante infraestrutura, voltada para as áreas da saúde (Postos e unidades do Programa de Saúde da Família – PSF) e da educação (basicamente escolas), embora muito dependente da ação municipal, é tema polêmico dado o seu custo.

O jogo de forças sociais no campo do qual falam Ferrante e Silva (1988), encontra agentes bastante institucionalizados e definidos na administração pública. Em permanente tensão com eles estão as classes sociais que organizam a produção econômica da região e seus representantes políticos, sempre em disputa pelo poder de definir os destinos políticos dessas populações assentadas. Constatase, no entanto, que a problemática da gestão do P.A. não é explicitamente resolvida, recaindo, no mais das vezes, sobre a liderança dos trabalhadores, mais ou menos organizados (MST, sindicatos etc.), tendo alguma intervenção de agentes públicos municipais e técnicos do ITESP e do INCRA (este quando o assentamento é federal) lotados nas regiões.

No caso do Estado de São Paulo, a posição ímpar do ITESP revela justamente o nó górdio da gestão dos P.A.s, pois o órgão tem sido relativamente eficiente nas ações de regularização e implantação das famílias assentadas, mas poucos resultados obtém na busca do desenvolvimento sustentável das mesmas. Os técnicos de campo do ITESP são de fundamental importância no desenvolvimento de um plano de gestão e desenvolvimento do P.A.. A situação precaríssima deste Instituto, em termos de alocação nas esferas do governo – sua realidade

burocrática mesmo (BARONE, 2000) - é um complicador a mais no contexto de tramas sociais e políticas no interior de um P.A.

Por outro lado, a força das lideranças locais nos P.A.s (ou sua ausência) e os embates de seus representantes diretos (sindicalistas, líderes associativistas, militantes do MST) com representantes políticos de outros interesses (notadamente os patronais) e com os agentes governamentais têm como eixo a problemática do planejamento e gestão dos P.A.s. Esclarece-se que, em muitos casos, mais do que um posicionamento ideológico nítido *ex-ante*, os agentes públicos municipais, têm diferentes interações com os poderes locais, regionais e nacionais e modulam seus discursos e ações (mais discursos do que ações, diga-se de passagem) por essas múltiplas injunções. No caso do P.A. Primavera, um período de governo municipal mais preocupado com a temática da reforma agrária⁶ tornou possível algumas intervenções que buscaram uma reapropriação das estruturas preexistentes na área reformada.

O caso do P.A. Primavera: refuncionalização sem planejamento

Dentre os vários municípios que compõem o Pontal do Paranapanema, o município de Presidente Venceslau é um dos que comporta experiências de assentamentos rurais em seu território. Contando com uma população de pouco mais de 35 mil habitantes, Presidente Venceslau tem cinco Projetos de Assentamentos (P.A.s), todos instalados pelo ITESP:

- P.A. Primavera, com 128 lotes familiares;
- P.A. Tupã-Ciretã, com 72 lotes familiares;
- P.A. Radar, com 29 lotes familiares;
- P.A. Sta. Maria, com 17 lotes familiares;
- P.A. São Camilo, com 32 lotes familiares.

O Assentamento Primavera, objeto deste estudo, teve sua origem no processo de luta pela terra que se generalizou pela região a partir do início dos anos 1990. A antiga fazenda, de pouco mais de 2 mil hectares, foi uma referência na pecuária

⁶O PT ocupou os cargos de vice-prefeito e prefeito durante três gestões municipais desde o final dos anos 1990 até 2004. Mais do que uma aproximação política com o MST – principal sujeito da luta pela terra na região – uma sensibilidade política mais à esquerda e uma necessidade de responder a essa bandeira tradicional do partido acabou por produzir essa iniciativa aqui analisada.

de corte no anos 1970, entrando em decadência a partir dos anos 1980. A partir de então, passou a ser objeto de disputa judicial por supostos sucessores do antigo fazendeiro, um cidadão italiano falecido nessa década. Com isso, seus pastos passaram a ser arrendados por um dos demandantes judiciais e a notável estrutura produtiva – composta por unidade de processamento de ração, silo e grande área de confinamento – foi desativada, abandonada e progressivamente depredada. Essas benfeitorias – que podem ser consideradas "patrimônio edificado" (GHIRALDELLO, SPISSO, 2008) – compõem a paisagem do local, se destacando mesmo como únicas no contexto da reforma agrária regional (Figuras 4 e 5).

Em 1996, como uma solução ao litígio entre os demandantes, o governo do Estado, através do Itesp, inclui a fazenda no rol das áreas arrecadadas para assentamentos. Dois diferentes grupos de sem-terras participaram do processo de pressão pela negociação/liberação da fazenda Primavera: o MST e a Associação "Brasileiros Unidos Querendo Terra" (ABUQT) – este último, um grupo de formação local, composto sobretudo por arrendatários e ex-arrendatários da própria Fazenda Primavera. Isto explica a divisão (hoje, com sentido estritamente administrativo) da Fazenda em dois assentamentos: Primavera I e II. A constituição de grupos associativos entre os assentados tratou de misturar trabalhadores dos dois movimentos, que, de resto, pouca incidência têm no interior deste P.A. atualmente. A finalização da implantação deste P.A. (os trabalhadores ocuparam a área em 1996) deu-se no início de 1998.



Figura 4 – Unidade de processamento de ração (P.A. Primavera)

Fonte: Acervo do GEPEP.



Figura 5 – Vista do confinamento, com detalhe para o silo de grãos
(P.A. Primavera)

Fonte: Acervo GEPEP.

Mesmo antes do parcelamento dos lotes (o assentamento foi configurado no que apresentamos como Modelo I, parcelamento de lotes sem agrovila), essas estruturas já se encontravam depredadas. Registra-se que a Prefeitura de Presidente Venceslau, no início dos anos 2000, buscou apoio do ITESP para recuperação dessas instalações, elaborando um dossiê que foi encaminhado para o órgão estadual de terras. No entanto, essa demanda, embora sobrevivendo por alguns anos através de um projeto para aproveitamento parcial de um barracão de máquinas (Figura 4), não foi levada adiante⁷.

Sem solução para a reutilização dessas instalações de produção, desde muito cedo houve uma preocupação da Prefeitura em aproveitar outro conjunto de edificações, composta pela estrutura da sede da antiga fazenda e algumas casas de funcionários, para abrigar a escola do assentamento. Sem dúvida, a iniciativa da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau merece elogios, embora pouco ou nenhum planejamento tenha presidido essa ação tecnicamente voluntarista. No entanto, apesar de possíveis críticas às soluções para uso dessa área, o resultado demonstra o esforço da comunidade e do Poder Público Municipal –

⁷Segundo informantes locais, além da falta de recursos, a prioridade da ação conjunta Prefeitura-ITESP foi, no período, a solução para a represa, cujo talude estourou ainda na época das obras de instalação do P.A. Sobre o talude passava uma ponte, ligando a estrada principal do assentamento à área comunitária.

sensível à temática da reforma agrária – em estruturar um novo espaço, buscando refuncionar antigas instalações, com vistas ao atendimento das demandas dos assentados.

Essa ação, mesmo sem concorrência de projetamento arquitetônico, garantiu a refuncionalização dessas estruturas, alterando seu conteúdo, mas mantendo as formas (FERREIRA, 2011). A principal intervenção nessa área, definida no PDA do assentamento como área comunitária, foi a reforma dos estábulos, vizinhos do casarão da sede. Com poucas modificações, as amplas baias foram transformadas em quatro salas de aula⁸ para crianças do Ensino Fundamental (Figuras 6 e 7). Apesar de certa estranheza, essas salas exibem uma boa ventilação e iluminação, garantindo alguma qualidade ao ambiente.



Figura 6 – Vista frontal das salas de aula (antigo estábulo) da Escola do P.A. Primavera
Fonte: Acervo GEPEP.

⁸Esclarece-se que cada sala de aula é composta pelo que anteriormente eram duas baias contíguas. Como as separações eram de madeira, foi muito fácil a remodelação do local.



Figura 7 – Interior de sala de aula da Escola do P.A. Primavera
(antigas baias do estábulo)

Fonte: Acervo GEPEP.

A principal estrutura dessa área comunitária, assim considerada inclusive pelo seu valor patrimonial arquitetônico, é o chamado casarão da sede. Basicamente composto por um grande sobrado totalmente em madeira (Figura 8), esta construção funciona como espaço de atividades complementares (biblioteca, brinquedoteca), sala de professores e quartos para professores que pernoitam no assentamento (andar superior do sobrado). A sede também inclui um barracão de festas (praticamente mantido intacto) que foi transformado em cozinha e refeitório para a escola e uma piscina. Esta última instalação, no entanto, nunca foi recuperada, tornando-se um pequeno impasse no planejamento desse espaço refuncionalizado.



Figura 8 – Vista frontal do casarão do P.A. Primavera

Fonte: acervo GEPEP.

A reutilização de boa parte das instalações da antiga sede, com a transformação dos estábulos em salas de aula, mostra como a paisagem pode ser alterada em função de novas relações sociais e novos usos de antigos espaços. Uma visão do conjunto mostra a distribuição dessas estruturas da área comunitária (Figura 9), na qual se pode ver a totalidade das instalações da escola⁹.

A recuperação da represa que margeia o conjunto arquitetônico da sede transformada em escola, no entanto, sofreu com idas e vindas burocráticas desde a instalação do assentamento (final dos anos 1990). Esse espelho d'água, abastecido por um córrego principal e pequenos afluentes, era um detalhe ameno na paisagem da antiga fazenda. Um acidente na movimentação de terras quando da implantação da infraestrutura viária no assentamento danificou o talude da represa, que arrebentou. Após quase 10 anos de pressão da comunidade, um grande esforço por parte da Prefeitura, do ITESP e da CODASP¹⁰, garantiu a realização de obras para reformar o talude da represa e reabrir da estrada para trânsito de veículos. Isso, no entanto, se mostrou inútil: pouquíssimo tempo após o término dessas obras, na primeira estação chuvosa, um excessivo volume de água acabou por arrebentar novamente a barragem – situação que permanece até o período mais recente.



Figura 9 – Imagem de satélite identificando os elementos estruturais da área comunitária (P.A. Primavera)

Fonte: Acervo do GEPEP (do Google Earth, modificado pelos autores).

⁹A área comunitária ainda comporta a sede de uma associação de produtores assentados e o posto de saúde, ambos instalados em antigas casas de funcionários pouco modificadas.

¹⁰Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo.

Embora a escola esteja funcionando, as autoridades responsáveis pela infraestrutura no P.A. Primavera (Prefeitura e ITESP) consideram improdutivo a busca por novos recursos para mais uma tentativa de recuperação da represa. Na avaliação dos técnicos de ambas as entidades, seria necessário um grande e custoso programa de retificação de encostas, recuperação de APPs e conservação dos solos à montante da microbacia (a maior parte, ressalta-se, a ser realizado em propriedades privadas) para que obras à jusante, onde se localiza o talude da represa, possam se perenizar, não sofrendo com volumes excessivos de água e sedimentos. O transporte escolar e de professores (que vêm da cidade) acaba por cumprir um itinerário aumentado, sobretudo devido ao desvio da estrada principal que está bloqueada e inundada na altura do córrego da antiga represa.

Conclusão: A reforma agrária e os dilemas da repopulação do rural paulista

O destino desse patrimônio edificado herdado da antiga fazenda Primavera de Presidente Venceslau – hoje, um assentamento de sem-terras – explicita muito dos impasses que as políticas de reforma agrária enfrentaram e enfrentam no Brasil e no Estado de São Paulo. Outros assentamentos, em diferentes regiões, também não lograram recuperar as antigas estruturas produtivas e/ou de moradia previamente existentes, verdadeiros testemunhos, tanto das descontinuidades socioespaciais no rural contemporâneo quanto da incapacidade dos gestores públicos em recuperar instalações eventualmente úteis para o desenvolvimento socioeconômico dessas populações assentadas. Não se registra, também, qualquer investimento em reconhecer e proteger esse patrimônio edificado, medidas preconizadas em lei.

No caso em tela, constata-se uma complexa infraestrutura produtiva, outrora voltada para a moderna pecuária de corte, completamente abandonada. Sua depredação, muitas vezes atribuída aos assentados – num discurso que reforça as posições antirreformistas propagandeadas na região pelos setores ruralistas – na verdade vem de antes da implantação do assentamento, durante o período no qual as terras da fazenda Primavera foram postas para arrendamento pelo suposto proprietário, que manteve o domínio sobre a área até a ação arrecadatória do governo estadual, na verdade um dos contendedores judiciais sobre o espólio do antigo dono.

Como um assentamento que tem sua matriz produtiva baseada na pecuária leiteira, a recuperação e reuso dessas estruturas poderiam incrementar o desenvolvimento econômico das famílias ali instaladas. No entanto, além do já

citado dossiê elaborado pela Prefeitura de Presidente Venceslau e encaminhado ao ITESP, nada se concretizou no sentido de aproveitamento do confinamento, dos barracões, das pocilgas e silo – configurando um desperdício econômico de infraestrutura e um "resto" desprezado.

Por outro lado, a responsabilidade legal do município nas áreas da saúde e educação, aliada a uma necessidade política dos mandatários municipais dos primeiros anos do P.A. Primavera em dialogar e oferecer apoio à população recém assentada, levou ao empreendimento de uma ação significativa na área comunitária do Primavera. Conforme descrito acima, a recuperação das instalações da sede da antiga fazenda para implantação de uma escola municipal de ensino fundamental constitui-se num fato importante - haja vista que a maioria das Prefeituras do Pontal do Paranapanema opta por transportar todos os alunos dos assentamentos para escolas localizadas em distritos ou nas próprias sedes dos municípios.

Esse esforço, produto da demanda da população e da vontade política dos gestores municipais, aponta para a possibilidade técnica de refuncionalização de estruturas preexistentes, que têm seu uso alterado em função de novas necessidades sociais, mas mantendo as formas. A solução de uso das baias do estábulo para salas de aula demonstrou ser bastante eficaz, resultando em espaços amplos, arejados e iluminados. Por outro lado, a ausência de um projeto arquitetônico especializado (foi realizado um conjunto de obras mais ou menos desconexas, a partir das necessidades detectadas) não deu conta de solucionar a problema da piscina que – embora utilizada num curto período pela comunidade – encontra-se abandonada, com uma proposta de aterramento por parte da direção da escola. Da mesma forma, a importante edificação representada pelo casarão assobradado totalmente em madeira – a mais significativa em termos estilísticos – embora reformada, não recebeu nenhum cuidado mais específico, requerido pelo seu valor arquitetônico e histórico.

Os impasses e dilemas aqui descritos fornecem uma síntese das dificuldades de planejamento e gestão desses espaços rurais reformados. Mesmo quando há boa vontade de órgãos públicos – exemplificada, além da escola, na luta pela reconstrução da represa – dificuldades de diferentes origens e magnitudes não conseguem ser equacionadas de forma a garantir racionalidade nas ações com vistas a resultados otimizadores de recursos e potencialidades. Ainda no caso da escola, acrescenta-se que a não construção de uma outra ponte, que possibilitaria o acesso de crianças em idade escolar do mais novo assentamento do município (P.A. São Camilo), colaborou para um rápido esvaziamento da

população escolar atendida pelo estabelecimento do assentamento Primavera, indicando para uma futura desativação da escola por falta de demanda – apesar de que, se garantido o acesso, mais crianças poderiam se deslocar até lá.

Essas informações só corroboram a hipótese de um bloqueio da política de reforma agrária no Pontal, tendência que é reforçada pela diminuição da luta dos sem-terra nesse período mais recente. Apesar disso, a luta dos trabalhadores assentados em busca de garantir a sua manutenção na terra possibilitou uma reapropriação do espaço, não apenas na sua dimensão produtiva (a fazenda dividida em lotes distribuídos para agricultores familiares), mas também na dimensão reprodutiva, através da constituição de numa nova centralidade no território do assentamento, materializada na escola (concreta e simbolicamente realocada na sede da antiga fazenda), lançando as bases daquilo que Lopes denominou como "o dorso da cidade" (2002) – um investimento na estruturação de novas relações sociais através de novas estruturas arquitetônicas e novos equipamentos de uso comum.

Referências

ANTONIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo estado: os exemplos na alta Sorocaba no período 1960-1990** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, FFLCH/USP, 1990.

BARONE, L. A. Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 6, n.8, p.55-67, FCL-UNESP/Uniará, 2000.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária na região de Araraquara. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. (Orgs.). **Velhos Trabalhos, Novos Dias: Modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p.255-285.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; CAMPOI, A. M. Desenvolvimento rural e assentamentos: impasses e perspectivas na Califórnia Brasileira e nas

terras do Nelore Mocho. **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural** (versão digital), 2005. In: **Anais...**,2005.

BEL, J. S. Paisajes culturales y desarrollo local. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, Ano1, n 1, p.51-76, 2008.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. (Orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Série Estudos Rurais, P. Alegre, UFRGS, 1999.

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e Entorno. **LIBERTAS On Line** (edição especial), Juiz de Fora, fev./2007.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo, n.11, p.33-51, 1988.

FERRÃO, A. M. A. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, Ano1, n.1, p.89-112, 2008.

FERREIRA, T. Patrimônio histórico e refuncionalização de centros antigos: novas funções na zona portuária do Rio de Janeiro. I SEURB (I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental). Rio de Janeiro, agosto de 2011. In: **Anais...**, 2011.

GHIRARDELLO, N; SPISSO, B. **Patrimônio histórico: Como e por que preservar**. Bauru/SP: Canal 6, 2008.

GROSSI, M. G. D.; CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O fim do Êxodo Rural? **Relatório do Projeto Rurbano - Fase III**. IE/CAMPINAS, Campinas/SP, 2000.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo:

Hucitec, 1999.

LOPES, J. M. A. O "dorso da cidade": os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de S. Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MERCADO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR BRASILEIRA: PARA ONDE APONTAM AS MUDANÇAS?

Gabriel da Silva Teixeira¹

Resumo: Neste artigo apresento algumas notas preliminares sobre a evolução recente do mercado de trabalho sucroalcooleiro, apontando tendências e algumas transformações em curso. Discuto os impactos atuais da mecanização do corte da cana-de-açúcar, a emergência de novos atores e relações de trabalho dentro deste contexto e alguns determinantes que parecem influenciar a construção das normas públicas de regulação das condições de trabalho em toda a atividade. Aponto para uma intensa deterioração das ocupações geradas, além de uma tentativa de enfraquecer os caminhos usuais de regulação das relações de trabalho na atividade sucroalcooleira nacional (em especial a atuação do judiciário). Destaco a grande influência do patronato sucroalcooleiro neste processo de flexibilização das condições de trabalho e na determinação da agenda política a ser implementada, no tocante à regulamentação das relações de trabalho.

Palavras-Chave: Cana-de-açúcar; Relações de trabalho; Sindicalismo, Política; Governo Lula.

Abstract: In this paper I present some preliminary notes on recent developments in the sugarcane labor market, pointing to trends and to some changes in labor relationships. I also discuss the impact of the current context of mechanization of sugarcane, the emergence of new actors and labor relationships in this new context and some determinants that appear to influence the process of defining the institutional rules of labor conditions

¹Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Unicamp. Membro do Observatório dos Conflitos Rurais no Estado de São Paulo, Ceres/Unicamp. Contato: dasilva.gp@gmail.com.

for all activities. I also point to an intense deterioration of the generated occupations, besides an attempt to weaken the usual ways of regulation of labor relationships in the national sugarcane activity (specially the action of the judiciary). I also emphasize the great influence of sugarcane employers in this process of flexibilization of labor conditions and in determining the political agenda to be implemented with regard to the regulation of labor relationships.

Keywords: *Sugarcane; Labor relationships; Unionism; Politics; Lula administration.*

1. Apontamentos iniciais sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil

No Brasil, a partir da crise econômica e política do Estado desenvolvimentista, principalmente a partir de meados da década de 1980, prevaleceu no debate público um conjunto de teses que viam no excesso de proteção trabalhista um dos motivos da ineficiência da economia brasileira. Os governos FHC implementaram, seguidamente, diversas modificações na legislação trabalhista, com vista a reduzir direitos e benefícios. A diminuição dos encargos era vista como indutora da competitividade e, conseqüentemente, como promotora do desenvolvimento econômico nacional.

Contudo, ao contrário do que propunham, as sucessivas modificações da legislação trabalhista acabaram por induzir um significativo aumento do desemprego, da informalidade, de contratos precários e atípicos no total das ocupações. Na prática, significaram o aumento de relações de trabalho que não garantiam o acesso a diversos direitos e benefícios previstos pela legislação trabalhista. Estimularam também uma intensa redução da remuneração do trabalho e uma perversa terceirização de atividades em parte significativa dos setores produtivos.

Portaria 865, setembro de 1995.	Impediu a atuação das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas. Ao invés de multa, determinou que os fiscais apenas registrassem a ocorrência de práticas ilegais.
Decreto 2.100, dezembro de 1996.	O governo denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada por parte do empregador.
MP nº 1.539, convertida na Lei nº 10.101.	Reeditada desde final de 1994, instituiu a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A PLR não é incorporada aos salários e benefícios, sendo um meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permitiu ainda o trabalho dos comerciários aos domingos.
Lei nº 9.601, de 1998.	Aprovada em dezembro de 1997, criou o “contrato por tempo determinado”, o famoso “contrato temporário”. Ela também permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição sem o pagamento das horas-extras, criando a compensação na forma de “banco de horas”.
MP nº 1.709, renumerada para 1.779 e 2.168	Vigorando desde 1998, instituiu o contrato parcial de trabalho. Permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo das férias – que pode ser de oito dias, por exemplo.
MP nº 1.726, de 1998	Instituiu a “demissão temporária”, com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses. Neste período, o “demitido” recebe o seguro-desemprego, custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Quadro 1 – Algumas medidas flexibilizadoras adotadas durante a década de 1990.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na última década, no entanto, diferentemente de anos anteriores, assistimos uma significativa retomada da formalização das ocupações em diversos setores da economia brasileira, somada a uma melhora dos indicadores sociais do trabalho para o conjunto da economia brasileira. Krein, Santos e Nunes (2011) apontam que o valor agregado das ocupações formais na economia brasileira cresceu 9,7% entre 2003 e 2006. O desemprego variou de 9,2% para 8,5% no mesmo período. Em pesquisa recente, o IBGE estimou em 4,3% a taxa de desemprego no país², o menor valor desde o início da série, em 2003. Cardoso Jr (2007), por sua vez, mostra que entre 2001 e 2005, a cada 100 empregos gerados 50,5% eram com carteira assinada, contra os 13,5% entre 1995-99.

Os rendimentos do trabalho também aumentaram de forma significativa para

²<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2014/02/taxa-de-desemprego-7038.html>

o período, dentre outros motivos pelo bom desempenho econômico nacional e, principalmente, pela política salarial adotada em 2005³. Dentre algumas medidas, também inauguradas nos dois primeiros mandatos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), temos: a ampliação das parcelas do seguro desemprego para setores mais fragilizados da população (2008/2009); ampliação da seguridade previdenciária para trabalhadores autônomos ou desempregados (2009); revisão das regras que desoneravam o empregador pela licença maternidade; revisão das regras para utilização indiscriminada de estagiários pelas empresas; e a revisão de alguns estímulos indiretos à utilização de Pessoa Jurídica (PJ), que na prática, em muitos casos, era uma relação assalariada disfarçada. Tais dados, ainda que pontuais, podem nos ajudar a entender a melhora recente dos indicadores do trabalho no Brasil.

Não obstante tal melhora, Krein, Santos e Nunes (2011) também mencionam a criação, na última década, de algumas medidas específicas que ainda guardam forte relação com a agenda flexibilizadora amplamente implementada na década de 1990. Como exemplo, temos a reforma previdenciária, que aumentou o tempo de contribuição, a perda da integralidade e paridade, fixou limites para os proventos de assegurados, a contribuição de inativos, além de fixar condições mais duras para atingir a aposentadoria; a possibilidade de empresas descontarem diretamente dos salários dos trabalhadores, no caso de créditos consignados; o contrato por prazo determinado em estabelecimentos rurais; a dispensa de controles e registros da contratação e da jornada de trabalho para micro e pequenas empresas⁴; etc.

Para os autores, a tese hegemônica sobre a flexibilização do trabalho, que vigorou fortemente durante os anos 1990, foi perdendo força com a melhora dos indicadores do mercado de trabalho, principalmente a partir dos anos 2003-4. Contudo, a persistência dessa agenda flexibilizadora, mesmo num contexto de melhora dos indicadores do trabalho, parece guardar relação com a permanência e a pressão de grupos sociais e representantes políticos de setores favoráveis à desregulamentação da legislação trabalhista brasileira.

³A Política do Salário Mínimo, de 2005, prevê um reajuste anual dos rendimentos nacionais tendo como referência a variação do INPC do ano anterior acrescido de um aumento real correspondente à variação do PIB dos últimos 2 anos.

⁴A lei ficou conhecida como Super Simples. Para maiores detalhes, ver <http://www.smpes.df.gov.br/informacoes/super-simples.html> (acesso em março, 2014).

No setor sucroalcooleiro, essa tendência híbrida entre elevação da formalização associada a medidas flexibilizadora das ocupações também encontrou espaço. Um balanço recente elaborado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) mostra a formalização de mais de 20 mil trabalhadores no corte da cana nos anos de 2010 e 2011, só na região centro-sul, o que equivale a um aumento de 5% de formalização num só ano⁵. No entanto, essa trajetória recente de formalização apresenta contradições semelhantes às apontadas anteriormente. Contratos atípicos, supressão de direitos e maior forçadas entidades patronais na determinação das condições de trabalho são fatores que merecem atenção sociológica. Abordarei tais aspectos nos próximos tópicos.

2. Características gerais do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro nacional

Uma sistematização preliminar de dados sobre o mercado de trabalho sucroalcooleiro pode ser vista abaixo. Os dados apresentados são de elaboração própria, tendo como base os dados da RAIS, do CAGED e outras fontes secundárias.

	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Minas Gerais	Paraná	São Paulo	Demais estados	Total
2007	33896	8744	19327	39643	51976	225955	5534	412075
2008	39592	14279	21782	43554	65126	320888	14419	519640
2009	41232	12712	23096	41093	65762	311333	12699	507926
2010	41870	13494	26885	46725	59860	310134	11742	510736
2011	41513	13473	27636	47708	57315	298785	12142	498571

Quadro 2 – Média anual de pessoas ocupadas em empresas sucroalcooleiras nos estados do Centro-Sul do Brasil

Fontes: CAGED, RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); BACCARIN (2011).

Com base nos dados podemos indicar que os estados do Centro-oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) apresentaram crescimento contínuo do número de pessoas ocupadas durante todo o período. Tais estados constituem a fronteira agrícola na atualidade, conhecendo taxas significativas de expansão da cultura canavieira de agroindústrias e de pessoas ocupadas. Paraná, São Paulo

⁵<http://www.secretariageral.gov.br/compromissocana/publicacoes-e-documentos/politicas-publicas>

e Minas Gerais, ao contrário, apresentaram um decréscimo mais acentuado do total de ocupações a partir de 2008, grande parte devido a mecanização do corte na colheita. Todavia, destacamos que o decréscimo é relativo, à medida que o estado de São Paulo conheceu taxas significativas de expansão de lavouras nos anos recentes. Ainda que não seja do objetivo deste pequeno artigo, se buscarmos um índice que expresse a relação entre trabalhadores por hectare, certamente o caso conheceria alguma modificação. São Paulo, por exemplo, continua sendo o estado com a maior parcela de pessoas empregadas, somando mais da metade do valor total. No entanto, nos indicadores estatísticos, a relação de pessoas ocupadas, de forma agregada, aparece conforme apresentada acima.

Desagregando os números e analisando especificamente o total de trabalhadores por categoria, conforme organização dos dados utilizados, temos a seguinte aproximação:

Categorias Profissionais	Média Janeiro - Junho					
	2007*	2008**	2009	2010	2011	2012
Trabalhadores canavieiros não qualificados	154.254	143.264	148.558	137.505	127.430	110.188
Trabalhadores da mecanização agrícola	NI	NI	NE	32.158	34.142	35.825
Demais ocupações	132.063	144.155	151.581	NE	128.770	138.380

* No ano de 2007 e 2008, a metodologia do CAGED e do RAIS não permitiam a separação dos trabalhadores por tipo de ocupações. Os números apresentados refletem apenas o total de trabalhadores envolvidos com o "cultivo da cana de açúcar", número que não distingue as diversas categorias. NI (não informado nas fontes originais); NE (não elaborado a partir das fontes originais)

Quadro 3 – Variação no número de pessoas por categoria profissional sucroalcooleira entre 2007 e 2012, São Paulo.

Fontes: CAGED, RAIS – MTE; Baccarin (2011).

Observa-se forte declínio da participação dos cortadores manuais (não qualificados) no conjunto das ocupações, redução de aproximadamente 30%. A diminuição pode ser atribuída à mecanização da colheita da cana, que substitui parte significativa dos trabalhadores manuais. Mesmo dispendo do número de "trabalhadores da mecanização agrícola" somente para o período 2010-2012, os dados mostram-se coerentes com a tendência de aumento de contratação de operadores de colheitadeiras, num contexto de aumento do corte mecanizado. As organizações patronais estimam que cerca de 80% da colheita estadual já é feita com maquinário. Neste cenário, somos obrigados a reconhecer que o aumento significativo da formalização sinalizado pela SGPR, vem acompanhado de uma perda de importância relativa do trabalho manual no conjunto das ocupações sucroalcooleiras. Em outras

palavras, o crescimento da formalização não vem acompanhado da criação de novas ocupações, o que nos sugere, ainda, a persistência de trabalhadores já integrados ao mercado de trabalho, mas que ainda encontravam-se alijados dos benefícios e direitos sociais previstos pela legislação trabalhista.

Seria bastante rico acessar os dados agregados do CAGED e da RAIS, organizando os indicadores sobre as ocupações de forma alternativa, principalmente por municípios produtivos, o que nos permitiria qualificar diferenças regionais no total de mão de obra ocupada, seja manual, seja de operadores de maquinários e tratoristas. A qualificação dos dados sobre o mercado sucroalcooleiro a nível estadual também seria importante, de forma a detectar eventuais especificidades das áreas de fronteira e as áreas já estabelecidas.

3. Internacionalização do setor sucroalcooleiro e modificações nas relações de trabalho

Para tornar-se mais competitivo nos anos 1990, principalmente por conta do afastamento do Estado do papel de principal regulador das atividades produtivas, o setor sucroalcooleiro adotou novas formas de organizar e gerir o processo produtivo, expressas na lógica da "produção enxuta"⁶. O cenário atual, já encerrada uma década do século XXI, aponta para outras estratégias de gestão administrativa, financeira e de recursos humanos, que aprofundam impactos já conhecidos, decorrentes da mentalidade de redução dos custos, bem como criam outros, ainda pouco compreendidos pelas ciências sociais brasileiras.

Novos atores passaram a investir e compor o parque sucroalcooleiro nacional nestes últimos seis anos. Através de fusões, aquisições e/ou parceria acionária, diversas corporações até então estranhas na atividade passaram a predominar no setor⁷. A presença destes novos investidores trouxe também um conjunto de

⁶Parte significativa da literatura sobre a questão social do trabalho no setor sucroalcooleiro trata das conseqüências da reestruturação agroindustrial e da adoção de formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho no contexto da abertura dos anos 90. A "qualidade total", mote das empresas da qual nos fala Scopinho (2000), se traduzia em intensificação do ritmo e da jornada de trabalho para os trabalhadores, em perdas salariais (DIEESE, 2007), em aumento dos ritmos de acidentes e mortes por excesso de trabalho (NOVAES, 2007) e em perda do poder de barganha dos trabalhadores.

⁷É o caso de algumas multinacionais de comercialização de commodities (Louis Dreyfus Commodities, ADM, CARGIL, BUNGE e a francesa TEREOS), petroleiras (British Petroleum e Sheel), fundos de investimento, e construtoras, como no caso da ETH Bioenergia (subsidiária do grupo ODEBRECHT). Para maiores detalhes, ver MUNDO NETO, 2012.

novas estratégias de gestão econômica. O grupo RAIZEN, oriundo da fusão entre o grupo COSAN e *Shell*, por exemplo, desativou algumas unidades agroindustriais nas proximidades do município de Dobrada/SP, aplicando a infraestrutura na ampliação do parque produtivo de outra usina na região de Ribeirão Preto/SP (TEIXEIRA, 2013). A centralização, neste caso, ocasionou a demissão de parte significativa dos trabalhadores empregados das antigas unidades produtoras.

Outra tendência que se coloca para as empresas neste cenário mais internacionalizado e competitivo é a terceirização do processo chamado CCT (Corte, Carregamento e Transporte da cana-de-açúcar). Para as empresas, a terceirização desta etapa significa a possibilidade de liberar recursos que estariam antes imobilizados nos ativos necessários à colheita mecanizada (como máquinas, operadores, obrigações trabalhistas, etc.). O ganho diferencial oriundo da terceirização das operações de CCT fica disponível para ser investido em outras atividades mais rentáveis ao contexto de expansão (MUNDO NETO, 2012)⁸. De acordo com o empresariado, a economia advinda da terceirização das etapas de CCT varia entre 30-40% do total dos custos de produção (TRANSPORTE MODERNO, 2012; JULIO SIMÕES, 2012).

A empresa de logística Júlio Simões (JS), que se lançou no mercado de CCT, afirmou em seus últimos balanços, ter celebrado contratos de corte e colheita no valor de R\$ 55 milhões com empresas do setor sucroalcooleiro⁹. De acordo com o balanço anual, disponível em seu sítio eletrônico, somente nos anos de 2009 e 2010, a empresa alocou aproximadamente 60% de todo o seu investimento na aquisição de novos maquinários, colheitadeiras e caminhões, expandindo a atividade terceirizada de colheita da cana-de-açúcar. No biênio de 2011-12, a JS obteve 25% da sua receita bruta derivada de atividades de CCT. Tais números apontam para a expansão significativa da atividade e, de certa forma, para a geração de novas ocupações terceirizadas no corte da cana-de-açúcar. Outras empresas do ramo de terceirização e logística nos espaços

⁸O grupo COSAN, por exemplo, foi um dos que terceirizou suas operações de CCT. Também ampliou seus investimentos nos ramos de distribuição de combustíveis e lubrificantes, transporte ferroviário de açúcar e álcool, além de criar empresas de monitorar do mercado de terras.

⁹Dentre os clientes da Júlio Simões estão o grupo COSAN, Clealco (sendo estas duas no estado de São Paulo) e a ETH Bioenergia, com contrato em uma de suas unidades produtivas em Goiás.

rurais brasileiros são a *Ouro Verde*, a *Gafor*, a *Binotto* e a *Luft Agro*.

Aqui, vale a ressalva de que a terceirização posta em marcha neste novo cenário difere significativamente dos processos anteriores de contratação através de gatos, turmeiros e das cooperativas de mão-de-obra. Começam a despontar outros personagens e relações de trabalho ainda pouco conhecidas e exploradas pelos pesquisadores. Um novo conjunto de ocupações emerge neste cenário e vale indagar a forma pelas quais estes trabalhadores são incluídos no mercado de trabalho: se existe flexibilidade de horários, de turnos de trabalho, de remuneração e de outros direitos trabalhistas. Como se dá sua arregimentação pelas empresas e como estas enxergam sua atuação o estado deste setor específico, que demonstra certo aquecimento. As terceirizações através de empresas de CCT despontam como uma tendência fértil nos canaviais brasileiros na atualidade.

Além da intensa terceirização apontada, algumas evidências sugerem que as ocupações manuais ainda existentes também sofreram com a precarização das condições de trabalho, da remuneração ou mesmo com a total informalidade. A pesquisadora Maria Moraes Silva (2011) descreve ocupações completamente informais, cuja remuneração varia conforme a decisão patronal. Apresenta também um aumento importante da participação da mulher nesta nova fase do mercado de trabalho sucroalcooleiro, sempre nas piores ocupações. Outras pesquisas preliminares apresentam certa preferência das empresas por trabalhadores mais jovens. Aponta-se também a remuneração variável dos trabalhadores que persistem no corte manual. Nas áreas mecanizadas, os cortadores de cana ficam encarregados das canas de mais difícil acesso, seja pela acentuada declividade do terreno, seja pela irregularidade de crescimento da cana de açúcar (a cana *deitada*), o que exige mais força e oferece menor produção. Em ambos os casos, a diminuição dos rendimentos e o pagamento pela diária (não mais por produção) aparece como o principal elemento (TEIXEIRA, 2013).

Percebe-se também o aumento do uso de contratos indeterminados pelas empresas. Esses trabalhadores ficam encarregados de diversas tarefas ao longo da safra. São tratoristas numa época, mecânicos em outra. Limpam o canavial, aplicam veneno e dirigem o transbordo quando necessário. Novas configurações, novas relações de trabalho e novas sociabilidades entre empregadores e empregados. No entanto, pouco podemos afirmar sobre a relação destes sujeitos, suas percepções e sobre o processo de trabalho no mundo mecanizado da cana de açúcar.

4. Espaços e atores determinantes das normas de regulação do trabalho no setor sucroalcooleiro

Noronha (2000), analisando os determinantes que influenciam as práticas trabalhistas no Brasil, oferece algumas pistas metodológicas que nos ajudam na análise de alguns aspectos desse universo das relações de trabalho no agronegócio sucroalcooleiro. Metodologicamente, o autor propõe que os elementos a serem considerados num diagnóstico das relações e do mercado de trabalho, incorporem também os espaços normativos relevantes de cada país, ou em cada setor. Ou seja, aqueles que "determinam as práticas predominantes das relações de trabalho". Além da prática e do processo de trabalho propriamente dito, o autor propõe a consideração do processo normativo anterior, que dá suporte, viabiliza ou (não) estimula determinada relação de trabalho. Dessa forma, por relações de trabalho, devemos considerar também, mas "organizações, leis e normas sociais que regulam a compra e venda da força de trabalho e os conflitos resultantes dessa relação" (NORONHA, 2000, p.7). Para o caso aqui apresentado, estas considerações são de grande valia, posto que situam os espaços normativos e, conseqüentemente, os sujeitos empenhados na definição das regras que determinam e regulam as práticas e as relações de trabalho no agronegócio sucroalcooleiro.

Na cana-de-açúcar, elementos historicamente ativos na definição das regras que regulam as relações de trabalho são as leis (em especial a CLT e a Norma Regulamentadora 31), os fiscais do Ministério do Trabalho (responsáveis por autuar e denunciar fazendas cometendo ilícitos trabalhistas), órgãos do judiciário, do Ministério Público do Trabalho, os sindicatos (a partir de convenções e acordos), além das demais entidades da sociedade civil (incluindo as próprias empresas, através de seu poder unilateral de determinar as condições laborais). Tais atores convivem, ainda hoje, num campo de tensões e relações assimétricas. Lei de greve, intervenção do judiciário, perseguição de fiscais, lista negra contra trabalhadores organizados e questionamentos do Ministério Público diante de decisões do executivo são apenas alguns aspectos que transparecem as hierarquias e as disputas ainda presentes na definição do jogo trabalhista para o campo.

A partir de 2009, tal jogo vivenciou uma mudança importante. Através de um acordo político tripartite, representantes agroindustriais, sindicais e governamentais consolidaram um novo espaço, que passou a definir novas regras para a regulação do mercado de trabalho da cana-de-açúcar. O novo espaço ganhou o nome de *Compromisso Nacional da Cana de Açúcar*, sendo fortemente marcado por assimetrias de poder e influencia entre as partes. A

nova arena, em seu conjunto, interferiu de forma significativa na dinâmica de regulação das relações de trabalho no agronegócio canavieiro. Os participantes do acordo, os não participantes e conjunto de demandas (não) atendidas demonstram, ainda que indiretamente, a continuidade das disputas que se materializam no campo brasileiro atual.

O primeiro elemento que ressaltou foi o forte peso político atribuído à definição dos participantes. O pacto marginalizou atores como fiscais do trabalho, judiciário e outras organizações da sociedade civil, como ONGs e pastorais rurais, ao passo que atribuiu maior protagonismo a outros setores, como o sindical. A marginalização dos atores, bem como seu contrário, deve ser pensada no que diz respeito aos interesses de cada grupo e a respectiva pressão política de que foram capazes de lançar mão no âmbito do pacto nacional. Discutirei brevemente algumas consequências da reconfiguração dos atores dentro da nova arena de decisão.

Na prática, os pontos acordados, e que definiram se uma empresa era ou não "boa empregadora", não consideravam processos judiciais já instaurados, denúncias feitas pelos fiscais do trabalho, por exemplo. Empresas flagradas cometendo diversos ilícitos trabalhistas passaram a ganhar subsídios federais e o selo de conformidade pelo pacto celebrado. A certificação pelo Compromisso Nacional viabilizava a comercialização dos produtos agroindustriais. Houve grande repercussão, principalmente no Ministério Público do Trabalho (MPT), que denunciou o acordo vinculando-o a uma estratégia governamental para viabilizar a venda de etanol por empresas autuadas por condições degradantes de trabalho. Um dos entrevistados, afirmou que o governo criava a "Lista Limpa", em detrimento da "Lista Suja do Trabalho Escravo", capitaneada principalmente por setores do MPT, do MTE e do judiciário.

Empresas certificadas pelo Compromisso Nacional da Cana	Casos verificados de descumprimento da legislação trabalhista e pontos previstos no Compromisso Nacional.
Usina Ipiranga	Tramita desde 2011 no judiciário um processo em que a usina é acusada por não prever as pausas durante o trabalho, por não anotar a carteira de trabalho de 32 trabalhadores e por não oferecer EPIs.
Raízen - Unidade Araraquara	Totaliza 101 infrações, ainda tramitando no judiciário local, sendo 47 contra o descumprimento da NR31. Deixou de fornecer EPI aos trabalhadores, não oferecimento de local adequado para refeições e instalações sanitárias, contratava trabalhadores sem assinar carteira, não oferecia água. Foi autuada também por anotação falsa de jornada de trabalho, registrando menos horas trabalhadas do que aquelas efetivamente trabalhadas pelos cortadores.
Raízen - Unidade Ibaté	Indiciada por suprimir períodos de descanso dos cortadores e desrespeito a diversos pontos da NR31.
Usina Maloso	Não oferecimento de EPI, deixou de oferecer instalações sanitárias, prorrogou jornada de trabalho além do permitido, deixou de registrar os horários de entrada e saída efetivamente praticados pelos trabalhadores. Neste caso, percebeu-se que os horários de entrada/saída eram pré-assinalados ao sabor da própria empresa. Suprimia também os intervalos de alimentação bem como não pagava os direitos devidos aos trabalhadores.
Usina São José da Estívia	não pagamento dos encargos devidos, desrespeito à NR31, dezenas de reclamações trabalhistas, fraude na anotação da jornada. Não entregava as guias de seguro desemprego aos trabalhadores, suprimia os intervalos previstos para descanso e almoço, contratava trabalhadores sem registro, não oferecia instalações sanitárias e EPIs, extensão da jornada além do permitido e supressão das folgas semanais. Além disso, a empresa já tinha diversas condenações pela repetição de atos semelhantes. Segundos dados do Ministério Público do Trabalho, empregava a prática de criação de empresa fantasma para contratação. Criou uma empresa com CNPJ diferente para contratar trabalhadores.
Usina Santa Fé	Na consulta, totalizava 47 infrações, sendo 21 em desrespeito à NR31. Também foram lavrados autos por violação à jornada de trabalho e supressão dos intervalos previstos. Não disponibilizava água potável. Em vários momentos foi novamente flagrada por estender a jornada e por não oferecer condições alimentares e sanitárias adequadas. A usina Santa Fé tinha ainda anotação falsa sobre o oferecimento de EPI aos trabalhadores.
Usina Santa Cruz	Não cumprimento de diversos pontos da NR31, anotação falsa de entregas de EPI e extensão da jornada de trabalho.

Quadro 4 – Algumas empresas certificadas pelo Compromisso Nacional e seus respectivos ilícitos trabalhistas durante os anos de atribuição de conformidade

Fonte: Ministério Público de Araraquara, 2012.

Importa para o objetivo proposto perceber a alteração dos atores dentro da

rede de poder e a redefinição das hierarquias nos espaços de decisão do que propriamente defender um determinado tipo de regulação pública sobre os destinos do trabalho nos canais brasileiros. Novas arenas pressupõem novas regras e novas correlações de força no seu interior. A "tutela do estado", insígnia antiga de correntes sindicais contrárias à intervenção tanto do executivo como do judiciário deve ser considerada neste caso enquanto um dos projetos que, de certa forma, deram suporte à elaboração do pacto tal qual visto nos anos recentes¹⁰.

A definição tanto dos participantes como das pautas e das vias de resolução dos conflitos foi determinada tendo como parte somente o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e representantes do empresariado, através da União das Industrias da Cana de Açúcar (ÚNICA). A influência das organizações dos trabalhadores rurais em questões econômicas, como a definição de critérios mais justos para a compra institucional de etanol, foi nula, como nos afirma Élio Neves, dirigente da FERAESP.

Nós estamos, a partir daquela mesa, [tentando] dialogar com a Petrobras, com o BNDES, com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil. Porque é assim. Essas instituições estatais na verdade são as grandes transmissoras de recursos públicos para o setor privado [...]. Na última reunião eu virei pro Ministro e disse o seguinte: 'ministro, eu quero saber quando que a Petrobras vem pra mesa?'. Porque a Petrobras é a maior empregadora do setor. 'Não, não é', ele respondeu. Claro que é, quem é que compra mais álcool? Então quero discutir com a Petrobras. Porque se a Petrobras exigir contrapartida social nos seus contratos nós resolvemos um problemão (MILANO, PERA, 2009).

¹⁰Goiás, por exemplo, assistiu um caso onde um juiz deu causa ganha à empresa acusada pelo não cumprimento da legislação trabalhista. O juiz "sensibilizou-se com a alegação de que a empresa já havia sido submetida a auditoria, que não localizou quaisquer problemas trabalhistas, e deferiu a liminar pedida pela empresa, suspendendo a decisão anterior" (MINISTÉRIO PÚBLICO DE ARARAQUARA, 2012, p. 28). Ainda que esse e outros processos de fiscalização tenham sido pouco transparentes e marcados por fraudes, a liminar foi aceita e a empresa permaneceu impune. Esses e outros casos em que o judiciário interfere de forma questionável nos pleitos sindicais e trabalhistas parecem embasar o projeto de alguns grupos sindicais contrários à tutela do Estado.

O relato é emblemático não só dos embates sobre quais seriam as melhores formas de intervir nos canais brasileiros, mas também das assimetrias do poder de decisão presentes nestes espaços, dentre os quais a definição dos participantes joga um importante papel. Ainda que a marginalização de determinados setores esteja relacionada com interesses e projetos políticos de certos grupos, o outro lado da moeda pode ser verificado a partir da constatação de que o novo campo inaugurado conta com novas correlações de força.

Outro ponto que chamou atenção foi a forma de fiscalização das condições de trabalho adotada pelo conjunto de atores reunidos no pacto. Optou-se por utilizar empresas privadas de auditoria. As empresas escolhidas – em sua maioria antigas prestadoras de serviço das próprias usinas – foram flagradas fraudando laudos, privilegiando grupos empresariais em detrimento dos ilícitos trabalhistas, coagindo trabalhadores na coleta de depoimentos e impedindo a atuação e acompanhamento sindical no momento da auditoria. O quadro abaixo mostra alguns vínculos entre os auditores fiscais e empresas.

Empresa Auditoria	Alguns profissionais que transitaram
KPMG	<ul style="list-style-type: none"> - Maria foi consultora da KPMG entre 2007 e 2008, sendo no mesmo ano contratada como coordenadora do setor fiscal da ETH Bioenergia (Odebrecht). - Jorge trabalhou na Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A. entre 2004 e 2006. Entre 2007 e 2009 trabalhou na Nardini Agroindustrial Açúcar e Álcool. Entre 2009 e 2011 é auditor externo da KPMG. - Marcelo é auditor da KPMG de 1996 a 2003, tornando-se Gerente Corporativo de Custos e Orçamento no Grupo Farias entre 2006 e 2007. É também Gerente Administrativo e Financeiro do Grupo Equipav entre 2007 e 2009. - Alexandre é Gerente de Auditoria da KPMG entre 2011 e 2012, sendo anteriormente Supervisor Contábil e Fiscal na Paraíso Bioenergia (2010-11) e Controllet na Gaia Energia e Participações (Bertin Energia), entre 2006 e 2010.
Delloitt Touche	O atual Auditor Assistente (2013), Rubens, foi estagiário da Clealco em 2011.
Ernst e Young	Carlos foi sênior de Auditoria da Ernst e Young entre 2005 e 2008, tornando Gerente de Auditoria da mesma empresa entre 2008 e 2010. Entre 2010 e 2011 tornou-se gerente da KPMG no atendimento a clientes no ramo de açúcar, álcool e agronegócio. A partir de 2011 até os dias atuais tornou-se Analista sênior do Grupo São Martinho.

Quadro 5 – Trânsito de profissionais entre grupos empresariais sucroalcooleiros e empresas auditoras¹¹

Fonte: Teixeira, 2014.

¹¹Os nomes foram trocados a fim de preservar a identidade dos funcionários.

Os fiscais mantinham vínculos com diversas empresas que fiscalizavam. Alguns chegaram a estagiar em empresas que, posteriormente, fiscalizariam enquanto auditores particulares *via* Compromisso Nacional. Sindicatos dispostos a fiscalizarem o conteúdo do pacto eram, em sua maioria, impedidos de acompanhar as auditorias realizadas. Nas usinas investigadas pelo Ministério Público do Trabalho de Araraquara¹², ficou patente o grande poder discricionário de que ainda dispõem o patronato para definir (unilateralmente) os termos das relações de trabalho.

A via de resolução dos conflitos trabalhistas adotada na cana-de-açúcar acabou impondo novas regras para se pensar a regulação das condições de trabalho. Ainda que o conteúdo do pacto não anulasse as infrações legais cometidas pelas usinas e o poder de órgãos do judiciário na penalização das infrações, outros estímulos indiretos criaram impasses que expressam as novas correlações de força nos canaviais brasileiros. Um exemplo é a própria fiscalização dos pontos acordados: o forte trânsito de profissionais entre as empresas de auditoria e as usinas a serem fiscalizadas revela as redes de amizade, conhecimento e favorecimento que, no limite, estimulam a cultura do clientelismo e de favorecimentos pessoais de todo tipo.

¹²As empresas foram: Usina São José da Estívia (localizada em Itápolis/SP), Usina Raízen (Ibaté/SP), Usina Raízen (Araraquara), Usina Santa Cruz (em Américo Brasiliense/SP) e na Usina Santa Fé (Nova Europa/SP) e Usina Malosso. Em todos os casos, os sindicalistas foram impedidos de participar da fiscalização das condições de trabalho.

Alijamento do Ministério Público do Trabalho, Fiscais do Trabalho e sociedade civil na determinação do conteúdo do pacto.	Na prática desconsiderava os processos judiciais em curso, as condenações e as denúncias oriundas da sociedade civil na penalização das empresas sucroalcooleiras. Empresas que desrespeitavam as leis trabalhistas receberam diversos estímulos públicos, o que na prática induzia cada vez mais o descumprimento das leis trabalhistas.
Terceirização da fiscalização das empresas	As empresas passaram a ser fiscalizadas por suas próprias prestadoras de serviço, o que abriu espaço para fraudes, beneficiamentos e toda a sorte de burlas das normas institucionais.
Dificuldades na fiscalização por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais	Pesquisas de campo nos mostram que diversos sindicatos se lançaram na tarefa de fiscalizar o cumprimento dos pontos que lhe interessavam. Contudo, devido o aspecto quase privado das auditorias, vários representantes sindicais foram impedidos de acompanhá-las. As usinas pesquisadas acabaram impondo dificuldades para a atuação sindical, contrariando direitos sindicais dos trabalhadores.

Quadro 6 – Principais medidas flexibilizadoras das relações de trabalho previstas pelo Compromisso Nacional

Fonte: Teixeira, 2014.

Para Krein, Santos e Nunes (2011) órgãos como a Justiça do Trabalho e o Sistema de Fiscalização do Ministério Público cumprem um papel fundamental na elevação da formalidade atual do mercado de trabalho no conjunto da economia (devido sua capacidade de fazer valer determinações legais). Por outro lado, a história da mobilização política dos trabalhadores rurais mostra diversos casos de promiscuidade entre setores do judiciário se empresários da cana de açúcar, ou mesmo de intervenção destes nas organizações e nas práticas de mobilização sindicais. A meu ver, esses dois fatores devem ser levados em consideração na análise do Compromisso nacional. Se, por um lado, o reconhecimento das organizações sindicais como interlocutoras legítimas foi garantido através do formato tripartite do Compromisso Nacional, sem mediação da justiça e suas hierarquias internas, por outro o alijamento destes atores dos espaços decisórios são coerentes com os principais projetos patronais para o setor.

Comentando o Compromisso Nacional, José Pastore, intelectual constantemente interpelado pelas representações patronais brasileiras, afirmou o seguinte:

Apesar de muito se enaltecerem as virtudes da livre negociação, entre nós ela é mais combatida do que apoiada. Na sua maioria, os sindicatos [...] evoluíram na arte de negociar. Nas mesas de negociação, o que era um teatro passou a ser um exercício de defesa de posições com base em dados e argumentos. Concluída a negociação, as partes não sabem se o que foi acertado hoje valerá amanhã. Isso porque os **poderes públicos** interferem sem cerimônia no resultado dela. **Procuradores, auditores fiscais e juízes**, com honrosas exceções, acham que sabem mais do que as próprias partes. Esta deveria ser a hora de as autoridades se irmanarem na cruzada de tudo fazer para **aperfeiçoar as condições de trabalho** na difícil cultura da cana-de-açúcar, homenageando, assim, um esforço pioneiro de **autocontrole das partes**. (PASTORE, 2012, grifos meus).

O aperfeiçoamento das condições de trabalho, na visão patronal, aparece relacionado à livre negociação entre os sindicatos de empregadores e de empregados rurais, visando reduzir a influência daqueles que "acham que sabem mais do que as próprias partes" e, conseqüentemente da própria legislação vigente. Krein, Nunes e Santos (2011) também sinalizam para essa tendência enquanto parte do projeto flexibilizador das relações de trabalho, na medida em que o negociado (nem sempre sob iguais condições para trabalhadores e patrões) prevalece sobre o legislado. Persiste, na cana-de-açúcar brasileira, a ideia de que a intervenção do judiciário ou de outros setores públicos onera a própria eficiência da atividade, comprometendo sua competitividade e desempenho.

Temos, portanto, um pequeno retrato de uma disputa intensa e dinâmica. Para trabalhadores e empresários, a resistência ao judiciário tem motivos distintos. A nova arena inaugurada materializa esse demanda, e devemos nos perguntar sobre os impactos dessa medida, se mais favorável aos trabalhadores ou aos segmentos empresariais. Evelina Dagnino (2004) tem uma expressão que resume bem essa nova realidade vivenciada na esfera política do agronegócio canavieiro, chamada de "confluência perversa". A perversidade residiria no fato de que apontando em direções opostas e até mesmo antagônicas, distintos projetos políticos acabam por se utilizar de um discurso e palavras em comum. Para o patronato significava a conciliação não conflitiva dos atores que compõe a sociedade do agronegócio canavieiro em torno da expansão da atividade. Significava também a criação de regulamentos não vinculativos que atestassem a conformidade da produção de etanol, mesmo diante de uma diversidade de conflitos e litígios judiciais. Em última instância, significava a exclusão dos órgãos

do Judiciário na mediação entre os conflitos trabalhistas e suas resoluções. O "aperfeiçoamento" das condições de trabalho concretiza também, acredito a iniciativa patronal de regulamentação pontual e específica das relações trabalhistas, enquanto que para os trabalhadores o "aperfeiçoamento" das condições de trabalho parece apontar na direção da conquista de ganhos concretos e imediatos, muitos já reivindicados há décadas, mas poucas vezes cumpridos, mesmo diante da atuação judicial. O imbróglio é complexo, mas o Compromisso Nacional oxigenou as disputas ao reconfigurar as redes de poder.

Os trabalhadores foram finalmente reconhecidos como interlocutores legítimos, ante toda uma história de negações e de recusas por parte do patronato e da própria justiça enquanto representantes legais e legítimos dos trabalhadores canavieiros. Por outro lado, tal reconhecimento se deu diante de novas estratégias empresariais e até governamentais que visavam garantir a expansão da atividade sucroalcooleira e das exportações de etanol, plataforma política dos dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

5. Algumas conclusões e esboços de pesquisas futuras

Neste breve trabalho busquei apresentar alguns apontamentos preliminares sobre o mercado de trabalho e as relações de trabalho no setor do agronegócio canavieiro nacional, especialmente em São Paulo, maior produtor nacional. Vimos a perda de importância relativa dos cortadores manuais no conjunto das ocupações totais, atribuindo tal processo à intensa mecanização da atividade. Todavia este movimento foi acompanhado pela formalização de uma parte significativa de trabalhadores, em grande medida devido a pressão de organizações sindicais e movimentos sociais, fato que também nos permite afirmar que o setor ainda tem muito o que avançar no que diz respeito à formalização dos contratos de trabalho.

Por outro lado, a crescente expansão e estrangeirização implica, cada vez mais, em transformações significativas na configuração do mercado de trabalho canavieiro e na estrutura produtiva das empresas. Expande-se o mercado das prestadoras de serviço especializadas no corte, colheita e transporte (CCT) de cana de açúcar. Ainda sabemos pouco sobre a quantidade e qualidade de ocupações geradas por este setor em expansão, e da mesma forma, sobre os sujeitos imbricados neste novo cenário e sua integração com a atividade canavieira.

No que diz respeito à regulação das relações de trabalho nos canaviais brasileiros, apontei alguns desafios que sugerem forte empenho patronal em definir regras mais flexíveis para o controle das relações de trabalho. Apontei

que num arranjo político recente, Justiça do Trabalho, Ministério Público, Fiscais do Trabalho e diversos movimentos sociais foram "soterrados" na definição da agenda política a ser implementada, no tocante às relações trabalhistas no campo.

Análises futuras precisariam ser aprofundadas, inicialmente, em alguns aspectos, enumerados a seguir: 1) o primeiro deles diz respeito à importância dos respectivos municípios ou regiões para o total de pessoas ocupadas, tanto no corte manual como no corte mecanizado; 2) o segundo aspecto diz respeito à compreensão deste novo mundo de trabalho inaugurado com mecanização: quem são os novos trabalhadores, como trabalham, o que desejam e como valorizam sua própria experiência. Incluo também mensuração dos trabalhadores vinculados ao corte terceirizado (CCT), medindo o avanço deste setor e o volume de mão de obra que mobiliza, além das condições de trabalho (formas contratuais, jornadas de trabalho, críticas dos trabalhadores, etc.); 3) continuar acompanhando os espaços políticos e os atores relevantes na definição das normas e práticas trabalhistas vigentes nos canaviais brasileiros.

Referências

BACCARIN, José Giacomo. **Boletim da ocupação formal sucroalcooleira no centro sul**. Vários números. Disponível em www.fcav.unesp.br/baccarin. Acesso em dezembro de 2013.

CARDOSO JR., José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Texto para discussão n. 1310. Ipea. 2007

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON (ed.) **La cultura em la crisis latino-americana**. Clacso, Buenos Aires, 2004.

DIEESE. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. Estudos e Pesquisas, ano 3, n.30, fev, 2007.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. **Revista ABET**, Curitiba, v.X, n.2, jul/dez, 2011.

MUNDO NETO, Martin. Atores na construção do mercado do etanol: a UNICA como foco de análise. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. In: **Anais...**, 2009.

_____. **Transformações na Indústria Sucroalcooleira no início do Século XXI: das famílias aos acionistas.** Tese de Doutorado, UFSCar, 2012.

NORONHA, Eduardo. O Modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.43 n.2, 2000.

NOVAES, José Roberto. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, p.167-178, 2007.

PASTORE, José. **Perseguição e combate à livre negociação.** O Estado de São Paulo, 28.08.2012.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise das empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.4, n.1, jan/abr, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e. **O Trabalho Oculto nos Canaviais Paulistas.** Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais** (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 39, p. 11-46, 2011.

TEIXEIRA, Gabriel da Silva. **Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro.** 2014 (no prelo).

_____. **Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ. 2013.

Documentos consultados

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE ARARAQUARA. Ação

Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Ipiranga. 2012.
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Raízen-
Araraquara, 2012b.
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Maloso, 2012c.
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Raízen-Ibaté,
2012d.
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Santa Cruz, 2012e
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Santa Fé, 2012f.
_____. Ação
Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina São José da
Estívia, 2012g.

Sites consultados

<http://www.jsl.com.br/home/>
<http://www.gafor.com.br/site/gafor/pt/home/home.aspx>
<http://www.ouoverde.net.br/>
<http://www.binotto.com.br/>

MONOCULTURA CANAVIEIRA E PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS EM PRADÓPOLIS-SP: PROJETO DE ASSENTAMENTO COMO POSSIBILIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO¹

Guilherme Cyrino Carvalho²

Zildo Gallo³

Oriowaldo Queda⁴

Pedro Ramos⁵

Resumo: Pelas suas características históricas e estruturais, a agroindústria canavieira impõe seu domínio sobre a paisagem rural e subordina os interesses coletivos nos municípios onde se encontram instaladas suas unidades produtoras – as usinas. Essa situação expõe a população local a uma situação de insegurança, na medida em que diminuem a possibilidade de atividades econômicas e empregos que gerem rendas desvinculadas da atividade da usina, ao mesmo tempo em que dificultam a produção local e o acesso aos alimentos. Para que se construam possibilidades que conjuguem criação de renda, com a produção local de alimentos e com a melhoria na diversidade de produção rural, é necessária a participação efetiva dos três entes federativos (União, Estado e Município) na elaboração de políticas públicas que minorem os impactos negativos da monocultura canavieira. É nessa linha que os Projetos de Assentamento de

¹Artigo baseado na dissertação de mestrado "A agroindústria canavieira em municípios de pequeno porte: o caso de Pradópolis-SP", de Guilherme Cyrino Carvalho, sob a orientação do Prof. Dr. Zildo Gallo.

²Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

³Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

⁴Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

⁵Prof. Dr. do Instituto de Economia da UNICAMP – Campinas/SP.

Reforma Agrária apresentam a potencialidade de figurar como alternativa viável para a produção diversificada de alimentos em municípios subordinados à agroindústria canavieira.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira; Monocultura Canavieira; Segurança Alimentar; Projeto de Assentamento.

***Abstract:** For its historical and structural features, the sugarcane agribusiness has imposed its dominance over the countryside and has subordinated the collective interests in the municipalities where their producing units are installed – the plants. This situation exposes the local population to a situation of insecurity, insofar as it reduces the possibility of economic activities and jobs that generate income which is not related to the activities of the plant, hindering local production and access to food. In order to build possibilities that combine income creation with local food production and with the improvement in the diversity of rural production, the effective participation of the three federal entities (Union, State and Municipality) in public policy-making is necessary to lessen the negative impacts of sugarcane monoculture. In this line, Agrarian Reform Settlement Projects have the potential to appear as a viable alternative to diversified food production in municipalities subject to the sugarcane agro-industry.*

Keywords: Sugarcane Industry; Sugarcane Monoculture; Food Security; Settlement Project.

Introdução

A cultura da cana de açúcar caracteriza-se por ser uma monocultura extensiva, que tem o crescimento de sua produção baseado mais na expansão das áreas plantadas do que no possível aumento do rendimento por área. Essa cultura é semiperene e suas unidades de transformação (as usinas⁶) se encontram, via de regra, instaladas na mesma localidade dos plantios, dificultando a reversão de sua expansão (SZMRECSÁNYI, 2007), influenciando diretamente no desenvolvimento do local onde se fixam.

⁶Toma-se por definição de usina: "(...) estabelecimentos agroindustriais verticalmente integrados que hoje conhecemos, possuidores de vastas extensões de terras para a produção da maior parte de sua matéria-prima" (QUEDA, SZMRECSÁNYI, 1996).

Essa marcante característica do subsetor é observada desde os tempos em que a cana foi introduzida em território brasileiro pelos portugueses no início do processo de colonização, sendo que a atividade canavieira foi decisiva na conformação das características civilizatórias encontradas no Brasil, mantendo suas configurações estruturais intactas durante o decorrer dos séculos (RAMOS, 1999), numa demonstração inequívoca do poder político que as elites canavieiras sempre gozaram⁷.

Ao contrário de outras atividades econômicas, prevaleceu no caso da agroindústria canavieira, o fato de que as mudanças tecnológicas modificaram relativamente seu sistema produtivo e suas relações sociais e econômicas, porém não transformaram as estruturas⁸ que marcam historicamente esse subsetor, ou mais exatamente: "As inovações açucareiras vão renovando-se sem jamais destruir totalmente as organizações ou as estruturas que existem desde o seu aparecimento" (BYE et al, 1993, p.37).

Mesmo sem resultar em relevantes mudanças estruturais, os anos 1990 representaram uma nova fase na economia brasileira, marcada pela abertura econômica e pela desestatização. No âmbito do subsetor canavieiro, se verificou o início de um processo de desregulamentação, de concentração de capital e também da produção em pequeno número de empresas de grande porte.

Com o início das vendas de automóveis equipados com motores flexíveis (movidos a etanol e/ou gasolina), em 2003, e o conseqüente aumento da demanda,

⁷A forma como se constituiu a sociedade brasileira, seus contornos, as marcas de sua evolução histórica, são partes do conjunto de suas atuais características, conforme destacado por Chui: "Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como "cultura senhorial", a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. (...). A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem." (CHAUÍ, 2000, p. 89).

⁸"A inovação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras." (SAID, 1995, p. 33).

o etanol se tornou um produto atrativo para o capital, sendo observado a partir desse ano um grande esforço de grupos empresariais nacionais e internacionais⁹ na busca pelo controle da produção e comercialização do produto, não se reconhecendo nenhuma barreira que impeça – ou prejudique – as corporações de atingirem esses objetivos, sejam essas barreiras as econômicas, as políticas, as ideológicas ou as institucionais (CARVALHO, 2007).

A agroindústria canavieira e a região de Ribeirão Preto

Pradópolis é um município paulista, localizado na mesorregião de Ribeirão Preto, Região Noroeste do Estado de São Paulo, região que concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado, sobretudo dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja. (JÚLIO et al, 2006).

A partir da década de 1870, a região de Ribeirão Preto tornou-se um local de instalação de grandes fazendas de café, servindo como alternativa para os produtores da época que deixaram as terras do Vale do Paraíba, esgotadas pela intensa exploração do solo, rumo à nova fronteira aberta graças aos esforços de divulgação das características positivas das terras da região para o plantio do café, empreendidas principalmente pelo agrônomo Luís Pereira Barreto e por Martinico Prado. (WALKER, BARBOSA, 2002).

Após três décadas de prosperidade, o final dos anos 1920 foram marcados pelo declínio da economia do café, num conjunto de fatores dos quais se destacam a superprodução e a crise econômica de 1929. Se por um lado esse fato abalou a economia da região, por outro possibilitou o crescimento de outras atividades que se desenvolviam à sombra do café e que, com sua derrocada, puderam progredir, fazendo com que a região superasse de maneira satisfatória o baque da economia cafeeira, diversificando a agricultura e a atividade industrial, com destaque para a atividade canavieira. (ELIAS, 2003).

Ainda em meados do século XX, as transformações resultantes da modernização da agropecuária fizeram com que a atividade econômica da região

⁹"São cada vez mais raras as empresas que se apresentam como tendo passado de pai para filho desde décadas atrás. Desaparecem, dando lugar a conglomerados de anônimos acionistas, cuja sobrevivência pode também ser curta, arruinados pela volatilidade das condições financeiras do país, pela competição errática ou por uma reformulação de políticas específicas que redefinem os termos dos contratos e dos compromissos, ainda que sem ferir vetustas normas jurídicas. Descontada a ênfase estilística, é esta a dinâmica biografia do Brasil contemporâneo" (SANTOS, 2006).

se reorganizasse, de tal modo que atingiu alto grau de especialização na produção de poucas culturas, resultando em maior rentabilidade financeira e maior integração com as modernas agroindústrias¹⁰. Dentre os impactos da nova configuração, destaca-se a substituição da tradicional cultura de alimentos, verificada em todas as cidades da região, o que foi fundamental para atrelar a atividade agrícola às necessidades da agroindústria (ELIAS, 2003).

No início da década de 1970 ainda era possível observar alguma diversificação na produção agropecuária na região quando se levava em conta a área plantada: milho (28,5%); cana-de-açúcar (21%); arroz (13,5%); e algodão (11%). A situação se modificou consideravelmente uma década depois, sendo que a área plantada passa a ser ocupada pelas culturas destinadas ao abastecimento de matéria-prima da agroindústria: cana-de-açúcar (33%); soja (20%); cítricos (14,5%); café (10%) (ELIAS, 2003).

As políticas do PROÁLCOOL, a partir de meados da década de 1970, reorganizaram a produção agropecuária na região. Apesar de se observar um crescimento na produção de cana-de-açúcar em todo o País, com destaque para o Estado de São Paulo, é na região de Ribeirão Preto que os investimentos se destacaram, por conta da tradição no cultivo da cana, da tecnologia disponível¹¹ e da expansão de área para a produção, o que fez a região suplantar a região de Campinas no topo do ranking de maior produtora do Brasil¹² (ELIAS, 2003), como se observa abaixo, na Tabela 1.

¹⁰"O processo de modernização da agricultura modificou radicalmente o perfil do setor industrial, com a expansão da agroindústria a se caracterizar como um dos elementos centrais desse processo, dada a crescente interdependência da agricultura regional com vários segmentos industriais que compram seus produtos, assim como lhe vendem insumos. Muitos embora a presença dos setores industriais de transformação de produtos agrícolas seja bastante antiga na região em estudo, é somente a partir de meados da década de 1960 e de forma intensa na década de 1970 que ocorre maior desenvolvimento do setor." (ELIAS, 2003, p. 132).

¹¹"Em São Paulo, dado que a terra não vem sendo trabalhada em extensão, mas com emprego de tecnologia moderna o resultado é uma lavoura de cana-de-açúcar de padrões capitalistas com índices de produtividade mais elevados". (QUEDA, 1972, p. 171).

¹²"Independentemente do tipo de análise que se queira realizar, temos que considerar o Proálcool como um marco referencial para o processo que se desenvolve na região de Ribeirão Preto nestes últimos vinte e cinco anos, quando as instâncias de cooperação (circulação, distribuição, consumo, entre outros) do processo produtivo passam a primar sobre as instâncias técnicas (a produção propriamente) na formação da mais-valia no setor canavieiro." (ELIAS, 2003, p. 147).

Tabela 1 – Participação das regiões de Campinas e Ribeirão Preto na produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (em %).

Ano	REGIÃO ADMINISTRATIVA	
	Campinas	Ribeirão Preto
1950	52,5	32,5
1960	44,0	30,5
1970	37,5	33,5
1975	31,0	36,5
1980	25,5	41,0

Fonte: Próprio autor, a partir de dados de ELIAS, 2003.

O PROÁLCOOL fomentou a grande expansão da agroindústria da cana na região, fortalecendo a posição de principal responsável pelo crescimento econômico, desigual e concentrador de renda, em torno da qual se organizaram a vida socioeconômica e política dos municípios da região¹³.

Analisando a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar, a partir dos municípios constituintes da Região Administrativa de Ribeirão Preto, verifica-se que a área agricultável apresenta-se saturada devido à expansão ocorrida na década de 1990. Ainda assim, observa-se que a área ocupada por cana apresentou, na década de 2000, variação de ocupação menor, porém contínua, conforme se observa abaixo, na tabela 2.

Em suma, a região se especializou na produção de cana e de laranja e pouco espaço sobrou para o cultivo de alimentos, tornando os municípios em grandes monocultores e compradores de alimentos de outras regiões. No caso de Pradópolis, a situação é mais emblemática, pois ele foi marcado pela monocultura antes de seu surgimento, tendo sua história diretamente ligada à história do café nos primeiros anos de sua existência e da cana a partir da segunda metade dos anos 1930, como se verá com mais detalhes abaixo.

¹³"(...) na região de Ribeirão Preto, se por um lado o Proálcool fomentou o crescimento econômico, por outro, contribuiu para acentuar as desigualdades sociais, já que esse crescimento seguiu unicamente a lógica da obtenção e acumulação de lucros. (...), o Proálcool abriu definitivamente as portas para a consolidação das relações de produção capitalistas na agricultura de Ribeirão Preto" (SCOPINHO, 1995, p. 32).

Tabela 2 – Evolução da Área para corte e da produção de cana-de-açúcar na Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Ano	Área para corte (em ha)	Produção (em t)
2000	387.053,00	28.410.398,00
2001	381.745,00	28.622.800,00
2002	384.645,00	30.136.950,00
2003	384.758,00	30.457.260,00
2004	388.308,00	30.555.260,00
2005	397.028,00	31.188.860,00
2006	400.838,00	31.677.710,00
2007	414.728,00	33.321.475,00
2008	447.214,60	36.907.655,50
2009	479.171,30	41.401.374,50
2010	477.948,50	40.531.435,00

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Instituto de Econômica Aplicada – IEA, 2013.

Pradópolis e a Usina São Martinho

Os grandes expoentes do primeiro período de Pradópolis, o da cafeicultura, foram os membros da família Prado, especialmente Martinico Prado, responsável pelo início da organização do aglomerado urbano que culminaria com a formação do município batizado em homenagem à sua família; e os mentores do segundo momento foram os membros da família Ometto, responsáveis pela transformação da usina São Martinho numa das maiores processadoras de cana de açúcar do mundo.

Os Prado adquiriram às terras onde hoje se localiza o município de Pradópolis em 1889, quando em sociedade com seu pai Martinho Prado e seu irmão Antônio, Martinico arrematam a fazenda São Martinho, uma enormidade de terra com 14.000 alqueires, com 3.400.000 pés de café plantados (LEVI, 1977).

Martinico também foi um dos responsáveis por viabilizar a imigração italiana (fundamental para obter braços capazes de substituir a força de trabalho escrava) para o trabalho nas fazendas de café da região de Ribeirão Preto, através de sua empresa chamada Sociedade Promotora de Migração (LEVI, 1977).

Os destinos das famílias Prado e Ometto se cruzam pela primeira vez ainda no século XIX, em 22 de agosto de 1887, quando Antônio Ometto, sua esposa Caterina e seus filhos Constante e Carolina partem para o Brasil pelas mãos da empresa de migração de Martinico, aportando no Rio de Janeiro em 17 de

setembro de 1887. No ano de 1889, na fase de intensificação da imigração italiana, chega ao Brasil Girolano Ometto juntamente com sua numerosa família (TAFNER JR., SILVA, 2012).

Note-se que os Ometto são um dos exemplos mais acabados da importância do regime de colonato para a acumulação de recursos que permitiria que as famílias dos colonos pudessem ter outras formas de renda advinda da exploração de suas porções de terra para pastagem e plantio, garantindo acesso de seus membros à alimentação e a venda do excedente não consumido (RAMOS, 1999).

As economias da família Ometto permitiram que seus membros fossem comprando terras e que, entre meados dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, iniciassem a montagem de usinas e destilarias de pequeno porte. Em 1935 eles obtêm uma fazenda em Araras (interior de São Paulo) e a fazenda Costa Pinto em Piracicaba; em 1937 incorporam a fazenda Iracema em Iracemópolis; e em 1943 uma fazenda no município de Barra Bonita e uma em Américo Brasiliense (RAMOS, 1999).

Em relação aos Prado, a crise de 1929 afetou decisivamente seus negócios, culminando com a crise do café no início dos anos 1930, o que obrigou a família a substituir a grande lavoura de café por cana de açúcar. Finalmente, em 1948, a usina São Martinho foi montada com equipamentos de segunda mão. Nesse mesmo ano os destinos das duas famílias se cruzam novamente, desta feita quando a emblemática fazenda foi vendida à família Ometto, transformando definitivamente a história da São Martinho, que deixou de ser a segunda maior fazenda produtora de café do país para se transformar, com o passar do tempo, numa das maiores usinas processadoras de cana-de-açúcar do mundo. Atualmente a usina São Martinho é responsável por uma moagem aproximada de 8,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Possui elevado índice de mecanização, segundo a própria empresa, que se apresenta como um grande diferencial competitivo (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

É dentro desse gigantismo que o município de Pradópolis se desenvolve, sendo um dos muitos lugares onde a cana de açúcar domina a paisagem rural, o que faz com que a cidade gire em torno dos interesses da usina. Ele possui atualmente área total de 167,383 metros quadrados, com população de 17.857 pessoas e a sua lavoura canavieira domina o seu espaço rural, constituindo-se como a principal (e quase única) cultura em termos de produção e de ocupação de área, como se observa abaixo, nas Tabelas 3 e 4.

Em termos proporcionais a área ocupada para a produção de alimentos é ínfima, beirando a inexpressividade, se comparada à área de produção de cana.

Essa constatação fica ainda mais impressionante ao somar-se à área ocupada por cana, aquela ocupada por braquiária e eucalipto, que em conjunto representam 16.060,20 hectares de um total de 16.568,10 hectares de área total cultivada. Resta pouco para o cultivo de alimentos (ver Tabela 4, abaixo).

Tabela 3 – Ocupação do solo rural em Pradópolis, por tipo de cultura, em 2007/2008.

TIPO DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA (em ha)
Cultura Perene	38,40
Cultura Temporária	14.968,20
Pastagens	864,70
Reflorestamento	554,60
Vegetação Natural	2.715,10
Vegetação de brejos e várzeas	212,30
Área de descanso	208,10
Área complementar	1.079,00
Total	20.640,40

Fonte: Próprio autor, a partir de dados CATI, 2013.

Tabela 4 – Área cultivada no município de Pradópolis, por lavouras, no período 2007/2008.

CULTURA	ÁREA OCUPADA (em ha)
Cana-de-açúcar	14.657,70
Braquiária	857,90
Eucalipto	554,60
Milho	288,80
Mandioca	81,00
Feijão-de-corda	20,40
Arroz	10,90
Laranja	10,50
Maracujá	10,30
Mucuná	9,80
Café	9,70
Feijão	8,50
Feijão-de-lima	8,50
Outras culturas temporárias	7,20
Limão	7,00
Manga	6,00
Capim-napier	5,80
Feijão-vagem	2,00
Jiló	1,80
Banana	1,50
Goiaba	1,10
Abacate	1,00
Alface	1,00
Melancia	1,00
Gramas	1,00
Feijão-azuki	1,00
Pomar doméstico	0,90
Caju	0,70
Pepino	0,50
Total	16.568,10

Fonte: Próprio autor, a partir de dados da CATI 2013.

Segurança alimentar e a produção local de alimentos

Nos últimos vinte anos as discussões sobre o direito a alimentação passou a ser pauta frequente nas rodadas mundiais sobre direitos humanos. Foi na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena no ano de 1993, que esse direito se igualou aos demais direitos humanos pactuados na Carta de 1948. Esse fato demonstra um avanço em relação ao modo como os países capitalistas passaram a encarar a alimentação do homem, assumindo o compromisso de redução global da fome, colocando o Estado na condição de ator principal na garantia do bem-estar alimentar da população de seu país (BELIK, 2003).

Essa nova diretriz vem ao encontro do conceito de Segurança Alimentar, surgido no pós Segunda Guerra Mundial, quando a Europa, em sua grande parte devastada pelo conflito, não apresentava condições de produzir alimentos para suprir as necessidades de sua população.

Esse conceito é multidimensional, envolvendo toda a cadeia alimentar e engloba três aspectos principais: (1) produção de alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades da população; (2) produção de alimentos de qualidade que garantam níveis desejáveis de nutrientes e boas condições sanitárias de consumo; e (3) produção que garanta a regularidade no acesso aos alimentos produzidos (BELIK, 2003); (CORRÊA, 2007); (GUBERT et al, 2010).

Belik (2003) destaca a ideia de acesso como a garantia de que a população alcance esses alimentos, suprimindo suas necessidades do ponto de vista da qualidade e da quantidade, diferentemente da ideia de disponibilidade de alimentos que está ligada a possibilidade de obtenção, dependendo da capacidade de renda da população, ou de outros fatores como, a necessidade de vencer obstáculos como conflitos internos, monopólios privados de distribuição ou mesmo desvios.

É fundamental a ideia de que o acesso a uma alimentação adequada do ponto de vista da quantidade e da qualidade não é um problema circunscrito ao indivíduo, senão pelo contrário, esse é um assunto de interesse coletivo, demandando então a elaboração de políticas públicas capazes de assegurar a promoção e o acesso dos indivíduos aos alimentos, não deixando as pessoas expostas a uma relação mediada pelo mercado, exigindo, desse modo, que o Estado assuma a responsabilidade de preservar o acesso da população aos alimentos (MAFRA, NAVES, 2009).

Esse conceito vem sendo construído durante as últimas décadas, encartando novos termos e ideias, como a soberania alimentar e a sustentabilidade alimentar. A ideia de soberania surgiu em 1996 durante os trabalhos da Cúpula Mundial da Alimentação e está vinculado a autonomia alimentar dos países e com sua menor dependência de importações, assim como a menor exposição às flutuações de preços dos alimentos, atribuindo importância à cultura e aos hábitos alimentares de um país. Do lado da sustentabilidade, as facetas mais relevantes são a preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos e a diminuição da produção extensiva por meio de monoculturas (BELIK, 2003).

Porém, ainda hoje um dos fatores mais impactantes na segurança alimentar das populações é o nível de renda, sendo que no Brasil o baixo nível de renda é responsável pela limitação no acesso aos alimentos (BELIK, 2003). Mesmo assim, apenas a questão do nível de renda não é suficiente para explicar a

insegurança alimentar, pois podem existir famílias com renda que as colocam acima da linha de pobreza que podem estar em situação de insegurança alimentar, graças a outras condições¹⁴ que impedem ou dificultam o acesso ao alimento. (GUBERT et al, 2010).

Dentre essas outras condições se encontra a produção, a forma como se produzem os alimentos e também outras condições correlatas, como a comercialização. Todas elas influenciam diretamente no acesso da população aos alimentos, principalmente porque impactam no preço.

Abramovay (2008) destaca que a questão dos preços dos alimentos é preocupante e vem se agravando com o decorrer dos anos. O autor cita dados do Banco Mundial que afirmam que até o ano de 2030 a oferta de produtos agrícolas terá que subir 50% e de carnes 85% em relação ao que é produzido atualmente. Ainda citando o *International Food Policy Research Institut – IFPRI* – afirma o autor que um terço da elevação de preços dos alimentos em 2008 pode ser atribuído a utilização da maior parte da produção estadunidense de milho para a obtenção de etanol.

Por isso, a produção local de alimentos entra como uma das componentes de avaliação sobre o acesso da população que vive nos municípios, considerando-se que, ao menos em tese, a produção local influenciaria nos preços praticados no município.

Devido a questões como essa, que reduzem o acesso da população aos alimentos, é imperativo que o Estado, nas esferas de governo federal, estadual e municipal, assuma posição clara no sentido de preservar o direito a esse acesso, através de políticas públicas efetivas. Dessa maneira, governos municipais assumem papel relevante, tendo em vista que esse nível de governo está mais próximo da população e administra conflitos dessa natureza mais diretamente.

Mafra e Naves (2009), citando Renato Maluf, apontam cinco diretrizes que devem ser seguidas por governos municipais na formulação de políticas de segurança alimentar: (1) promover a produção local de alimentos, orientando para canais de comercialização que favoreçam o equilíbrio social; (2) ampliar o

¹⁴"(...) sob pressão da expansão de monoculturas, com grande concentração de terras e crescente aumento dos preços da terra, parece que a fragilidade dos pequenos produtores (Neuburger, 2000) não é considerada, tampouco a garantia de alimentos e a fragilidade dos ecossistemas com contaminações excessivas do meio ambiente. É comprovado que a homogeneização da paisagem agrária leva ao esvaziamento do espaço rural e fortifica a migração dos excluídos ao circuito da pobreza urbana" (KOHLHEPP, 2010, p. 247).

acesso aos alimentos de qualidade, regulando as condições pelas quais esses alimentos são disponibilizados à população; (3) difundir a educação alimentar, ao mesmo tempo em que estimulam os indivíduos a se organizarem na defesa de seus direitos; (4) desenvolver programas específicos, voltados a populações em risco, observando-se a necessidade de garantir a qualidade dentro desses programas; (5) estimular a participação democrática da população na formulação e na implementação dos programas municipais, além de incentivar e apoiar as iniciativas não governamentais.

Dessa forma, acreditam os autores que o município pode estimular o aumento de oferta, fomentando a concorrência entre fornecedores, diminuindo os preços e aumentando a qualidade dos alimentos ofertados. Uma das formas utilizadas para isso é a abertura de espaços de comercialização, mantidos pelo governo local, em que o produtor consegue vender diretamente aos consumidores, ao mesmo tempo garantindo mercado de venda e se livrando de possíveis atravessadores. Em contrapartida a permissão para a utilização dos locais de venda, os produtores tem que se comprometer a praticar preços menores do que aqueles encontrados no mercado local, permitindo que a população acesse alimentos a preços razoáveis (MAFRA; NAVES, 2009).

Ao mesmo tempo, àquelas pessoas que não conseguem comprar os alimentos nesses equipamentos públicos de comercialização, é necessário que o poder público municipal garanta que o fato de não possuir dinheiro suficiente para comprar alimentos seja um empecilho ao acesso de pessoas à alimentação. Assim, é imperativa a elaboração de políticas públicas de incentivo a produção para o autoconsumo ou de fornecimento de alimentos a grupos específicos que não tenham alternativa de se alimentar (MAFRA; NAVES, 2009).

Esse preocupante quadro ganha contornos mais dramáticos em municípios onde se verifica profunda especialização na produção agrícola, adotando-se a monocultura como forma de garantir o funcionamento de grandes agroindústrias, como é o caso da agroindústria canavieira.

Em municípios onde se encontram instaladas grandes usinas de açúcar e álcool opta-se pela monocultura de cana de açúcar para alimentar sua produção, gerando como resultado a expulsão do campo dos pequenos produtores (e quando não expulsa, integra essa pequena produção à agroindústria) e o aumento do desemprego no meio rural, na medida em que altera o padrão tecnológico de produção, o que impacta negativamente nas atividades econômicas urbanas, constituindo-se numa ameaça à soberania alimentar local, uma vez que: (1) ao provocar desemprego e concentração de renda, aumenta o número de pobres e

diminui o acesso da população local aos alimentos; e (2) ao concentrar a ocupação de área com a monocultura, diminui a produção de alimentos, fazendo com que os preços locais aumentem (SMRECSÁNYI, 2007).

De uma maneira geral, a expansão da lavoura de cana no Brasil tem provocado uma mudança no tipo de produção agropecuária, influenciando na oferta de alimentos. Essa situação gera a diminuição de sua produção no local onde a cana-de-açúcar se instala como monocultura, aumentando a necessidade de compra de alimentos de outras localidades para o abastecimento da população que reside no município que se especializa no cultivo de cana (ROVERE et al, 2011).

Em regra, municípios (em especial os de pequeno porte) que abrigam em seu território grandes agroindústrias têm sua estrutura econômica ligada diretamente às atividades dessas empresas. Em maior ou menor grau, a influência econômica e política desses complexos afetam diretamente a forma como essas localidades organizam suas relações socioeconômicas.

Para minorar os efeitos dessa situação, procurando melhorar os níveis de segurança alimentar local, cabe ao poder municipal desenvolver meios para, conforme Sachs (2004): (1) identificar as oportunidades de emprego e autoemprego nos sistemas agropecuários familiares que combinem a policultura com outras atividades de produção que respeitem as vocações locais, como as agroflorestais, pecuária e aquicultura; (2) promover a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações – de produção e de comercialização – ao mesmo tempo em que se incentive a instalação de pequenas agroindústrias; (3) promover a criação de empregos e autoempregos ligados a valorização do meio ambiente, como o tratamento e reutilização dos resíduos agrícolas, a gestão dos solos, a gestão das águas, ao trabalho de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal; (4) promover a geração de empregos ligados ao processo de transformação da biomassa, como alimentos, ração animal, bioenergia, fertilizantes, materiais de construção, fibras, celulose, óleos, resinas, fármacos e cosméticos.

Para que isso seja viável, cabe ao poder público local mapear os espaços onde seja possível o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas coordenadas, buscando oportunizar a diversificação da produção agrícola, através da produção de alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Projeto de Assentamento: uma alternativa?

Uma forma de diminuir o impacto negativo da monocultura canavieira é promover a reorganização do sistema de produção e os canais de

comercialização do município, aproveitando os espaços (mesmo que pequenos) que a cana não ocupou, fomentando a diversidade e, conjuntamente, a adoção de formas de produção que levem em consideração a sustentabilidade ambiental no longo prazo.

Mais precisamente, esse impacto negativo seria reduzido em dois aspectos principais: (1) ao introduzir a diversificação da produção agrícola tem-se a inclusão dos pequenos produtores no mercado local e microrregional, não integrado diretamente à usina, abrindo-se a possibilidade de uma nova fonte geradora de renda para a população pobre do município; (2) com a diversificação em bases que levem em consideração aspectos ecologicamente sustentáveis, os efeitos nocivos da monocultura seriam diminuídos a ponto de permitir, ao menos parcialmente, uma recuperação do equilíbrio ambiental local. (RAMOS FILHO et al, 2007).

Em regra, modificar uma realidade local através do desenvolvimento econômico endógeno não é uma tarefa simples e envolve grande esforço coletivo no sentido da construção de um novo paradigma (VARELA; MATSUMOTO, 2012). Esse fato se torna ainda mais visível quando a arena na qual se desenrola o jogo de poder conta com a participação de um ator do porte de uma grande corporação nacional, com grandes influências econômicas e políticas, além de uma ligação histórica com o surgimento do município, como acontece com Pradópolis em relação à usina São Martinho.

Mesmo assim, observa-se que em Pradópolis foi realizado um esforço para explorar as alternativas a monocultura canieira através da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS. Esse Plano, de iniciativa do governo do estado, contém um pormenorizado diagnóstico da produção agrícola do município, apontando alternativas e potencialidades de atividades agrícolas que devem ser fomentadas para que o município se desenvolva com maior equilíbrio socioeconômico.

Note-se que o Plano não propõe mudanças substanciais no modelo produtivo avaliado, apenas aponta alternativas para a construção de propostas que promovam um melhor aproveitamento dos espaços no sentido de construir atividades econômicas que observem o atendimento às questões sociais e ambientais da localidade.

O PMDRS de Pradópolis foi construído com base nas informações do meio rural oriundas do Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego Guarani. Contou com a participação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, membros de Cooperativas, Associações, Sindicatos,

Prefeitura Municipal, coordenado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI¹⁵.

O objetivo central do Plano¹⁶ é o de avaliar a situação do município, identificando os pontos fracos de desenvolvimento, propondo ações locais para viabilizar as etapas de produção e comercialização de produtos agrícolas, em especial de alimentos, e de estipular meios para o enfrentamento de dificuldades de acesso às tecnologias de produção; de acesso ao mercado; e de estruturação do meio rural.

O PMDRS dividiu os produtores rurais do município em dois grupos, que denominou de (1) grupo do Assentamento Guarani; e (2) grupo de fora do Assentamento, destacando a importância do Projeto de Assentamento, graças ao tamanho de sua área e ao número de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O grupo fora do Assentamento corresponde a 30,5% do total de propriedades do município, sendo que, excluídas aquelas destinadas ao laser, a quase totalidade dessas áreas é utilizada para a produção de cana-de-açúcar para a usina, sendo que a cana apenas deixa de tomar essas áreas quando do período de reforma dos canaviais, momento em que é plantada a lavoura de amendoim, tocada por outros arrendatários que exportam grande parte de sua produção por via da Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba – Coplanar.

Esses proprietários não se encaixam no perfil de produtores familiares e são responsáveis por áreas que são arrendadas para a usina São Martinho produzir cana; suas terras não possuem sede; e são, em parte, pequenos empresários de outro ramo da economia. (CATI, 2009).

¹⁵"Este plano tem como finalidade identificar pontos de estrangulamento que dificultam e inviabilizam as etapas de produção e comercialização dos produtos agrícolas do município, como a falta de recursos financeiros e estruturais, a dificuldade de acesso aos padrões técnicos de produção e as dificuldades de acesso ao mercado, além de propor projetos de estruturação básica do meio rural e de acesso ao mercado para a solução dos problemas." (CATI, 2009, p. 1).

¹⁶"(...), o primeiro passo para a constituição de políticas de desenvolvimento municipal é a realização de um diagnóstico que permita ao poder público local planejar ações em seu território e, posteriormente, construir ações microrregionais em conjunto com os municípios vizinhos. O fato de Pradópolis se caracterizar como um município tradicionalmente ligado às atividades econômicas rurais, faz do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS – um instrumento concreto que o poder público local deve lançar mão para auxiliar nas políticas de desenvolvimento local. (CARVALHO; GALLO, 2012, p. 16).

Para o grupo do Assentamento, o Plano identificou que no ano de 2008 foi realizado um Levantamento Conjuntural Socioeconômico pela CATI, que avaliou em detalhes o Projeto de Assentamento Guarani, constatando que os assentados têm que prestar serviços fora de seu lote para garantir a complementação da renda familiar; que a falta de renda é um problema presente no Assentamento; que no que tange à produção há falta de infra-estrutura e padronização; e no que diz respeito à comercialização, os assentados não têm acesso ao mercado consumidor municipal e nem regional.

Constata no Plano que parte substancial dos assentados produz cana-de-açúcar para a usina São Martinho, sendo que 78 famílias estão organizadas em uma Associação que o PMDRS trata como uma "(...) é uma associação de fornecedores de cana da usina que conta com 78 associados, todos os membros são assentados que produzem cana-de-açúcar em metade dos seus lotes" (CATI, 2009, p. 9).

Grosso modo, o PMDRS destaca a importância do Assentamento como potencial ator responsável pela diversificação da produção agrícola, principalmente de alimentos. Nesse sentido, destaca a necessidade da participação dos entes federativos, União, Estado e Município na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao estímulo e garantias de produção e criação de canais de comercialização que possibilitem a sustentabilidade econômica e ambiental da produção de alimentos do Assentamento.

O provável resultado dessas políticas seria a dinamização da produção de alimentos no Assentamento, aproveitando-se as vias de comercialização no município – como feiras e vendas diretas aos pontos de venda locais – assim como a viabilização para que os produtores aderissem aos programas de compras institucionais de alimentos mantidos pelo governo federal (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e pelo governo estadual (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS) (GRIGOLETTO, 2013).

De fato, ressaltando-se aquilo que o PMDRS abordou, em o poder local se convencendo de que o Assentamento é um local com potencialidades capazes de, ao mesmo tempo, incluir economicamente as famílias assentadas (na medida em que abre a possibilidade de gerar renda através da produção de alimentos); melhorar a oferta de alimentos à população local (através da produção local, barateando o custo e facilitando o acesso dos municípios aos alimentos); e diversificar a produção agrícola (contribuindo para melhorar o equilíbrio ambiental prejudicado pela monocultura canavieira); agir em consonância do que há de

mais apropriado aos conceitos de segurança e sustentabilidade alimentar¹⁷.

Considerações finais

Em municípios de pequeno porte, como Pradópolis-SP, onde se encontram instaladas grandes usinas de açúcar e álcool, a monocultura canavieira domina o espaço rural, instituindo a grande lavoura da cana de açúcar, impossibilitando a produção de alimentos, transformando-os em importadores de alimentos e, dessa forma, impingindo aos seus munícipes uma situação de insegurança e insustentabilidade alimentar.

Situações como essa apenas podem ser controladas, tendo seus efeitos negativos minorados, a partir da conjugação de esforços dos três entes federativos (União, Estado e Município) para a consecução de políticas públicas com capacidade de fomentar alternativas de produção e comercialização de produtos agrícolas destinados à alimentação dos habitantes das cidades.

Mesmo assim, dadas as características estruturais do setor sucroalcooleiro, a reversão dessa situação, ou mesmo a diminuição de seus efeitos, é algo muito difícil de ser alcançado, uma vez que os grandes capitais responsáveis pelas usinas lutam pela manutenção do estado de coisas que beneficiam seus negócios. Trata-se de uma questão política importante e é neste campo que ela deve ser tratada.

Muito já se falou e se escreveu sobre o zoneamento agrícola como um instrumento para garantir a produção de alimentos próxima aos assentamentos humanos, através da reserva de áreas agricultáveis para tal finalidade, por exemplo. Hoje, fazer um zoneamento agrícola é algo que passa bem longe das preocupações dos gestores públicos nos três níveis da administração pública (local, estadual e nacional).

Em certo sentido isso explica porque os projetos de assentamento de reforma agrária em grande número, e aquele encontrado em Pradópolis em particular, são tidos apenas como possibilidades de criação de alternativas às atividades econômicas, às atividades das usinas e também de outras empresas de grande porte do agronegócio, não assumindo de fato aquele que deveria ser o seu principal

¹⁷"O que está se colocando é a possibilidade das prefeituras ativarem ou desbloquearem os potenciais que se encontram ociosos nos assentamentos, independentemente do que define esta situação. Esse desbloqueio ou ativação resultaria em ganhos tanto para os assentamentos quanto para o fortalecimento do desenvolvimento local, possivelmente mais sustentável, das regiões que abrigam esses projetos." (GRIGOLETTO, 2013, p. 67)

papel: fornecer de alimentos em quantidade e qualidade adequadas a preços acessíveis para a população do meio urbano, em suma, garantir a segurança alimentar.

Muito embora haja instrumentos de políticas públicas já experimentados para viabilizar a produção de alimentos nos assentamentos, essas só ocorrerão de fato quando o poder público, em especial o municipal, se convencer de que a produção de alimentos nesses espaços não prejudicará o desenrolar dos negócios da agroindústria canavieira e que, também, melhorará a qualidade de vida da população, garantindo alimentos aos habitantes da cidade e renda aos moradores do campo.

Referências

ABRAMOVAY, R. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Caderno de saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, nov. de 2008.

BELIK, W. Perspectiva para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12 -20, jan-jun 2003.

BYE, P.; MEUNIER, A; MUCHNIK, J. As inovações açucareiras: permanência e diversidade de paradigmas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: v. n. 10, 1/3, p. 35-52, 1993.

CARVALHO, G. C. **A agroindústria canavieira em municípios de pequeno porte: o caso de Pradópolis-SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Araraquara/SP, 2013.

CARVALHO, G. C.; GALLO, Z. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP? **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP, n. 7, v. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/guilhermecyrino.pdf>>. Acesso: abril de 2014.

CARVALHO, H. M. de. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta de etanol no Brasil. **Revista da Associação Brasileira**

de Reforma Agrária. São Paulo, n. 34, v. 2, p. 155-177, julho-dezembro de 2007.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI.
Banco de dados. <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado.php>.
Acesso: junho de 2013.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI.
Plano Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável – PMDRS. Governo do Estado de São Paulo, 2009. http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr_plano.php?cod_mun=410.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação.** Hucitec: São Paulo, 2007.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP.** Edusp: São Paulo, 2003.

GRIGOLETTO, F. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local sustentável: um estudo de casos múltiplos.** 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, 2013.

GRUPO SÃO MARTINHO. **Sítio institucional do Grupo São Martinho.** Disponível em: <www.saomartinho.com.br>. Acesso em 16 de junho de 2013.

GUBERT, M. B.; BENÍCIO, M. H. D'Aquino; SANTOS, L. M. P. dos. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v.26, n.8, p.1595-1605, agosto de 2010.

Instituto de Economia Agrícola – IEA. **Banco de dados.** Disponível em:

www.ciagri.iaea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso: junho/2013.

JULIO, J. E.; PEREIRA, L. B.; PETTI, R. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. Segunda Edição. São Paulo: INCRA, 2006.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, 223-253, 2010.

MAFRA, L. A. S.; NAVES, F. L. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais e setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, n.,1, março de 2009.

LEVI, D. E. **A Família Prado**. Cultura 70: São Paulo, 1977.

QUEDA, O. **A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista**. 1972. Tese (Doutorado em Economia e Sociologia Rural). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1972.

QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. **Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim**: missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAMOS FILHO, L. O.; SZMRECSÁNYI, T.; PELLEGRINI, J. B. R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATINAMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 27, 2007, Montréal. Montréal: Latin American Studies Association. In: **Anais...**, LASA, 2007.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROVERE, E. L. La; OBERMAIER, M.; WILLS, W. **Perspectivas dos investimentos sociais no Brasil**: Estudo 55. 2011. Disponível em:

<web.face.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pis/Estudo%2055.pdf>. Acesso: abril de 2014.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, W. G. dos. **Horizonte do Desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCOPINHO, R. A. A região de Ribeirão Preto e a agroindústria sucroalcooleira. In: SCOPINHO, R. A.; VALARELLI, L. **Modernização e impactos sociais**: o caso da agricultura sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do Agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. n. 34, 2, p. 149-154, julho-dezembro de 2007.

TAFNER JÚNIOR, A. W.; SILVA, F. C. da. Expansão da fronteira agropecuária do oeste paulista para a Amazônia. **IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, outubro de 2012. Disponível em <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Armando_Tafner%20&%20Fabio%20Carlos%20da%20Silva.pdf>. Acesso: abril de 2014.

VARELA, C. A.; MATSUMOTO, C. Y. Política pública inovadora de geração de renda e desenvolvimento local: o caso da Câmara de animação econômica da subprefeitura do Itaim Paulista (CAE-IT), São Paulo, Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. n. 46, 4, julho-agosto de 2012.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole**: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto-SP: Palavra Mágica, 2000.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM QUESTÃO: ESTUDO SOBRE ASSENTAMENTO PERIURBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Ademir de Lucas²

Luciane Cristina de Gaspari³

Resumo: No âmbito das intervenções públicas agrárias, os projetos de assentamentos na proximidade de grandes centros urbanos são poucos. No entanto, o estudo destes casos no estado de São Paulo permite analisar diferentes impactos territoriais segundo uma abordagem multidimensional. Assim, este estudo procura evidenciar as principais transformações provocadas pela implantação de um assentamento no entorno de Campinas que, apesar de sua grande população, apresenta vastas áreas canavieiras destinadas, sobretudo, à produção de etanol. Este trabalho é fruto do desenvolvimento do projeto de pesquisa "Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas", apoiado pelo CNPq.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamentos rurais, multifuncionalidade da agricultura, desenvolvimento territorial e circuitos curtos de proximidade.

Abstract: *As part of agrarian public interventions, settlement projects close to large urban centers are few. However, the study of these cases in the state of Sao Paulo allows to analyze several territorial impacts in the terms of a multidimensional approach. Therefore, this study intends to show the*

¹Docente da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

²Docente da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

³Doutoranda em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

main transformations caused by the creation of a settlement in the peri-urban fringe of the city of Campinas, that, in spite of its large population, has large sugar-cane plantations for the production of ethanol. This study derives from the research project "Multiple impacts of settlement creations: study cases of settlements close to Sao Paulo state urban centers", financed by CNPq.

Keywords: *Land Reform; Rural Settlements; Multi Functionality of Agriculture; Territorial Development and Short Supply Chains.*

Introdução

Esta comunicação veicula resultados de pesquisa sobre os diferentes efeitos produzidos pela instalação de um assentamento periurbano em região densamente povoada. As interpretações propostas aqui se apoiam em estudos sobre a evolução das posições em relação ao problema agrário no Brasil, considerando notadamente o debate em torno de novas funções atribuídas à agricultura.

Neste trabalho, focalizamos um dos raros casos de projeto de assentamento na proximidade de grandes centros urbanos. Este tipo de estudo no estado de São Paulo permite analisar diferentes impactos territoriais, segundo uma abordagem multidimensional. Assim, nossa intenção consiste em evidenciar as principais transformações provocadas por uma forma alternativa de ocupação do território nos arredores da aglomeração urbana de Campinas que, apesar de sua grande população, apresenta vastas áreas de monocultivo de cana de açúcar. As interpretações aqui apresentadas são concebidas no âmbito da pesquisa "Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudo de casos próximos à metrópoles paulistas", apoiada pelo CNPq.

De nosso ponto de vista, a concentração da estrutura fundiária brasileira constitui um dos pilares da desigualdade de acesso aos bens e serviços na sociedade brasileira, marcada por um profundo desequilíbrio social. No entanto, a reflexão sobre a questão fundiária exige a tomada em consideração da evolução do contexto social, político e econômico, visto notadamente a propagação das ideias segundo as quais a reforma agrária seria obsoleta e inútil. Nesta ótica, a noção de multifuncionalidade da agricultura favorece outros olhares analíticos sobre o problema (LAURENT, MAXIME, TICHIT, MAZE, 2003; CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009), oferecendo pistas pertinentes para o exame do papel dos assentamentos rurais. Em perspectiva próxima, autores engajados nos estudos sobre os impactos regionais dos assentamentos rurais (HEREDIA,

MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, LEITE, 2002; LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, 2004) desenvolvem uma abordagem tomando em conta diferentes aspectos do problema. Entre eles, é válido destacar a implantação de infraestrutura social, a participação dos agricultores na vida política local, as mudanças na pauta produtiva local, a instalação de novos equipamentos de abastecimento alimentar e o ponto de vista dos assentados sobre sua qualidade de vida e suas perspectivas. Efetivamente, estes estudos apresentam uma abordagem das mais inovadoras e instigantes.

Seguindo estes passos, nossa intenção agora consiste em considerar assentamentos periurbano situados em regiões densamente povoadas, cujos impactos merecem ser conhecidos de modo aprofundado. Evidentemente, a repartição fundiária não está aqui prioritariamente associada a uma perspectiva de aumento da produção⁴. Com efeito, são claramente outras dimensões que estão em jogo, permitindo assinalar ideias em favor de um desenvolvimento territorial integrativo e sustentável.

Um breve olhar sobre a evolução do debate acerca da questão agrária no Brasil

Tomando como ponto de partida o fim do regime militar, o retorno da reforma agrária à agenda política se inscreve na atmosfera das grandes expectativas associadas à democratização da sociedade brasileira. Em 1979, no III Congresso da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), predominava a demanda pela urgência de uma reforma agrária massiva e radical. Efetivamente, a abertura democrática favorece cada vez mais a expressão das reivindicações de grupos marginalizados. É assim que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido em 1984, passa deste então a desempenhar um papel maior em favor da disseminação de ações com vistas à reforma agrária.

Nesta época, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) – previsto no Estatuto da Terra de 1964, esquecido durante a ditadura e concebido pelo governo da Nova República, sob a presidência de José Sarney ? despertou esperanças de realização de uma profunda transformação agrária. Todavia, as

⁴A defesa veemente da interdição de desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária é reveladora das posições em jogo. Nesta perspectiva muito difundida, a única legitimidade de uma intervenção agrária se funda na ideia de que se trata de medida com vistas ao aumento da produção.

frustrações se multiplicaram rapidamente em razão dos recuos da Nova República diante das fortes pressões anti-reformistas. No final das contas, os resultados da reforma agrária deste governo foram muito modestos, atingindo apenas 10% dos objetivos previstos inicialmente (GROS, 1991).

De fato, a vigorosa modernização e intensificação da agricultura conduziram progressivamente à difusão de ideias desacreditando o papel da reforma agrária. Mesmo uma parte de seus antigos defensores passa a considerar que a transformação da estrutura fundiária tornou-se uma questão obsoleta. Para estes autores, a democratização e urbanização da sociedade brasileira tornou inútil a redistribuição fundiária, como notadamente manifesta Zander Navarro (2008).

Entretanto, o clamor por reforma agrária não desapareceu, o que testemunha a importância do movimento social em favor de uma distribuição mais equilibrada dos recursos fundiários. Ao longo dos últimos anos, tal movimento pôde reunir um número considerável de brasileiros, cuja pressão sobre as esferas governamentais permite obter respostas, mesmo que frequentemente limitadas.

Para nossos propósitos, convém agora mencionar que, recentemente, uma parte deste movimento social tenta reorientar sua estratégia de ação, consistindo em privilegiar a instalação de agricultores sem terra em zonas mais dotadas de infraestrutura. Tais assentamentos são designados como "Comunas da Terra" (GOLDFARB, 2006).

No estado de São Paulo, trata-se de uma forma de assentamento rural concebida no âmbito do MST desde 2001. Suas principais características são: 1. os assentados são originários de grandes cidades; 2. as terras se situam em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas; 3. a agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos; 4. o acesso coletivo à concessão da terra é privilegiado.

Com efeito, esta perspectiva responde parcialmente a uma crítica endereçada ao MST, elaborada por Eric Sabourin (2008). Este autor sugere que os desejos dos agricultores assentados poderiam ser melhor considerados a partir de um projeto camponês moderno, ancorado na autonomia, segurança alimentar e qualidade de vida, tal como veiculado pela Via Campesina. Porém, o MST teria incorporado este projeto apenas em seu discurso, sem conceber soluções deste tipo que tomem verdadeiramente em conta as possibilidades de mercado.

Seja como for, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) propõe, a partir de experiências na Amazônia, uma nova modalidade de assentamentos, identificada como projetos de desenvolvimento sustentável (PDS). Em São Paulo, alguns assentamentos periurbanos foram implantados

sob esta orientação, notadamente o assentamento Milton Santos, objeto aqui de nossa investigação. Em princípio, o desenvolvimento destes assentamentos deve ser acompanhado de maior atenção aos cuidados ambientais.

Neste quadro, é lógico pensar que as estratégias e justificações em favor da reforma agrária estão em transformação. Desta maneira, a análise dos efeitos da implantação de assentamentos, considerando outras dimensões além de seu desempenho produtivo, permite um exame mais global da instalação dos agricultores sem terra, tendo mais pertinência diante das evoluções em curso. A noção de multifuncionalidade da agricultura⁵ constitui um dos meios consistentes para uma abordagem desta natureza.

Em grande medida, as ideias do atual diretor geral da FAO, José Graziano da Silva (2008), apoiam-se sobre este tipo de interpretação quando sugere um renascimento da agenda agrária⁶. O autor considera que as novas reivindicações sociais em torno da preservação ambiental, da produção de energias renováveis, das práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais e da oferta de alimentos saudáveis permitem elevar a questão agrária para outro nível histórico de legitimidade política.

Nesta linha de raciocínio, convém salientar a concepção de Guilherme Delgado (2001) segundo a qual a intervenção pública sobre o fundiário pode abrir um amplo horizonte para a geração de empregos e para contribuir com a resolução de muitos problemas contemporâneos. De nosso ponto de vista, uma atividade agrícola renovada e revalorizada constitui uma chave importante para avançar nesta reflexão, contribuindo com a concepção de novas ruralidades (MORUZZI MARQUES, LACERDA, 2009).

⁵No Brasil, os estudos sobre a multifuncionalidade da agricultura destacaram quatro dimensões. Trata-se da reprodução social das famílias rurais, da promoção da segurança alimentar, da contribuição para a vivacidade do tecido social e cultural em meio rural e a preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais (CARNEIRO, MALUF, 2003). Neste campo de estudos, a última obra sobre a questão percorre um terreno fecundo associando a multifuncionalidade da agricultura ao desenvolvimento territorial (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009).

⁶Convém apontar, como observa Eric Sabourin (2006), uma certa mudança de visão aqui, pois José Graziano da Silva considerava, no início dos anos 2000, que o desenvolvimento da concorrência capitalista no seio da agricultura brasileira e mundial tinha chegado a um patamar tão elevado que a instalação de pequenos agricultores sem terra graças à reforma agrária seria estéril, pois tardia. Deste ponto de vista, estes agricultores não poderiam jamais tornar-se competitivos.

Dinâmicas territoriais em torno de um assentamento periurbano: o caso de Milton Santos

No quadro apresentado acima, nossa análise procura lançar luzes sobre dimensões amplamente negligenciadas em torno dos efeitos das intervenções públicas em favor dos agricultores sem terra. Como mencionamos anteriormente, os impactos da implantação dos assentamentos foram estudados segundo uma abordagem muito fecunda (HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, LEITE, 2002; LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, 2004). No entanto, este tipo de estudo considerou assentamentos situados em regiões mais afastadas das grandes metrópoles. Trata-se portanto aqui de examinar uma situação diferente, como é aquela do assentamento Milton Santos, ainda pouco focalizados nos estudos sociais sobre a questão agrária

Então, convém realçar que este assentamento é fruto da perseverança de 70 famílias que enfrentaram, desde 2005, resistências e violências, especialmente aquelas examinadas por Vera Lúcia Botta Ferrante (1998) em casos similares. O resultado desta persistência foi sua instalação em área de 100 ha, vizinha a outras terras consideradas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Agora, podemos insistir sobre o fato de que as terras desta região densamente ocupada são cobertas por amplos canaviais⁷, o que provoca a indignação notadamente de militantes dos movimentos sociais: trata-se do paradoxo da adjacência entre um "deserto verde" e bairros precários onde se concentra uma população considerável. Porém, a visão disseminada no mundo social brasileiro contemporâneo é aquela que concebe a compra e venda no mercado fundiário como única via de acesso legítimo à terra, cuja identificação como mercadoria leva à ideia de uma ficção, na interpretação perspicaz de Karl Polany (2000).

Porém, a intervenção pública em favor da instalação de assentamentos nesta região leva a questionamentos sobre estes tipos de visão, pois permite um olhar acerca das mudanças sociais associadas a uma dinamização territorial. Gradativamente, é possível observar uma transformação dos preconceitos que sofrem os sem terra. Eles são vistos no início como oportunistas ou bandidos,

⁷Sobre este tipo de ocupação territorial, o estudo sobre a degradação social do trabalho e da natureza realizado por Maria Aparecida Moraes, Silva e Rodrigo Constante Martins (2010) é bem eloquente.

representação em grande medida associada àquela veiculada pela mídia brasileira⁸.

Em razão da instalação do assentamento, os assentados mencionam a existência de uma modificação do olhar preconceituoso, com a emergência de certo reconhecimento dos papéis destes agricultores e de suas famílias em diferentes esferas da vida social. A oferta de produtos alimentares na cidade, destinada particularmente aos grupos sociais mais vulneráveis constitui o aspecto mais visível para tal mudança. Convém igualmente destacar a rápida e admirável transformação da paisagem agrária e do território rural, tal como a emergência de um oásis em deserto "verde", como favorável a tal fenômeno.

De todo modo, o ponto de partida de nosso estudo, em 2009, foi um levantamento de dados permitindo a caracterização dos perfis dos agricultores assentados (MORUZZI – MARQUES, OLIVEIRA, NEMOTO, ANTIER, 2010). Este material de pesquisa permitiu a escolha de vinte famílias de agricultores-assentados susceptíveis de representar a diversidade das situações, notadamente no que se refere às estratégias de obtenção de renda. Em seguida, este grupo foi interrogado segundo o método de relato de vida (BERTAUX, 1997) entre agosto e novembro de 2011⁹. A questão chave aqui se refere à natureza das transformações provocadas na vida do assentado em razão de sua instalação neste território periurbano. Questões suplementares insistiram sobre aspectos que permitissem a obtenção de elementos de análise para o estudo das consequências, sobretudo, em termos agroalimentares, familiares, econômicos, ambientais e relativos à infraestrutura social. Depoimentos de dirigentes locais e coleta de documentos pertinentes à pesquisa completaram nosso trabalho de campo, permitindo considerar diferentes posições sobre a utilização das terras desta zona. As entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas segundo blocos temáticos. Em 2012, a realização de um levantamento junto a 52 famílias do assentamento sobre suas estratégias de obtenção de renda e sobre seus

⁸Esta última reforça igualmente uma visão segundo a qual a agricultura eficaz se pratica em grandes domínios. Como sugere Roberto José Moreira (2000), trata-se de difundir uma "ideologia da subsistência", na medida em que a agricultura familiar apenas poderia assegurar, se tanto, as necessidades da família. Com efeito, o conjunto destas ideias favorece a preservação de relações desiguais, notadamente no meio rural brasileiro.

⁹A realização destes esforços de pesquisa contou com a participação de vários colaboradores, especialmente Leandro José de Oliveira, Valentin Joly, Gabriel Siqueira e Ana Andrade.

sistemas de produção agrícola permitiu tornar ainda mais preciso o quadro com o qual elaboramos nossas interpretações.

Nosso trabalho se apoia na hipótese segundo a qual a pluriatividade - concebida aqui, em diálogo com outros autores (SCHNEIDER, 2003; ANJOS, 2003; MORUZZI – MARQUES, LACERDA, 2009), como a realização de atividades fora do assentamento associadas a uma dedicação em tempo parcial na agricultura – é muito favorecida nestas circunstâncias de proximidade do assentamento a grandes centros urbanos. No caso extremo de uma atividade agrícola completamente marginal, seria plausível considerar a possibilidade da transformação deste território em bairro dormitório, com pouca utilização das terras para a agricultura ou para outras iniciativas locais. Todavia, é igualmente admissível a suposição de que a proximidade com as grandes aglomerações urbanas poderia permitir uma maior valorização dos produtos agrícolas, em particular graças à venda direta, significando um maior valor agregado aos alimentos produzidos.

A partir destas orientações de pesquisa, a realização das entrevistas junto aos membros das famílias assentadas nos permitiu realçar em primeiro lugar que a principal transformação citada por nossos interlocutores se refere à clara melhora de suas condições de vida, notadamente graças à construção de casa própria, fornecendo uma sensação de maior segurança. O enriquecimento da alimentação é igualmente mencionado no primeiro plano das mutações.

Os dados obtidos desde 2009 permitem constatar que, em cerca de 90% dos casos, as famílias instaladas viviam anteriormente num raio de aproximadamente 30 km do assentamento. Trata-se de pessoas que moravam em periferias pobres das cidades, realizando atividades pouco remuneradas e pouco reconhecidas, muitas vezes sazonais (como a colheita de laranja). O sentimento de ter sido muito explorado é manifestado por alguns de nossos interlocutores. Entre as razões que motivaram o engajamento no movimento por terra, são notáveis o desejo de tornar-se seu próprio patrão, o gosto de trabalhar a terra, a vontade de deixar a cidade em razão de falta de trabalho, de problemas familiares ou de uma intenção de se afastar da insegurança ou bandidismo dos locais onde viviam.

Segundo os dados de 2009 (referentes aqui a 25 famílias), é possível estimar que a idade média do agricultor assentado era de 51 anos. O modelo familiar é aquele nuclear: cerca de 30% das famílias é composta de casal com filhos, agora segundo o levantamento de 2012. Convém realçar que 12 famílias entre 52 abrigam agregados, mas 35% dos lares são compostos somente pelo assentado

ou um casal. Em média, cada unidade familiar de produção é ocupada por 3,4 pessoas, o que permite estimar que cerca de 230 pessoas vivem no assentamento. Esta população provoca uma transformação notável destes poucos hectares desta zona. A paisagem diversificada em torno das moradias (com a multiplicação de vias secundárias e campos cobertos por diferentes cultivos alimentares) contrasta fortemente com aquela, monótona, da cana de açúcar que cerca o assentamento.

Sobre o plano alimentar, nossos interlocutores mencionam frequentemente a sensação de considerável melhora. Esta evolução favorável se associa à diversidade dos cultivos. Entre eles, a mandioca pode ser encontrada quase em todas as parcelas. Na primeira etapa da pesquisa, 60% dos assentados entrevistados a consideravam como a base de sua alimentação e cerca de 20% como a base de sua renda. Se certos produtos são obtidos externamente ao assentamento (caso em particular do arroz e óleo, muito consumidos), a diversificação alimentar é considerada pelos assentados interrogados como um dos aspectos mais positivos das transformações ocorridas desde sua instalação. Com efeito, mencionam o aumento sensível do consumo de legumes, ovos, frango, frutas e saladas.

Por outro lado, a proximidade de grandes aglomerações urbanas oferece efetivamente oportunidades de trabalho na cidade. No início de 2010, constatamos que 22 entre 42 famílias (52%) tinham ao menos um de seus membros, geralmente jovens realizando atividades remuneradas externas, na maior parte tratando-se de trabalho urbano não especializado. No entanto, é notável que a totalidade dos interrogados se identifique como agricultor, mesmo aqueles que exercem atividades todos os dias úteis da semana na cidade. Na maioria dos casos, o trabalho na cidade, particularmente na construção civil, é considerada como complemento de renda. A propósito, nossos interlocutores desejam no futuro conseguir implantar um sistema agrícola mais eficaz em seus lotes para permitir uma maior permanência no assentamento.

De toda evidência, esta pluriatividade favorece pouco a produção agrícola dos assentados¹⁰. Atividades não-agrícolas, mas realizadas no assentamento, como no caso de mercearias, funilaria ou oficina mecânica, são vistas como mais adaptadas aos projetos dos assentados. As atividades para-agrícolas –

¹⁰O desenvolvimento das atividades agrícola é igualmente desfavorecido pelo fato que os assentados não tiveram uma formação orientada para a instalação na agricultura.

estritamente ligadas à produção agrícola (MORUZZI MARQUES, LACERDA, 2009), notadamente a venda direta – correspondem ainda mais às intenções de desenvolver a agricultura. Para um de nossos interlocutores, a venda de alimentos cultivados pelos assentados representa menos riscos em relação àquela de mercadorias adquiridas. Ademais, os alimentos produzidos podem ser destinados ao consumo das famílias ou dos animais.

Com efeito, as atividades realizadas no assentamento ou mesmo em seu exterior, mas ligadas de alguma maneira à agricultura, reforçam o dinamismo local. Nestas circunstâncias, é plausível pensar em fenômenos condizentes com uma revitalização do meio rural, como sugere Ângela Damasceno Ferreira (2002) em seus estudos sobre as diferentes interpretações da ruralidade contemporânea.

Em todo caso, os dados sobre a renda dos assentados revelam um leque importante de oportunidades. Em junho de 2009, a principal fonte de remuneração segundo nossos interlocutores era a venda de produtos alimentares graças ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

Aqui, convém abrir parênteses para explicar que o PAA, criado em 2003 no âmbito das medidas de segurança alimentar da ação governamental conhecida como "Fome Zero", visa integrar no mesmo dispositivo de política pública o apoio produtivo à agricultura familiar e o socorro alimentar à população em situação de vulnerabilidade no acesso ao alimento. Assim, trata-se de uma forma muito original de apoio aos agricultores familiares, que devem, segundo as orientações de um contrato assinado entre a associação que os representa e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), fornecer alimentos regularmente durante um ano a diferentes instituições de assistência social¹¹.

¹¹ A implantação do PAA apresenta uma série de inovações nas relações entre os agricultores familiares e as compras governamentais. A lei que instituiu o programa (10.696/2003) simplifica a aquisição pública dos produtos comercializados pela agricultura familiar. Para se beneficiar, o agricultor deve corresponder aos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a aquisição dos alimentos deve responder aos objetivos do programa (notadamente, o abastecimento das pessoas em estado de insegurança alimentar); os preços de aquisição não podem ser superiores àqueles praticados nos mercados regionais. Desta maneira, foi possível contornar uma série de obstáculos administrativos que impediam a agricultura familiar de fornecer produtos para as compras públicas. Os produtos adquiridos pelo governo federal, em particular no âmbito da modalidade "Compra direta da agricultura familiar com doação simultânea" do PAA, são destinadas a instituições de assistência social, governamentais ou não (SCHMITT, 2005).

Em 2009, cerca de 11.000 pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar receberam alimentos provenientes de assentamentos da região, notadamente Milton Santos. As instituições sociais beneficiadas são diversas e situadas em cidades próximas (Cosmópolis, Americana, Limeira e Campinas). Entre os assistidos, podemos citar aidéticos, dependentes de drogas, ex-detentos e suas famílias, deficientes físicos e pessoas sem moradia.

Assim, 400 toneladas de alimentos foram fornecidas em 2009 via ACOTERRA¹², o que corresponde a 346 mil reais para os assentados. Apesar de reclamações em razão de pagamentos em atraso ou preços pouco satisfatórios, o PAA (em sua modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea") permite a comercialização da maior parte dos alimentos produzidos no assentamento¹³.

Esta produção se caracteriza antes de tudo pela diversidade de cultivos e de criações. Os dados obtidos permitem estimar que cada parcela dispõe de sete culturas, a mandioca ocupando lugar de destaque como já mencionado. Ademais, podemos realçar os cultivos de banana, batata-doce, feijões, rúcula e alface (estas duas últimas sendo consideradas como boas soluções comerciais). Efetivamente, o PAA favorece esta diversidade produtiva. Em relação aos animais, a galinha caipira predomina, seus ovos e sua carne sendo a primeira fonte de proteína animal das famílias. Mas é possível encontrar também porcos, patos e vacas (em número muito reduzido).

Por outro lado, a dificuldade de abastecimento de água para irrigação das terras constitui um fator de limitação da produção, considerada o principal entrave produtivo para 55% dos entrevistados em 2012, sobretudo aquelas que oferecem uma maior receita de curto prazo, como é o caso das olerícolas.

Em todo caso, um pequeno sistema de irrigação foi implantado para irrigar

¹²Trata-se da Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista. Esta associação permite o escoamento de produtos alimentares de outros assentados, além daqueles instalados no PDS Milton Santos. Em 2009, 98 famílias eram filiadas na associação.

Podemos observar aqui também uma outra experiência de engajamento em circuitos curtos alimentares, Trata-se da participação na " Rede de Produção e Consumo Responsável de Piracicaba e Região " (<http://terramater.org.br/guandu/>). Esta rede visa reforçar um modo de produção e comercialização fundados em princípios da economia solidária e da agroecologia. A interrupção da participação nesta iniciativa se associa a problemas de logística e de qualidade dos produtos.

uma horta coletiva. Esta aqui se situa em área central, melhor servida em infraestrutura (para estocagem, lavagem). Vinte famílias já cultivaram neste terreno, em situação mais favorável para a comercialização.

No que se refere às moradias, as famílias conheceram nos dois últimos anos melhoras consideráveis. As construções rudimentares, utilizando materiais recuperados, foram substituídas – graças especialmente ao Crédito Instalação na modalidade "Aquisição de Material de Construção" do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – por casas maiores e mais sólidas. Como já mencionamos, esta melhora das residências, para a qual 25% das famílias investiam em 2012 em caso de sobra de recursos, constitui uma das manifestações mais frequentes de nossos interlocutores sobre as mudanças advindas com a instalação do assentamento: "morávamos em barracos de lona e agora nossa situação melhorou muito"; "todo mundo tem sua casa, mesmo se ela não está terminada".

Neste quadro, a instalação no assentamento é vista como uma escolha correta, apesar das dificuldades. A propósito, o acesso ao assentamento está, desde o início de 2011, difícil em razão da queda de uma ponte que não foi reparada. Outro fator de dificuldade se refere ao trabalho nos lotes, realizado essencialmente com ferramentas rudimentares, o que é considerado pelos assentados como o terceiro maior obstáculo produtivo.

Em termos ambientais, é possível constatar em primeiro lugar um grande desconhecimento dos assentados sobre a modalidade na qual se inscreve o assentamento Milton Santos (aquela de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS). Quase todos nossos interlocutores não sabem do que se trata ou acreditam que o PDS diz respeito ao tamanho dos lotes. De toda maneira, podemos salientar que estes assentados manifestam sensibilidade ao problema ambiental. De fato, uma parte do assentamento se situa em Área de Preservação Permanente (APP). Nos limites destas terras com os lotes, algumas famílias desejam implantar sistemas agroflorestais de acordo com regras de preservação.

Com efeito, desde o fim de 2010, o assentamento desenvolve um projeto de restauração ambiental em colaboração com a ONG Iniciativa Verde, que encoraja a participação dos assentados no replantio da mata ciliar. Esta ONG realiza diversos projetos com vistas à melhora da qualidade ambiental e social. Estes projetos são financiados notadamente pelo programa "Carbon free" de compensação por emissão de gás de efeito estufa. Com a restauração da cobertura florestal e a implantação de sistemas agroflorestais, tal ONG concebe igualmente

o propósito de gerar fontes de renda para as comunidades rurais¹⁴. Em 2011, os assentados cujos lotes se situam nas proximidades das terras protegidas participavam desta ação de maneira variável (alguns muito engajados).

Mais recentemente, experiências agroflorestais foram propostas e estão sendo implantadas pela equipe do Núcleo de Agroecologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Este núcleo realiza outras atividades visando, em particular, a conversão agroecológica dos lotes.

Por outro lado, a estrutura da organização do assentamento, concebida inicialmente em termos de núcleos formados por cinco a sete famílias vizinhas visando favorecer a difusão de informações e a participação das famílias nos processos de tomada de decisão, conheceu forte desagregação ao longo dos últimos anos. Mesmo se é possível obter manifestações de reconhecimento da importância da cooperação entre os assentados, a ação coletiva é minada em boa medida por uma desconfiança em razão notadamente de um sentimento de desequilíbrio ou desproporção em relação à divisão de tarefas. Assim, há uma notável tensão quando a cumprimento de ações coletivas, acompanhada de forte abstencionismo dos assentados das reuniões no assentamento, com consequente desengajamento no que se refere ao coletivo. A propósito, apenas 12 famílias entre as 52 consideradas afirmam participar da associação do assentamento.

Se esta situação reduz a capacidade de mobilização dos assentados, esta última não é totalmente inexistente. De fato, a implantação do assentamento, conquistado graças a um espírito de união e de perseverança dos sem terra, incita um debate público sobre a ocupação das terras desta região. Aliás, a Usina Açucareira Ester S.A. detém cerca de 8.000 ha de terras, parte delas de forma ilegal, como denuncia o MST¹⁵. Nestas circunstâncias, a experiência do Milton Santos encorajou a organização de outros grupos de sem terra que, em 2009 e 2011, realizaram outras ocupações visando exercer pressão política pela instalação de novos assentamentos, mas sem sucesso.

Seja como for, esta efervescência social favorece o debate público sobre a utilização desta zona periurbana. Em audiência pública realizada na cidade de Americana em dezembro de 2011, vereadores situados à esquerda do espectro político consideram que os poderes públicos deveriam rapidamente destinar estas

¹⁴Ver <http://www.iniciativaverde.org.br/__novosite/restauros-florestais-detalhes.php?cod=31&bsc=ativar>

¹⁵Ver <<http://www.mst.org.br/MST-ocupa-terra-grilada-em-Americana-SP>>

terras ao crescimento urbano e industrial. De sua parte, as famílias de agricultores assentados acreditam e provam de diferentes maneiras que a alternativa agrícola pode ser viável, além de uma visão estritamente economicista. Trata-se de uma perspectiva de reconstrução de projetos de vida para famílias tendo conhecido situações de grande precariedade, resultado da negação de direitos num país onde a construção social da sub-cidadania é massiva (SOUZA, 2004).

Conclusões

Os dados obtidos em nossos trabalhos no assentamento Milton Santos permitem constatar, em primeiro lugar, que a atividade agrícola tem uma grande importância no assentamento. Mesmo aqueles que trabalham na cidade desejam poder desenvolver uma agricultura capaz de tornar-se a principal fonte de renda da família. Especialmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea", oferece esta perspectiva no horizonte. Trata-se do principal meio para o escoamento dos produtos, com certa praticidade e segurança para os assentados.

Por outro lado, estes agricultores esperam, no caso da agricultura não ser capaz de fornecer um retorno econômico razoável, poder desenvolver outras atividades no próprio assentamento (como aquelas que já existem, pequenos mercados ou oficinas de funilaria), próximas a suas residências. A propósito, os assentados salientam notadamente a melhora das condições de moradia e de alimentação como fator que lhes permite manifestar contentamento com as escolhas até aqui realizadas.

Com efeito, a análise das entrevistas permite constatar uma multiplicação de relações sociais onde predominava antes uma paisagem monótona de cana-de-açúcar. Tendo conhecido uma situação de muita precariedade, os agricultores assentados consideram, embora sejam numerosas as dificuldades, que alcançaram uma base sólida e segura para reconstruir suas vidas, tanto no plano profissional quanto familiar.

Por outro lado, as preocupações ligadas à sustentabilidade e ao respeito ao meio ambiente se situam num plano secundário para os assentamentos, visto a prioridade atribuída à busca de meios para produzir a fim de alimentar as famílias e assegurar uma renda considerada como minimamente satisfatória. Em todo caso, as iniciativas com vistas à melhora ambiental conhecem, em boa medida, uma receptividade favorável, notadamente quando a ação de proteção possa contribuir com a renda ou alimentação dos assentados, como é o caso dos sistemas agroflorestais.

Apesar das dificuldades no que se refere à organização, os assentados conseguem abrir portas relativamente interessantes para a comercialização de seus produtos, notadamente graças ao PAA. Entretanto, nem todos os assentados se integram neste último sistema, pois o trabalho exterior continua necessário, mesmo que visto como temporário para garantir a subsistência da família. O leque de oportunidades de trabalho na cidade é grande, mas o investimento em sistemas de produção no assentamento constitui um desejo manifesto dos assentados.

Em suma, a implantação de assentamentos próximos a regiões metropolitanas levanta uma série de questões pertinentes para alimentar o debate sobre a reforma agrária. Mesmo em muito pequenas unidades de produção agrícola, os assentados dispõem de oportunidades importantes de comercialização de seus produtos ou de oferta de seus serviços, permitindo refletir sobre a gestão pública destes territórios numa perspectiva de inclusão social fundada em primeiro lugar sobre o trabalho na agricultura.

Referências

ANJOS, F.S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Egupel, 2003.

BERTAUX, D. **Les Récits de Vie**. Paris: Nathan, 1997.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura Familiar, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 301p.

DAVID, M.B. de A. La modernisation perverse de l'agriculture et la structure de la propriété de la terre au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain, Le statut de la Terre**, n° spécial. Paris: Maison des sciences de l'homme, Centre de recherches sur le Brésil contemporain/Institut des hautes études de l'Amérique latine, 1995, pp. 151-168.

DELGADO, G.C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15 (43), USP, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: estratégias de recusa ao

modelo estatal? **Raízes**, Campina Grande, v.15, p. 62-76, 1998.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Revista Agrária**, São Paulo, v.5, FFLCH/USP, p.109-138, 2006.

GRAZIANO SILVA, J. O renascimento da agenda agrária. **Agência Carta Maior**. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/>> Acesso em: 02/06/2010.

GROS, C. Réforme agraire, démocratisation et modernisation : réflexions à partir de la Colombie et du Brésil. In: **Problèmes d'Amérique Latine**, n° 3, Paris: La documentation française, 1991, pp. 55-71.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, CPDA/UFRRJ, p.73-111, 2002.

LAURENT, C.; MAXIME, F.; TICHIT, M.; MAZE, A. Multifonctionnalité de l'agriculture et modèles de l'exploitation agricole. **Economie Rurale**, Paris, vols.273-274, SFER, p.134-152, 2003.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, 391 p.

MORAES e SILVA, M.A.; MARTINS, R.C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v.24, UFRGS, p.196-240, 2010.

MOREIRA, R.J. Críticas ambientalistas à Revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, CPDA/UFRRJ, p.39-52, 2000.

MORUZZI MARQUES, P.E.; OLIVEIRA, L.J.; NEMOTO, E.; ANTIER, C. Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de

desenvolvimento, Araraquara: UNIARA, 2010. In: **Anais...**, 2010.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LACERDA, T.F.N. Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes. **Economie Rurale**, Paris, vols. 313-14, SFER, p.55-66, 2009.

MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v.7, UnB, p.45-66, 2007.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio: a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta, a sociologia militante e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.13 n.2, UNISC, p.5-51, 2008.

POLANY, K. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.

RÉMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, CPDA/UFRRJ, p.5-50, 2005.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, CPDA/UFRRJ, p.151-184, 2008.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XIV, n.2, Embrapa/MAPA, p.78-88, 2005.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, J. **A Construção Social da Sub-Cidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

O LOTE ATRAVÉS DE CROQUIS: ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL DE UM ASSENTAMENTO RURAL

Ana Lúcia Teixeira¹
Luís Antonio Barone²

Resumo: O trabalho analisa o ordenamento territorial dos lotes de um assentamento de reforma agrária (Assentamento Nova Conquista), localizado num município do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo). Para descrever a organização do espaço interno dos lotes, empreendida pelos assentados, utilizamos o desenho de croquis, a fim de reproduzir esquematicamente os objetos construídos pelos assentados. A amostra aqui analisada contém 4 representações de lotes. Os croquis têm a abrangência de 50 metros a partir da moradia, o que engloba o espaço do terreiro e, em alguns casos, parte do espaço de produção. Com base em uma breve discussão bibliográfica versando sobre a dicotomia entre espaços de produção e reprodução no rural tradicional, analisamos os croquis feitos, com objetivo de reconhecer como se dividem esses espaços, bem como averiguar aspectos das condições de vida das famílias - como a disposição das residências e das fossas.

Palavras-chave: Ordenamento territorial; Reforma Agrária; Croquis.

Abstract: *This study analyzes the territorial planning of lots of a land reform settlement (Settlement 'Nova Conquista'), located in a municipality in the western region of São Paulo State. To describe the lots internal space organization, undertaken by the settlers, we have used the design of croquis, to reproduce schematically the objects constructed by them. The analyzed sample contains four representations of lots. The croquis include an area of*

¹Mestranda no programa de pós-graduação em geografia da FCT/UNESP – Câmpus de Presidente Prudente.

²Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT/UNESP – Câmpus de Presidente Prudente.

50 meters from the house, encompassing the space of the yard and part of the production area. Based on a brief literature discussion about the dichotomy between spaces of production and reproduction in traditional rural communities, we analyzed the croquis, with the objective of realizing how they divide these spaces, as well as to investigate aspects of life conditions of this population - such as the position of households and sewage.

Keywords: *Territorial Planning; Land Reform; Croquis.*

Introdução

Este artigo analisa o ordenamento territorial de lotes da reforma agrária, com vistas a enriquecer a discussão acerca do modo de vida desenvolvido nos assentamentos rurais. Embora objeto de um planejamento territorial realizado pelo poder público – através dos diferentes órgãos de terras (Itesp ou INCRA) – os assentados do Estado de São Paulo organizam diferentes arranjos no espaço dos lotes dos quais são beneficiários. Essa relativa autonomia expressa a ação dos sujeitos beneficiários dos projetos de reforma agrária, na busca por (re)constituir um modo de vida próprio da agricultura familiar, matizado pelas condições econômicas e políticas nas quais se encontram cada experiência específica de assentamento rural.

O estudo aqui empreendido teve como universo empírico o assentamento Nova Conquista, instalado no município de Rancharia – região do Pontal do Paranapanema. Esta região, localizada a oeste do Estado de São Paulo, constituiu-se numa área marcada por conflitos fundiários. O MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) chega à região no final da década de 1980, a partir da publicização da ocorrência de extensas faixas de terras griladas durante o processo de ocupação do espaço geográfico do Pontal (FERNANDES, 1996).

Leite (1999), estudando essa região, nos diz que, no "*processo de ocupação de terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivães, juízes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços e soldo dos interessados*" (p. 47). A prática da grilagem foi amplamente disseminada entre os grandes proprietários da região, gerando grandes latifúndios nas áreas anteriormente de reserva florestal do Estado.

As áreas de reserva foram devastadas, pois uma quantidade considerável de pessoas chegaram na região por volta de 1940 e 1950, sem qualquer pudor de invadir terras devolutas (LEITE, 1999). Os grandes latifúndios, que caracterizam a região atualmente, nos apontam para o fato de que os grandes proprietários

foram os que mais se beneficiaram dessa invasão de terras devolutas. Desde a última década do Século XX, milhares de sem-terras, em centenas de ações (marchas, ocupações e acampamentos), pressionaram o poder público para garantir o assentamento de trabalhadores. Segundo a Fundação Itesp, mais de 6 mil famílias estão hoje assentadas no Pontal do Paranapanema.

O Assentamento Nova Conquista, exemplo dessa mobilização, conta com 104 lotes, dentre os quais 77 localizam-se no município de Rancharia-SP e 27 no município de Martinópolis-SP. A luta pela terra protagonizada pelos assentados do território em questão nasce num conflito histórico na fazenda Jangada, localizada no município de Getulina-SP (região à noroeste do Estado), cenário de um despejo violento de 2.500 famílias por 2.000 policiais em meados dos anos 1990. Após essa ação repressiva na fazenda Jangada, um grupo de famílias desloca-se para a cidade de Rancharia e, após ocupações nas fazendas Faxinal, Matão e São João da Mata, conquistam seus espaços de vida e produção (FERNANDES, 1999).

A partir de um estudo realizado nos anos de 2011 e 2012, procurando estudar o processo de constituição desse assentamento e sua organização interna (TEIXEIRA, 2012), aplicamos uma técnica acessória ao diário de campo, de uso bastante corrente em pesquisas sobre modo de vida: a montagem de croquis. Para descrever a organização do espaço interno dos lotes, empreendida pelos assentados, utilizamos o desenho de croquis, a fim de reproduzir esquematicamente os objetos construídos pelos assentados. Nossas referências nesse exercício são, além do já clássico recurso a esses croquis nas ciências geográficas, o trabalho de DUVAL (2009), que se utilizou de desenhos que os próprios moradores de um assentamento fizeram.

Os croquis que serão reproduzidos foram elaborados a partir dos registros realizados no diário de campo, através da experiência empírica no assentamento Nova Conquista, localizado no município de Rancharia-SP. A visita ao assentamento ocorreu em julho de 2012. A amostra aqui analisada contém 4 representações de lotes. Os croquis têm a abrangência de 50 metros a partir da moradia, o que engloba o espaço do terreiro e, em alguns casos, parte do espaço de produção. É importante salientar que as denominações utilizadas na elaboração das representações obedecem ao vocabulário dos assentados. Assim, por exemplo, urucum é nomeado como "coloral" e os cômodos das casas ganham, nos croquis, nomes como "quarto do menino" etc.

Durante a visita, utilizamos como instrumento para auxiliar a elaboração das plantas das moradias de cada lote, uma trena (fita métrica). Com ela, conseguimos realizar as medições do perímetro de cada residência, assim como averiguar a

distância entre a fossa e a moradia. Constava, no plano do trabalho de campo, realizar medições também em relação à distância dos poços responsáveis pelo abastecimento de água de cada lote, verificando o tipo de poço (cacimba, artesino, semi-artesiano etc). Todavia, constatou-se, na análise de 90% dos croquis, que a água para o abastecimento dos lotes na amostra tinha sua origem num poço artesiano comunitário.

O trabalho que segue apresenta breve discussão teórica sobre os espaços do terreiro ou quintal nas áreas de agricultura familiar, em comparação com as áreas mais diretamente voltadas à produção comercial. Depois, apresentaremos os croquis e sua descrição, seguidos da análise dessa amostra. Na conclusão, buscamos uma reflexão preliminar acerca do ordenamento territorial dos lotes de reforma agrária a partir dos croquis.

O espaço doméstico e o espaço de produção

O ordenamento territorial dos assentamentos rurais, para além do planejamento estatal (REBOUÇAS, 2000), ganha uma dimensão mais microscópica no interior dos lotes, revelando aspectos de um modo de vida que se afirma a partir das condições econômicas, políticas e culturais das famílias de trabalhadores rurais. A bibliografia já clássica aponta a dicotomia entre o "roçado" – ou espaço de produção comercial – e o conjunto "casa-quintal", mais voltado à reprodução social. O "roçado" constitui-se, na visão de Beatriz Heredia (1978), no espaço de produção, onde o trabalho masculino é predominantemente utilizado. Em oposição a ele, a autora contrapõe a "casa", espaço de reprodução, cuja presença e ação da mulher são decisivas.

No âmbito da geografia, o sítio, como unidade territorial, pode ser analisado constituindo-se por uma *"materialização, no sentido literal do termo, dos conhecimentos que foram adquiridos ao longo de gerações, e também daqueles que são adquiridos por meio da troca de informações com os vizinhos"* (BOMBARDI, 2004, p. 324). Essa geógrafa ainda nos fala sobre a visão que os sujeitos têm da unidade territorial em tela, sendo que, através de um acúmulo de conhecimentos, estes têm a noção do que é belo e do que constitui-se como um trabalho realizado com capricho e dedicação.

No que concerne às análises sobre o espaço doméstico - mais especificamente nos reassentamentos de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema - Rebouças (2000) nos esclarece que,

No espaço doméstico, a sociabilidade esta concentrada no núcleo familiar

que rege tanto as atividades do domínio roça/ pasto, quanto as do domínio casa/quintal. No espaço local, a unidade social é um pouco mais abrangente, incluindo a vizinhança e as áreas comuns que circundam cada unidade doméstica, a mata, o riacho, o rio. O espaço regional já inclui elementos externos aos demais domínios, cujo acesso possibilita as experiências sociais envolvidas na vida pública dos passeios e saídas para as cidades vilarejos vizinhos (Rebouças, 2000, p.95).

Sobre os indivíduos que compõem a unidade doméstica, Beatriz Heredia, estudando o rural tradicional, destaca que, nas casas, residem "*indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai – mãe e filhos solteiros e, excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou a mãe de um dos cônjuges. São estes indivíduos que compõem o grupo doméstico*" (1973, p.37). A casa torna-se o lugar do consumo dos produtos oriundos do roçado e também dos produtos adquiridos através da compra, pois nem tudo é produzido neste espaço.

Garcia Jr. (1983), no clássico livro *Terra de Trabalho*, apresenta a necessidade de se estudar, inclusive, as atividades desenvolvidas dentro da casa e as relações existentes em cada cômodo desta. Sucintamente, o autor descreve que

Nos quartos, o dormir; na *sala de janta*, o comer; na sala de visitas, o contato com o mundo exterior à família. Note-se que as atividades artesanais domésticas, como costurar, que se destinam à venda ao mundo exterior, á rede de parentesco e vizinhança, se realizam na parte "mais externa" da *casa*, a *sala de visita* (GARCIA JR, 1983, p.173).

Ainda segundo Garcia Jr., o "terreiro" faz corpo com a casa. Sobre este espaço o autor nos revela que

O terreiro é, sobretudo, o local onde certos animais são criados pela unidade doméstica: vaca, cabra, porco, peru, pato, marreco, ganso, galinha, etc. Estes animais são classificados da seguinte forma: cabra, porco e aves de pena. Criar animais é cuidar deles, sobretudo quanto à sua alimentação, tarefa basicamente feminina. Estes animais podem ser criados soltos em torno da casa, como presos (GARCIA JR. 1983, p.174-175).

Ainda discutindo sobre o quintal-terreiro, Heredia (1973) é ainda mais ampla, afirmando que:

O terreiro dos fundos da casa está destinado fundamentalmente às aves domésticas e ao chiqueiro dos porcos; é também ali que as cabras passam a maior parte do dia. (...) Muitas vezes encontram-se neste local algumas árvores frutíferas, mas do tipo diferente das plantadas na frente da casa. Nos fundos frequentemente, estão os mamoeiros e bananeiras, enquanto na frente são plantadas mangueiras e jaqueiras, árvores que propiciam abundante sombra e possuem um ciclo de vida maior (HEREDIA, 1978, p.38).

O ato de *criar os bichos de terreiro* implica em alimentá-los diariamente. Esses cuidados são, no geral, realizados pelas mulheres, pois estes bichos são alimentados pelo grupo doméstico e servem ao mesmo tempo de alimento para eles (GARCIA JR, 1983). Assim, o terreiro é considerado um espaço de tarefas do grupo feminino e das crianças da casa (HEREDIA, 1978).

Essa dicotomia, fundamental nesses estudos sobre o rural tradicional, voltam-se para o "roçado" – espaço da produção – cujos cultivos fundamentais são, na concepção de Beatriz Heredia, a mandioca, o feijão nas suas diversas variedades (preto, mulatinho, pardo e fava) e o milho. Os cultivos que, ainda segundo a autora, são acrescentados aos cultivos fundamentais compõem-se, sobretudo, das frutas, verduras e legumes (HEREDIA, 1978).

Enfatiza-se, para a agricultura familiar tradicional, o fato da mandioca assumir um caráter de reserva, pois, em detrimento de outros cultivos, essa planta tem ciclo agrícola maior, chegando a dois ou mais anos agrícolas - tornando-se uma base importante da economia camponesa do país.

No âmbito do espaço de produção, verificamos, de acordo com essa bibliografia clássica sobre agricultura camponesa, que o *roçado* adquire um caráter de maior importância em relação à casa, pois este é que provê a unidade doméstica dos produtos para o consumo. O *roçado* é também um espaço de *trabalho* masculino, em oposição às atividades domésticas, que são de caráter feminino. As mulheres podem, em alguns momentos, auxiliar os homens no *roçado*, pois algumas atividades – como plantar – são destinadas a elas, mas nunca em caráter integral. Apenas se o homem estiver, por algum motivo, impossibilitado de realizar as tarefas do *roçado* é que elas assumem todo o trabalho (HEREDIA, 1978).

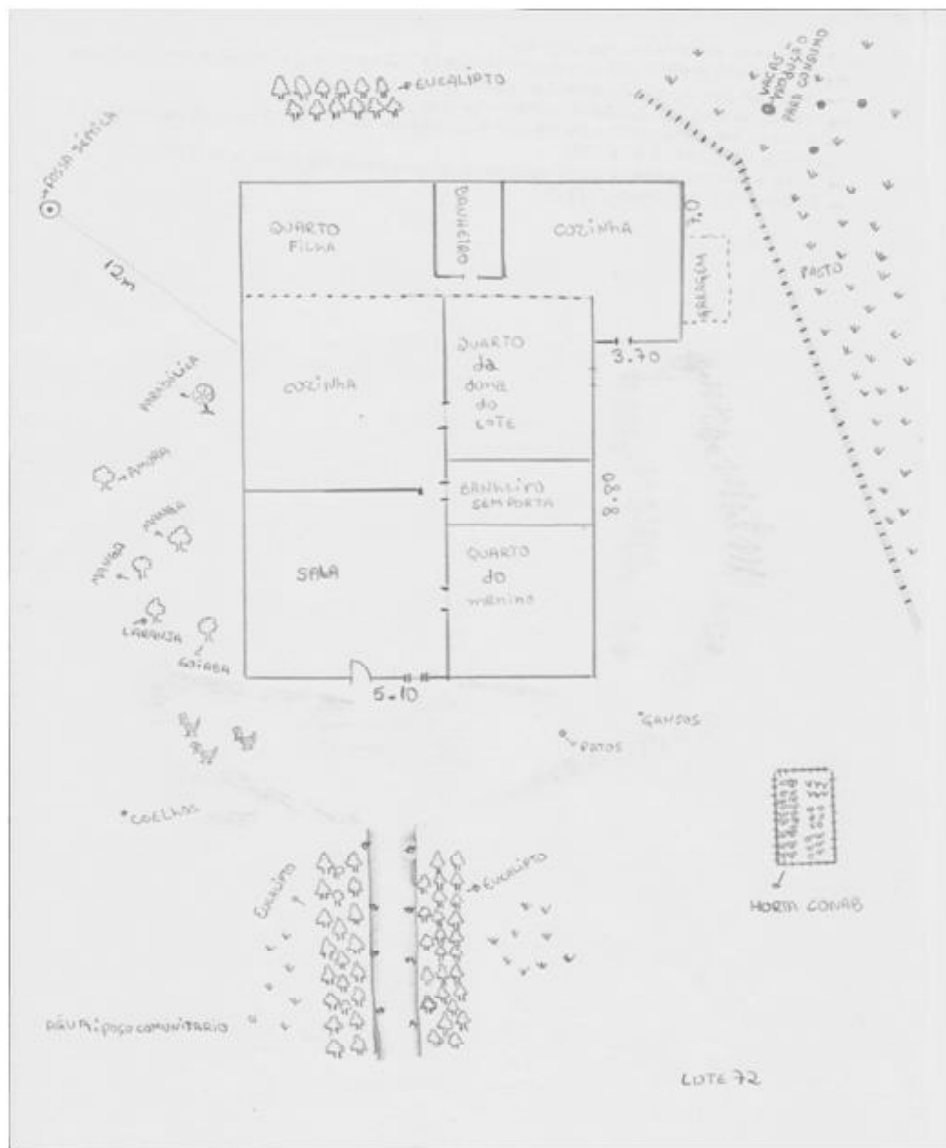
Essa discussão sobre a agricultura camponesa tradicional (bastante presente no Sul e no Nordeste), mesmo sendo referência, merece ser matizada quando analisamos a agricultura familiar oriunda da reforma agrária – sobretudo no caso do Estado de São Paulo. No que concerne ao espaço de produção, devemos

levar em consideração, quando nos referimos aos assentamentos rurais paulistas, o fato de que esses espaços variam de acordo com o planejamento de cada assentamento, pois quando encontramos famílias que residem numa agrovila, o espaço de produção não é contíguo ao espaço doméstico (SANTOS, FERRANTE, 2003). Nos assentamentos com lotes de produção com moradia (caso do estudo em tela), essa segmentação se apresenta de forma relativamente diferenciada.

Em estudo realizado em assentamentos rurais de São Paulo, no início do Século XXI, temos que, frequentemente, são encontrados, nos espaços de produção, o plantio em consórcio – onde há uma cultura destinada à comercialização e outras destinadas ao autoconsumo. O exemplo mais comum é *"encontrar o cultivo de plantas de pequeno porte (abóbora, quiabo) entre as fileiras das culturas de café ou de outras espécies de maior porte"* (SANTOS, FERRANTE, 2003, p. 38). Os produtos do roçado normalmente localizam-se em áreas mais distantes da moradia, ocorrendo o mesmo com os pastos onde se desenvolve a produção leiteira (SANTOS, FERRANTE, 2003).

Os croquis

Utilizando a metodologia descritora dos croquis, recurso auxiliado pelas entrevistas registradas no diário de campo, apresentamos aqui 4 croquis representativos dos arranjos espaciais no interior dos lotes do Assentamento Nova Conquista. A partir deles, buscaremos uma análise ao final do artigo.



Croqui 1

Fonte: Trabalho de campo.

No Croqui 1 temos a representação de uma unidade cuja produção leiteira não é destinada à comercialização, mas exclusivamente para o autoconsumo. A assentada titular do lote explicou que o fato de não produzir comercialmente

nenhum produto atualmente é devido à atuação dos filhos que ali residem: um filho (que mora com ela e trabalha fora) e duas filhas (cada uma com moradia separada). As filhas produzem horta para a Conab.

A assentada, além do seu imenso bom-humor, demonstrou um grande investimento nos elementos decorativos do terreiro, o que geralmente é tarefa feminina. Além de plantar espécies de flores diversificadas, ainda decorou uma árvore (cuja espécie não foi identificada) com um cacho de banana.

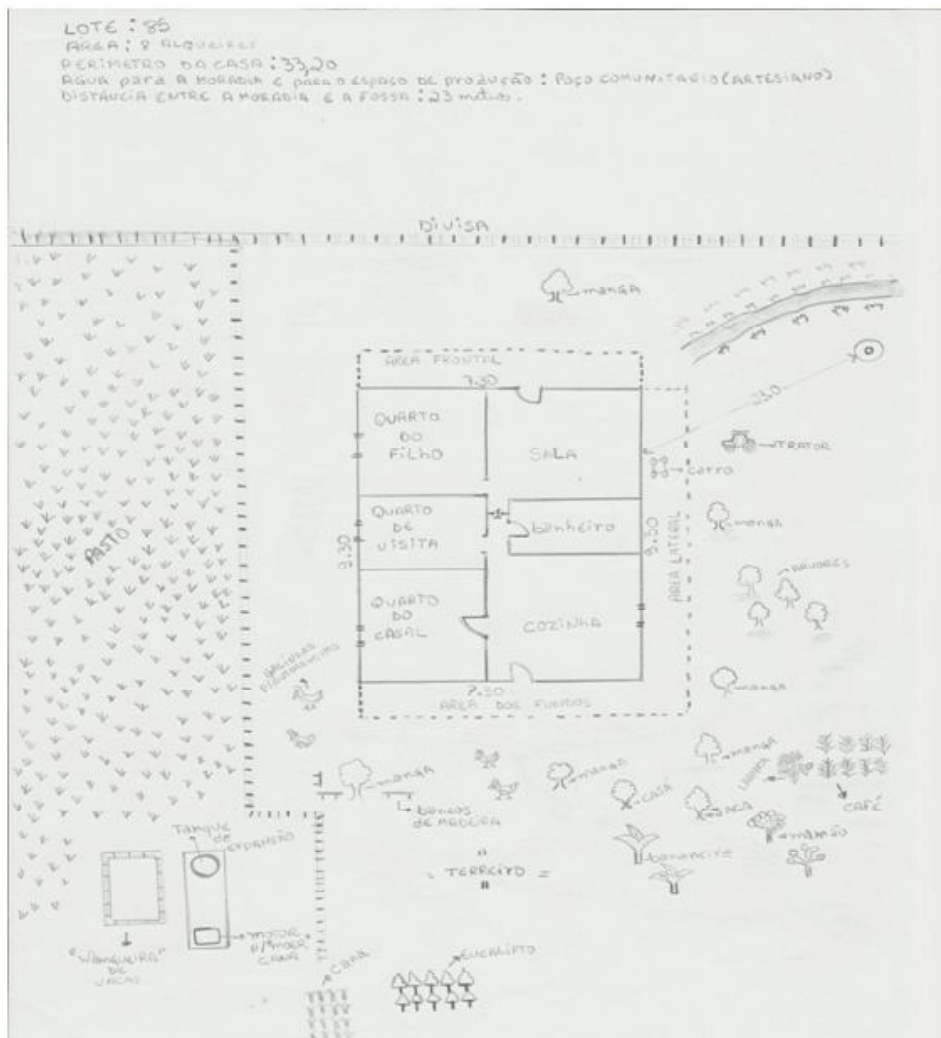
No lote, notamos a presença de árvores frutíferas como manga, laranja, goiaba e amora. Há também o cultivo de eucaliptos. Este apresenta-se em pequenas manchas, nos arredores da estrada que liga a moradia à estrada principal do assentamento. Encontramos, também, a espécie plantada no espaço de transição entre o terreiro e o pasto, nos fundos da moradia.

A unidade territorial em questão apresenta uma quantidade diversificada de *bichos de terreiro*. Além das galinhas, encontramos coelhos soltos, patos e gansos. A informante ainda nos revelou que a criação de coelhos não é para autoconsumo; estes funcionam como "animais de estimação" e se reproduzem com uma velocidade maior que as demais criações. Ela, porém, não tem coragem de os matar para consumir. Assim, a quantidade de coelhos no lote é significativa.

Sobre as hortas, uma das filhas disse que existem aproximadamente 12 hortas semelhantes no assentamento, funcionando há mais de um ano. A assentada ainda especificou as condições em que as hortaliças são comercializadas, que o lucro obtido por essa atividade é de 4.000 reais ao ano e este valor só poderá ser acessado se todos os participantes cumprirem a meta estabelecida. Quando da entrevista, a assentada estava a caminho da horta de outra família do assentamento e iria ajudá-la para que o serviço terminasse rapidamente. Esta prática é recorrente entre as famílias envolvidas no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

A moradia principal do lote contém uma sala, cozinha, "quarto do menino", quarto da chefe-de-família e, ainda, um banheiro, que chamou a atenção por não possuir porta. (Um lençol funcionava como barreira visual para manter a privacidade do cômodo). A residência é de alvenaria de vedação, com tijolo baiano, com perímetro de 27,8 metros. Não contabilizamos as demais construções (as das filhas), pois estas, segundo a assentada, constituem-se em residências que não apresentam ligações com a moradia principal.

No que concerne aos aspectos sanitários do lote, verificamos que a fossa é séptica e encontra-se à 12 metros da moradia principal. O abastecimento de água do lote, tanto para o espaço de moradia quanto para o espaço de produção, é realizado através do poço artesiano comunitário.



Croqui 2

Fonte: Trabalho de campo

O Croqui 2 representa o lote de uma liderança do assentamento³. A unidade em estudo nos mostra um arranjo espacial nitidamente voltado para a produção

³Ressaltamos que este foi o primeiro lote a ser visitado durante o trabalho de campo. A família deste lote nos recebeu muito bem em todos os trabalhos empíricos realizados no território em estudo.

de leite. O pasto limita o terreiro na medida em que este situa-se próximo à moradia. A "mangueira de vacas", ou curral, localiza-se próxima ao tanque de expansão, que, por sua vez, encontra-se na mesma cobertura que protege o motor para moer a cana-de-açúcar. Estes elementos situam-se num espaço de transição entre o terreiro e o espaço de produção, muito próximos da casa.

Numa das conversas com o titular (uma liderança do assentamento), verificamos que deste lote saem uma das maiores produções de leite do local, sendo que o produto é comercializado com um dos laticínios de Rancharia. Visualizando a organização espacial dos elementos, já poderíamos inferir tal informação, pois além do triângulo "mangueira" – Tanque de expansão – motor de moer cana, pudemos observar a pequena plantação de cana-de-açúcar, que é cultivada para complementar a alimentação dos bovinos.

Esses interlocutores revelaram que no lote existem mais de 30 bovinos e que, dentre estes, uma parte está em lactação. A "mangueira" conta com ordenhadeira mecânica, o que facilita o trabalho devido à quantidade de bovinos para ordenhar. Os gastos com ração para complementar a alimentação também aparecem dentre as preocupações do assentado. Este afirma que, no período da seca (período em que o pasto oferece uma quantidade reduzida de gramíneas), ele chega a gastar metade de seus rendimentos com a manutenção do rebanho com ração.

O lote representado contém pés de frutas como bananeira, mamão, laranja, manga, jaca, cajá, que encontram-se distribuídos no entorno da moradia no terreiro. Dentre as fruteiras, encontramos pés de café mesclando-se às árvores que fazem sombra, numa conexão entre eles (Foto 01). Próximo à plantação de cana, encontramos alguns pés de eucalipto, plantados para fornecer madeira para a construção das cercas utilizadas como "piquetes" para os bezerros e para cercar o pasto.

No espaço do terreiro, além dos pés de frutas e de café, verificamos a criação de galinhas que, neste caso, está voltada apenas para o autoconsumo. Os assentados revelam que havia uma horta no lote, mas que o mato tomou conta devido à rotina deles, limitadora de um trabalho "a mais". Esta expressão, "um trabalho a mais", denota o quanto essa propriedade está voltada para a produção leiteira, já que, aparentemente, deixa-se para segundo plano um cultivo comumente voltado para o autoconsumo da família e integrante do PAA (ou seja, também geradora de renda monetária).



Foto 1 – Quintal do lote do croqui 2.

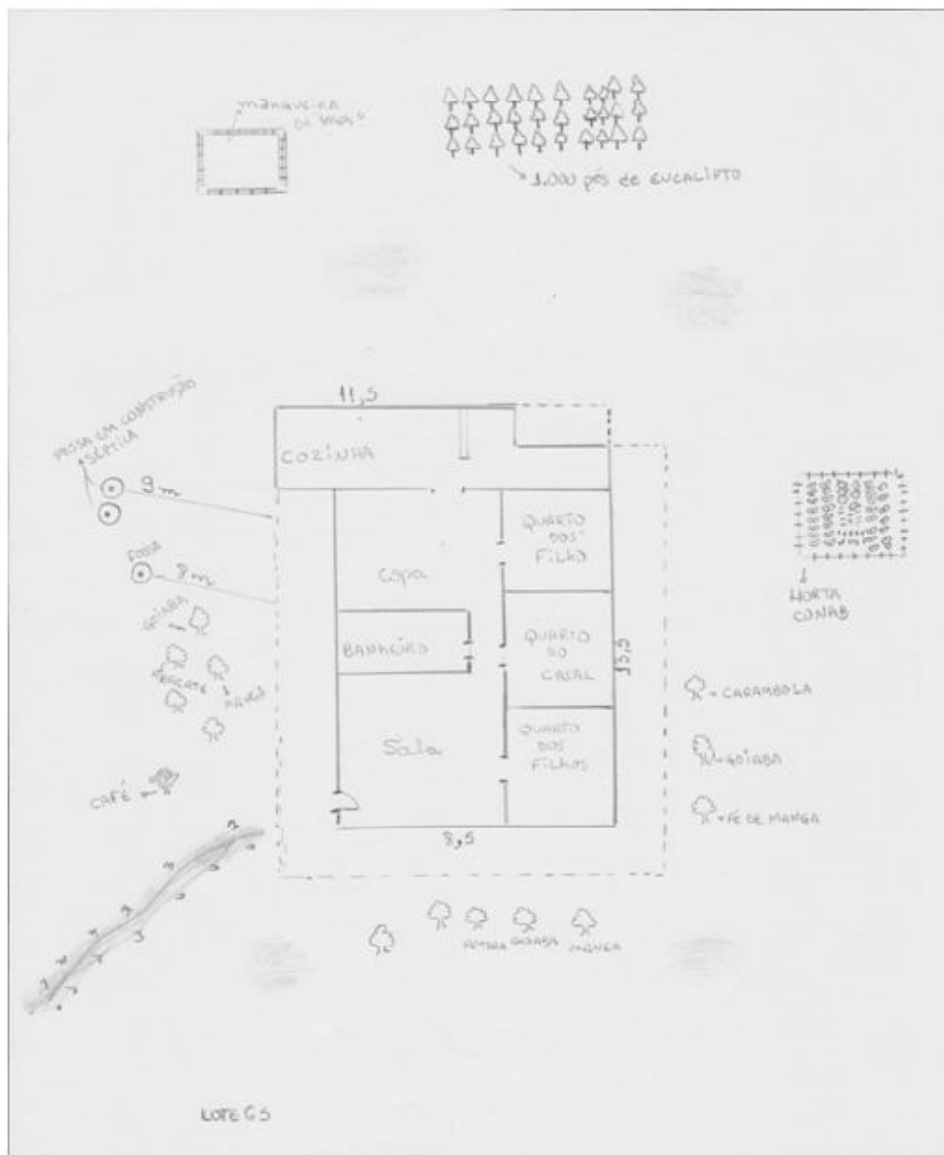
Fonte: Trabalho de campo.

No que concerne aos aspectos sanitários, verificamos que a fossa é séptica (encontra-se a 23 metros da moradia). O fornecimento de água, assim como a imensa maioria da amostra analisada neste trabalho, advém do poço comunitário. Sendo assim, o assentado paga o fornecimento de água que é voltado tanto para o espaço doméstico quanto para o espaço de produção.

A planta da moradia nos revela a presença de três quartos, sendo que um deles é o quarto de visita (raramente encontrado nos assentamentos). Também há o quarto do filho e o quarto do casal. A residência ainda conta com uma cozinha, banheiro e sala. A casa é rodeada por área coberta e uma garagem para o carro. O perímetro da casa é de 33,20 metros, sendo que temos 7,30 metros de frente e 9,30 de lateral. A moradia é de alvenaria de vedação com reboco, telhas de fibrocimento e não apresenta pintura. Notamos, nesta residência, duas portas, sendo uma da cozinha e outra da sala, além de três janelas de alumínio.

Apesar das áreas avarandadas, verificamos que, no terreiro, há bancos de

madeira debaixo de pés de árvores, destinados à sombra e também aos momentos de descontração nos dias de calor. A construção destes bancos talvez seja devido ao fato de que as varandas apresentam telhas de fibrocimento, que no verão apresentam uma temperatura mais elevada.



Croqui 3

Fonte: Trabalho de campo.

O filho dos assentados do lote representado no Croqui 2 indicou o lote representado pelo Croqui 3. O motivo, segundo ele, seria a horta (Foto 2) deste lote ter sua produção voltada para a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Notamos que, na horta, há espécies como alface crespa, alface lisa, couve, berinjela, salsinha e cebolinha. Notamos, ainda, pés de mamão plantados também no espaço destinado à horta. Embora não tenha sido representado no croqui, havia alguns pés de eucalipto depois da cana-de-açúcar, que estava plantada num espaço posterior aos pés de mamão.



Foto 2 – Horta com produção destinada a CONAB

Fonte: Trabalho de campo.

Uma característica interessante do lote é a quantidade de eucaliptos que, segundo o assentado, chegava a uma quantidade de mil pés. A localização dos eucaliptos é próximo à "mangueira de vacas". A "mangueira de vacas", por sua vez, apresenta dimensões bem maiores que a da maioria dos lotes visitados.

Não observamos espécies consideradas como *bichos de terreiro* (galinhas, patos, porcos). Todavia, verificamos uma grande variedade de espécies de pés de frutas. Algumas delas são a amora, a goiaba, a manga, a carambola, o abacate

e, seguindo a mesma organização do lote retratado anteriormente, notamos alguns pés de café no meio dos pés de fruta. Segundo a discussão teórica deste trabalho, os sítios que apresentam uma grande quantidade de pés de frutas geralmente não criam animais – como galinhas. Tal situação deve-se ao fato de que estes animais podem danificar os pés de frutas.

Dentre os lotes representados, este é o que apresenta o terreiro mais arborizado, contando não apenas com pés de frutas, mas também com árvores para sombra. As plantas de jardim (flores) estão distribuídas entre estas árvores no terreiro, sendo que algumas espécies de flores encontram-se em vasos dentro das áreas cobertas da casa (varandas).

Sobre os aspectos sanitários do lote, verificamos que a fossa em funcionamento é séptica e encontra-se a 8 metros da moradia. Todavia, no momento da visita ao lote, estava em construção outra fossa séptica, localizada à 9 metros da moradia. Esta fossa, assim como outras que estariam sendo construídas no assentamento, derivam de um recurso disponível pelo poder público municipal. No momento da visita ao lote da liderança (croqui anterior), notamos que a empresa contratada para realizar o serviço utilizava-se deste para apoio e para guardar os materiais necessários para as obras. A liderança percorria todos os lotes com a equipe disponibilizada pela empresa.

O lote é o único representado pelos croquis que conta com um poço artesiano próprio, para o abastecimento da produção e do espaço doméstico. Tal fato deve-se à quantidade de atividades no lote (horta destinada à comercialização, gado em lactação, jardim e pés de frutas).

Sobre a planta da moradia, verificamos que esta conta com uma sala que, aparentemente, apresentava dimensões parecidas com a cozinha, banheiro, copa e três quartos, sendo que dois são dos filhos e um é do casal. Mais uma vez, notamos o aspecto tradicional da organização dos cômodos, sendo os quartos de um lado e as áreas comuns de outro. A residência é envolta por áreas avarandadas e a moradia apresenta 8,5 metros de comprimento da parede frontal; 13,5 de parede lateral e 11,5 de parede dos fundos.

As repartições da casa eram feitas por lençóis que dividiam a moradia em sala, cozinha, "quarto da menina" e quarto do casal. Para se utilizar o banheiro, que é de alvenaria e sem reboco, os moradores teriam de sair da moradia, pois este, embora fosse contíguo à casa, contava com uma porta do lado de fora. Ou seja, não havia nenhuma porta de ligação entre o banheiro e a casa, sendo o acesso exclusivamente pelo lado de fora.

O perímetro da residência era de 34 metros, sendo que esta contava com uma garagem localizada próximo ao banheiro e com uma área fechada por uma parede que era parte de alvenaria e parte de madeira (Foto 03). Neste espaço, há uma pia de cozinha e também uma janela.



Foto 3 – Moradia do lote do Croqui 4

Fonte: Trabalho de campo.

Sobre as árvores frutíferas do quintal/terreiro, notamos uma grande variedade, como pés de seriguela, laranja-lima, bananeira, acerola, poncã, manga e ainda maracujá. O pé de seriguela localiza-se próximo à moradia, na parte frontal do terreiro, enquanto que o restante dos pés de frutas está localizado na parte dos fundos, depois da tulha. Utilizado como elemento decorativo e como uma espécie

que propicia sombra para o terreiro, também encontramos um pé de Ipê amarelo na parte frontal deste.

Próximo aos pés de frutas, verificamos a pequena plantação de mandioca, destinada apenas ao autoconsumo e também os pés de "coloral" (urucum) que, segundo a assentada, após submeter a semente a todo um processo manual, inclusive com a adição de fubá de milho, serve para temperar carnes e macarrão.

Há algum tempo, a assentada, com base em orientações de alguns técnicos, resolveu construir uma padaria em seu lote (Foto 4). A padaria localiza-se próxima à moradia e tem uma área de 40 m². Lá a assentada produz pães para a venda no assentamento e na cidade, quando é oportuno.



Foto 4 – Padaria e local do tanque de expansão (lote do Croqui 4)

Fonte: Trabalho de campo.

Embora essa seja uma atividade na qual a assentada dedique muita atenção, a padaria não é o carro-chefe da família em termos econômicos. Como o próprio arranjo espacial do lote demonstra (através da "mangueira de vacas" e do tanque de expansão) este é a produção leiteira.

No que se refere às condições sanitárias, verificamos, através do croqui,

que os moradores ainda utilizam a fossa negra. Mas a fossa séptica já esta sendo construída (através dos já mencionados recursos da Prefeitura) e está distante 10 metros da moradia. A água utilizada no lote vem do poço artesiano comunitário, sendo utilizada tanto para a produção quanto para o espaço doméstico.

Tomamos o cuidado de representar no croqui a construção da nova moradia da família que, segundo a assentada, vai contar com três quartos, uma sala, cozinha e banheiro. A moradora ainda nos revelou que a nova moradia esta sendo construída aos poucos, para evitar endividamentos futuros (Foto 5).



Foto 5 – Construção da nova moradia (lote do Croqui 4).

Fonte: Trabalho de campo.

Uma análise dos croquis

A partir da análise dos croquis, observamos que o ordenamento territorial dos lotes está voltado para a principal atividade econômica do assentamento: a produção leiteira. Tal observação torna-se possível na medida em que evidenciamos, na maioria das unidades territoriais, a presença da "mangueira", ou seja, do local onde ocorre a ordenha do gado em lactação. No geral, esta encontra-se na área de transição entre o terreiro e o pasto.

Dentro deste contexto, verificamos, além da presença da "mangueira", o tanque de expansão utilizado no resfriamento do leite e também um motor de trituração de cana-de-açúcar (quando existe). Todos os elementos citados compõem unidades territoriais destinadas à produção leiteira: a cana-de-açúcar é cultivada para suprir as necessidades dos bovinos e, no geral, o cultivo localiza-se próximo ao terreiro com o intuito de diminuir a distância moradia-cana-triturador e piquete destinado à alimentação do gado. Todavia, devemos salientar que, na ausência do triturador, o trabalho de picar a cana é feito manualmente.

Outro fator recorrente verificado através dos croquis é a proximidade do pasto com a moradia, diminuindo, assim, o espaço do terreiro e ampliando a área destinada aos bovinos. Compreendemos tal organização na medida em que o tamanho do pasto é fator determinante para a produção leiteira, pois este oferece as gramíneas necessárias para a manutenção e reprodução do rebanho.

Dentro do espaço do terreiro, as árvores frutíferas permeiam o entorno das moradias sendo presentes os pés de manga, goiaba, carambola, amora, abacate, mamão, cajá, jaca, bananeira, mamão, laranja, seriguela, maracujá e poncã. Em alguns casos, como ocorre nos Croquis 2 e 3, uma pequena quantidade de pés de café mesclam-se às árvores frutíferas no terreiro.

Os croquis nos revelam a presença do cultivo de eucalipto na maioria dos lotes. Em alguns casos, como no Croqui 1, os eucaliptos estão ordenados no território de forma a substituir o papel das flores e árvores destinadas à decoração frontal da moradia, visto que os pés de eucalipto acompanham a estrada de acesso a esta. O cultivo de eucalipto é comumente encontrado nas unidades territoriais do Assentamento Nova Conquista, todavia, com uma finalidade diferente das grandes propriedades monocultoras, pois são utilizados para "barrar" o vento e para auxiliar na manutenção do lote (madeira para cercas etc.).

O cultivo de hortas é uma constante nos lotes da reforma agrária e localiza-se nas proximidades da moradia, ou seja, no terreiro. De acordo com a revisão bibliográfica realizada neste trabalho, as hortas tem um papel importante na medida em que, na maioria dos casos, são destinadas ao autoconsumo e notoriamente constituem-se numa importante fonte de alimentação de qualidade para o assentado. Todavia, nos Croquis 1 e 3, evidenciamos o cultivo de hortas que não são apenas destinadas ao autoconsumo. As hortas verificadas nos croquis supracitados têm o intuito de ser comercializadas através do CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e segundo levantamentos empíricos, estas hortas fazem parte de uma associação de 12 hortas com o mesmo destino. Estas existem a pouco mais de um ano. Uma política pública que organizou um

mercado institucional para esses produtos é uma novidade em relação ao verificado na bibliografia clássica – algo que, além da contribuição monetária, influi na paisagem e no ordenamento territorial dos lotes da reforma agrária.

Verificamos, em determinados lotes, o cultivo da mandioca e do urucum (Croqui 4). A pequena plantação de mandioca localiza-se próximo a da cana-de-açúcar. Ambas podem ser destinadas à alimentação dos animais, porém a mandioca serve primordialmente para o consumo do núcleo familiar. O urucum, também conhecido como "coloral", é utilizado pela família como um tempero para carnes e massas. Encontramos tal planta entre os pés de fruta dos lotes.

A criação dos *bichos de terreiro* também é frequente e exclusivamente destinada ao autoconsumo. Estes são criados soltos nos arredores da moradia. Evidenciamos, em alguns lotes, a criação de "galinhas caipiras" e frangos de corte. Além das galinhas e frangos, cria-se também porcos – cujos "chiqueiros" encontram-se nos terreiros das unidades territoriais. Alguns lotes apresentam, ainda, criações como patos, gansos e até coelhos.

Sobre as condições sanitárias do assentamento, verificamos que a maioria das fossas é séptica. No momento da visita ao local, encontramos uma equipe (empresa privada) contratada pelo poder público municipal, realizando a construção de fossas sépticas com a distância de 10 metros da moradia. Em alguns casos, como no Croqui 4, ainda notamos a utilização da fossa negra, embora a fossa séptica já estivesse sendo construída.

O abastecimento de água nos lotes representados nos croquis é realizado por meio de dois poços comunitários que funcionam no assentamento, sendo que outros 5 poços, também comunitários, estão sem funcionamento – obrigando parte do assentamento a usar o poço cacimba. O valor mínimo pago pela água é de R\$ 6,00 e o valor máximo pago é de R\$ 50,00. Os valores oscilam de acordo com o consumo e a água é utilizada tanto para a moradia quanto para a produção. Segundo os moradores, esporadicamente a água recebe algum tratamento (cloro).

A moradia também é tratada nos croquis, na medida em que foram efetuadas medições do perímetro da residência principal e a identificação dos cômodos através da planta da casa. Próxima à moradia identificamos a "Tulha" ou "barracão" (Croqui 4), que na maioria dos casos são as antigas residências dos assentados – barracos do acampamento trazidos para a área definitiva. Esses locais, no geral, são destinados às ferramentas de trabalho (enxada, foice, etc) e ao armazenamento de ração para os animais e de sementes para o cultivo. Os perímetros das moradias variam entre 27,8 a 47 metros, sendo sua média de

36,46 metros. No geral, a planta das residências é padronizada no sentido de que os quartos localizam-se de um lado e as áreas comuns (sala, cozinha, copa) localizam-se no lado oposto.

Os fatores que imprimem a diferenciação das residências são obviamente o perímetro e o padrão construtivo. Grande parte das moradias em evidência é de alvenaria de vedação, com blocos de tijolo baiano e com reboco. A cobertura das residências divide-se em telhas de fibrocimento – que são péssimas quando pensamos em conforto térmico – e as telhas de barro. Algumas casas apresentam áreas avarandadas no seu entorno. Segundo os assentados, estas são utilizadas para receber as visitas em dias de alta temperatura. Outra característica das residências é a ausência de pintura (esta só foi notada na residência representada pelo Croqui 1).

A residência do Croqui 4 apresenta especificidades no que diz respeito à sua organização interna. É a única moradia aqui representada que não contém divisão com paredes entre os cômodos da casa: as divisões são feitas com lençóis. A moradia foi construída em madeira com algumas partes, como o banheiro e a coluna da área, feitas de alvenaria de vedação sem reboco. A moradora apresenta descontentamento com esta situação e atualmente está construindo uma casa de alvenaria próxima à casa em que reside. Outra característica do lote em evidência é a presença de uma padaria construída de alvenaria de vedação, com o perímetro de 28 metros, totalizando uma área de 40 m². O lote também apresenta o tanque de expansão e a "mangueira" o que demonstra sua principal atividade econômica.

Em suma, podemos evidenciar que a maioria das residências ainda está por terminar, em parte, devido aos problemas em relação ao crédito habitação no assentamento. Este foi liberado a "prestações" para alguns assentados, sendo que, para outros, que receberam todo o crédito, o recurso não foi suficiente. As análises propiciaram um panorama em relação às atuais condições de vida dos agricultores, marcadas pela transição de moradias realizadas através da autoconstrução e com materiais como lona e madeira para casas de alvenaria.

Por uma conclusão

O objetivo deste trabalho foi testar uma metodologia de registro, através de desenhos esquemáticos (croquis), da disposição espacial dos elementos que compõem a área doméstica e do quintal/terreiro de lotes da reforma agrária. Pudemos, também, entrevistar os assentados ali moradores sobre as opções de ordenamento desse território, aprimorando nossa leitura sobre a paisagem.

Conforme apontado nas análises, o espaço doméstico em muitas vezes é

reduzido em prol da atividade produtiva comercial – que é a pecuária leiteira. No entanto, as famílias se dedicam a organizar esse quintal de forma a lhes proporcionar conforto (com elementos de jardinagem) e uma produção agropecuária para o autoconsumo (galinhas, porcos e árvores frutíferas).

Compreendemos, também, a relevância do estudo dos croquis, na medida em que estes foram úteis para averiguar as condições de saneamento básico dos lotes do assentamento rural. Compreendemos, ainda, que a análise do padrão construtivo das moradias contribui para verificarmos a qualidade de vida dos agricultores. Especificamente sobre isso, verificando a prevalência de casas de alvenaria sendo construídas, podemos apontar, a partir do que discutem Brosler e Bergamasco (2013) sobre a alvenaria de vedação nos estudos de construções no meio rural brasileiro, que, no caso dos assentamentos de reforma agrária, a mudança da moradia de madeira para a moradia de alvenaria demonstra uma mudança de padrão de vida dos assentados que saem de uma condição precária para outra de maior status. As casas, na maioria dos casos, buscam também – dentro dos limites financeiros das famílias – algum conforto, como é o caso das varandas.

Políticas públicas estão em desenvolvimento nesses espaços, modificando aspectos da organização territorial dos lotes. Além dos projetos de fossas sépticas implementados pela Prefeitura, os poços artesianos comunitários garantem água com melhor qualidade aos lotes. Infelizmente, nem todos estão cobertos por essa infraestrutura - seja a de água (com a existência de poços artesianos inoperantes), seja a de esgotamento sanitário (apenas parte dos lotes está sendo coberta pela ação do município). Da mesma forma, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) altera a paisagem dos lotes, sobretudo na área dos terreiros. Quem tem hortas para fornecimento ao PAA as mantêm próximas à moradia, nas áreas que podemos considerar fazendo parte do terreiro.

O trabalho feminino é dominante nesses espaços anexos à casa. No caso do assentamento estudado, todavia, realizamos algumas ressalvas com relação à atuação das mulheres apenas nos terreiros, na medida em que evidenciamos em alguns lotes (um deles representado neste artigo) o trabalho feminino que ganha cada vez mais importância também no espaço de produção. Essa tendência se fortalece, embora já tenha sido detectada, ainda no final do Século XX, mesmo em áreas de agricultura familiar tradicional, como evidencia Carlos Rodrigues Brandão em estudo na região de Campinas, para quem *"as mulheres da casa incorporam-se à 'lida do gado' nos espaços do curral e, mais ainda, do mangueiro"* (BRANDÃO, 1999, p.47).

Os croquis demonstraram ser uma ferramenta útil para a descrição e análise dos arranjos territoriais desenvolvidos pelos assentados. Diferente de fotografias, sua elaboração implica tanto um maior contato com os moradores como também uma reflexão prévia sobre a paisagem observada. A utilização de trena para realizar medições (perímetros das casas e distâncias dessas até às fossas) também propicia um melhor reconhecimento do terreno e forte interação com a população estudada, de maneira a revelar aspectos do modo de vida específico que esses agricultores estão desenvolvendo nos assentamentos.

Referências

BRANDÃO, C.R. **O Afeto da Terra**. Campinas, SP, UNICAMP, 1999.

BROSLER, T. M.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Construções tradicionais resguardadas no meio rural: um estudo em um assentamento de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.16, Uniara/Nupedor, p.181-198, 2013.

BOMBARDI, L.M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). CCA/UFSCar, Araras, 2009.

LEITE, J.F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

FERNANDES, B.M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERNANDES, B.M. (Coord). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Conquista – SP**. Relatório do Projeto de Extensão. Convênio INCRA/UNESP. São Paulo, 1999.

GARCIA JR., A.R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS, I.P; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp, 2003.

HEREDIA, B.M.A. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REBOUÇAS, L.M. **O Planejado e o Vivido**. O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema – SP. Annablume: Fapesp, 2000.

TEIXEIRA, A.L. **Espaço Produtivo e Espaço Doméstico nos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. Relatório de Projeto de Iniciação Científica – CNPq. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2012.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PEDRO, PARANAÍTA, MT

Ana Luisa Araujo de Oliveira¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso. Para tanto, foram realizados levantamentos de dados quantitativos e qualitativos, por meio de fontes primárias e secundárias. Os resultados evidenciam que o Programa foi acessado pela primeira em 1999, constituindo-se em importante estratégia de reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Porém, trouxe consigo a alteração do sistema produtivo, favorecendo a especialização, no caso, a pecuária leiteira, que se tornou a principal fonte de renda dos assentados.

Palavras-chave: Política pública; Assentamento rural; Estado de Mato Grosso.

Abstract: This article aims at analyzing the effects of the National Program for Strengthening Family Agriculture in agricultural production, generating

¹Engenheira Agrônoma, Mestranda em Engenharia Agrícola, área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, aluisamt@gmail.com

²Engenheira Agrônoma, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br

employment and income in rural communities belonging to the São Pedro Settlement Project located in the municipality of Paranaíta, North of Mato Grosso state. To this end, surveys of quantitative and qualitative data, using primary and secondary sources were conducted. The results show that the program was first accessed in 1999, becoming an important strategy for socioeconomic reproduction of settled families. However, it brought a change in the production system, favoring specialization, in this case, the dairy cattle, which has become the main source of the settlers' income.

Keywords: *Public policy; Rural settlement; Mato Grosso State.*

Introdução

O desenvolvimento da agricultura brasileira tem como principal referência o modelo introduzido a partir da Revolução Verde, fundamentado no uso de tecnologias agressoras ao meio ambiente e em propriedades rurais de grandes extensões de terra. Apesar da presença e da importância da agricultura familiar no Brasil, as políticas públicas foram voltadas à reprodução de processos de desenvolvimento com ênfase no urbano e no industrial. Sendo assim, no que concerne ao espaço rural, as políticas de crédito privilegiaram os produtores dos setores ligados ao agronegócio, não havendo disponível nenhuma política que atendesse às necessidades da agricultura familiar ou que se adequasse à sua realidade.

De acordo com Belik (2000), não havia ainda o conceito de agricultura familiar, sendo este considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, deveria seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro e ao se primar pela descentralização das ações estatais, foram introduzidos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos (MATTEI, 2006). A partir de então, atendendo a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, em 1994, o Governo Itamar Franco criou o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), que posteriormente passou por reformulações e abriu espaço para a criação da primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Pronaf foi criado pelo Decreto Federal 1.946, de 28 de junho de 1996, *"com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda"*, mediante o financiamento de atividades agropecuárias ligadas ao setor da agricultura familiar.

A criação deste programa representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado, em relação às especificidades de uma "nova" categoria social – os agricultores familiares –, que até então estavam à margem dos benefícios da política agrícola brasileira e eram designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Nos anos iniciais à implantação do Pronaf no Brasil, observou-se forte concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste do país. No entanto, ao longo dos anos o Programa passou por mudanças institucionais e financeiras, que serviram para melhorar o acesso e direcionar os recursos a um número maior de agricultores familiares. Deste modo, após 18 anos de criação do Pronaf, houve uma evidente expansão do Programa referente à ampliação das linhas de crédito, a estratificação do público potencial, a ampliação do número de municípios atendidos e o montante de recursos investido, tendo como consequência a ampliação do número de beneficiários do Programa.

Sendo assim, de modo geral, a criação do Pronaf caracteriza-se como um importante acontecimento para o meio rural brasileiro e, apesar da pouca idade, o programa já desempenha um papel de apoio à agricultura familiar brasileira, sendo inquestionável seu sucesso quando se analisa o número de contratos e o montante de créditos disponibilizados anualmente. Diversos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil, têm apontado que as políticas públicas (cita-se além do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)) para o fortalecimento da agricultura familiar têm contribuído para a dinamização do rural tradicional, possibilitando que este segmento da agricultura expresse suas potencialidades (SCHNEIDER *et al.*, 2004; CONTI, ROITMAN, 2011).

Diante disso, este trabalho teve por objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso.

Metodologia

Caracterização da área de estudo

O presente estudo foi realizado nos anos de 2012 e 2013, no Projeto de Assentamento São Pedro (PA-São Pedro), localizado no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, a 880 km da capital, Cuiabá.

O PA-São Pedro possui área de 35.000 hectares e foi criado no ano de 1997 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com capacidade para assentar 776 famílias.

A economia do assentamento é baseada na pecuária, principalmente de leite e seu território está dividido em 22 comunidades rurais que são compostas por um número variável de lotes, sendo elas: Sombra da Manhã, Jardim do Éden, Serra Dourada, Cláudia, Santa Marta, Bela Vista, Bom Jesus, Estrela D'alva, Arco Iris, Entre Rios, Nova União, Treze de Maio, Vale do Paraíso, Novo Paraíso, Rio Jordão, Sorriso, Santíssima Trindade, São Miguel, Nossa Senhora Aparecida, Dom Pedro II, São Marcos e São Lucas.

Caminhos da pesquisa

Considerando a área ocupada pelo PA-São Pedro e os obstáculos para efetivar uma pesquisa em um assentamento com tal dimensão, optou-se nesta pesquisa trabalhar com amostragem intencional com duas comunidades do assentamento, visto que todas elas possuem uma estrutura própria, com entidades representativas locais.

Dessa forma, foram selecionadas a Comunidade Rio Jordão e a Comunidade Arco Iris. A primeira se caracteriza por ser a comunidade mais próxima do município de Paranaíta, possuindo uma das principais entradas para o Projeto de Assentamento São Pedro e é composta por 62 lotes rurais. A segunda está localizada na parte central do Assentamento e possui 39 lotes rurais.

Para uma melhor adequação do método à pesquisa realizada, optou-se por utilizar métodos quantitativos e qualitativos, bem como fontes de dados primários e secundários.

As fontes de dados secundários possibilitaram o conhecimento da realidade local, bem como uma melhor discussão dos resultados levantados em campo. Posterior à coleta de dados secundários, foram coletados os dados primários junto às instituições responsáveis pela implementação e desenvolvimento do Pronaf no PA-São Pedro (Empaer/MT, principalmente). Em seguida, foi realizado um levantamento de dados primários juntos às famílias assentadas nas duas comunidades que compuseram a amostra.

Nas comunidades, o levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de questionários semi-estruturados e constituiu um censo com todas as famílias que se encontravam em situação regular perante o Incra, já que somente estas estão aptas a acessarem o Pronaf. Os questionários foram validados anteriormente na forma de pré-teste junto a um pequeno grupo de assentados do PA São Pedro, que residem em comunidades que não fizeram parte da pesquisa, mas que possuem as mesmas características da população das comunidades pesquisadas, conforme recomendado por Richardson *et al.* (1999).

Depois de aplicado o questionário, realizou-se a tabulação e apresentação dos dados utilizando um programa de planilha eletrônica, o qual permitiu a elaboração de tabelas e gráficos. De acordo com Vieira Neto (2004), esta forma de apresentação permite a síntese dos resultados, obtendo o máximo de esclarecimentos com um mínimo de espaço e tempo e permitindo uma leitura rápida e global dos fenômenos estudados.

Uma vez que os dados já se encontravam tabulados, foi realizada a pesquisa qualitativa com os assentados, por intermédio da história oral, objetivando resgatar o passado e compreender a história dos agricultores conferindo-lhes significações ao presente e visando perceber como eles respondem ao ambiente físico (BARBOSA, 2010).

Deste modo, seguindo as recomendações de Thiollent (2009), na pesquisa em profundidade foram realizadas entrevistas intencionais ou estratégicas com um pequeno número de assentados escolhidos em função da relevância que elas apresentam na compreensão dos efeitos do Pronaf no Projeto de Assentamento São Pedro. Dentro dos critérios de seleção para a pesquisa em profundidade, procurou-se escolher famílias que estivessem muito inseridas e famílias que estivessem pouco ou nada inseridas na política pública em estudo. Esta etapa da pesquisa foi realizada utilizando perguntas norteadoras sobre a política pública.

Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas conforme Whitaker (2002) e após a sistematização dos dados coletados em campo, foi realizada a análise dos resultados.

Durante todas as atividades de campo foram utilizados recursos audiovisuais (máquina fotográfica e gravador de voz) para registro de vários aspectos pertinentes à coleta de dados (sistema de produção e criação, acessos ao assentamento, entre outros), sendo que o uso desses recursos ocorreu somente mediante autorização dos entrevistados. Utilizou-se, também, o caderno de campo para anotações de informações relevantes à pesquisa.

Resultados e Discussão

Características gerais das famílias entrevistadas

Somando os questionários aplicados nas duas comunidades amostradas, foram aplicados 63 questionários (39 na comunidade Rio Jordão e 26 na comunidade Arco Iris), mas 02 foram excluídos (um de cada comunidade) por apresentarem informações incompletas e inconsistência nos dados.

Moradores não encontrados, situação não regular perante o Incra e não aceite da família para participar da pesquisa, foram os motivos pela não efetivação da aplicação de questionário em todos os lotes das duas comunidades. Sendo assim, as 61 famílias efetivamente pesquisadas somaram 232 pessoas, uma média de 3,80 pessoas por família.

Considerando o Estatuto da Criança e Adolescente, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Juventude³, foi realizado um agrupamento etário dos membros de todas as famílias entrevistadas e constatou-se que aproximadamente 60% da população que participou da amostra possui mais de 30 anos e os jovens (19 a 29 anos) representam a menor porcentagem desta população, apenas 10,78% (Tabela 1). Além disso, pode-se notar que em todos os estratos de idade a população masculina é superior à feminina, representando 57,76% da população amostrada.

Apenas 18,03% das famílias entrevistadas possuem a mulher como titular. Nesses lotes, somente uma não acessou o Pronaf.

Tabela 1 – Estratificação por idade e sexo dos membros das famílias pesquisadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.

Idade	População total		População Masculina		População Feminina	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 a 11 anos	37	15,95	23	9,91	14	6,03
12 a 18 anos	33	14,22	19	8,19	14	6,03
19 a 29 anos	25	10,78	16	6,90	9	3,88
30 a 59 anos	115	49,57	63	27,16	52	22,41
Mais de 60 anos	22	9,48	13	5,60	09	3,88
Total	232	100	134	57,76	98	42,24

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

³O Estatuto da Juventude é uma lei aprovada em agosto de 2013, disponível no link. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

Das 232 pessoas que integram as 61 famílias entrevistadas, 13% não trabalham no lote onde vivem, sendo este total representado pelos jovens que vivem com os pais no assentamento e pelo titular do lote. Entre os empregos mais comuns dessa população que trabalha fora dos lotes está: trabalho em propriedades de terceiros, geralmente fazendas vizinhas e em uma usina hidrelétrica que está sendo construída no município de Paranaíta. Os membros da família que trabalham no lote representam 80% da população total e desenvolvem trabalhos que vão desde os cuidados com a casa até os cultivos agrícolas e criação animal.

Embora o assentamento possua três escolas municipais e uma escola estadual e ofereça do ensino infantil ao ensino médio, somente 22 pessoas concluíram o nível médio (Figura 3), constatando-se uma baixa escolaridade entre a população amostrada. Apenas uma pessoa concluiu o ensino técnico, uma concluiu o ensino superior e duas estão cursando o ensino superior.

Dos membros das famílias entrevistados, 60% possuem ensino fundamental incompleto. E, este total é representado, em sua maioria, por crianças e adolescentes em idade escolar, porém em alguns casos, foi observada a declaração de possuir ensino fundamental incompleto por adultos que certamente não tiveram condições de dar continuidade ao estudo, como se registra, de um modo geral, em todo rural brasileiro.

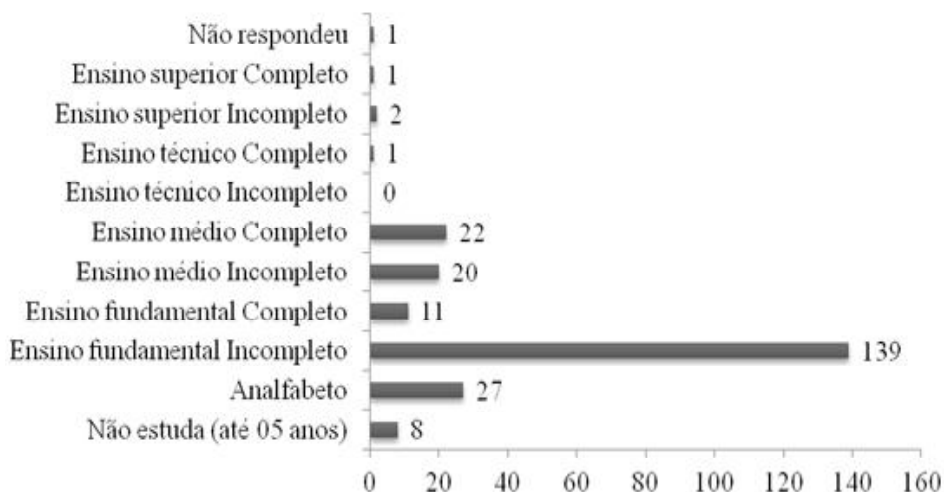


Figura 1 – Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

O baixo nível de escolaridade está diretamente associado aos baixos salários, de modo que 72% das famílias entrevistadas possuem renda média mensal de até dois salários mínimos, 17% possuem renda entre dois e três salários mínimos, 7% tem renda média mensal entre três e quatro salários mínimos, 4% possuem renda superior a quatro salários mínimos (valor do salário mínimo em julho de 2013=R\$ 678,00). Para a obtenção da renda média mensal das famílias entrevistadas, foram considerados, além da renda do lote, o recebimento de Bolsa Família, seguro desemprego, aposentadoria e demais auxílios do INSS (auxílio-doença, auxílio-acidente e/ou pensão paga à viúvo(a)).

Atividades produtivas

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, a pecuária, principalmente de leite, representa a principal fonte de renda obtida no lote. Além disso, há produção para autoconsumo que não é contabilizada como renda monetária.

A área ocupada pelas comunidades pesquisadas no PA-São Pedro totaliza 3.393,12 hectares (1.719,53 e 1.673,59 hectares, nas comunidades Rio Jordão e Arco Iris, respectivamente), o que representa 9,70% da área total do assentamento, de modo que os lotes amostrados (61) somam 2.104,09 hectares (1.125,32 na comunidade Rio Jordão e 978,77 hectares na comunidade Arco Iris).

Conforme já apontado, dentre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, predomina a pecuária. Deste modo, da área total de lotes pesquisados, 68,89% é ocupada por pastagem para o consumo do rebanho de leite, de corte e/ou de equídeos.

A Tabela 2 apresenta a área dos principais usos do solo realizados pelos assentados. Observa-se que, apesar de, em anos anteriores, a agricultura ter representado o principal uso do solo, atualmente o cultivo de pastagem ocupa este espaço e, os assentados mantêm no lote uma área destinada à Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (23,23% da área total de lotes amostrados).

Cabe ressaltar, que as medidas de área foram fornecidas pelos entrevistados. Não foram contabilizadas as áreas ocupadas por hortas e pomares por não terem sido quantificadas por eles.

Tabela 2 – Uso e ocupação do solo nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Atividades	Rio Jordão		Arco Iris	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Cultivos perenes e semi perenes	39,93	3,62	23,35	2,45
Cultivos temporários	16,08	1,46	12,39	1,29
Cultivo florestal de espécies exóticas (Teca)	3,63	0,33	1,21	0,13
APP's e Reserva Legal	229,90	20,85	258,94	27,14
Pastagem	805,86	73,08	643,72	67,47
Sem uso	7,26	0,66	14,52	1,52
Total	1.102,62	100	954,13	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Entre as culturas perenes e semi perenes encontradas no assentamento constata-se o cultivo do café (47,67 ha) e da cana-de-açúcar (15,61 ha). O café é um resquício do que foi plantado no início do assentamento e permanece em poucos lotes (19 no total), com uma baixa produtividade e tendo como finalidade uma produção para o autoconsumo e venda do excedente. Na última safra, o café foi comercializado a preços que variaram de 2 a 4 reais/kg para terceiros e para uma cooperativa do município, da qual os assentados dizem não serem cooperados.

Cabe destacar que, do total cultivado com café, 1,2 hectares são mantidos em sistema agroflorestal, em um único lote que não possui criação de bovinos. O rendimento do café, juntamente com a remuneração do trabalho da família, externo ao assentamento, constitui a renda mensal dos integrantes deste lote.

Há entre as comunidades amostradas uma pequena variação das culturas temporárias cultivadas (Figura 5 e Figura 6). O arroz é cultivado apenas na Comunidade Arco Iris, por um assentado e a melancia é cultivada na Comunidade Rio Jordão.

Das culturas apontadas pelos entrevistados, apenas a melancia é comercializada, sendo cultivada apenas uma vez por ano (geralmente no período mais seco, com irrigação) e é comercializada na porteira do lote para vizinhos e transeuntes que utilizam as estradas do assentamento. As demais culturas são cultivadas para o autoconsumo, em pequenas áreas. Nas situações em que o entrevistado informou possuir duas ou mais culturas agrícolas ocupando uma mesma área, estas foram enquadradas na categoria policultivo.

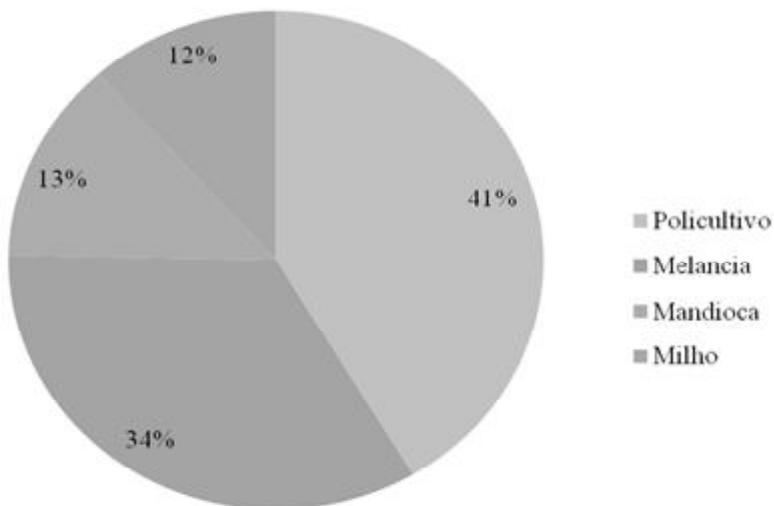


Figura 2 – Área dos cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Rio Jordão, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

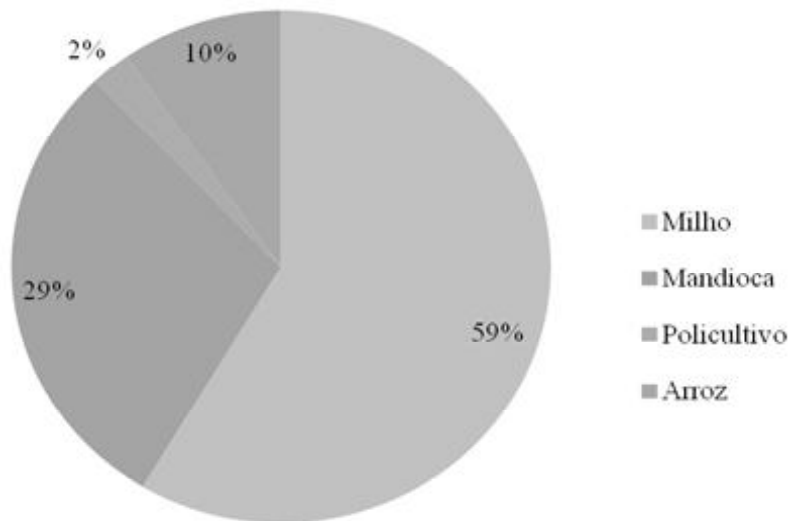


Figura 3 – Área dos cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Arco Iris, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Apesar da importância da pecuária leiteira, merece destaque a criação de aves no assentamento São Pedro (Tabela 3). A criação de aves é destinada ao autoconsumo da família e os assentados não contabilizam a produção de ovos. É relatada a existência de relação de troca entre vizinhos, quando ocorre excedentes de ovos. Além disso, membros da família que vivem em outros lugares, principalmente na zona urbana, costumam levar ovos e frangos caipira para o consumo. A criação de suínos segue caminho semelhante, porém, as relações de troca ocorrem em menor intensidade.

Tabela 3 – Criação de animais por comunidade pesquisada no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Pecuária	Rio Jordão		Arco Iris		Rio Jordão + Arco Iris	
	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%
Bovinos de leite	836	52,98	742	47,02	1.578	100
Bovinos de corte	420	40,58	615	59,42	1.035	100
Equídeos	07	17,95	32	82,05	39	100
Suínos	66	33,00	134	67,00	200	100
Aves	1.447	71,28	583	28,72	2.030	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Para o manejo do rebanho bovino, os assentados possuem no lote um pequeno número de equídeos (39 no total). De acordo com a Empaer/MT (2010), há no PA São Pedro 31.021 cabeças que compõem o rebanho de bovinos, sendo que nas comunidades que fizeram parte da pesquisa foram encontradas 2.613 cabeças de bovinos (8,42% do total). Do total encontrado nas duas comunidades, 60,40% são bovinos de leite⁴ que produzem diariamente cerca de 1.500 litros⁵, que são comercializados em três laticínios de cidades vizinhas, a um preço médio de R\$ 0,80/litro.

⁴Não foi realizada a estratificação do rebanho leiteiro (vacas em lactação, vacas secas, novilhas, bezerros e reprodutor), deste modo não é possível mencionar com exatidão a produtividade leiteira nestas comunidades.

⁵Em 2010 a produção de leite no PA São Pedro era de 25.000 litros/dia, sendo que havia no assentamento 5.666 matrizes e a média de produção de leite por vaca era de 6,9 litros/dia.

O Pronaf no PA-São Pedro

No município de Paranaíta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi acessado pela primeira vez no ano de 1999, sendo este o ano com maior número de contratos (Tabela 4).

Sabe-se que o escritório da Empaer, localizado no município de Paranaíta, elaborou maior número de contratos para acesso ao Pronaf Investimento pelos assentamentos do PA São Pedro em alguns anos (1999, 2001, 2003, 2004 e 2006) e isso explica, em parte, o maior número de contratos concentrados nos anos safras de 1999/00, 2001/02, 2003/04, 2004/05 e 2006/07, tendo em vista que os 776 lotes deste assentamento representam 46% dos estabelecimentos agropecuários do município de Paranaíta.

Tabela 4 – Número de contratos e montante de recursos do Pronaf no município de Paranaíta-MT, por ano safra.

Ano agrícola	Contratos	Valor (R\$)
1999-2000	695	3.644.809
2000-2001	25	105.166
2001-2002	442	3.889.628
2002-2003	73	877.814
2003-2004	118	271.538
2004-2005	207	1.681.977
2005-2006	99	1.628.921
2006-2007	312	1.146.967
2007-2008	46	207.549
2008-2009	7	78.268
2009-2010	33	1.579.977
2010-2011	23	1.007.066
2011-2012	27	1.114.178
2012-2013	57	3.092.377
Total	2.164	20.326.234

Fonte: Derop/BACEN

Após o ano de 2008 houve uma redução no número de contratos para acesso ao Pronaf no município e esta redução pode ter sido causada pela Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil, que passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

De acordo com informações fornecidas pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, foram liberados cinco diferentes valores de Pronaf Investimento para o PA São Pedro em diferentes anos (Tabela 5), além de Pronaf Custeio.

Tabela 5 – Valores do Pronaf Investimento que saíram para o Projeto de Assentamento São Pedro no período de 1999 a 2013, Paranaíta-MT.

Ano	Valor (R\$)	Número de famílias beneficiárias (aproximado)*	Total (R\$) (Nº x Valor)
1999	9.500,00	300	2.850.000,00
2001	12.000,00	200	2.400.000,00
2003	13.000,00	130	1.690.000,00
2004	15.000,00	150	2.250.000,00
2006	18.000,00	120	2.160.000,00
Total		900**	11.350.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

* Número aproximado informado por técnico da Empaer, Escritório de Paranaíta-MT.

** O número de famílias beneficiárias é maior que o número de lotes do PA São Pedro porque, com a desistência de alguns assentados, o Incra assentou novas famílias e muitas destas, uma vez inseridas no Sipra, também acessaram o Programa.

O primeiro Pronaf que saiu para os agricultores familiares assentados do PA São Pedro foi no ano de 1999 no valor de R\$ 9.500,00. De acordo com a Empaer/MT (2010), os projetos elaborados para acesso ao recurso incluiu assistência técnica desta empresa de Ater.

Os projetos elaborados pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, para acesso ao primeiro Pronaf foi limitado a três ou quatro vacas de leite e um reprodutor a cada duas propriedades, sendo que o restante deveria ser aplicado na parte agrícola, compra de adubo e mudas de café, principalmente. A partir da segunda liberação de Pronaf, os projetos passaram a ser direcionados para investimento na pecuária bovina e, a partir de então, os assentados começaram a adquirir

gado, principalmente de leite, mesmo que, algumas famílias, não possuíssem experiência em trabalhar com pecuária.

De acordo com depoimento de um técnico da Empaer⁶, escritório de Paranaíta/MT, logo após a criação do PA-São Pedro a produção era voltada para agricultura (arroz, milho e feijão, principalmente), porém, com o tempo, a falta de apoio (principalmente, financeiro, Ater, garantia de preço mínimo e incerteza de preço de mercado) desestimulou a produção destas culturas.

Apesar dos assentados terem iniciado com a exploração agrícola em seus lotes, constata-se que este fator teve pouca influência nos projetos do Pronaf elaborados pelos técnicos responsáveis. Os projetos foram construídos de "cima para baixo", sem ouvir o que os agricultores realmente queriam. Assim, muitos assentados começaram a trabalhar com o gado de leite sem nenhuma experiência prévia e/ou acompanhamento de um técnico de Ater, uma vez que após o recebimento do valor do Pronaf não houve acompanhamento da destinação deste recurso.

Do total de lotes pesquisados, 58 tiveram acesso ao Pronaf e três não acessaram o crédito. Os motivos apontados pelos assentados para não terem acessado o crédito foram diversos. Em um dos casos, foi devido ao fato da família não achar necessário, visto que já havia trabalhado com crédito anteriormente e, pelo fato de ter entrado no assentamento quando o mesmo já se encontrava com infraestrutura mínima (ano de 2003), a família optou por trabalhar apenas com os recursos financeiros disponíveis.

Nos outros dois casos de não acesso a esta política pública, os assentados apontam os entraves burocráticos encontrados. O primeiro entrave foi a inclusão ao Sipra (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) somente depois do ano de 2008. Neste momento, os assentados do PA São Pedro não acessaram mais o Pronaf, devido à legislação ambiental vigente, uma vez que a Resolução n° 387, de 27 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente⁷, passou a estabelecer os procedimentos de licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária e a Resolução n° 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil, passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

⁶Depoimento colhido em Janeiro de 2013.

⁷A Resolução n° 387, de 27 de dezembro de 2006, foi revogada recentemente pela Resolução n° 458, de 16 de julho de 2013.

Além disso, Schons *et al.* (2013) apontam outro fator que contribuiu para um declínio do desembolso do Pronaf entre os anos de 2006 e 2008 no Território da Amazônia Legal, e que também, possui forte influência no não acesso ao programa pelos assentados do PA São Pedro, qual seja, a determinação de que o crédito para assentados da reforma agrária, através do Pronaf, somente se daria a partir de Demanda Qualificada. No âmbito do Pronaf A, entende-se por Demanda Qualificada as famílias, parcelas e projetos que estejam com a topografia concluída, tenha recebido concessão e feito a correta aplicação dos créditos de instalação, esteja efetivamente residindo no lote ou em agrovila do assentamento, esteja adequada às normas ambientais e possua implantação da infraestrutura básica que viabilize o projeto produtivo (BRASIL, 2005). Dentro dos critérios para se enquadrar como Demanda Qualificada, mais uma vez os assentados encontram entraves nas normas ambientais vigentes, uma vez que o assentamento não está com o licenciamento ambiental realizado.

Do total de assentados que acessaram o Pronaf, 31 (53,45%) declararam ter acessado o Pronaf mais de uma vez, sendo uma para Investimento e outra para Custeio. No caso do investimento, todos visavam a aplicação do recurso na atividade pecuária e o recurso de custeio foi destinado a atividade agrícola.

Este dado torna-se mais interessante quando cruzado com as informações do tamanho do lote, visto que 29,51% dos entrevistados consideram o tamanho do lote razoável, ruim ou péssimo e reconhecem que o lote é pequeno para a criação de gado. Além disso, muitos destacam o depauperamento do solo, o que agrava a situação, porém, mesmo diante dessa situação, o recurso investimento foi direcionado para a pecuária.

Dessa forma, os dados vêm reafirmar o que Magalhães, Abramovay (2006) apontam na região Nordeste do Brasil, ou seja, uma uniformidade na aplicação dos recursos do Pronaf, havendo pouca atenção à diversificação das fontes de renda e/ou a inserção de forma diferenciada no mercado das famílias beneficiárias do crédito.

Dos entrevistados, nenhum declarou receber no lote, o serviço de Ater. De acordo com Schons *et al.* (2013), nos Estados que compõem o território da Amazônia Legal, a oferta de técnicos é inferior ao necessário para atender à realidade do público da agricultura familiar e os serviços de Ater limitam-se a elaboração de projetos para acesso ao crédito. Uma vez liberado o recurso, o acompanhamento nem sempre ocorre, situação que foi constatada no município de Paranaíta, onde o escritório local da Empaer possui apenas dois técnicos para atender todo o meio rural. Além disso,

Muitas vezes, a assistência limita-se aos conhecidos "pacotes tecnológicos" que ainda são amplamente utilizados junto à agricultura familiar no Brasil. Um exemplo dessa afirmação é a preferência pela pecuária (bovina) nos pedidos de financiamento. Muitas vezes, essa demanda não vem apenas do agricultor familiar, mas também é induzida pelos técnicos de Ater que são capazes de elaborar rapidamente um projeto para requisição de crédito para esse tipo de atividade (SCHONS *et al.*, 2013, p.09).

Além da carência de um serviço de Ater que não seja difusor do pacote tecnológico da Revolução Verde, Schons *et al.* (2013) apontam para as dificuldades em relação a análise de viabilidade do projeto produtivo elaborado para o acesso ao Pronaf. De acordo com os autores, *"os agentes financeiros parecem dar prioridade aos projetos que eles "sabem que vão dar certo", ou seja, aos projetos mais "tradicionais" (e de menor risco)"* (SCHONS *et al.*, 2013, p.10), destacando-se entre estes projetos os que estão direcionados para a pecuária. Em tese, isso explica o fato dos projetos serem elaborados para uma única atividade produtiva, que teoricamente, "vai dar certo". Porém, isto não justifica, uma vez que o Pronaf foi criado *"com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda"* (BRASIL, 1996).

A concentração dos financiamentos do Pronaf na atividade pecuária pouco tem contribuído para a manutenção de todos os membros da família em trabalho no lote, visto que a pecuária possui menor demanda de mão de obra que a agricultura e, conforme visto anteriormente (Tabela 1), a faixa etária das pessoas que permanecem no campo são as crianças e os mais velhos. Os jovens representam a menor proporção de nossa amostra (10,78%).

Deste modo, apesar do Pronaf ter contribuído para o desenvolvimento inicial do assentamento, sendo o principal recurso direcionado as atividades produtivas, observa-se que o programa não foi capaz de contribuir para a fixação de toda a família no lote, principalmente os jovens, além de ter estimulado a mudança da principal atividade agropecuária (da agricultura para a pecuária) e não estimular uma mudança efetiva no padrão de desenvolvimento agropecuário do assentamento. Concordando com Aquino & Schneider (2010), *"ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos, está 'fazendo mais do mesmo'"*.

Das famílias entrevistadas, 24% não conseguiram pagar o financiamento obtido pelo Pronaf. O principal motivo do não pagamento foi a baixa renda obtida e casos de doença na família. Este resultado reafirma a pesquisa realizada por Costa & Jorge Neto (2011), que apontam entre as principais causas de inadimplência ao programa, a baixa renda de seus beneficiários.

Quando questionados sobre o ano em que acessaram o Pronaf, muitos agricultores não lembravam com exatidão, e isso dificultou distinguir a que parcela do Pronaf os agricultores inadimplentes se referiam.

Porém, apesar das falhas no desenvolvimento do programa no PA São Pedro, o Pronaf é visto pelos assentados de forma positiva, principalmente em virtude das condições para o pagamento, período de carência e desconto, em caso do pagamento ser realizado dentro do prazo.

Cabe lembrar que, com exceção dos recursos destinados pelo Inbra para o Projeto de Assentamento São Pedro, o Pronaf foi a primeira política pública que chegou ao assentamento.

Nos anos iniciais à criação do assentamento, foram muitas as dificuldades e muitos assentados entraram no lote sem nenhuma condição para permanecer, mas os recursos governamentais possibilitaram iniciar a produção. Deste modo, apesar dos percalços, o Pronaf teve uma importância inquestionável para os assentados do Projeto de Assentamento São Pedro e, mesmo tendo pouca participação na elaboração dos projetos pelos quais acessaram o Programa, os assentados o avaliam de forma positiva.

Conclusões

Dentre as estratégias produtivas e reprodutivas adotadas pelas famílias no meio rural brasileiro, o acesso às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se de grande importância para a reprodução socioeconômica das famílias.

Como apresentado, o Pronaf foi a primeira política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar que chegou aos assentados do Projeto de Assentamento São Pedro, de modo que a concessão do Pronaf representou um importante papel para o desenvolvimento da área de estudo, contribuindo para o não abandono do lote pela maioria das famílias.

No entanto, ao invés de incentivar a diversificação da propriedade e/ou o desenvolvimento de formas alternativas de produção (agroecologia e agricultura orgânica, por exemplo) – ou seja, atividades mais compatíveis com o tamanho dos lotes e que permitiriam a diversificação das fontes de rendas e inseririam as

famílias de forma diferenciada no mercado –, os projetos elaborados para acesso ao Pronaf incentivaram uma única atividade, a pecuária de leite praticada de forma extensiva.

Dessa forma, a concentração dos financiamentos do Pronaf na pecuária extensiva pouco vem contribuindo para a manutenção de todos os membros da família que trabalham nos lotes. Este fato vem estimulando, no PA São Pedro, a prática da pluriatividade e a saída dos filhos mais velhos para trabalhar fora da propriedade, sendo que, estes nunca ou quase nunca possuem ligação com as atividades desempenhadas no lote.

Além disso, a mudança mais significativa do Pronaf no PA São Pedro foi a alteração do sistema produtivo, uma vez que os assentados, antes do crédito trabalhavam com a produção agrícola, principalmente, café e cereais (com destaque para o cultivo de arroz, milho e feijão) para o autoconsumo e venda do excedente. Porém, com o acesso ao Pronaf, estes passaram a investir na pecuária, principalmente, de leite, mesmo sem experiência prévia com a criação de bovinos. Deste modo, o programa está sendo o principal responsável pela especialização dos agricultores familiares assentados na criação de bovinos, o que implica na não diversidade da produção e, conseqüentemente, em problemas ambientais como a supressão da biodiversidade, a compactação dos solos e o assoreamento dos rios, entre outros.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. 1, 2010, Natal. In: **Anais...**, Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21.

BARBOSA, L. M. Topofilia, memória e identidade na Vila do Iapi em Porto Alegre. **Revista eletrônica Para Onde!?** v. 4, n. 2, p. 1-15, jul.-dez., 2010.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro** – Políticas Públicas. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 4, pág. 93-116.

BRASIL Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Política Agrícola instituído pela Portaria Conjunta MDA/INCRA N. 13 de 22/08/2005**. 2005. Disponível em: comunidades.mda.gov.br/o/909725?. Acesso em: 25 de novembro de 2013

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. 2011. **Revista do BNDES** nº 35. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

COSTA, C. J. P.; JORGE NETO, P. M. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária no Nordeste do Estado do Pará. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n. 1, p. 101-130, 2011.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos**: Mapa da Produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SCHONS, S. Z.; AZEEVEDO, A.; ALENCAR, A. "Pronaf" na Amazônia: quais os desafios? **Boletim Amazônia em Pauta**. Brasília: IPAM, 2013. 12p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.

VIEIRA NETO, P. **Estatística Descritiva: Conceitos Básicos**. 2004. Disponível em: <http://uni.educacional.com.br/up/59960001/3103751/Apos_Est_I_Fev04_C1.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras a margem, 2002, 256p.

LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ARARAS/SP

Fernando Rabello Paes de Andrade¹

Julieta Teresa Aier de Oliveira²

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo³

Resumo: A questão central desse estudo foi a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos rurais. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em três assentamentos localizados no município de Araras, estado de São Paulo, onde a implementação do PAA se deu em 2008 por iniciativa dos agricultores familiares assentados (Associação "Terra Boa"). Em 2011, a operacionalização do Programa passou para a Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região (Coaf), o que trouxe mudanças significativas nos sistemas de produção e na organização social das famílias. Buscou-se analisar os principais aspectos positivos e os que limitaram o desenvolvimento do PAA nos assentamentos rurais. Dentre os resultados positivos, verificou-se o aumento da renda dos agricultores, o incremento e diversificação da produção e a maior inserção no mercado dos produtos das famílias assentadas. Por outro lado, não houve um acompanhamento adequado das mudanças em curso por parte da Cooperativa responsável pelo PAA e do serviço oficial de Ater; e a participação dos agricultores na gestão do Programa foi baixa, o que compromete o potencial transformador do PAA no sentido do empoderamento das famílias assentadas.

¹Doutorando na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); fernando.rabello.paes@gmail.com.

²Pesquisadora Doutora da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); julieta@feagri.unicamp.br.

³Professora Doutora da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); vanilde@yahoo.com

Palavras-chave: Política Pública; Desenvolvimento Rural; Sistemas de Produção.

***Abstract:** The central issue of this study was the implementation of Food Acquisition Program – FAP (PAA) in rural settlements. For this purpose, it was conducted a case study in three settlements located in the municipality of Araras, Sao Paulo state, in which the implementation of FAP occurred in 2008 on the initiative of settled family farmers ("Terra Boa" Association). In 2011, the operation of the Program switched to the Beekeepers and Family Farmers from Araras and Region Cooperative (COAF), which brought significant changes in production systems and social organization of families. We have sought to analyze the main positive aspects and others that limited the development of FAP in the rural settlements. Among the positive results, we can point to the increase of farmers' income, the increase and diversification of production and greater market integration of products of settled families. On the other hand, there was no proper monitoring of ongoing changes by the Cooperative responsible for FAP and the official service of technical assistance and rural extension; and the participation of farmers in the management of the Program was low, undermining the transformative potential of FAP in the direction of the empowerment of settled families.*

Keywords: Public Policy; Rural Development; Production Systems.

Introdução

Passados dez anos da criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴, torna-se urgente uma avaliação do mesmo durante esse período, assim como análises mais pontuais (temáticas e regionais), como as que já vêm sendo feitas através de diversos estudos de caso publicados. O presente estudo visa contribuir para essa avaliação no que tange o conhecimento da implementação do PAA nos assentamentos rurais.

O PAA foi concebido no contexto do grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero⁵, que pretendiam realizar ações no âmbito da política

⁴O PAA foi criado através do artigo 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003.

⁵O Programa Fome Zero surge no Brasil no início dos anos 2000 num contexto de "profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente

agrícola e da política de segurança alimentar. Com isso contribuía para o combate à fome – num debate nacional que estava em consonância com uma política global – através do incentivo à agricultura familiar, vinculando a comercialização dos produtos no âmbito local e regional à distribuição dos mesmos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (MATTEI, 2007).

O PAA possui três objetivos: (i) o incentivo à agricultura familiar, através da criação de um mecanismo de compra institucional; (ii) a distribuição de alimentos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar; e (iii) a formação de estoques estratégicos.

Já fazia parte do documento do Instituto da Cidadania (2001) uma avaliação da necessidade de intervenção do Estado nesse sentido, visando: "(i) ampliar a demanda de alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade social; (ii) incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, por meio do apoio à agricultura familiar, do incentivo à produção para o autoconsumo e de um conjunto de medidas de política agrícola que tenham a segurança alimentar e nutricional da população enquanto um objetivo estratégico; e (iii) implantar programas emergenciais para atendimento daquela parcela da população excluída do mercado de trabalho" (SCHMITT, 2005, p.79).

Zimmermann (2007) salienta a importância da existência de uma conjuntura política favorável, uma "vontade política", para que seja possível a criação de uma política pública diferenciada, contribuindo para sua institucionalização. Junto a isso, a autora afirma o protagonismo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com suas reflexões acerca dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, como maior responsável pela implementação do PAA.

Alguns autores (DELGADO, CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, 2005; SCHMITT, 2005) identificaram uma "dupla função" no PAA, qual seja, a de integrar a política agrícola relacionada à agricultura familiar e a política de segurança alimentar". É possível visualizar essa intenção no próprio caput da Lei. A política

⁵(cont.) aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social" (YASBEK, 2004:104). Vale lembrar também a tendência da década anterior de tratar a pobreza e a desigualdade social através da filantropia e da solidariedade social, num verdadeiro movimento de privatização da seguridade social, em consonância com o neoliberalismo então em franca implementação no país. Dessa forma, pode-se dizer que o Programa Fome Zero resgata o sentido público de proteção social.

agrícola tratando de criar uma demanda institucional para os produtos da agricultura familiar, ou seja, uma garantia à comercialização, algo até então inexistente para esse segmento⁶. A política de segurança alimentar, por sua vez, na formação de estoques estratégicos e no atendimento aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente no tocante à alimentação. Podemos dizer, assim, que são aspectos inovadores, no PAA, o apoio à comercialização no âmbito da agricultura familiar e sua relação com a política de segurança alimentar.

É importante salientar que tais mecanismos, integrados, foram concebidos já no âmbito do Projeto Fome Zero, lançado pelo Instituto da Cidadania em 2001 como subsídio para o que viria a se tornar a principal bandeira do primeiro governo Lula. Aparecem, depois de constituído o governo, nas Diretrizes do Plano Safra 2003/2004 que, por sua vez, são convertidas em atos normativos, sendo um deles a Lei 10.696 (DELGADO, CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, 2005), num "contexto fortemente marcado pelo esforço de implantação de um conjunto abrangente de políticas de combate à fome e à exclusão social" (SCHMITT, 2005, p.78).

Para Mattei (2007, p.2), a finalidade do Programa é o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a camada de "produtores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores". Para Souza e Vaitsman (2007), além da função de abastecimento, o Programa busca incrementar a renda do agricultor familiar.

Dois aspectos são fundamentais no Programa: (i) a instituição de instrumentos de aquisição de produtos da agricultura familiar baseados em preços de referência diferenciados para esse segmento; e (ii) a possibilidade de essa aquisição ser feita sem a necessidade de licitação, por meio do mercado institucional, significando a estruturação de novos circuitos de comercialização.

Ora, ambos aspectos beneficiam a agricultura familiar e revelam a intervenção do Estado no sentido de fazê-lo: numa escala local, através da regulação dos preços regionais, por exemplo, e, numa escala mais abrangente, através do tratamento diferenciado à agricultura familiar (SCHMITT, 2005).

⁶"Isso significaria para o programa de aquisições: i) ser um pólo estruturante de demanda institucional para a produção familiar – algo que inexistia (e ainda inexistente) no Pronaf, e por isso torna este programa cheio de riscos para o tomador de crédito; e ii) prover subvenções ao consumo de alimentos básicos às populações em situação de forte risco alimentar" (DELGADO, CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, 2005).

É importante também destacar o fortalecimento da relação produtor-consumidor estabelecida pelo PAA, através da criação dos estoques estratégicos e, principalmente, da distribuição dos alimentos aos grupos sociais em situação de risco alimentar. Tal esforço não se restringe a esse Programa, mas é notável que o contemple enquanto política pública. Nos últimos anos, tem-se evidenciado que a aproximação entre produtores e consumidores favorece a consolidação de canais de comercialização, especialmente em circuitos curtos, beneficiando a agricultura familiar.

Passados alguns anos da criação do Programa, Mattei (2007) informa que o PAA já estava presente em praticamente todos os estados do país, havendo maior expressão, contudo, onde a "agricultura familiar é extremamente relevante", se referindo principalmente às regiões Nordeste e Sul naquele momento.

Diversos estudos acadêmicos buscaram apreender a multiplicidade de condicionantes que influenciam na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios e, de forma mais geral, nos Estados, bem como os impactos do Programa na realidade dos atores envolvidos, especialmente os agricultores familiares, enquanto beneficiários fornecedores, e os grupos sociais em situação de risco alimentar, enquanto beneficiários consumidores.

Com relação à disponibilidade de informação para que os agricultores pudessem participar do PAA, por exemplo, Rocha et al. (2007) encontraram, na Bahia, uma correlação entre o acesso ao Pronaf⁷ e o maior acesso a informações sobre o PAA. Tudo parece indicar que o acesso a uma política pública facilita a "compreensão e o envolvimento com outras iniciativas de caráter semelhante". Já Doretto e Michellon (2007) apontam que, no Paraná, existia uma facilidade de expansão do Programa devido à organização dos agricultores em um movimento social, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Isso indica, de alguma forma, que esse tipo de organização facilita não apenas a implementação do Programa mas, muito provavelmente, o acesso às informações sobre o Programa.

Os mesmos autores fazem uma distinção, no que concerne ao conhecimento sobre o Programa, entre os beneficiários fornecedores e os agricultores não beneficiários. Enquanto os beneficiários avaliam seu conhecimento sobre o Programa de "regular" a "bom", os não beneficiários parecem entender pouco a proposta governamental.

⁷Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Martins e Cavalcanti (2007) apontam que não basta apenas o acesso à informação sobre o Programa, é preciso compreender a proposta. Tal afirmação é corroborada pelo fato de que a mais baixa escolaridade foi encontrada entre os agricultores não beneficiários do Programa, demonstrando um certo grau de seletividade do PAA em relação aos agricultores familiares mais preparados. É preciso, por outro lado, relativizar essa constatação. Ainda que verdadeira, é preciso verificar outros elementos do contexto estudado para compreender até que ponto a menor escolaridade significa, de fato, menor compreensão. É possível imaginar, por exemplo, que tanto os agricultores mais escolarizados quanto as organizações dos agricultores cumpram a "função" da escola, no sentido de auxiliar os menos escolarizados na compreensão da política.

Isso tudo supõe um processo de implementação do PAA que busque efetivamente agregar os agricultores em torno de uma proposta que funcione e melhore com o tempo. Antunes e Hespanhol (2011) nos chamam a atenção para a possibilidade de haver o favorecimento de alguns produtores, quando se verificam distinções entre beneficiários e não beneficiários sem motivos aparentes, especialmente se entre os beneficiários estão enquadrados os que apresentam maior escolarização, nível econômico mais elevado e maior área cultivada, dado que a finalidade do PAA é "buscar fortalecer os agricultores familiares, especialmente aquela camada deste segmento de produtores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores" (MATTEI, 2007b, p.1).

Outro aspecto, além da falta informação sobre o Programa e a pouca compreensão da proposta, que dificulta a participação dos agricultores está relacionado à qualidade dos produtos. Uma vez que o PAA exige produtos que atendam a um rol de especificações, alguns agricultores deixam de participar pois não logram atendê-lo. Rocha et al (2007), na Bahia, e Martins e Cavalcanti (2007), no Rio Grande do Norte, observaram que esse foi o principal motivo apontado pelos não beneficiários para não estarem participando; Doretto e Michellon (2007) mostraram que, no Paraná, esse foi o segundo motivo mais importante, atrás apenas da questão da documentação. Segundo Martins e Cavalcanti (2007), isso se deve ao fato de que, ao menos na região nordeste do Brasil, o segmento da agricultura familiar que o PAA se propõe a apoiar utilizar baixo grau de tecnologia. Esse aspecto traz consigo a necessidade de se pensar na assistência técnica: sua ausência, incapacidade ou falta de entrosamento com as instituições responsáveis pela operacionalização do PAA, já que os agricultores

mais fragilizados e com menos capacidade produtiva, que seriam os alvos prioritários da política, são os mais afetados.

De forma geral, entende-se que a existência de uma organização, seja uma associação, uma cooperativa ou mesmo um tipo informal, contribui diretamente para a implementação do PAA na localidade, tanto é que a ausência dessas organizações se constitui em um entrave para a implementação do Programa (ALMEIDA, FERRANTE, 2009). O trabalho de base garante o envolvimento dos agricultores, pois parece haver um entendimento de que dificilmente eles conseguirão alcançar resultados satisfatórios sozinhos (DORETTO, MICHELLON, 2007). A existência dessas organizações não pode, porém, como bem pontuado por Rocha et al (2007, p.21), "se constituir em um elemento de exclusão, já que são justamente aqueles com organizações representativas mais frágeis (ou mesmo sem organizações) que mais dificuldades possuem nas relações com o mercado".

Nesse sentido, quando não existe organização ou quando ela é muito "frágil", o PAA contribui para esse processo organizativo, estimulando a formação de cooperativas e exigindo documentação adequada dos agricultores familiares. Em alguns casos, atribui-se a essas organizações a iniciativa de se construírem articulações que permitam a implementação do PAA.

Antunes e Hespanhol (2011) observaram que as organizações sociais potencializam a participação coletiva e que, a partir de um interesse inicial, que seria, no caso, a participação no Programa, cria-se um estímulo para o desenvolvimento de outras estratégias coletivas, como, por exemplo, para aquisição de máquinas e equipamentos e mesmo para iniciar o cultivo de um novo produto. Tal observação reflete, de fato, os benefícios advindos da organização social e é bastante relevante que o PAA tenha algum tipo de impacto nesse processo, como parece estar sendo verificado na realidade.

É preciso considerar, como sugere Marinho e Fialho (2012), que nem sempre a formação de novas estruturas organizacionais dos agricultores familiares ou o seu fortalecimento reflete um entendimento de que esse formato é o ideal. Esse processo pode significar tão e somente a necessidade de adequação às exigências do Programa, pela conveniência e vantagens advindas da participação no mesmo, ou melhor, as vantagens vislumbradas, num primeiro momento.

A comercialização é um dos aspectos mais importantes relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos e, muitas vezes, lembrado como sendo a sua principal característica. Com a criação da demanda institucional de produtos da agricultura familiar, se estabeleceram canais de comercialização que não mais

dependem de intermediários, os chamados "atravessadores", que costumam pagar um preço bastante baixo pelos produtos (MARTINS, CAVALCANTI, 2007), sendo, em alguns casos, abaixo do custo de produção (CARNIELLO et al., 2007). Em alguns casos, os intermediários eram o principal destino da produção (ROCHA et al. 2007; CARNIELLO et al. 2007).

Alguns estudos apontam que o PAA foi responsável pela criação de novos canais de comercialização (DORETTO, MICHELLON, 2007; ALMEIDA, FERRANTE, 2009). Um aspecto importante, porém nem sempre lembrado, é que o próprio PAA se caracteriza como um novo canal de comercialização (MARTINS, CAVALCANTI, 2007; MATTEI, 2007b), especialmente em situações em que a venda dos produtos se constitui como um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar. É bem verdade que o acesso a outros canais que não o PAA é um aspecto fundamental para a consolidação da comercialização, que não ficaria assim dependente de uma política de governo.

Segundo Mattei (2007b), as organizações da agricultura familiar, ao longo dos anos 1990, procuraram sistematizar as experiências em comercialização a fim de enfrentar os problemas encontrados. Mas devido à falta de políticas públicas específicas, muitos desses problemas não se resolveram e a comercialização se caracterizou como um dos gargalos para os projetos de desenvolvimento da agricultura familiar. Daí a importância de uma política como o PAA.

Os principais impactos do programa sobre os sistemas de produção agropecuários são: a expansão da área de produção, a introdução de novos produtos, a diversificação (DORETTO, MICHELLON, 2007; MARTINS, CAVALCANTI, 2007; MATTEI, 2007b; MARINHO, FIALHO, 2012; SALGADO et al., 2012), o aumento do nível tecnológico na condução das lavouras (DORETTO, MICHELLON, 2007; MARTINS, CAVALCANTI, 2007) e a melhoria da qualidade da produção (MARINHO, FIALHO, 2012). Nesse cenário de transformações, é interessante observar que apenas Marinho e Fialho (2012) destacam que a diversificação e a melhoria da qualidade da produção têm impacto sobre o autoconsumo das famílias de agricultores, que passam a realizar uma dieta alimentar mais estruturada. Nos outros casos, a abordagem é sobre melhoria na alimentação das famílias apoiadas pelas instituições beneficiárias, mas é preciso ter em conta que diversos grupos sociais que estão nas áreas rurais também se encontram em situação de vulnerabilidade, podendo ser enquadrados como público prioritário para ações que visam à segurança alimentar.

Por fim, com relação à renda dos agricultores, pode-se dizer que em todos

os casos houve um aumento a partir do momento em que a família passava a participar do PAA, ainda que com diferenças entre os agricultores mais ou menos estruturados, entre os que acessam e os que não acessam o PAA, entre os que possuem e os que não possuem outras fontes e renda e se essas fontes são provenientes de atividade exercidas dentro ou fora do estabelecimento agropecuário.

O objetivo deste artigo foi analisar a implementação do PAA em assentamentos rurais através de um estudo de caso. Em Araras, município do interior do estado de São Paulo, a iniciativa da implementação do PAA foi da Associação de Agricultores Familiares dos Assentamentos Rurais de Araras "Terra Boa", formada por agricultores dos assentamentos Araras I, II e III, no ano de 2008 (SANCHES, PIMENTEL, 2010). Em 2010, houve uma mudança na diretoria da Associação, fato que determinou a descontinuidade na gestão do PAA, que passou para a Prefeitura de Araras. Nesse contexto, a Associação dos Apicultores de Araras e Região interessou-se pelo Programa e, incentivada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati)⁸, criou a Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região (Coaf) e passou a ser responsável pela operacionalização do PAA junto aos agricultores familiares assentados e não assentados do município.

⁸A CATI é um órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.

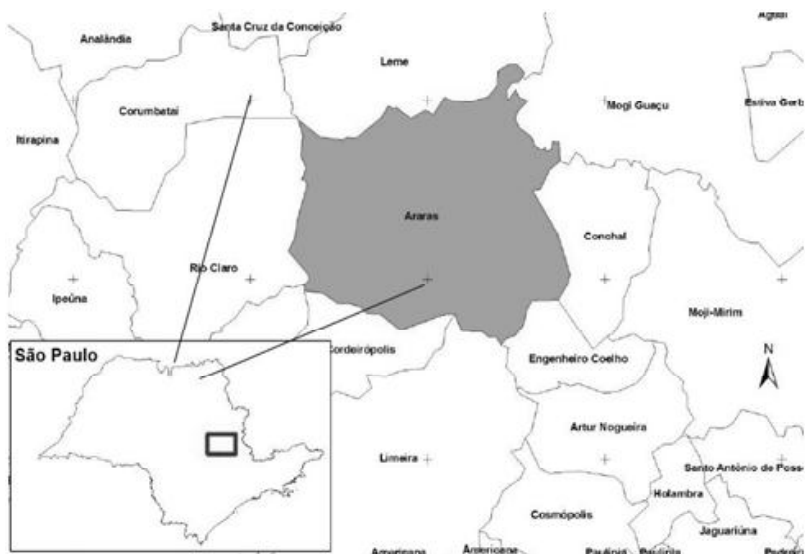


Figura 1 – Localização do Município de Araras (SP)
Fonte: Tôsto *et al.*, 2010.

Os assentamentos Araras I, II e III surgiram em épocas distintas. As áreas I e II foram criadas em 1983, de forma paralela à criação do primeiro bairro urbano da zona leste do município, enquanto que a área III surgiu em 1995 (ITANI, 2005). Essas áreas foram implementadas dentro de uma propriedade da antiga Ferrovias Paulista S/A (Fepasa), o Horto Florestal Loreto, a partir da negociação dos trabalhadores rurais de Araras com o Governo Estadual das respectivas épocas. Essa negociação, por sua vez, no caso das áreas I e II, foi fomentada pela trajetória dos "sem terra" de um município próximo, Sumaré, em sua busca por uma propriedade que pudesse ser destinada à criação de um assentamento. A primeira propriedade ocupada foi no município de Araraquara, de onde foram expulsos, depois se dirigiram para Araras e ocuparam a área do Horto Loreto. Com a repressão policial, os "sem terra" foram novamente expulsos, porém, sua mobilização garantiu, em negociação junto Governo do Estado, a conquista de uma área definitiva em Sumaré. Essa passagem dos "sem terra" por Araras despertou o interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, que requereram, junto ao Governo do Estado, a criação de um assentamento destinado aos trabalhadores rurais locais, o que se concretizou em 1983. Já o assentamento Araras III tem origem na ocupação das terras da

Fepasa por famílias moradoras dos bairros urbanos da região leste e do entorno rural de Araras (ITANI, 2005).

Material e Métodos

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, incluindo levantamento junto às instituições atuantes em nível local – a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (Itesp), a Cati e a Coaf. Buscou-se também levantar informações acerca do PAA em nível nacional, a fim de possibilitar uma análise contextualizada. Um questionário semiestruturado foi aplicado junto a todas as famílias dos assentamentos Araras I, II e III, que possuíam à época, respectivamente, 6, 14 e 46 famílias, entre os meses de dezembro de 2011 e fevereiro de 2012. O questionário continha questões que auxiliaram na caracterização das famílias assentadas e dos seus sistemas de produção. O processo de implementação do PAA nos assentamentos, assim como as características da operacionalização do Programa em nível local, foram levantados através de entrevistas em profundidade orientadas por roteiro pré-estabelecido e com registros gravados dos depoimentos orais (QUEIROZ, 1988) junto a dois dirigentes da Coaf e a nove agricultores assentados, sendo que oito participavam do PAA e um era o representante da Associação "Terra Boa". Essa etapa foi realizada entre os meses de junho e setembro de 2012 e possibilitou a coleta de informações detalhadas e uma descrição confiável do concreto, a partir da proximidade estabelecida entre pesquisador e informante, o que expressa o grau de confiabilidade do método (RICHARDSON, 1999).

Resultados e Discussão

O PAA em Araras encontrava-se ainda em fase inicial de implementação quando a pesquisa foi realizada, pois estava em curso o segundo projeto na modalidade "Doação Simultânea". Na passagem da operacionalização do PAA pela Associação "Terra Boa" para a operacionalização pela Coaf, houve uma mudança importante para o desenvolvimento do Programa no município que foi o envolvimento dos agricultores assentados, pois nenhum deles era, nem se tornou, sócio da Coaf. Assim, existia uma diferenciação entre a gestão do Programa, a cargo da Cooperativa e seus sócios (produtores de mel principalmente), e os fornecedores assentados. Tal diferenciação se expressava de, ao menos, três formas na realidade estudada. Primeiramente, na relação entre essas duas partes, sendo que a primeira adotava uma postura assistencialista na prestação dos serviços relacionados à operacionalização do PAA e a segunda adotava uma

postura passiva como resposta a isso. Em segundo lugar, na participação dos agricultores no Programa, através da Coaf, contribuindo, portanto, para o seu crescimento, sem que pudessem, legalmente, usufruir desse crescimento, afinal não eram sócios. Em terceiro lugar, como será visto adiante, no fluxo precário de informações entre Coaf e os agricultores assentados.

Existia uma mobilização em prol do PAA, notadamente dos agricultores, que se apoiavam mutuamente com o objetivo de incluírem outros agricultores no Programa e de melhorarem a qualidade dos seus produtos, mas o aspecto institucional permanecia enfraquecido. Tendo isso em conta, foi constatado que as ações da Cooperativa relacionadas ao desenvolvimento do PAA no município se restringiam aos aspectos mais básicos da operacionalização. Como observaram Marinho e Fialho (2012), nem sempre a formação das novas estruturas organizacionais dos agricultores familiares ou o seu fortalecimento reflete um entendimento de que esse formato é o ideal. Esse processo pode significar tão e somente a necessidade de adequação às exigências do Programa, pela conveniência e vantagens advindas ou vislumbradas da participação no mesmo.

Havia um atraso de dois meses no pagamento para o agricultor das mercadorias entregues e, nesse contexto, o mais prejudicado era o agricultor que dependia financeiramente das entregas feitas para o PAA. Dessa forma, o atraso no pagamento exigiu do agricultor assentado uma capacidade de planejamento que deveria ter sido, ao menos em parte, exercida pela Coaf, especialmente quando esse atraso vinha acompanhado de orientações técnicas que não contemplavam todos os aspectos envolvidos no planejamento da produção e de falta de informações sobre o funcionamento do Programa.

Os agricultores afirmaram que não faltava informação para que mais agricultores comesçassem a participar do Programa, mas a informação que circulava entre eles era defasada, o que pode ser explicado em parte pela não atuação efetiva da organização social representativa desses agricultores (ALMEIDA, FERRANTE, 2009). Dos agricultores assentados entrevistados, apenas dois sabiam que a linha do PAA que estava sendo operacionalizada em Araras era a "Doação Simultânea".

Dos agricultores que participavam concomitantemente do PAA em Araras e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em Leme e Conchal, dois municípios vizinhos, também operacionalizado pela Coaf, nenhum soube dizer quanto de sua mercadoria ia para cada Programa. Mais grave do que isso era a crença, por parte de alguns agricultores assentados, de que eles tinham o direito de continuar entregando produtos mesmo quando o projeto já havia sido

finalizado ou quando sua cota já tinha sido atingida. Ficou demonstrado o desconhecimento dos agricultores assentados sobre o funcionamento do PAA, sua dinâmica administrativa e financeira e seus objetivos.

Diante de um cenário em que o serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) – realizado pelo Itesp – encontrava-se desacreditado, pois se limitava aos aspectos mais burocráticos do desenvolvimento dos projetos de assentamento, os agricultores assentados identificavam os "incentivos" da Coaf como assistência técnica. Exemplo: a indicação de que buscassem outros mercados para venderem suas mercadorias, não ficando, assim, dependentes dos recursos provenientes do PAA, o que está, efetivamente, de acordo com as aspirações do Programa, mas que demanda um planejamento de ações que não fora realizado. As ações da Coaf tinham implicações importantes e transformadoras. Ainda que todos os agricultores alegassem que possuíam autonomia sobre seus sistemas de produção, era notável a influência que a Coaf tinha na determinação de alguns investimentos.

Pode-se dizer que o primeiro incentivo da Coaf aos agricultores assentados se referia à participação no Programa. Se por um lado não havia restrições, por outro se verificou que os agricultores assentados que já se destacavam na qualidade de sua produção ou aqueles que já possuíam algum tipo de proximidade com os representantes da Cooperativa eram os que participavam. Antunes e Hespanhol (2011) já haviam assinalado a possibilidade de haver o favorecimento de alguns produtores, quando se verificam distinções entre beneficiários e não beneficiários. Em Araras, não foi possível observar uma atuação inclusiva do PAA, buscando fazer participar os agricultores de menor renda ou com estrutura produtiva mais frágil. Outras causas para a não participação foram: a falta de água suficiente em alguns lotes do assentamento, o que impedia a sustentação de um sistema de produção que necessitava irrigações constantes, como é a horticultura; a falta de documentação necessária para participar do Programa; a falta de interesse no tipo de produção demandada pelo PAA; e a vinculação a outro tipo de atividade econômica.

Não foi apontado como fator limitante à participação os preços pagos pelos produtos, que seguem a tabela da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ainda que tenha havido críticas, que versaram, acima de tudo, sobre a manutenção desses preços há dois anos. Quando solicitados a fazer um balanço dos preços pagos, se achavam que, na hora de "fechar as contas", estavam recebendo um valor adequado, as respostas foram positivas, "compensava". Dois fatores contribuíam pra isso: as entregas eram realizadas no próprio assentamento

e a maior parte deles não entregava para o mercado convencional, que praticava preços mais elevados. Também não foi apontado como fator limitante à participação a qualidade exigida dos produtos entregues, como já apontado por Rocha et al. (2007), por exemplo.

Um dos aspectos mais positivos que surgiram em virtude da operacionalização do PAA em Araras foi o apoio mútuo dos agricultores. O próprio espaço do barracão de entregas, por se localizar dentro do assentamento, funcionava como espaço de encontro e de troca de experiências, pois ali todos podiam observar a mercadoria do outro. Com isso, a sensação geral era de que a realidade da produção estava mudando para melhor no assentamento, inclusive com aqueles agricultores que produziam com qualidade mais baixa, em comparação aos outros, conseguindo melhorar sua produção. Foram motivos para a melhoria da produção: a verificação de que os outros agricultores tinham um produto de qualidade superior, o incentivo e a ajuda dos outros para a melhoria na sua própria produção, a necessidade de reduzir as perdas na produção e a consciência de que os produtos estavam sendo entregues para pessoas em situação de vulnerabilidade nas instituições beneficiárias.

Com relação aos incentivos dados pela Coaf sobre a produção agrícola, eles partiam, primeiramente, no sentido da criação de um sistema de horticultura, que correspondia aos produtos mais demandados pelas instituições beneficiadas pelo PAA – verduras e legumes principalmente. Três agricultores foram iniciados na horticultura em 2012, por causa do PAA, e um outro, que já tinha experiência nesse tipo de cultivo, passou a trabalhar com tomate, o que impôs mudanças significativas em seu sistema de produção. Todos os outros, de alguma forma, também passaram a trabalhar com variedades diferentes, mas o impacto no sistema de produção foi menor. Todos os agricultores entrevistados, em maior ou menor grau, disseram que tiveram que aumentar sua área de produção para atender à demanda do Programa. Mesmo aqueles que levavam para o PAA apenas "o que sobrava", pois possuíam como prioridade o atendimento do mercado convencional, alegaram que, a partir do advento do PAA, aumentaram sua área de produção. Com relação à diversidade da produção, constatou-se, entre os agricultores que possuíam uma melhor estrutura e que não tinham o PAA como principal mercado, uma intenção em diminuir a quantidade de variedades cultivadas, o que estava de acordo com as orientações da Cooperativa. Outros ainda indicaram que pretendiam diminuir o número de variedades, especializando-se em algumas de maior valor, diminuindo assim também, segundo eles, a mão-de-obra. A maior parte dos agricultores, porém, preferia manter uma variedade maior de produtos. Houve

quem dissesse que quanto maior a diversidade, menor a dependência de um único produto, que poderia deixar de ser demandado pelo mercado convencional, no qual não existiria estabilidade para o agricultor familiar. O importante aqui é atentar para o fato de que mudanças nos sistemas de produção, que implicam em aumento ou diminuição da variedade de produtos cultivados, têm implicações diretas em outros aspectos relacionados à qualidade de vida das famílias de agricultores, como, por exemplo, a segurança alimentar, a renda auferida a partir da comercialização e a organização do trabalho. A definição das variedades a serem cultivadas e, em última instância, o desenho dos sistemas de produção, passam por diversos aspectos, inclusive o mercado. Um mercado estável confere segurança à decisão do agricultor de investir em determinado ou determinados produtos. Muitas vezes os agricultores se referiram ao PAA como um "mercado" estável, muito por conta da garantia da compra (ainda que não viesse acompanhado da garantia do pagamento num prazo razoável, no caso de Araras), mas não se observou o PAA sendo capaz, no município, de dar segurança ao agricultor no momento de definir quais produtos ia plantar. Com exceção das verduras, cuja demanda no Programa era alta, os agricultores se mostraram reticentes em investir em outras culturas que possuem ciclo de produção maior, como alguns legumes, raízes e tubérculos, ainda que demandados e indicados pela Coaf e ainda que estes produtos apresentassem a vantagem de serem mais duráveis.

A grande motivação que apareceu para a produção de verduras foi a rapidez da produção, mais do que a demanda das instituições. Os agricultores alegaram que são culturas "fáceis" e "baratas" e, não a toa, incluíam esses itens na dieta. Não se pode, contudo, creditar esse mérito ao PAA totalmente, dado que a maior parte dos agricultores assentados que participavam do Programa já tinham algum tipo de produção vinculada à horticultura anteriormente. Pode-se dizer que o PAA tinha um papel importante na segurança alimentar das famílias assentadas, seja pela inclusão de itens importantes da dieta na alimentação, seja pela manutenção desses itens, a partir do momento em que a produção dos mesmos passou a ser feita no lote, como ocorre, de forma geral, no âmbito da agricultura familiar, que se beneficia da produção própria para o autoconsumo (CAMARGO, OLIVEIRA, 2012). Para a maior parte das famílias, foi possível, a partir do início da participação no Programa aumentar a quantidade de comida das refeições e a qualidade da alimentação como um todo.

Outro aspecto que determinava as decisões sobre a configuração dos sistemas de produção era a possibilidade de comercialização dos produtos em outros canais que não o PAA, com a venda para supermercados ou diretamente na rua

(direta ao consumidor). Percebe-se, assim, a importância do planejamento e do conhecimento sobre o mercado para poder determinar qual a melhor estratégia a ser adotada; os agricultores assentados que entregavam para o PAA possuíam, justamente, essa experiência prévia no mercado.

A avaliação geral dos agricultores assentados sobre o PAA foi positiva. Todos achavam que se tratava de um Programa importante e necessário e acreditavam que iria melhorar ainda mais. O principal ponto destacado pelos entrevistados era a venda garantida dos produtos. Mesmo para aqueles que entregavam seus produtos em outros canais e que contavam com o PAA como um complemento de sua renda, essa garantia oferecida pelo Programa dava segurança para continuar produzindo.

O aumento da renda também foi apontado por quase todos os entrevistados como consequência da participação no PAA. Apenas dois dos nove agricultores entrevistados disseram que ainda não houvera aumento na renda. Isso pode estar associado ao fato de que um deles começou a entregar mercadorias havia apenas três meses e o primeiro pagamento ainda não havia saído e, no outro caso, todo o lucro advindo da participação no PAA foi investido em melhorias no sistema de produção - nesse caso, houve, portanto, um aumento na renda. De qualquer forma, considerando todas as entrevistas, o impacto na renda sempre foi lembrado apenas depois da questão da venda garantida. Os agricultores se mostraram animados por fazerem parte de uma rede comercial.

O último ponto positivo destacado é a proximidade do barracão de entrega dos produtos, o que beneficia a todos. Assim, a mera sugestão da troca do lugar da entrega suscitou um descontentamento geral nos agricultores. Alguns disseram que não participariam mais e os que continuariam disseram que a situação ficaria mais difícil. A troca de experiências, que ocorre no momento da entrega, também poderia ser afetada e, nesse sentido, o apoio mútuo entre os agricultores que ajuda a desenvolver o Programa.

O atraso no pagamento das mercadorias foi apontado como o principal problema enfrentado pelos agricultores em sua participação no PAA. Esse fator afetou principalmente os menos estruturados em termos de produção, que se sentiam impossibilitados de investirem mais na produção, inclusive para disporem de mais mercadorias para o PAA.

Conclusões

Nos assentamentos estudados, o caráter inovador e transformador do PAA não encontrou uma contrapartida institucional capaz de operacionalizá-lo de

forma satisfatória. Os agricultores assentados que conseguiram participar foram os mais estruturados em termos de produção e de uso de tecnologias. A falta de um acompanhamento adequado do Programa, pela Cooperativa ou pelo serviço de Ater, contribuiu para a não inclusão de mais agricultores no processo. Ainda que tenha havido mudanças significativas, como aumento e melhoria da qualidade da produção e a elevação da renda, não houve um processo de emancipação dos agricultores no sentido de buscarem estabelecer-se independentes do Programa e tampouco um planejamento que visasse à manutenção de sua autonomia sobre seus sistemas de produção. Constatou-se, assim, a necessidade de estabelecer mecanismos efetivos de controle social do PAA. Espera-se que esse estudo possa contribuir para um melhor conhecimento sobre os assentamentos rurais no Brasil e sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, enquanto política que se adequa a essa realidade e que certamente contribuirá, se bem conduzida, para o desenvolvimento rural com a participação dos agricultores familiares.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, através do Edital MCT/CNPq no. 019/2010, financiou a pesquisa "Segurança alimentar no campo: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamentos e remanescentes de quilombos", que possibilitou a elaboração do presente estudo.

Referências

ALMEIDA, L.M.M.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2009, Porto Alegre, RS. In: **Anais...**, Porto Alegre: Sober, 2009.

ANTUNES, M.V.M.; HESPANHOL, R.A.M. O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracena-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente/SP, v.2, n.33, p. 101-122, 2011. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1929/1809>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CAMARGO, R.A.L.; OLIVEIRA, J.T.A. Agricultura Familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, Santa Maria/RS, v. 42, n. 9, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782012000900030&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CARNIELLO, M.F.; VALNIER, A.; RICCI, F. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar de Rondônia. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília/DF, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DELGADO, G.C. *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**. Texto para discussão 1145. Brasília: Ipea, 2005.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília/DF, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ITANI, M.R. **A Interface Rural-Urbana dos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo**: um estudo de caso em Araras/SP. 2005. 252f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARINHO, M.M.; FIALHO, M.A.V. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e a ampliação de mercados regionais: o caso da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. – COPERTERRA/RS. 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2012, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento**

Rural, Brasília/DF, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MATTEI, L.F. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2007, Londrina, PR. In: **Anais...**, Londrina: Sober, 2007.

MATTEI, L.F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMON, O.M. **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p.14-43.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1999, 334p.

ROCHA, A.G.P.; CERQUEIRA, P.S.; COELHO, V.P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília/DF, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SALGADO, R.J.S.F.; DIAS, M.M.; REIS, D.I. Caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Viçosa/MG: percepção dos gestores e organizações locais envolvidas em sua implementação. 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2012, Vitória, ES. In: **Anais...** Vitória, 2012.

SANCHES, J.M.; PIMENTEL, A.E.B. Produtores rurais familiares do município de Araras (SP) participantes do Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA): situação atual e perspectivas futuras. 1º Fórum Paulista de Agroecologia, 2010, Araras, SP. In: **Anais...** UFSCar: Araras, 2010.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília/DF, n.2, p. 78-88, 2005. Disponível em:

<<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-de-2005/revista-02-2005-p-pg-embrapa.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SOUSA, R.P.; VAITSMAN, J. (Orgs.) **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS. Brasília: MDS, 2007.

TÔSTO, S.G.; PEREIRA, L.C.; CARVALHO, J.P. de; MANGABEIRA, J.A.C. **Zoneamento de Uso e Cobertura dos Solos do Município de Araras**. Embrapa Monitoramento por Satélite e Embrapa Meio Ambiente, SP. 2010. (Documento Técnico).

YASBEK, M.C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo/SP, v.18, n.2, p.104-112, 2004.

ZIMMERMANN, S.A. Políticas públicas e arranjos institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA). VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza, CE. In: **Anais...** Fortaleza: Embrapa, 2007.

PAA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: NOVOS MODOS DE VIDA?

*Priscila de Oliveira Maia¹
Vera Lucia Botta Silveira Ferrante²*

Resumo: No arcabouço conceitual do desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas, podendo estas serem "beneficiárias e juízes do progresso, mas também, direta ou indiretamente, os meios primários de toda a produção". Ao analisar tal questão o autor evidencia os riscos advindos deste duplo papel – de agentes e meios do desenvolvimento exercido pelas pessoas – quando do planejamento e formulação de políticas que passam a objetivar tão somente o progresso na produção e a prosperidade econômica. Aqui não se desconsidera a importância e lugar destes dois objetivos que devem ser intermediários e subordinados ao favorecimento da vida humana. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir à luz da abordagem das capacidades sobre as dinâmicas impulsionadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos assentados da reforma agrária por ele beneficiados e que também assumem aquele duplo papel – é o PAA uma política que promove mudança social em termos de enriquecimento da vida humana? Certamente não esgotaremos tais questões, nem é nossa pretensão, mas buscaremos ressaltar aspectos do PAA que podem implicar menores e/ou maiores capacidades a tal grupo social e liberdades de escolhas sobre como viver.

Palavras-chave: Assentamentos, PAA, Desenvolvimento, Capacidades.

¹Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). E-mail: priscilao.maia@gmail.com

²Livre-docente em Sociologia – UNESP de Araraquara. Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). E-mail: vbotta@uniara.com.br

Abstract: *Based on the concept of development as liberty, development is a process that involves, fundamentally, people's agent condition, allowing them to be "beneficiary and judges of the progress, but also, direct or indirectly, all the production primary means. Analyzing this issue, the author points out the risks coming from this double role – of agents and means of development performed by people – in situations of planning and formulation of policies aimed only at the progress in production and economical prosperity. We also consider the importance and place of these two objectives which should be intermediary and subordinated to the favoring of human life. In this sense, this research aims to reflect, based on the capability approach, on the dynamics propelled by the Food Acquisition Program – FAP (PAA) in agrarian reform settlers who have been benefited by the FAP and that also have assumed that double role- is FAP (PAA) a policy that promotes social change in terms of enrichment of human life? Certainly, we will not cover all questions, and this is not our pretension, but we aim to highlight aspects of FAP which may bring smaller and/or larger capacities to this social group and freedom to choose its way of life.*

Keywords: *Rural Settlements, FAP (PAA), Development, Capacities.*

Introdução

Na obra "Desenvolvimento como liberdade" (2010), Amartya Sen procura demonstrar que o desenvolvimento pode ser compreendido como o processo de expansão das liberdades e garantia de direitos. Assume como pressuposto teórico que "os seres humanos são os agentes, beneficiários e juízes do progresso, mas também são, direta ou indiretamente, os meios primários de toda produção" (SEN, 1993, p.01).

Ao analisar tal questão, o autor evidencia os riscos advindos deste duplo papel – de agentes e meios do desenvolvimento exercido pelas pessoas – quando do planejamento e formulação de políticas que passam a objetivar tão somente o progresso na produção e a prosperidade econômica, não havendo desconsideração da importância e lugar destes dois objetivos, que devem ser intermediários e subordinados ao favorecimento da vida humana.

Concebido no bojo de um conjunto de políticas estruturantes, e após dez anos de implementação, o Programa de Aquisição de Alimentos³ (PAA) se

³Instituído pela Lei nº 10.9696, de julho de 2003, alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, atualmente regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

mantém como objeto de análise (GRISA, SCHIMITT, 2013; CAMARGO, 2013; HESPANHOL, 2013) no rol das políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agricultura familiar, que na perspectiva seniana, também assume posição de agente e meio do desenvolvimento.

O PAA tem se apresentado como uma importante política para a geração de renda para as famílias assentadas e para o fortalecimento de associações e cooperativas. Contudo, como afirma Sen (2000), os baixos níveis de renda estão entre os fatores – não isolados – do fenômeno da pobreza, que reflete a privação de um conjunto mais amplo de capacidades. Nas áreas de assentamentos rurais, a pobreza de renda está comumente associada ao acesso inadequado aos fatores de produção – terra, capital, tecnologia e trabalho.

Ao tratar das questões tanto do desenvolvimento, quanto da formulação de políticas em geral, Amartya Sen baseia-se naquilo que denomina mudança social em termos do enriquecimento da vida humana, partindo do enfoque das capacidades⁴ – que concebe a capacidade humana em sua plenitude, como a liberdade substantiva, ou seja, como encadeamento sinérgico entre o conjunto de funcionamentos ou liberdades instrumentais que permitem que o ser humano faça escolhas e as vivencie (ou não), segundo o modo de vida que escolher com razão.

Este artigo busca sistematizar alguns aspectos do processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos que junto aos assentados e assentadas da reforma agrária por ele beneficiados tem estimulado novos funcionamentos, bem como refletir à luz da abordagem das capacidades se os mesmos funcionamentos podem significar novos modos de vida em termos de enriquecimento da vida humana. Somadas à introdução e às considerações finais, na segunda parte trataremos brevemente sobre o "Desenvolvimento como Liberdade" de Amartya Sen e na terceira parte sobre as potencialidades do processo de implementação do PAA nos assentamentos rurais e a relação estabelecida com o processo de expansão das capacidades, bem como seus bloqueios. Certamente não esgotaremos tais questões, nem é nossa pretensão, mas buscaremos ressaltar aspectos do PAA que podem implicar menores e/ou maiores capacidades aos assentados e assentadas por ele beneficiados, por conseguinte liberdades de escolhas sobre como viver.

⁴Ver: O desenvolvimento como Liberdade. Amartya Sen, 2000. O desenvolvimento como expansão das capacidades. Amartya Sen, 1993.

Desenvolvimento como Liberdade

Como já dito anteriormente, a condição de agente das pessoas é uma premissa do processo de desenvolvimento como liberdade. O conceito elementar deste enfoque é o das efetivações ou funcionamentos – algo singular, realizado por cada pessoa.

De acordo com Sen (1993), a capacidade é uma noção derivada e reflete as várias combinações de funcionamentos que uma pessoa pode alcançar (modos de ser), a partir de dada concepção de vida (modo de viver), refletindo por assim dizer, a liberdade de escolhas sobre como almeja viver.

Para Sen (2010, p.55), "a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento". Ou seja, a expansão da liberdade assume fundamentalmente dois papéis no processo de desenvolvimento, o papel intrínseco, ou constitutivo – enquanto fim, e o papel instrumental, na condição de meio pelo qual o desenvolvimento é construído.

As liberdades constitutivas sempre assumirão papéis intrínsecos no processo de enriquecimento da vida humana, tratar-se-ão de escolhas como aprender a ler e escrever; se alimentar bem e escapar da fome, subnutrição ou morte prematura; ser aceito em sociedade e ter participação política. Já as liberdades instrumentais são aquelas cuja importância não se encerra nelas mesmas, ou seja, se apresentam como oportunidades de alcance a outras liberdades – que podem ser constitutivas, ou ainda intermediárias, mas em outro grau de alcance.

Ao considerar os encadeamentos existentes entre os diferentes tipos de liberdades, e para uma maior facilitação de análise, o autor categorizou as liberdades a partir da perspectiva instrumental em cinco tipos - as quais abarcam questões que avaliamos importante destacar:

- Liberdades Políticas: incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente. Referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, etc.;
- Facilidades Econômicas: são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados;
- Oportunidades Sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas

áreas da educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas oportunidades são importantes inclusive para a participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas;

- Garantias de Transparência: referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar - a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Essas garantias têm papel instrumental como inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas;

- Segurança Protetora: inclui as disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva. Importante para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte (SEN, 2000, p.58.).

O autor ressalta ainda que o processo de conversão das liberdades na perspectiva do enriquecimento da vida humana é heterogêneo, podendo sofrer influência de aspectos de ordem social (por exemplo: acesso inadequado aos serviços de saúde e educação), econômica (por exemplo: pobreza de renda), cultural (por exemplo: sociedades nas quais as mulheres são proibidas de trabalhar ou estudar), ambiental (por exemplo: catástrofes climáticas) e pessoal (por exemplo: perfil etário, gênero, características físicas e psicossociais) – o que reforça a peculiaridade dos processos de expansão das liberdades, mas também o evidente encadeamento entre as liberdades instrumentais, que pode levar a condição de agentes dos sujeitos.

Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. (SEN, 2000, p.26).

O PAA nos assentamentos rurais: processo de expansão de liberdades

Na parte que segue deste artigo apresentaremos as principais dinâmicas impulsionadas pelo PAA nos assentamento rurais quando de sua implementação somadas a reflexões sobre o desenvolvimento de novos funcionamentos, novos modos de vidas. Para tanto, organizaremos esta seção em: Mercado e renda: o impulso inicial; Matriz produtiva e de consumo: novos hábitos; Arranjo institucional e as Organizações Locais.

Mercado e Renda: o impulso inicial

O Programa de Aquisição de Alimentos atualmente opera as cinco modalidades apresentadas no Quadro 01, através das quais adquire a produção oriunda da agricultura familiar, mediante a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF e dispensa de licitação, posteriormente distribuída para instituições socioassistenciais (creches, abrigos, asilos etc.) e equipamentos públicos de nutrição (hospitais, restaurantes populares, bancos de alimentos, etc.) – beneficiando pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como destinada à formação de estoques alimentares. Seu objetivo é:

garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, s/d.).

Sigla	Título	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, da agricultura familiar, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. Executada com recursos do MDS e MDA, operacionalizada pela Conab. Valor comercializado por agricultor/ano R\$8.000,00.
	Compra com Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares – organizados em grupos formais ou informais - e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de entidades socioassistenciais e equipamentos públicos de nutrição. Executada com recursos do MDS, operacionalizada pela Conab, Estados, Municípios ou Consórcios Públicos de Municípios. Valor comercializado por agricultor individual/ano R\$ 5.500,00, podendo ampliar para R\$8.000,00 quando a proposta for composta por produtos oriundos de pelo menos 50% de fornecedores do CADÚnico. Valor comercializado por agricultor em organização formal/ano R\$6.500,00, podendo ser ampliado para R\$8.000,00 quando a proposta contiver produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade.
CPR Estoque	Apoio à Formação de Estoques	Visa adquirir alimentos da safra vigente, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. Executado com recursos do MDS e MDA, operacionalizada pela Conab. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite de vaca e de cabra, visando diminuir a vulnerabilidade social. Executada com recursos do MDS e operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 8.000,00.
	Compra Institucional	Possibilita a aquisição de alimentos por parte dos Governos Federal (além de órgãos federais), Estadual e Municipal, dispensando licitação, a preços de referência, de agricultores familiares para abastecimentos de equipamentos públicos. É operada pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, com recursos próprios e intermediada pela CONAB. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.

Quadro 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do MDS, 2014.

Ao observarmos a ementa de todas as modalidades é possível notar que para além dos objetivos fixados na formação de estoques e do abastecimento alimentar de populações em condição de vulnerabilidade social, objetiva-se também a

aquisição dos alimentos da agricultura familiar – o que demonstra o reconhecimento e valorização deste grupo social enquanto produtores no contexto do planejamento e formulação desta política pública. Este último objetivo se torna muito importante por estabelecer direta relação com a expansão das liberdades instrumentais e enriquecimento da vida humana nos assentamentos rurais, nosso foco de análise.

O PAA, especialmente a modalidade Doação Simultânea, tem se apresentado para muitos assentados e assentadas como a principal alternativa à condição de pobreza por renda na qual se encontram - é o primeiro Programa a valorizar e estimular a produção local da agricultura familiar, garantindo-lhes mercado e, por conseguinte, renda.

Os assentamentos rurais têm, em seu cotidiano, a necessidade de superar as limitações impostas pelo acesso inadequado aos fatores de produção, como, por exemplo: terras em sua maioria inférteis, com elevado grau de degradação ambiental e o acesso inadequado a outros recursos naturais, como é o expressivo caso da água; acesso inadequado aos créditos, baixa capacidade de endividamento e a falta de/ou precariedade de infraestruturas e maquinários; não/ou defasado acesso à tecnologia; força de trabalho disponível relativa (características físicas e psicossociais, perfil etário dos membros da família, idosos).

Neste cenário, o Programa tem assegurado para além da oportunidade de participação no mercado local (e quiçá regional), em primeira instância, numa perspectiva econômica, na condição de beneficiário fornecedor (de alimentos), que de acordo com o enfoque das capacidades de Sen é a garantia do exercício do papel de meio primário do processo de desenvolvimento - a possibilidade de reinvestimentos na produção, o que ao longo do tempo pode influenciar positivamente na adequação de dados fatores de produção. O Programa também gera oportunidades para estes sujeitos utilizarem os recursos econômicos auferidos a partir da venda da sua produção agrícola com a aquisição de bens de consumo.

Ao analisar a complexidade das liberdades (e privações) do mecanismo de mercado Sen (2010, p.160) ressalta que, "é preciso lidar com os problemas de equidade, especialmente ao se tratar de graves privações e pobreza; nesse contexto, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel importante."

Vale ressaltar que o PAA é uma política resultante de um longo processo de mobilizações e debates políticos que envolveram movimentos sociais, a sociedade civil organizada e Governo, como aponta Grisa et al. (2010, p.138):

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração na década de 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo lugar, contribuiu para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as conseqüências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil.

Contudo, as políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que demonstrem avanços significativos, carecem de conexões mais eficazes entre si, em favor do desenvolvimento do seu público-alvo. Tomemos como base dados do PAA para o ano de 2012, entre os meses de janeiro a junho, especificamente para as modalidades operacionalizadas pela CONAB, executadas com recursos oriundos do MDS e MDA – o orçamento movimentado neste trimestre foi de R\$ 86,84 milhões distribuídos entre 01 projeto da modalidade Compra Direta, 464 projetos da modalidade CPR Doação e 05 projetos da modalidade CPR Estoque⁵.

A não equidade na distribuição de projetos entre as diferentes modalidades, que atualmente se mantém em menores proporções, não repousa apenas na participação ativa das organizações sociais (associações e cooperativas) na gestão da modalidade Doação Simultânea, e no impulso que o arranjo institucional desta modalidade promove a sua condição de agente do desenvolvimento – questões que trataremos mais adiante. Mas, também, na falta de informação dos próprios beneficiários fornecedores sobre os objetivos e forma de operacionalização das demais modalidades (Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques). Nesse sentido, uma política de garantia de mercado que poderia

⁵Dados coletados em setembro de 2012 em www.mds.gov.br. Ver: MAIA, P.O. O PAA em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável: arranjos e conflitos na produção e reprodução da vida (um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, municípios de Serrana e Serra Azul – SP). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, Araraquara, 2013.

gerar renda anual por família superior a R\$20.000,00, muitas vezes fica limitada à renda de R\$6.500,000, ou R\$8.000,00⁶.

Grisa et al. (2010) ainda sinalizam para o descompasso existente entre a busca pelo acesso ao Programa e a sua oferta orçamentária, avaliando poder ser este um dos motivos para a sua limitada divulgação. E, para aquelas famílias assentadas que sequer conhecem ou já ouviram falar do PAA e não há outra perspectiva de mercado, tal descompasso se coloca como um bloqueio à oportunidade de expansão de suas capacidades.

O PAA pode se apresentar, e em muitos circuitos locais já tem se apresentado, como uma alternativa aos atravessadores, que reduzem, quando não anulam, a condição de agente dos grupos de assentados nos mercados locais. Tal Programa tem possibilitado que os produtos destes sujeitos sejam (re)conhecidos e aceitos como sendo de boa qualidade – a rede local de abastecimento, aos poucos, se redefine, feiras municipais são criadas, os preços do mercado local passam a sofrer influência daqueles praticados no Programa, processos que contribuem para a dinamização da economia local.

Não pretendemos com isso afirmar que o mercado e a renda sejam as principais variáveis envolvidas no processo do desenvolvimento, mas ressaltar que estas duas liberdades – primeiramente a oportunidade de participar do mercado e assim por ela decidir e, posteriormente, a garantia de renda – são o que Sen chama dentre as cinco liberdades instrumentais como "facilidades econômicas", e assumem papel importante no encadeamento das liberdades que convertidas em capacidades podem levar a outras liberdades e, assim, contribuir para o processo de enriquecimento da vida humana. Sobre a estreita relação entre renda e capacidades, o autor aponta:

(...) essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2010, p.124).

⁶A combinação entre as modalidades Compra Direta, PAA Leite e Doação Simultânea não pode extrapolar o limite de R\$8.000,00, bem como o limite total entre as cinco modalidades é de R\$24.000,00 (MDS, 2014).

Nos assentamentos rurais, o acesso ao mercado e a renda possibilitados pelo PAA, muitas vezes pode significar mais do que possuir pura e simplesmente bens de produção e de consumo – que tem sua legitimidade, pode significar um impulso inicial ao resgate da autoestima, do respeito próprio perante uma sociedade, cujas tradições e modos de vidas nem sempre dialogam com a realidade vivenciada por estes sujeitos, que vislumbram a luta pela terra reforma agrária como a alternativa à pobreza devastadora.

Com a vinda do PAA nós tivemos muito mais liberdade, porque tivemos a liberdade de poder comprar, a liberdade de poder falar, porque você está participando de uma cooperativa, a liberdade de expressão, né? A nossa vida melhorou muito com o PAA, a gente tem muito mais liberdade do que na época do acampamento. A gente era completamente excluído, hoje não"⁷. Assentada, 64 anos.

Matriz produtiva e de consumo: novos hábitos

O PAA, especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea, tem atuado como elemento dinamizador dos sistemas produtivos nos assentamentos rurais. Por sua concepção, o Programa absorve a produção de quintal das famílias assentadas, ao mesmo tempo em que estimula o planejamento da produção com vistas ao cumprimento das entregas de alimentos e fechamento dos valores anuais por família. Dentre os alimentos mais fornecidos destacam-se aqueles dos grupos das frutas, legumes e verduras – o que demonstra diversidade na produção.

A diversificação na produção, para além de combater a condição de insegurança alimentar dos beneficiários consumidores – considerada dentre as cinco liberdades instrumentais como segurança protetora -tem associação com a mudança nos hábitos alimentares das famílias assentadas, pois muitos dos legumes, frutas e verduras produzidas em atendimento à demanda local (das entidades socioassistenciais, muitas vezes) e em função dos melhores preços passam a compor a dieta da família produtora. Neste sentido, é possível afirmar que o PAA cria oportunidade de melhoria na alimentação dos assentados e assentadas não somente pela geração de renda, como também, mesmo que não

⁷Depoimento dado por assentada no ano de 2012 por ocasião do estudo de caso no PDS Sepé Tiarajú, município de Serra Azul/SP.

seja este seu objetivo, pelo estímulo à produção. Dessa feita, o enriquecimento das dietas alimentares destes sujeitos pode por sua vez contribuir para maiores capacidades individuais, questão que necessitaria de estudo mais detalhado.

Tanto o cuidado com a alimentação, quanto a prática agrícola de quintal são atividades em muitos casos desenvolvidas pelas mulheres, sendo possível indicar que o PAA estimulou a sua participação em atividades produtivas geradoras de renda – e até mesmo em organizações sociais. No entanto, a dupla titularidade – que associa a DAP física ao casal, ainda que em condições de igualdade, tem se apresentado para muitos grupos de mulheres assentadas como um fator limitante à participação no Programa, por concorrer com a renda familiar advinda do mesmo.

No que tange à qualificação do trabalho ao longo do processo produtivo o Programa se apresentou para muitas associações e cooperativas da reforma agrária (e em muitos casos ainda se apresenta) como um importante passo. Aos poucos os processos inerentes à produção, colheita e beneficiamento dos produtos (limpeza e seleção, para a maioria) têm sido apropriados pelos assentados e assentadas, sendo conferida maior qualidade ao trabalho realizado, o que se reflete no amadurecimento das organizações sociais e oportuniza a inserção em mercados mais exigentes, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PNAE).

Entendemos que o PAA estabelece cenário favorável para o desenvolvimento de habilidades individuais, bem como coletivas, quando do desenvolvimento das atividades produtivas – condição que pode ser assumida diferenciadamente em função de características individuais (idade, condição física e psicossocial, percepção e compreensão sobre o trabalho realizado), aspectos culturais (hábitos alimentares, participação de mulheres e jovens no trabalho) e ambientais (clima, solo), mas que em sua medida (singular) contribuirá para novas formas de organização do trabalho realizado entorno do atendimento às demandas do Programa, mas também frente a outros mercados, sendo estas experiências, importante processo de aprendizado.

Arranjo institucional e Organizações locais

Na sua estrutura organizacional, o PAA comporta um Grupo Gestor – formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e, mais recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC) – responsável por definir as medidas necessárias à execução do Programa (sistemática de aquisição dos alimentos, regiões prioritárias, preços pagos segundo diferenças regionais, condições da agricultura familiar e condições de doação e venda dos produtos). Além do Grupo Gestor, há as Unidades Executoras do Programa que são os estados, os municípios e a CONAB, os Beneficiários Fornecedores – que podem ser agricultores familiares sem organização formal, ou aqueles formalmente organizados em cooperativas associações e sindicatos – e os Beneficiários Consumidores – as entidades socioassistenciais.

O controle social é atribuído à sociedade através das suas representações nos âmbitos federal, estadual e municipal a partir do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

Por se tratar de uma política cuja realização se dá em diferentes escalas – federal estadual e municipal – envolvendo atores da sociedade civil e do poder público, e sob diferentes formas de operacionalização, exige dos assentados e assentadas acesso à informação e habilidades para que possam compreender tal estrutura e suas peculiaridades.

Dentre as modalidades do Programa cujo arranjo institucional estimula maior organização e participação dos agricultores familiares destaca-se a Compra com Doação Simultânea, a partir da qual associações e cooperativas protagonizam a gestão local. Para os assentamentos rurais, esta modalidade estimulou a revitalização e criação de organizações sociais (associações e cooperativas) que transformaram a realidade das famílias assentadas nos locais onde vivem, como por exemplo, em Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, região de alta concentração fundiária e baixa produção de gêneros alimentícios, que conta com cerca de 10 organizações sociais, entre associações e cooperativas, que distribuem alimentos no município e região a partir do PAA, para além da participação no PNAE. Contudo, conforme sinalizam Grisa et al.(2010) a interação entre as organizações sociais e demais atores sociais nem sempre é

harmoniosa, necessitando, inclusive, de participação mais ativa das prefeituras, especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea.

A necessidade de renda associada à não assunção da gestão por parte das prefeituras levou (e ainda leva) um conjunto de organizações a desenvolverem habilidades políticas – para relacionamento com os atores sociais de diferentes instâncias da sociedade (especialmente das entidades socioassistenciais) e do governo (prefeituras e CONAB); e técnico-gerenciais – para a gestão dos projetos aprovados junto à CONAB e gestão das suas organizações sociais.

Por outro lado, como pondera Grisa et al. (2010) nem todas as organizações sociais são capazes de responder à necessidade organizacional que o Programa demanda – um conjunto significativo de recursos humanos e materiais para a sua execução – sendo talvez esta a realidade de maior relevância social e de menor alcance.

Entendemos que o arranjo institucional do PAA, especialmente da modalidade Compra com Doação Simultânea, gera oportunidades para o desenvolvimento de dadas capacidades (políticas, organizativas, técnico-gerenciais), que se encadeiam com outro conjunto de capacidades (organização para o trabalho, aprimoramento na forma de produzir, habilidades nas relações de mercado, entre outras) que podem contribuir para a participação positiva na efetivação da política. É neste momento, especialmente, que o Programa oportuniza o exercício do papel de agente destes sujeitos, pois para além de gerirem a política, tornam-se também, capazes de influenciá-la, ainda que em nível local e regional, podendo alterar sua condição de vida, como afirma Sen (2000):

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29).

Considerações Finais

A proposta deste artigo não teve como pretensão finalizar o debate acerca da contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos à expansão das liberdades dos assentados e assentadas da reforma agrária, mas apontar questões que avaliamos relevantes para compreensão das dinâmicas impulsionadas pela implementação desta política nos assentamentos rurais. E, a partir destas, refletir

sobre os modos de vida destas comunidades após a sua implementação.

Admitimos que o PAA, especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea, gera oportunidades para o desenvolvimento de um conjunto de liberdades instrumentais – que dependentes de influências externas (características pessoais, ambientais, sociais, culturais e econômicas) podem sofrer bloqueios à sua expansão – que podem encadear-se e contribuir para a condição de agente dos assentados e assentadas da reforma agrária, e não somente de produtores primários – meios de seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido é possível afirmar que o Programa estimula o desenvolvimento de novos modos de vida nos assentamento rurais, especialmente naqueles em que há atuação positiva de associações e cooperativas para gestão de projetos da modalidade Compra com Doação Simultânea. Contudo, a perspectiva do enriquecimento da vida humana a partir destes novos modos de vida é questão sem uma única resposta. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), as escolhas sobre os modos de vida são intrínsecas à concepção de mundo que cada sujeito tem – que por sua vez, se reflete em seu funcionamento. Desse modo, não é possível esgotarmos respostas sobre o enriquecimento da vida humana de cada assentado e assentada beneficiados pelo PAA – tratam-se de percepções singulares, escolhas particulares e realizações individuais, mas que, em dados momentos tornam-se coletivas para possibilitar o acesso à política pública. Sem desfechos programados, tais políticas, em suas potencialidades – nada ilimitadas – podem expandir a liberdade vivenciada neste novo modo de vida.

Referências

CAMARGO, R. A. L. et al. O papel do Programa de aquisição de Alimentos (PAA) e o programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Temas da administração Pública. V-8. N.2 (2013).

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. In: Retratos de Assentamentos, n. 13, 2010. p. 137-170.

GRISA, C.; SCHIMITT, C.J. The Food Acquisition Program in Brazil: contributions to biodiversity, food security and nutrition. In: FANZO, J.;

HUNTER, D.; BORELLI, T.; MATTEI, F. (Orgs.). **Diversifying Food and Diets: using agricultural biodiversity to improve nutrition and health.** Londres e Nova York: Routledge, 2013, p. 355-361.

HESPANHOL, R.A.M. **Programa de Aquisição de Alimentos:** limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v.25(3), p.469-483, set/dez, 2013.

MAIA, P.O. **O PAA em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável:** arranjos e conflitos na produção e reprodução da vida (um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, municípios de Serrana e Serra Azul - SP). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, Araraquara, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Estado, Reformas e Desenvolvimento: o desenvolvimento como expansão das capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, ns.28-29, abr. 1993.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE CAFÉ NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Paulo Rogério Lopes¹

Paulo Yoshio Kageyama²

Keila Cássia Santos Araújo Lopes³

Resumo: O referido artigo tem como objetivos principais caracterizar os aspectos socioeconômicos e ambientais dos sistemas produtivos cafeeiros convencionais e ecológicos (sistemas agroflorestais) da região do Pontal do Paranapanema, em áreas de assentamentos rurais, avaliando a sustentabilidade desses agroecossistemas e as oportunidades de geração de renda e segurança alimentar às famílias. Apesar do café produzido nos sistemas agroflorestais não receber aplicações de agroquímicos e ostentar uma alta diversidade de espécies, caracterizando-o como um café de base ecológica, os agricultores não têm alcançado melhores preços de mercado por alguns determinados fatores. A colaboração dos SAFs na renda familiar poderia ser quintuplicada apenas com o pagamento justo pelo café agroecológico produzido. Tanto a biodiversidade intrínseca (dentro do agroecossistema), quanto a extrínseca (encontrada no entorno do agroecossistema), fragmentos de mata nativa e a matriz florestal, neste caso em específico, o Parque Estadual Morro do Diabo, têm contribuído para a agricultura local. A resiliência (menor incidência de pragas, recuperação pós-geadas e chuvas de granizo), a auto-suficiência e a produtividade alcançada pelos agroecossistemas estudados estão diretamente relacionados com a

¹Doutorando em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. Piracicaba-SP – Brasil. 13418-900. biocafelopes@bol.com.br

²Professor Titular – USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". pkageyama@usp.br

³Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP – Rio Claro. keilacaraujo@hotmail.com

biodiversidade da floresta local e dos agroecossistemas biodiversos (SAFs). Assim, verificou-se que as unidades familiares em transição agroecológica estão cumprindo a função de conservação dos recursos naturais, diversificação da paisagem rural, promoção da segurança alimentar e resgate de práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Transição agroecológica, Agrofloresta, Café ecológico, Agroecologia.

Abstract: *This article has as main objectives to characterize the socioeconomic and environmental aspects of conventional and ecological coffee (agroforestry) of Pontal do Paranapanema, region in areas of rural settlements production systems, evaluating the sustainability of these agroecosystems and the opportunities for income generation and food security to families. Despite the fact that the coffee produced in agroforestry systems do not receive agrochemical applications and present a high diversity of species, characterizing it as an ecologically-based coffee, farmers have not achieved better market prices determined by some factors. The collaboration of agroforestry in family income could be multiplied by five only if there was a fair payment for the agroecological coffee produced. Both the intrinsic biodiversity (within the agro-ecosystem), and the extrinsic (found in the vicinity of the agroecosystem), fragments of native forest and forest matrix, in this case in particular the State Park Morro do Diabo, have contributed to local agriculture. Resilience (lower incidence of pests, recovery from frost and hailstorms), self-sufficiency and productivity achieved by agroecosystems studied are directly related to the biodiversity of the local forest and biodiverse agroecosystems. Thus, it was found that households in agroecological transition are fulfilling the function of conserving natural resources, diversification of the rural landscape, promoting food safety and rescue of agroecological practices.*

Keywords: Agroecological Transition ; Agroforestry; Ecological Coffee; Agroecology.

Introdução

Sem orientações técnicas no cultivo do café, a cafeicultura brasileira propagou-se com a crença que deveria ser realizada em solo coberto por floresta virgem e

a pleno sol. Desconsiderando as condições nativas da planta, esse sistema provocava a dizimação das áreas florestadas, através do machado e fogo, impedindo o sombreamento das plantas de café. As únicas árvores que eram mantidas tinham o único propósito de evidenciar a qualidade do solo, como o pau d'alho, dentre outras.

Em pouco tempo, o Vale do Paraíba, região onde se iniciou a expansão da cafeicultura no estado de São Paulo, transformou-se numa colcha de retalhos de cafezais e de mata primária (DEAN, 1997). De acordo com Kiehl (1985), a prática de derrubada das matas nativas foi assumida pelos agricultores como a única maneira de cultivar-se café, criando-se o mito que o cafeeiro produzia bem somente sentindo o "bafo da mata".

Porém, de acordo com Souza (2006), com o predomínio da monocultura em sistema extensivo, os cafezais não sombreados envelheciam mais cedo. Em resposta a esse sistema, o cafeeiro começa a produzir a partir do terceiro ano de vida, e por volta dos vinte, eventualmente até os dez ou doze anos, quando a matéria orgânica oriunda da antiga mata e a fertilidade natural dos solos se esgotava, os cultivos eram abandonados para serem substituídos por novas plantações em áreas virgens e ricas em matéria orgânica. As terras íngremes e erodidas eram então arrendadas aos comerciantes de lenha e posteriormente, ocupadas pelo gado, muitas vezes sob nova administração.

Já os sistemas sombreados de café aumentam a biodiversidade nas propriedades e contribuem para a mitigação do aquecimento global, além de apresentarem vantagens técnicas potenciais, como menor pressão de pragas e doenças e melhoria das condições hídricas e térmicas locais (MOREIRA, 2009).

A biodiversidade tem sido enaltecida como fator preponderante para a manutenção da vida no Planeta Terra. No entanto, apesar de representar a base da vida para toda a humanidade, poucas políticas públicas, tanto a nível nacional e internacional, têm sido efetivas na conservação e preservação dos recursos naturais.

A região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo, Brasil, ficou conhecida pelos constantes conflitos agrários que ocorreram entre agricultores sem terra e fazendeiros na década de 80 e 90. A ocupação indevida e não planejada ocasionou perdas significativas de áreas consideradas essenciais à conservação da biodiversidade, como a "Grande Reserva do Pontal". Atualmente, áreas extensas de pastagens deram lugar à monocultura canavieira, favorecendo ainda mais a homogeneização da paisagem, o que corrobora com a perda e fragmentação de habitats.

Apesar de a região ostentar um histórico destrutivo dos recursos naturais, principalmente da biodiversidade, ainda restou uma área significativa de Floresta Estacional Semidecídua, protegida no Parque Estadual Morro do Diabo. E nos últimos 20 anos os projetos de assentamentos rurais aumentaram a heterogeneidade da paisagem, uma vez que muitos projetos com enfoques agroecológicos, como a inserção de sistemas agroflorestais (SAFs) nas unidades produtivas têm sido incorporados como tecnologia de base agroecológica importante para o desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos rurais.

O cafeeiro é uma planta de origem africana, perene, arbustiva, que pertence à família das Rubiáceas. Originário dos planaltos da Etiópia e Sul do Sudão, o café *Coffea arabica* é ali uma planta do sub-bosque das florestas de altitude (KHATOUNIAN, 2001). Segundo Camargo e Telles Júnior (1953), nestas regiões de origem é encontrado em estado espontâneo nas galerias florestais, abrigado e protegido pela galeria das árvores.

O cafeeiro da variedade arábica (*Coffea arabica*) é uma planta tropical de altitude, adaptada a clima úmido, de temperaturas amenas, condições em que prevalecem na região de sua origem, os altiplanos da Etiópia. A faixa de temperatura considerada ideal varia de 19° a 22° e pluviosidade acima de 1200 mm anuais (PEDINI, 2006).

De acordo com Furtado (2005) e Prado Júnior (1967), a cafeicultura desenvolveu-se bem no Brasil, principalmente pelas características de produção do cafeeiro corresponder às condições ecológicas do país. Assim, esse potencial edafoclimático e ecológico para produção cafeeira no país favoreceu a ampla expansão desse produto nas terras brasileiras. Vale ressaltar que, apesar desse potencial, os cafeicultores brasileiros não realizavam práticas agrícolas coniventes com a conservação dos solos e da biodiversidade. Sempre tiveram preocupações referentes à ampliação do parque cafeeiro e ao aumento da produção do café nas unidades produtivas. No entanto, essas aspirações comerciais, baseadas principalmente na quantidade de café produzido, não possibilitaram o aproveitamento das características ambientais que o país oferece para a produção de cafés de qualidade (cafés sustentáveis e especiais). Pelo contrário, o depauperamento dos solos e a destruição da biodiversidade foram constantes nos três últimos séculos.

No passado, o abandono de diversas lavouras cafeeiras era ocasionado pelo rápido depauperamento das mesmas, visto que essas, implantadas em monocultivos, sofriam com as adversidades climáticas (sol, estresse hídrico, ventos), pragas, doenças, ausência de práticas conservacionistas do solo e de

nutrição adequada. A deficiência nutricional das plantas aumenta a sua susceptibilidade a pragas e doenças, que com o desequilíbrio ecológico, torna-se um problema relevante. Assim, o uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos é realizado pelos cafeicultores como medida paliativa de proteção e nutrição das lavouras, porém, sabe-se que tais medidas não solucionam os problemas fitossanitários e ainda acarretam outros de severas implicações econômicas e sócio-ambientais. Isso evidencia a necessidade de um melhor entendimento desses problemas de origem fitossanitária, bem como a ausência de propostas de soluções que sejam ambientalmente corretas, socialmente justas, energeticamente eficientes e economicamente viáveis aos agricultores.

Na década de 60, de acordo com Silva (1994), a cafeicultura brasileira foi objeto de um conjunto de transformações tecnológicas, institucionais e creditícias que possibilitaram a sua adequação ao modelo produtivista da agricultura. Segundo o mesmo autor, baseando-se em variedades de alto rendimento, na utilização de insumos modernos, e em amplo apoio financeiro sustentado por linhas de crédito especiais, iniciou-se um processo de inovação que modificou o perfil da cafeicultura nacional.

A partir desse período, o uso de herbicidas, inseticidas, fungicidas e máquinas agrícolas passou a ser constante nas lavouras de café. E os problemas sócio-ambientais já existentes na época tomaram maiores dimensões. Segundo Galetti (2004), iniciou-se um processo de substituição do serviço humano pelas máquinas e acelerou-se o processo de devastação ambiental. O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), maior centro de pesquisas cafeeiras da época, de acordo com Silva (1994), preparou a cafeicultura com variedades de alto rendimento, de maneira a participar como consumidora de insumos, justamente no processo de implantação de industrialização pesada.

A substituição dos sistemas de produção de maior diversidade cultural por sistemas mais simplificados, baseados no uso de insumos industriais químicos, máquinas e variedades vegetais melhoradas e padronizadas promoveu um aumento da produtividade, porém, por outro lado, afetou drasticamente a estabilidade ecológica e social da produção agrícola (SANTANA, 2005).

Ao romper com os processos de resiliência e auto-suficiência dos agroecossistemas diversificados, devido à simplificação do ambiente agrícola, as intervenções com agroquímicos tornaram-se necessárias, comprometendo ainda mais as relações ecológicas.

De acordo com Gliessman (2005), o sucesso e o impulso na crescente produção de alimentos dados no último século deveram-se principalmente a

avanços científicos e inovações tecnológicas. No entanto, segundo Gliessman (2001), diversos danos ambientais foram causados pela agricultura industrial e se expressam na diminuição da fertilidade dos solos, perda de matéria orgânica, lixiviação de nutrientes, degradação e aumento da erosão dos solos, contaminação e esgotamento de fontes hídricas, aumento de pragas e doenças, contaminação de ambientes agrícolas e ecossistemas naturais, danos à saúde de agricultores e assalariados agrícolas, destruição de insetos e microorganismos benéficos, diminuição drástica da biodiversidade regional e desequilíbrios no ciclo global de nitrogênio com conseqüente agravamento dos problemas na camada de ozônio.

Os desequilíbrios no ecossistema agrícola provocados pela monocultura induziram os procedimentos técnicos que definem o chamado "pacote" tecnológico da agricultura moderna (BORGES FILHO, 2005). Segundo Romeiro (1998), na natureza, diversidade é sinônimo de estabilidade, e, quanto mais simplificado for um determinado ecossistema, maior a necessidade de fontes de energia para manter o equilíbrio.

E é justamente essa corrida desenfreada pela adoção de pacotes tecnológicos da agricultura moderna que provocou no Brasil os mesmos impactos deletérios e ameaças ambientais antes constatados na Europa, na América do Norte ou no Japão (VEIGA, 2003). Além de desconsiderar a importância da biodiversidade nos agroecossistemas, a agricultura convencional, em suas práticas mais peculiares, acarreta a destruição da mesma, promovendo ainda mais a dependência dos agricultores aos insumos químicos.

Dessa maneira, os sistemas agroflorestais surgem como capazes de melhorar as condições atuais, podendo fornecer bens e serviços, integrados a outras atividades produtivas da propriedade. Eles constituem uma combinação integrada de árvores, arbustos, culturas agrícolas e/ou animais, com enfoque no sistema como um todo, e não nos produtos a serem obtidos (VIANA, 1992 *apud* FRANCO, 2000), e se caracterizam pela existência de interações ecológicas e econômicas significativas entre os componentes (COPIJN, 1988; MONTAGNINI, 1992 *apud* FRANCO, 2000). Esses sistemas podem fornecer vários bens e serviços, integrados a outras atividades produtivas da propriedade, como: cercas-vivas, para delimitação de propriedades; sombra para culturas e animais; e produção de adubos verdes, lenha, madeira, forragem, produtos medicinais, alimentos, entre outros.

De acordo com Romeiro (1998), o progresso científico e tecnológico atual oferece muito mais do que no passado a possibilidade de fazer a natureza trabalhar em benefício do homem, pois eles podem contribuir para intensificar a concepção

de sistemas integrados, na qual as complementariedades e simbioses existentes entre espécies vegetais e animais resultaram em benefícios ao ecossistema agrícola.

Assim, é interessante analisar as experiências agroecológicas e a potencialidade da biodiversidade ser utilizada como ferramenta para construir novos ecossistemas agrícolas e florestais sustentáveis.

A biodiversidade das florestas tropicais tem sido enaltecida como sendo muito alta nesses ecossistemas, mostrando a potencialidade que temos para seu uso econômico. Essa alta diversidade intrínseca dessas florestas, tão rica e complexa em espécies, tem sido também colocada como responsável pelo delicado equilíbrio desses ecossistemas. Portanto, biodiversidade e equilíbrio parecem estar associados e se completando nesses ecossistemas tropicais ricos em espécies (KAGEYAMA, 2008).

Segundo Martins (2003), os agricultores da América Central, que possuem cultivos arrançados em estruturas e diversidade que imitam as florestas tropicais, mantendo o maior índice de diversidade possível, conseguem diminuir as ameaças das condições instáveis (como pragas), enquanto obtêm uma fonte de renda e nutrição estável e aumentam os retornos sob níveis baixos de tecnologia.

Além disso, a busca de sistemas agrícolas sustentáveis e diversificados de baixa utilização de insumos e que utilizam eficientemente a energia, é atualmente motivo de preocupação de pesquisadores, agricultores e políticos em todo o mundo. A estratégia chave da agricultura sustentável é a restauração da diversidade na paisagem agrícola (ALTIERI, 1987 apud ALTIERI, 2002).

Dessa maneira, para solidificar a contribuição dos sistemas agroflorestais para o desenvolvimento sustentável, torna-se essencial o entendimento de seus princípios fundamentais, através do conhecimento de suas potencialidades e limitações relacionadas a aspectos ecológicos, econômicos e sociais, que são a base do triângulo da sustentabilidade (MACEDO, CAMARGO, 1994).

O referido artigo tem como objetivos principais caracterizar os aspectos socioeconômicos e ambientais dos sistemas produtivos cafeeiros convencionais e ecológicos (sistemas agroflorestais) da região do Pontal do Paranapanema, em áreas de assentamentos rurais, avaliando a sustentabilidade desses agroecossistemas e as oportunidades de geração de renda e segurança alimentar às famílias. Dessa maneira, tal estudo possibilitou uma leitura holística dos sistemas de manejo adotados pelos cafeicultores e de suas implicações na resiliência, conservação da biodiversidade e autossuficiência dos agroecossistemas, fornecendo subsídios importantes aos pesquisadores, técnicos e agricultores no planejamento e manejo de sistemas agroflorestais com café.

Material e métodos

Área de estudo

A área de estudo escolhida para o desenvolvimento da referida pesquisa encontra-se nos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema, localizada entre o Parque Estadual Morro do Diabo e importantes fragmentos de mata da região. A área de estudo foi constituída em 10 SAFs inseridos no projeto Café com Floresta e em 10 unidades convencionais de produção, com monocultivos de cafeeiros em unidades produtivas de assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio.

O Pontal do Paranapanema é uma região que historicamente foi ocupada por grandes propriedades baseadas na monocultura e pecuária de corte, e, mais recentemente, pelo cultivo de cana-de-açúcar.

A grande concentração de terras no Pontal do Paranapanema, obtida pelo meio da grilagem, facilitou o início de conflitos sociais na área, que deram origem a vários acampamentos. Esses acampamentos, juntamente com a intensificação do número de ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, deram origem aos projetos de assentamentos rurais nessa área (SILVA et al. 2006). É neste contexto que também surgem os assentamentos do município de Teodoro Sampaio, dentre os quais destacaremos o Santa Zélia, Água Sumida e Ribeirão Bonito como as áreas de estudo dessa pesquisa.

O município de Teodoro Sampaio pertence à Bacia hidrográfica do Paraná, e se situa entre dois grandes rios: Paraná, ao Norte, e o seu afluente Paranapanema, ao Sul. A cobertura vegetal no passado existente em todo o Pontal do Paranapanema é encontrada hoje apenas no Parque Estadual Morro do Diabo e em alguns pontos esparsos da região, sendo que a vegetação constituída é a maior porção contínua de mata atlântica do interior do Estado de São Paulo (SILVA et al., 2006).

O projeto Café com Floresta foi desenvolvido pelo IPE – Instituto para Pesquisa Ecológica, com início em 2002, junto às famílias assentadas através do processo de reforma agrária, na região Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo, sendo responsável pela implantação de 70 sistemas agroflorestais. Os bosques formados possuem aproximadamente 1,0 ha cada, sendo implantados com diversas espécies arbóreas nativas e algumas exóticas, consorciadas à cultura do café (*Coffea arabica L.*) e culturas anuais nas entrelinhas (LIMA et al., 2003). De acordo com o coordenador do projeto Café com Floresta, Jefferson Lima, 70 famílias possuem aproximadamente 1 hectare de unidade demonstrativa de sistema agroflorestal. O desenho básico

de cada unidade está composto em média por 4.000 mudas de café (*Coffea arabica L.*), e entre 400 a 800 árvores, sendo predominado por espécies nativas.

O Pontal do Paranapanema, considerada a segunda região mais pobre do Estado de São Paulo, tem sua economia baseada principalmente na exploração agropecuária e pelo cultivo de cana-de-açúcar. No final da década de 80 com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a região torna-se cenário de grande conflito na luta pela terra, resultando atualmente em 102 assentamentos rurais com aproximadamente 6.000 pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar.

Devido ao processo de ocupação sem critérios, a exuberante Mata Atlântica que antes predominava na região, sofreu drástica redução em sua cobertura florestal, restando hoje, apenas 1,85% da cobertura original. A maior parte do que resta é o Parque Estadual Morro do Diabo (37.000 ha) e alguns fragmentos em propriedades privadas e assentamentos (DEAN, 1995). Ainda como consequência do modo de ocupação da Reserva do Pontal, houve grande concentração de terras devolutas em poder de poucos fazendeiros – 8% dos proprietários rurais detêm a posse de 75% dos 260.000 mil hectares da grande Reserva do Pontal (CATI, 1996).

As grandes extensões de pastagem impedem a conectividade entre estes fragmentos florestais remanescentes, levando ao isolamento muitas espécies, entre elas o Mico-Leão-Preto (*Leontopithecus chrysopygus*), um dos primatas mais ameaçados de extinção do planeta (VALLADARES-PÁDUA, CULLEN, 1995).

Aspectos metodológicos

A metodologia da pesquisa foi baseada no DRP (Diagnóstico Rural Participativo), utilizaram-se as técnicas de observação, dinâmicas em grupos e entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com agricultores, lideranças locais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), técnicos e educadores, que representam universidades e ONGs (Organizações não governamentais). Além disso, foram feitas visitas periódicas de janeiro de 2011 a dezembro de 2012 às unidades familiares selecionadas para a pesquisa. Essa vivência e acompanhamento mensal das unidades familiares, além de facilitar o diagnóstico sócio-econômico e agrônômico-produtivo dos agroecossistemas, possibilitaram uma maior vivência dos pesquisadores com os agricultores, que ao longo desse período foram estabelecendo relações de confiança e trocas de conhecimentos e informações, fato que favoreceu a coleta de dados e a sistematização dos

dados coletados. As informações coletadas foram complementadas por dados obtidos a partir de métodos qualitativos. Os métodos qualitativos utilizados foram: a observação participante, as entrevistas parcialmente estruturadas, a fotodocumentação e as anotações em diário de campo.

De acordo Lopes et. al (2008), as metodologias de construção coletiva do conhecimento agroecológico variam conforme as distintas realidades, e estas devem ser flexíveis e adaptáveis, à medida que se conhecem melhor os anseios, expectativas e desejos do público com o qual se trabalha.

De acordo com Costa (1995), um referencial conceitual e analítico cartesiano e reducionista vem se mostrando limitado e insuficiente na determinação das causas e na identificação das alternativas de superação dos crescentes problemas produtivos agrícolas e dos impactos negativos gerados pelo setor, nas esferas econômica, social e ambiental. Nesta esfera, a agroecologia pode dar uma expressiva contribuição, enquanto uma área da ciência que utiliza um referencial teórico e conceitual fundamentado na abordagem sistêmica, buscando entender e analisar a agricultura como um todo.

A utilização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como ferramenta para o desenvolvimento de pesquisa-ação e/ou projetos extensionistas se constitui em uma boa estratégia para captação de informações e construção de um quadro analítico, que posteriormente pode ser utilizado na execução dos projetos. De acordo com Verdejo (2007), o DRP consiste num conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades participem ativamente do diagnóstico do agroecossistema e a partir daí sejam capazes de auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (THIOLLENT, 2000).

A Agroecologia enquanto uma ciência forneceu os princípios teóricos e metodológicos para a execução de muitas etapas da pesquisa, pois ela é embasada nas diversas áreas do conhecimento científico e do conhecimento tradicional, contendo princípios teóricos e metodológicos voltados para a avaliação, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis, podendo contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e perpetuação da agricultura familiar, numa ótica que transcende a produção de alimentos e abriga anseios maiores, como a reprodução social das famílias no meio rural, a qualidade de vida dos agricultores e a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações (LOPES, 2009). Ainda de acordo com o mesmo autor, a Agroecologia, enquanto ciência em construção baseia-se no diálogo entre saberes, na evolução dialógica do

conhecimento científico e do saber popular, valorizando a cultura do homem do campo e seus conhecimentos empíricos.

Resultados e Discussão

Caracterização sócio-econômica

A idade média dos agricultores que possuem sistemas agroflorestais é de 64 anos. Enquanto, a média de idade dos agricultores convencionais é de 58 anos. De acordo com o Estatuto do idoso, no Brasil, a partir de 60 anos uma pessoa pode ser denominada de idosa (DOLL, 2012). Ambos os agricultores, pertencentes aos diferentes sistemas de produção agrícola, estão em idades avançadas, mas ainda se encontram em plena atividade física e desempenham fisicamente todas as atividades agrícolas e pecuárias existentes no lote. O titular do lote é o principal responsável pelas atividades agropecuárias desenvolvidas no lote, neste sentido verifica-se que a faixa etária dos agricultores entrevistados em quase sua totalidade enquadra-se na categoria de idosa. De acordo com Doll (2012), o número de pessoas idosas e muito idosas está aumentando rapidamente no meio rural, no entanto, o trabalho é um fator importante de identificação e constituição da pessoa, envolvendo relações com o ambiente e consigo mesma.

Por um lado, o fato dos agricultores se encontrarem em plena atividade e com vigor físico é importante, mas por outro lado, o envelhecimento da população rural e a evasão dos jovens rurais para as cidades expõem uma possibilidade de não continuidade das atividades agrícolas e rurais pelos seus filhos e sucessores. Pois, em todas as unidades familiares pesquisadas verificou-se que em apenas duas delas, em unidades produtivas classificadas como convencionais, os filhos dos agricultores permanecem no lote e contribuem com o trabalho agrícola. Com isso, fica evidente que o envelhecimento da população rural assentada deverá ser tratado com atenção especial pelas autoridades políticas, portanto, discussões e formulações de políticas públicas para o campo e para os jovens oriundos da agricultura familiar são urgentes. As políticas públicas já existentes e outras mais contemplativas que favoreçam a fixação dos jovens no campo e deem qualidade de vida à população idosa devem ser efetivadas num curto espaço de tempo, caso contrário, a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e a dignidade do idoso poderão ser comprometidas.

Nenhum dos agricultores entrevistados teve a oportunidade de iniciar o ensino superior. Destaca-se na figura 1 que dos seis agricultores analfabetos, 5 se enquadram no modelo convencional de cultivo e apenas um deles faz parte do

grupo de agricultores em transição agroecológica, que possuem SAFs e estão em estágio avançado da conversão dos sistemas produtivos. Provavelmente, o nível de escolaridade influenciou a tomada de decisão dos agricultores em fazer a conversão do sistema de manejo convencional para um sistema de manejo de base ecológica. O nível de escolaridade pode contribuir e estar associado ao conhecimento técnico sobre os riscos que uma agricultura intensiva em agroquímicos acarreta para o meio ambiente e para os seres vivos. Acredita-se que a formação escolar e a formação política dos agricultores contribuíram com a tomada de decisões dos agricultores agroecológicos, principalmente no que se refere à mudança do padrão tecnológico utilizado nos lotes. Pois deixar o padrão tecnológico agrícola imposto pela agricultura dita moderna e traçar outras possibilidades e alternativas mais limpas e sustentáveis de produção requer uma visão política, holística e sistêmica de todo o processo.

De acordo com Kolling et al. (2012) o MST (Movimento dos Sem Terra) passou a expressar e a reafirmar um concepção de educação que vincula a produção da existência social à formação do ser humano, não abrindo mão da instrução adquirida na escola como prática necessária para o entendimento da realidade e da luta por uma transformação. Por esse motivo, o MST juntamente com o poder público conseguiu inserir várias escolas dentro dos assentamentos rurais, desde o nível de pré-escola até o ensino de jovens e adultos (EJA). Além disso, promovem cursos de formação política e capacitação em agroecologia por meio de cursos informais e formais, abrangendo cursos técnicos e superiores, contemplando cursos de técnicos de agropecuária e agroecologia, e superiores de pedagogia, agronomia, direito, medicina veterinária, dentre outros. Neste sentido, acreditamos que o fato da coordenação nacional do MST considerar e entender que a quebra de paradigma produtivista dentro dos assentamentos rurais depende de outras práticas sociais e de outros modelos alternativos de produção agrícola tem possibilitado uma caminhada dos assentamentos rurais rumo à sustentabilidade. Por esse motivo todos os cursos na área de ciências agrárias (Engenharia agrônoma e veterinária) oferecidos para os assentados pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) têm como área do conhecimento norteadora a Agroecologia.

Por outro lado, muitos agricultores, pelas péssimas condições financeiras e dificuldades em comprar sementes, adubos e agrotóxicos buscam outras formas de produção que sejam menos dependentes de insumos externos e conseguem, por meio do conhecimento tradicional camponês, se sobressair em muitas atividades agrícolas, uma vez que respeitam as condições climáticas, valorizam

as variedades locais dotadas de rusticidade e mantêm o conhecimento de certas práticas e técnicas de manejo até mesmo centenárias. De acordo com Khatounian (2001), o processo de mudança no manejo convencional para o ecológico tem sido chamado de conversão e as motivações para a conversão ainda podem ser outras como as doenças na família ou em vizinho causadas por agrotóxicos, considerações filosóficas ou religiosas e o prêmio pago pelos produtos orgânicos.

Ainda com relação à escolaridade dos agricultores assentados, Heredia et al. (2002) verificou em estudos realizados em assentamentos rurais brasileiros que a escolaridade de 87% dos responsáveis pelo lote era de até a 4ª série do ensino fundamental, sendo que 32% nunca foram à escola. Apenas 2% a freqüentaram além da 8ª série. Esses dados foram semelhantes no caso dos cônjuges e da população assentada com 30 anos ou mais.

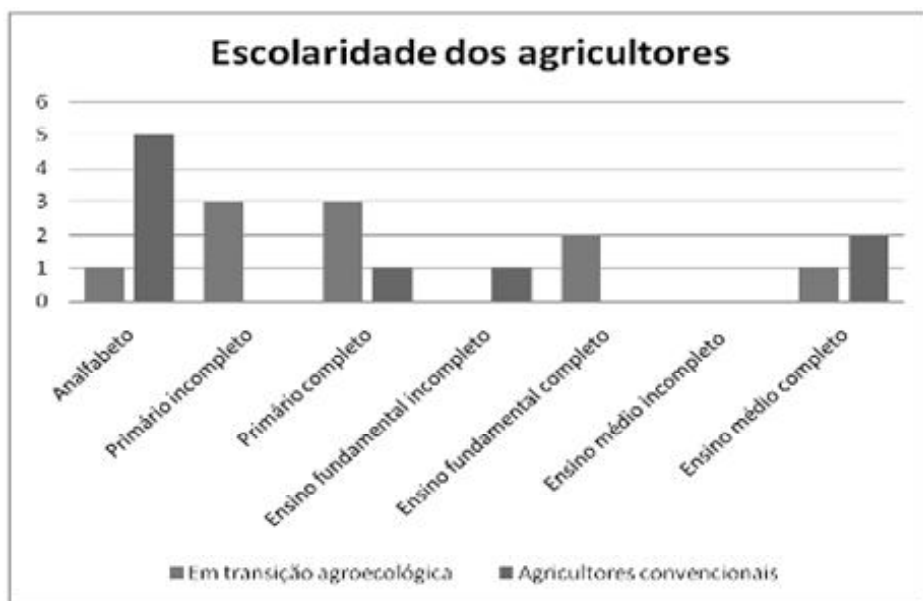


Figura 1 – Nível de escolaridade dos agricultores em transição agroecológica e em sistema convencional de manejo.

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com as entrevistas realizadas, todos os agricultores selecionados para a pesquisa haviam tido contato com a terra antes de se tornarem assentados. A maioria dos agricultores convencionais tinham sido meeiros em propriedades

cafeiras do estado do Paraná. E os agricultores que se encontram em transição agroecológica tiveram um histórico de arrendamento e posse da terra. Muitos arrendaram terras no passado e depois de certo tempo, antes de se tornarem assentados, por período curto de tempo, tornaram-se posseiros. De acordo com Heredia et al. (2012), quando se analisa o tipo de trabalho exercido imediatamente antes de vir para o assentamento, constata-se que 75% dos assentados estavam anteriormente ocupados em atividades agrícolas, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, membros não remunerados da família.

Em média, o número de pessoas que integram a unidade familiar dos agricultores em transição agroecológica foi de 3,9 indivíduos por lote e nas unidades familiares denominadas convencionais a média é de 2,66 indivíduos por lote (Tabela 1). O tipo de mão de obra entre os dois estilos de agricultura familiar diferiram muito. Os agricultores em transição agroecológica possuem mão de obra tipicamente familiar. Já os agricultores convencionais se caracterizam pela contratação de mão de obra temporária, apesar de serem os principais responsáveis pela efetuação das atividades agrícolas no lote (Tabela 1). As unidades produtivas convencionais pagam em média 50 diárias por ano para trabalhadores temporários, enquanto as que se encontram em transição agroecológica pagam apenas 1,5 diárias por ano. Na realidade, entre os 10 agricultores em transição agroecológica, apenas um deles pagava 15 diárias por ano a um trabalhador temporário que prestava serviços em seu lote, por isso a média foi de 1,5 diárias por ano para essa categoria de agricultores.

Aspectos produtivos e ambientais das unidades de produção

As unidades familiares em transição agroecológica possuem uma dinâmica espacial e temporal produtiva bem diferente das unidades convencionais, uma vez que os sistemas produtivos são diversificados e consorciados (tabela 2), diferentemente das unidades familiares convencionais que trabalham apenas com lavoura de café e pecuária. Isso explica o motivo pelo qual a necessidade de mão de obra é maior nas unidades familiares convencionais, pois o fato de terem seu foco em apenas uma ou no máximo duas atividades agrícolas faz que tenham maior demanda de mão de obra, principalmente no período de colheita e secagem do café. O que é ruim quando analisamos a disponibilidade de trabalho durante todo o ano no lote, pois em um período de cerca de 8 meses falta serviço dentro dos lotes convencionais e os agricultores assentados necessitam buscar serviço fora do lote, trabalhando em usinas e ou prestando serviços temporários. Já no

período da colheita falta mão de obra e as unidades produtivas necessitam contratar mão de obra especializada e dispendiosa para colher o café. Essa especialização produtiva ou foco em no máximo duas atividades é prejudicial à unidade familiar sob diversos aspectos, o agricultor fica muito mais sujeito e vulnerável à desvalorização e queda nos preços dos produtos produzidos, correndo muito mais riscos financeiros do que aquele agricultor que não possui o foco em apenas alguns produtos, como é o caso dos agricultores agroecológicos. Além disso, a segurança alimentar das famílias fica ameaçada, uma vez que necessitam comprar muitos alimentos que poderiam ser produzidos no lote. Sem contar os riscos de contaminação do meio e intoxicação humana com os agrotóxicos que as propriedades convencionais utilizam.

Tabela 1 – Quantidade de pessoas que compõem a família, tipo de mão de obra, n.º de integrantes que trabalham no lote e número de diárias pagas a terceiros.

Variáveis	Unidades familiares agroecológicas	Unidades familiares convencionais
Nº de pessoas na família	3,9	2,66
Tipo de mão-de-obra no lote	Familiar	familiar/temporária
Nº de integrantes que compõem a mão de obra familiar	2	1,77
Nº de diárias pagas/ano	1,5	50

Fonte: Dados de pesquisa.

Enquanto as unidades produtivas convencionais possuem em média 3 ha de área com lavoura cafeeira, contendo 10.000 pés de café e 16 ha de pastagens, as unidades familiares que se encontram em processo de transição agroecológica possuem uma média de 2,3 ha destinados para produção de culturas anuais (milho, mandioca, entre outras), 180 m² para a horticultura, 1530 m² para a fruticultura, 1,24 ha para os sistemas agroflorestais, 0,84 há com eucalipto (apesar de apenas 3 unidades terem eucalipto no lote), 330 m² em área construída e 15,3 ha são reservados para pastagem (Tabela 2). A média do tamanho total dos lotes é de 20,11 ha.

Tabela 2 – Caracterização do uso do solo das unidades produtivas dos agricultores em transição agroecológica.

Uso do solo	Área destinada (hectare)										Média
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9	Lote 10	
Cultura anual	4	0,5	1	2,42	5	0,5	1,2	1	1,5	6,5	2,362
Horticultura	0,008	0,008	0,01	0,04	0,02	0,03	0,03	0,01	0,01	0,01	0,018
Fruticultura	0	0,5	0	0,6	0,03	0	0	0,2	0	0,2	0,153
Sistemas agroflorestais	2	2,42	1,5	1	1	1	1	1	1	0,5	1,242
Pastagens	14,5	26,2	13,4	12,1	12	10	18	14,52	17	15,3	15,3
Mata	0	2,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0,24
Reflorestamento	0	0,5	0,6		0	6,47	0	0	0	0	0,841
Área construída (estrutura física)	0,025	0,035	0,03	0,04	0,03	0,02	0,025	0,05	0,03	0,04	0,033
Área total do lote	20,53	32,56	16,54	16,2	18,08	18,02	20,26	16,78	19,54	22,55	20,11

Fonte: Dados de pesquisa.

Noventa por cento das unidades produtivas agroecológicas avaliadas são dependentes da pecuária leiteira. A diferença é que apesar delas terem como principal fonte de renda a pecuária leiteira possuem outras rendas agregadas e outros produtos produzidos para subsistência das famílias e comercialização. Começaram a entregar, nos últimos dois anos, os produtos produzidos nos SAFs, em áreas de consórcio e na horta para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Das 10 unidades produtivas convencionais pesquisadas, seis delas têm como principal atividade econômica do lote a cafeicultura e a segunda principal atividade econômica desses estabelecimentos agrícolas é a pecuária leiteira.

Verificou-se que a renda familiar média dos agricultores que se encontram em transição agroecológica é de R\$ 2564,50 (Tabela 4). Esse valor é garantido principalmente pelas rendas complementares obtidas fora do lote agrícola, ganho advindo das atividades denominadas pluriativas, ou seja, oriunda de outras atividades profissionais desempenhadas pelo assentado na zona rural ou urbana. Logo depois aparece com significativa importância a renda promovida pelas aposentadorias. E, por último, a renda determinada como propriamente agrícola atribuída aos ganhos das atividades agropecuárias realizadas no lote agrícola, aparece em terceiro lugar.

No entanto, não foi computado na renda agrícola oriunda do lote os produtos alimentícios utilizados pelos agricultores para o auto-consumo. Na maioria das unidades familiares pesquisadas há produção de mandioca, feijão, milho, muitas espécies de olerícolas, frutíferas, aves e gado, favorecendo a subsistência das famílias e diminuindo os gastos com a compra desses itens alimentícios. A subsistência das famílias deve ser levada em consideração quando se avalia o rendimento líquido da propriedade, pois muitos itens alimentícios que os assentados têm acesso na zona rural não teriam se estivessem residindo nas cidades. Outro fato relevante é o fato do assentado possuir uma moradia própria no lote, sendo que de acordo com a pesquisa realizada, mais da metade deles não tinham moradia própria antes de serem assentados. Além disso, os sistemas agrofloretais oferecem mais conforto térmico, uma vez que foram estabelecidos no entorno das residências, garantindo sombra às pessoas e aos animais criados no lote. Os frutos que caem no solo são aproveitados pelas aves e suínos criados nos lotes. As folhas das árvores juntamente com os galhos que caem conferem uma cobertura ao solo, e com o passar do tempo tornam-se matéria orgânica, garantindo maior fertilidade ao sistema. As madeiras são aproveitadas para construção de paiol, cercas, chiqueiros, dentre outros usos importantes na estruturação física do lote. Neste sentido, acredita-se que renda obtida no lote venha a se equipara com a renda obtida fora do lote com as atividades pluriativas das famílias.

Com relação à renda oriunda dos SAFs foi computado apenas o valor recebido pelo produto café, uma vez que esses sistemas agrofloretais são caracterizados, principalmente pela presença de cafeeiros intercalados com espécies nativas e algumas exóticas, servindo como trampolins ecológicos para a fauna local. Esse enfoque conservacionista desse modelo de sistema agroflorestral não permitiu que o agricultor pudesse ter investido mais em espécies arbustivas e arbóreas com fins produtivos, como por exemplo, frutíferas (abacateiro, mangueiras, goiabeiras, bananeiras, dentre outras). Pois essas espécies também estão presentes nos SAFs, mas com densidade populacional pequena servindo apenas para subsistência (Tabela 3).

Tabela 3 – Quantificação das espécies de plantas (nome científico e comum) amostradas em cinco sistemas agroflorestais pesquisados nos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio/SP.

Nome Científico	Nome Comum	SAF DR		SAF JM		SAF ST		SAF BR		SAF FR	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Acacia mangium</i>	Acacia	16	4,83	5	1,22	3	0,88	1	0,36	10	1,43
<i>Acacia polyphylla</i>	Monjoleiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Aesculus hippocastanum</i>	Castanha da Índia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	0,86
<i>Albizia edwallii</i>	Albizia	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Anacardium occidentale</i>	Caju	0	0,00	0	0,00	1	0,29	0	0,00	2	0,29
<i>Aspidosperma parvifolium</i>	Guatambu	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Anadenanthera colubrina</i>	Angico Preto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Annona cacans</i>	Araticum	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	1,14
<i>Araucaria angustifolia</i>	Pinheiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Artocarpus integrifolia</i>	Jaca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Astronium graveolens</i>	Guarítá	2	0,60	1	0,24	5	1,47	0	0,00	0	0,00
<i>Baccharis dracunculifolia</i>	Vassourinha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Balfourodendron riedelianum</i>	Pau Marfim	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Cabralea canjerana</i>	Canjarana	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Cajanus cajan</i>	Feijão guandu	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Caryocar brasiliense</i>	Pequi	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Cecropia pachystachya</i>	Embaúba	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Cedrella fissilis</i>	Cedro	4	1,21	3	0,73	0	0,00	1	0,36	2	0,29
<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira	1	0,30	0	0,00	0	0,00	4	1,43	0	0,00
<i>Citrus limonia</i>	Limão Rosa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,36	0	0,00
<i>Citrus Sinensis</i>	Laranja	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Coffea arabica</i>	Café	23 6	71,3 0	35 6	86,6 2	28 9	85,0 0	22 6	81,0 0	51 0	72,8 6
<i>Copaifera langsdorffii</i>	Copaíba	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Cordia trichotoma</i>	Louro Pardo	23	6,95	0	0,00	7	2,06	0	0,00	0	0,00
<i>Croton urucurana</i>	Sangra D'água	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,57
<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Tamboril	0	0,00	4	0,97	1	0,29	0	0,00	0	0,00
<i>Eucalyptus camaldulensis</i>	Eucalyptus camaldulensis	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,36	0	0,00
<i>Genipa americana</i>	Genipapo	4	1,21	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Gliricidia sepium</i>	Gliricídia	5	1,51	0	0,00	2	0,59	0	0,00	2	0,29
<i>Grevillea robusta</i>	Grevilha	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Mutambo	0	0,00	2	0,49	4	1,18	7	2,51	12	1,71
<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,57
<i>Inga laurina</i>	Ingá Liso	0	0,00	0	0,00	11	3,24	0	0,00	18	2,57
<i>Inga sessilis</i>	Ingá de Macaco	22	6,65	7	1,70	0	0,00	1	0,36	0	0,00



<i>Jacaratia spinosa</i>	Jaracatiá	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Leucaena leucocephala</i>	Leucena	4	1,21	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Licania tomentosa</i>	Oiti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Luehea candicans</i>	Açoita Cavalos	0	0,00	2	0,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Maggifera indica</i>	Manga	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Mangifera indica</i>	Manga	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	1,43	0	0,00
<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira Verdadeira	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10	1,43
<i>Musa sp</i>	Banana	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	3,23	0	0,00
<i>Parapiptadenia rigida</i>	Gurucaia	2	0,60	12	2,92	2	0,59	0	0,00	26	3,71
<i>Pelophorum dubim</i>	Sobrasil	2	0,60	0	0,00	1	0,29	0	0,00	0	0,00
<i>Persea americana</i>	Abacate	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	1,08	0	0,00
<i>Platymenia reticulata</i>	Amarelinho	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Poecilanthe parviflora</i>	Coração de Negro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	1,43	0	0,00
<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	0	0,00	5	1,22	0	0,00	5	1,79	8	1,14
<i>Psidium sartorianum</i>	Araçá	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,72	0	0,00
<i>Pterogyne nitens</i>	Amendoim do Campo	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira Pimenteira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,57
<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu	0	0,00	1	0,24	1	0,29	0	0,00	12	1,71
<i>Syzygium cumini</i>	Jambolão	1	0,30	0	0,00	11	3,24	3	1,08	20	2,86
<i>Tabebuia chrysotricha</i>	Ipê Amarelo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,57
<i>Tabebuia heptaphylla</i>	Ipê Roxo	0	0,00	5	1,22	1	0,29	1	0,36	4	0,57
<i>Tabebuia impetiginosus</i>	Ipê Roxo Bola	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29
<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Ipê Rosa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	2,15	0	0,00
<i>Tabebuia roseoalba</i>	Ipê Branco	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	1,71
<i>Tabernaemontana hystrix</i>	Leiteiro	0	0,00	2	0,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Zeyheria turbeculosa</i>	Ipê Tabaco	0	0,00	0	0,00	1	0,29	0	0,00	0	0,00

Fonte: Dados de pesquisa.

Dentre os cinco sistemas agroflorestais estudados verificaram-se 60 espécies diferentes distribuídas em 25 famílias, num total de 2068 indivíduos vivos amostrados. Os sistemas agroflorestais de base agroecológica adotados pelos agricultores assentados do Pontal do Paranapanema possuem elevada abundância e diversidade de espécies.

Portanto, apenas a valoração econômica do bem produzido e vendido pelos agricultores (neste o café) não é suficiente para valorar os efeitos positivos

desempenhados pelos sistemas agroflorestais nas áreas produtivas de todo o lote e seu entorno. Sabe-se que os sistemas agroflorestais funcionam como abrigo e habitat para os inimigos naturais das pragas das culturas agrícolas e para os polinizadores. O quanto o agricultor deixa de gastar com a compra de agroquímicos, na maioria das vezes, não é pensado e nem calculado. Muitas outras funções são desempenhadas pelos sistemas agroflorestais, como proteção e recuperação dos solos e dos recursos hídricos, trampolins ecológicos para a fauna local, principalmente para as aves, manutenção recursos genéticos e subsistência das famílias. Todos esses serviços ambientais e muitos outros deveriam ser valorados e pagos aos agricultores que os produzem.

De uma maneira geral, na Europa, no Japão, na Austrália, nos Estados Unidos e em alguns outros países há um reconhecimento desses bens tangíveis e intangíveis produzidos pelos sistemas alternativos de produção, dentre eles o sistema agroflorestal. E de certa forma, esse reconhecimento já é verificado no pagamento justo dos produtos que são produzidos sem agroquímicos e que corroboram com preservação e conservação dos recursos naturais. De 2010 a 2011, a saca beneficiada de café orgânico era vendida por cerca de R\$ 650,00. Muitos cafeicultores brasileiros têm recebido esse reconhecimento por serem produtores comprometidos com a conservação do meio ambiente. No entanto, os cafeicultores agroecológicos do Pontal do Paranapanema, que se encontram inseridos no Projeto Café com Floresta, não conseguiram alcançar esse tipo de nicho comercial. Pelo contrário, por vários motivos (ausência de beneficiamento e torrefação do café, falta de uma associação de cafeicultores e assistência técnica insuficiente), o produto de excelente qualidade produzido por eles foi comprado por atravessadores da região por míseros R\$ 170,00. Por esse motivo, a renda oriunda dos sistemas agroflorestais poderia ser muito maior se comparada com a renda atual. Essa colaboração dos SAFS na renda familiar poderia ser quintuplicada apenas com o pagamento justo pelo café agroecológico produzido. Além disso, poderia se pensar na possibilidade de inserção de frutíferas nos SAFs com fins econômicos, dando a possibilidade dos SAFs colaborarem mensalmente com a renda das famílias. Para isso, também seria necessário inserir os cafeicultores agroecológicos em algum sistema de certificação participativa (SPG) ou organização de controle social (OCS).

Tabela 4 – Renda mensal (R\$) familiar das unidades de produção em transição agroecológica, suas respectivas origens (aposentadoria, pluriatividade, agrícola) e quantidade de pessoas aposentadas em cada lote.

	Renda mensal familiar	Renda obtida com aposentadoria	Renda obtida fora do lote (pluriatividades)	Renda obtida dentro do lote (agrícola)	Quantidade de pessoas aposentadas no lote
Lote 1	2205,00	1635,00	0,00	570,00	3
Lote 2	2270,00	1090,00	780,00	400,00	2
Lote 3	1870,00	1090,00	0,00	780,00	2
Lote 4	3930,00	1090,00	1740,00	1100,00	2
Lote 5	2400,00	0,00	1600,00	800,00	0
Lote 6	1045,00	0,00	545,00	500,00	1
Lote 7	1095,00	0,00	545,00	550,00	1
Lote 8	3990,00	1090,00	2000,00	900,00	2
Lote 9	2240,00	1090,00	500,00	650,00	2
Lote 10	4600,00	1090,00	2310,00	1200,00	2
Média	2564,50	817,50	1002,00	745,00	1,7

Fonte: Dados de pesquisa.

Contrariamente, aos agricultores em transição agroecológica, os agricultores convencionais têm como principal fonte integradora da renda mensal familiar a renda oriunda da produção agrícola desenvolvida no lote (Figura 2). Entretanto, a renda familiar média dos dois tipos de agricultura (em transição e convencional) atingiu valores consideráveis e parecem sanar todas as necessidades básicas das famílias entrevistadas. E de certa maneira, apesar de terem origens diferentes, alcançaram valores parecidos, ultrapassando os R\$ 2500,00 mensais (Figura 2).

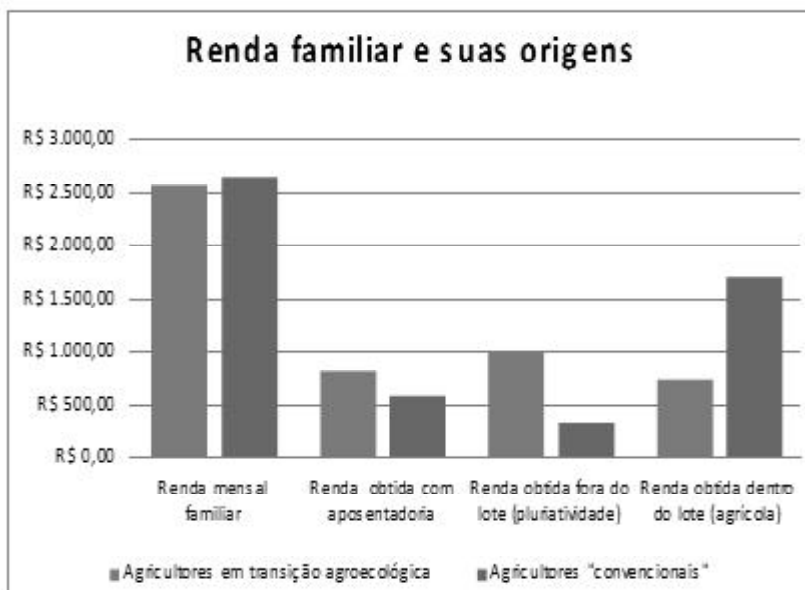


Figura 2 – Renda familiar dos agricultores assentados em transição agroecológica e convencionais, Teodoro Sampaio/SP.

Fonte: Dados de pesquisa.

Sustentabilidade dos agroecossistemas biodiversos e conservação da biodiversidade

Com relação aos aspectos produtivos das unidades familiares pesquisadas verificou-se que as culturas anuais e perenes, principalmente a cultura do café, intercaladas com espécies arbustivas e arbóreas (a maioria, nativas da região) tem se desenvolvido muito melhor nesse sistema de cultivo quando comparadas com outras lavouras conduzidas de maneira simplificada (Figura 3). Os aspectos fitotécnicos (crescimento, produção, fitossanidade) das culturas cultivadas em sistemas agroflorestais demonstraram resultados satisfatórios aos agricultores (Figura 4). Contrariamente, os agroecossistemas simplificados evidenciaram problemas de ordem produtiva, como baixa produção, problemas com ataques de pragas e doenças (Figura 5).



Figura 3 – Cafeeiros com excelente sanidade vegetal, sem sinais de ataque de pragas e doenças, bem nutridos e com bom crescimento dos ramos produtivos conduzidos em sistema agroflorestal no município de Teodoro Sampaio/SP.

Fonte: Dados de pesquisa.



Figura 4 – Cafeeiros conduzidos em SAF na fase de produtiva com boa carga pendente.

Fonte: Dados de pesquisa.



Figura 5 – Cafeeiros em sistema convencional depauperados pela desfolha causada pelo bicho-mineiro e stress hídrico, no município de Teodoro Sampaio.

Fonte: Dados de pesquisa.

Tanto a biodiversidade intrínseca (dentro do agroecossistema), quanto a extrínseca (encontrada no entorno do agroecossistema), fragmentos de mata nativa e a matriz florestal, neste caso em específico, o Parque Estadual Morro do Diabo, tem contribuído com a agricultura local, conforme será visualizado mais à frente com a apresentação dos resultados dos experimentos de campo. A resiliência, a auto-suficiência e a produtividade alcançada pelos agroecossistemas estudados estão diretamente relacionados com a biodiversidade da floresta local e dos agroecossistemas biodiversos (SAFs).

Dessa maneira, pode-se inferir que as unidades familiares em transição agroecológica estão cumprindo a função de conservação dos recursos naturais, e ao mesmo tempo, são beneficiadas pela biodiversidade funcional presente nos seus agroecossistemas. Além disso, contribui com a diversificação da paisagem, formando mosaicos e ilhas de biodiversidade na paisagem rural. Vale destacar que os agricultores em transição agroecológica não utilizam agroquímicos nos cultivos, diferentemente dos convencionais, fato que corrobora com a produção de alimentos de qualidade para o auto-consumo e venda no mercado local.

Apesar, das unidades familiares convencionais terem evidenciado menor grau

de sustentabilidade ambiental apresentaram índices razoáveis de produtividade com a cafeicultura, apresentando rendimentos financeiros consideráveis com a produção agropecuária (café e leite) oriunda do próprio lote. Neste sentido, acredita-se que os dois estilos de agricultura avaliados na pesquisa (convencional e agroecológica) cumprem com a função sócio-econômica atribuída à agricultura. No entanto, os agricultores convencionais ainda são reféns dos atravessadores e das empresas vendedoras de insumos agrícolas. Muitos esforços estão sendo empreendidos na região da pesquisa para inserir novas unidades familiares e assentamentos rurais em um processo de conversão agroecológica.

Do ponto de vista ambiental e social é inegável a contribuição dos sistemas de produção de base ecológica (sistemas agroflorestal) para a sustentabilidade ecológica, social e econômica, contribuindo significativamente com o desenvolvimento rural local. Neste sentido, verifica-se que a valorização dos produtos obtidos em sistemas alternativos de produção é legítima. No entanto, como mencionado anteriormente, os agricultores agroecológicos não estão sendo beneficiados durante a venda do café agroecológico, produzido nos SAFs, uma vez que não estão obtendo diferencial de preços no momento da comercialização.

Os sistemas agroflorestais de alta complexidade biológica conseguem responder às pressões causadas por pragas, geadas (Figura 6) e outras adversidades, principalmente porque a diversidade existente nestes sistemas os tornam mais resilientes, confiáveis, robustos e produtivos. Uma geada que ocorreu em julho de 2011, no município de Teodoro Sampaio, ocasionou severos danos às lavouras convencionais, monoculturas da região, acarretando prejuízos econômicos aos agricultores com sistemas produtivos simplificados. Conforme pode se observar nas figuras abaixo, a lavoura de café convencional ficou totalmente seca e desfolhada, devido à morte das folhas e ramos produtivos das plantas que a geada atingiu. Já a produção de café em sistema agroflorestal que se localizava ao lado da plantação convencional, com mesma altitude, tipo de solo e localizava-se a menos de 400 m de distância da lavoura avassalada pela geada, não sofreu danos severos e teve condições de obter produção de café no ano seguinte. Neste sentido, é inegável a presença de diversas espécies arbóreas as quais corroboraram com a proteção dos cafeeiros e não permitiram que as temperaturas caíssem demasiadamente no SAF a ponto das plantas queimarem com o processo de resfriamento dos tecidos foliares.



Figura 6 – Foto feita na mesma data, em áreas próximas, sendo que os dois agroecossistemas sofreram incidência de geada (à esquerda lavoura convencional e à direita SAF).

Fonte: Dados de pesquisa.

Apesar dos sistemas agroflorestais fornecerem mais confiabilidade e resiliência aos sistemas produtivos, afetando de maneira positiva a rentabilidade da unidade de produção, acredita-se que algumas estratégias poderiam viabilizar ainda mais a geração de renda às famílias por meio da valorização do café ecológico produzido nos SAFs. Como o enfoque conservacionista desse modelo de sistema agroflorestal adotado pelos agricultores familiares tem contribuído com a conservação da agrobiodiversidade, sócio diversidade e biodiversidade local (fauna e flora), seria justo e coerente que os produtos produzidos pelos assentados recebessem um valor adicional ao bem produzido. Sabe-se que os SAFs promovem serviços ecossistêmicos, como o controle biológico de pragas, uma vez que servem como abrigo e habitat para os inimigos naturais das pragas das culturas agrícolas, diminuindo os gastos com a compra de agroquímicos, a polinização das culturas por meio das trocas de gametas entre as flores das plantas, favorecendo a produção agrícola. Muitas outras funções são desempenhadas pelos sistemas agroflorestais, como proteção do solo e dos recursos hídricos, manutenção recursos genéticos e subsistência das famílias. Todos esses serviços ambientais e muitos outros deveriam ser valorados e pagos aos agricultores que os produzem.

Algumas estratégias voltadas à valorização do produto produzido pelos assentados já encontram-se em fase de implantação e outras que ainda necessitam ser pensadas e elaboradas. Algumas instituições locais, lideranças e

representações dos agricultores (Movimento dos Sem Terra – MST) conseguiram verba para construção de uma estrutura de beneficiamento e torrefação do café produzido no assentamento Ribeirão Bonito e em outros assentamentos da região, no ano de 2010 até o momento ainda inoperante (Figura 7). Essa estrutura dará oportunidade de agregação de valor ao produto, dando oportunidade do produto alcançar diversos tipos de mercados (PPA, PNAE, feiras locais, supermercados), inclusive internacionais, dando outras perspectivas comerciais ao produto produzido.



Figura 7 – Barracão para beneficiamento do café situado no assentamento Faz. Ribeirão Bonito, município de Teodoro Sampaio/SP

Fonte: Dados de pesquisa.

Considerações finais

Acredita-se que a formação escolar e a formação política dos agricultores contribuíram com a tomada de decisões dos agricultores agroecológicos, principalmente no que se refere à mudança do padrão tecnológico utilizado nos lotes. Pois deixar o padrão tecnológico agrícola imposto pela agricultura dita moderna e traçar outras possibilidades e alternativas mais limpas e sustentáveis

de produção requer uma visão política, holística e sistêmica de todo o processo.

Com relação aos aspectos produtivos das unidades familiares pesquisadas verificou-se que as culturas anuais e perenes, principalmente a cultura do café, intercaladas com espécies arbustivas e arbóreas (a maioria, nativas da região) tem se desenvolvido muito melhor nesse sistema de cultivo quando comparadas com outras lavouras conduzidas de maneira simplificada (monocultivos). Tanto a biodiversidade intrínseca (dentro do agroecossistema), quanto a extrínseca (encontrada no entorno do agroecossistema), fragmentos de mata nativa e a matriz florestal, neste caso em específico, o Parque Estadual Morro do Diabo, tem contribuído com a agricultura local. A resiliência (menor incidência de pragas, recuperação pós-geadas e chuvas de granizo), a auto-suficiência e a produtividade alcançada pelos agroecossistemas estudados estão diretamente relacionados com a biodiversidade da floresta local e dos agroecossistemas biodiversos (SAFs). Dessa maneira, verificou-se que as unidades familiares em transição agroecológica estão cumprindo a função de conservação dos recursos naturais, e ao mesmo tempo, são beneficiadas pela biodiversidade funcional presente nos seus agroecossistemas. Além disso, contribuem com a diversificação da paisagem rural, formando ilhas de biodiversidade na paisagem, promove segurança alimentar às famílias e resgatam práticas agroecológicas de manejo.

Apesar das unidades familiares convencionais terem evidenciado menor grau de sustentabilidade ambiental, elas apresentaram índices relevantes de produtividade agrícola, apresentando rendimentos financeiros significativos com a produção oriunda do próprio lote. Neste sentido, acredita-se que os dois estilos de agricultura avaliados na pesquisa cumprem com a função sócio-econômica atribuída à agricultura. No entanto, o nível de dependência das unidades produtivas convencionais aos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) aumenta o custo de produção, e pode representar riscos de contaminação e intoxicação. Como os agricultores em transição agroecológica não utilizam agroquímicos nos cultivos, têm acesso a uma produção de alimentos de qualidade para o auto-consumo e venda no mercado local.

Apesar do café produzido nos sistemas agroflorestais não receber aplicações de agroquímicos, sendo caracterizado como um café de base ecológica, os agricultores não têm alcançado melhores preços de mercado. Sendo os principais empecilhos a falta de alternativas de venda direta do café, pois a ausência de funcionamento de uma estrutura de beneficiamento e torrefação do café já existente (ainda inoperante) no assentamento, obriga os agricultores a venderem o café

agroecológico no mesmo valor do café convencional aos atravessadores. A colaboração dos SAFs na renda familiar poderia ser quintuplicada apenas com o pagamento justo pelo café agroecológico produzido. Além disso, poderia se pensar na possibilidade de aumentar a inserção de frutíferas nos SAFs com fins econômicos, dando a possibilidade dos SAFs colaborarem ainda mais com a renda das famílias. Para isso, também seria necessário inserir os cafeicultores agroecológicos em algum sistema de certificação participativa (SPG) ou organização de controle social (OCS), dando visibilidade comercial ao produto e garantia de qualidade e origem aos consumidores.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

BORGES FILHO, E.L. **Da Redução de Insumos Agrícolas à Agroecologia**: a trajetória das pesquisas com práticas agrícolas mais ecológicas na EMBRAPA. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COSTA, M.B.B. Estresse ambiental nos trópicos: um problema agravado pelo homem? Simpósio Internacional Sobre Estresse Ambiental, 1995, Belo Horizonte. O milho em perspectiva. Belo Horizonte: EMBRAPA/ CNPMS - CYMMIT/ UNDP, 1995. p. 43-49. In: **Anais...**, Belo Horizonte, 1995.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 3.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. 484 p.

DOLL, J. Idosos do Campo. In: CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. p.405-412.

FRANCO, F. S. **Sistemas agroflorestais**: uma contribuição para a conservação dos recursos naturais na Zona da Mata de Minas Gerais. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2000. 160 p.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

GALETI, P.A. **Pelos Caminhos do Café**. Campinas: Cati, 2004. 178 p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

KIEHL, E.J. **Fertilizantes Orgânicos**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985. 492 p.

KOLLING, E.J; VARGAS, M.C; CALDART, R.S. MST e Educação. In: CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. p. 502-509.

LOPES, P.R. et al. Extensão rural e pesquisa nos assentamentos Monte Alegre e Horto Guarani. III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2008, Araraquara. In: **Anais...**, Araraquara, 2008.

LOPES, P.R. **Caracterização da Incidência e Evolução de Pragas e Doenças em Agroecossistemas Cafeeiros sob Diferentes Manejos**. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

MACEDO, R.L.G; CAMARGO, I.P. Sistemas agroflorestais no contexto do desenvolvimento sustentável. Congresso Brasileiro sobre Sistemas Agroflorestais, EMBRAPA-CNPQ, 1994, Porto Velho. In: **Anais...**, Porto Velho, 1994.

MARTINS, M. **Caracterização de Sistemas Orgânicos de Produção de Café Utilizados por Agricultores Familiares em Poço Fundo-MG**. 2003.

Tese (Doutorado em Fitotecnia). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

MOREIRA, R.M. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil.** 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PEDINI, S. A produção de café orgânico. **Boletim Agro-ecológico, Botucatu**, v.2, n.9, p.7-8, nov. 1998. Disponível em: <www.guiabioagri.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. 340 p.

ROMEIRO, A.R. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998. 277 p.

SANTANA, D.P. **A Agricultura e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável.** Sete Lagoas: Embrapa, 2005. 18 p. (Comunicado Técnico, 132).

SILVA, L.F. **A Cafeicultura Brasileira no Modelo Tecnológico Produtivista: 1960-90.** 1994. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SILVA, A.A; FERNANDES, B.M; VALENCIANO, R.C. **Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST):** Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, Unesp, 2006,p.376.

SOUZA, M.C.M. de. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários.** 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

THIOLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-Ação.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VEIGA, J. E. da. A agricultura no mundo moderno: diagnóstico e perspectivas. In: TRIGUEIRO, A (Org.). **Meio Ambiente no Século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.199-213.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@gmail.com. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor

